UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA -UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

ALINE MARIA MACHADO

ESTUDO DE CASO SOBRE A COMPREENSÃO DA CATEGORIA EDUCAÇÃO SEXUAL POR PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: DO PRESCRITO AO VIVIDO

Florianópolis
2024

ALINE MARIA MACHADO

ESTUDO DE CASO SOBRE A COMPREENSÃO DA CATEGORIA EDUCAÇÃO SEXUAL POR PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: DO PRESCRITO AO VIVIDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação — PPGE/FAED/UDESC — Linha de Pesquisa Políticas Educacionais, Ensino e Formação, sob orientação da Professora Dra. Sonia Maria Martins de Melo.

Florianópolis
2024

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da Biblioteca Universitária Udesc, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Machado, Aline Maria
ESTUDO DE CASO SOBRE A COMPREENSÃO DA CATEGORIA EDUCAÇÃO SEXUAL POR PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO INFANTIL : DO PRESCRITO AO VIVIDO / Aline Maria Machado. -- 2024.
198 p.

Orientador: Sonia Maria Martins de Melo
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2024.

1. Educação Sexual. 2. Educação Sexual Emancipatória. 3. Educação Infantil. 4. Formação Continuada. I. Maria Martins de Melo, Sonia . II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Aline Maria Machado

"Compreensão Da Categoria Educação Sexual Por Professores/As De Um Núcleo De Educação Infantil Municipal: Do Prescrito Ao Vivido"

Dissertação julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Educação junto ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 26 de julho de 2024.

Banca Examinadora:

Presidente/a: _____

Profª. Drª Sonia Maria Martins de Melo
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro: _____

Prof. Dr. Ricardo Desidério da Silva
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR-PR

Membro: _____

Profª. Drª. Graziela Raupp Pereira
Universidade do Estado de Santa Catarina/Centro de Educação à Distância - UDESC/CEAD

Dedico esta pesquisa à minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*), que me deram a vida e me educaram. É por eles que hoje estou neste lugar tão sonhado.

E para a minha filha, Isabela, a pessoa mais importante do meu mundo, por quem eu luto todos os dias para ser um ser humano melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela dádiva da vida, por todas as bençãos concedidas, por ser meu protetor, por manter a minha fé e a minha esperança nos momentos difíceis.

À minha orientadora, Professora Drª Sonia Maria Martins de Melo, por sua orientação perspicaz, apoio inabalável e paciência ao longo de todo o processo desta dissertação. Suas contribuições foram inestimáveis para o sucesso deste trabalho.

Aos membros da minha banca, Prof. Drª Graziela Raupp Pereira e Prof. Dr. Ricardo Desidério da Silva, por suas valiosas contribuições que ajudaram a aprimorar este estudo.

Aos professores/as e toda a equipe do PPGE/UDESC, pelos ensinamentos e apoio sempre que solicitado.

À Universidade do Estado de Santa Catarina, por me acolher novamente nesse ambiente de ensino e pesquisa de excelência.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa EDUSEX, Leandro, Eduardo e Karina, pela parceria nas tardes de estudo, na sala 322, pelas conversas e pelos cafés.

À Prefeitura Municipal de Florianópolis, por apoiar e incentivar seus professores/as a serem pesquisadores e por autorizar minha entrada na unidade educativa pesquisada.

À toda equipe que compõe o NEIM Professora Sueli Gadotti Rodrigues, por me receber de braços e sorrisos abertos para dialogar com os/as professoras.

Aos/às queridos/as docentes que se dispuseram a participar desta pesquisa e corajosamente expuseram suas vidas, seus anseios e suas inseguranças. Sem vocês esta pesquisa não existiria.

Às minhas parceiras de caminhada na pós-graduação, Clarice e Daniele, por nossa amizade, por serem apoio nos momentos ruins, pelas palavras de carinho, pelas trocas, pelo companheirismo, pelos almoços/cafés, pelas risadas, pelos surtos e devaneios e por trazerem leveza nessa trajetória tão desafiadora.

À minha psicóloga, Juliana, que foi de fundamental importância nesse processo de superação de tantos medos e tantas inseguranças. Ela foi minha salvação quando eu não estava mais suportando sozinha toda a carga emocional da vida acadêmica. Ela que, com todo o carinho e profissionalismo, me guiou com maestria, quando me senti perdida, nas crises de insuficiência e de autoestima. Ela foi luz no meu caminho!

Aos/as amigos/as queridos/as que torceram e vibraram por mim desde o início, e que no processo, ouviram minhas lamentações e meus desesperos. Ter amigos é tornar a vida mais leve e feliz.

Ao meu sogro, Lázaro, e a minha sogra, Marília, por serem minha rede de apoio incansável, por serem avós tão amorosos e dedicados.

Ao meu irmão, Anderson, e à minha irmã, Andresa, pela fraternidade que nos une, pelo orgulho que demonstram e pela torcida ao longo da minha jornada.

Ao meu pai (*in memoriam*), Anibal, que de algum lugar do universo me protege e me guia. Espero que ele esteja orgulhoso de sua filha.

À minha mãe, Claudete, por ser um exemplo de força e coragem, por ter se doado para seus filhos e vivido por nós. Ela, que mesmo com o coração ferido, batalhou, trabalhou e nos educou para nos tornarmos pessoas de bem, com muita humildade e zelo. Sou quem sou e estou onde estou graças a ela.

Ao meu esposo, Thiago, que sempre me incentivou e acreditou em mim. Ele que me apoiou em todos os momentos nesses dois anos, que teve paciência nas minhas ausências, que foi colo nas horas difíceis, que me fez café quando precisei, que foi pai quando a mãe estava ocupada... Sua parceria e seu companheirismo foram essenciais para a conclusão desta pesquisa.

À minha amada filha, Isabela, por seu amor incondicional ser o meu combustível para seguir em frente e buscar um mundo melhor. Ela que com sua alegria, seus abraços e suas palavras me deram forças para continuar essa jornada. Ela enche minha vida de sentido e me inspira a ser uma pessoa melhor. Nunca esquecerei o que me disse no dia da prova de seleção para o mestrado: “Vai lá e brilha, mãe. E brilha como uma estrela”, e cá estou eu, mestre em Educação.

O Sonho

Sonhe com aquilo que você quer ser,
porque você possui apenas uma vida
e nela só se tem uma chance
de fazer aquilo que quer.

Tenha felicidade bastante para fazê-la doce.
Dificuldades para fazê-la forte.
Tristeza para fazê-la humana.
E esperança suficiente para fazê-la feliz.

As pessoas mais felizes não têm as melhores coisas.
Elas sabem fazer o melhor das oportunidades
que aparecem em seus caminhos.

A felicidade aparece para aqueles que choram.
Para aqueles que se machucam
Para aqueles que buscam e tentam sempre.
E para aqueles que reconhecem a importância
das pessoas que passaram por suas vidas.
(Clarice Lispector)

RESUMO

A presente dissertação parte da compreensão que a Educação Sexual acontece a todo momento, queiramos ou não, saibamos ou não (Melo *et al*., 2011), pois partimos da premissa de que a sexualidade faz parte da dimensão humana e que somos seres sempre sexuados. A partir disso, esta pesquisa teve como objetivo contribuir com possibilidades de construção de processos de formação continuada de Educação Sexual Emancipatória, a partir da compreensão de professores/as de um NEIM sobre a categoria Educação Sexual e seus reflexos em suas práticas pedagógicas. Realizamos uma busca sistemática em base de dados, por meio de palavras-chaves, que se tornaram os descritores, para verificar as pesquisas realizadas sobre a temática no recorte temporal dos últimos dez anos. Utilizamos cúmplices teóricos, tais como Figueiró (2014); Nunes; Silva (2006); Nunes (2006); Melo *et al.* (2012); Kornatzki (2013); WAS (2014) para dialogar com as categorias desveladas – Educação Sexual, Educação Sexual Emancipatória, Educação Infantil e Formação Continuada – e, posteriormente, apoiaram os diálogos tecidos com os/as docentes pesquisados/as. Promovemos uma pesquisa qualitativa, pautada no Materialismo Histórico-Dialético, ancorada em Triviños (2019). Consistiu em um Estudo de Caso com professores/as de um NEIM do município de Florianópolis, realizado com apoio de um questionário semiestruturado como instrumento de coleta de dados. A técnica que utilizamos foi a Análise de Conteúdo, pautada em Bardin (2016), para desvelar as vertentes pedagógicas de Educação Sexual (quatro vertentes repressoras e uma emancipatória) cunhadas por Nunes (1996) que emergem das respostas dos/as docentes. Utilizamos também a Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos Universais para complementar a vertente emancipatória. Como resultado da pesquisa, preponderamos, inicialmente, as falas corajosas dos/as 16 participantes das vertentes repressoras, contudo, no decorrer de suas respostas demonstraram uma mudança paradigmática, em relação à Educação Sexual, caminhando para a vertente emancipatória. Identificamos que esses/as profissionais reconhecem a importância da Educação Sexual em suas práticas pedagógicas e demonstram significativa necessidade de formação continuada. Portanto, a relevância deste estudo está na compreensão desses/as professores/as de que a Educação Sexual está sempre presente no cotidiano educativo da Educação Infantil, tornando isso indispensável para a superação dos moldes repressores o acesso ao conhecimento científico, ou seja, às formações continuadas, na perspectiva da emancipação do ser como um direito de todos/as.

Palavras-chave: Educação Sexual; Educação Sexual Emancipatória; Educação Infantil; Formação Continuada.

ABSTRACT

This dissertation starts from the understanding that Sexual Education happens at all times, whether we want it or not (Melo et al., 2011), whether we know it or not, as we assume that sexuality is part of the human dimension and that we are always sexual beings. Based on this, this research aimed to contribute to the construction of possibilities for continuous training processes in Emancipatory Sexual Education, starting from the understanding of teachers at an NEIM (early childhood education school) about the category of Sexual Education and its reflections on their pedagogical practices. A systematic search was conducted in databases using the keywords, which became descriptors, to verify the research carried out on the topic over the last ten years. Theoretical accomplices such as Figueiró (2014); Nunes; Silva (2006); Nunes (2006); Melo et al. (2012); Kornatzki (2013); WAS (2014) were used to dialogue with the revealed categories – Sexual Education, Emancipatory Sexual Education, Early Childhood Education, and Continuing Education – and later supported the dialogues woven with the researched teachers. This is a qualitative research, based on Historical-Dialectical Materialism, anchored in Triviños (2019). It consists of a Case Study with teachers from an NEIM in the municipality of Florianópolis, carried out with the support of a semi-structured questionnaire as a data collection instrument. The analysis technique used is Content Analysis based on Bardin (2016), to reveal the pedagogical aspects of Sexual Education (four repressive and one emancipatory aspects) coined by Nunes (1996) that emerge from the teachers' responses. The Declaration of Sexual Rights as Universal Human Rights was also used to complement the emancipatory aspect. As a result of the research, the repressive aspects initially prevailed in the courageous speeches of the 16 participants; however, as their responses progressed, they demonstrated a paradigmatic shift towards the emancipatory aspect of Sexual Education. It was identified that these professionals recognize the importance of Sexual Education in their pedagogical practices and demonstrate a significant need for continuous training. Therefore, the relevance of this study lies in the understanding of these teachers that Sexual Education is always present in the daily educational routine of Early Childhood Education, making it indispensable to overcome repressive molds through access to scientific knowledge, that is, continuous training from the perspective of the emancipation of the being, as a right for all.

Keywords: Sexual Education; Emancipatory Sexual Education; Early Childhood Education; Continuing Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo ..... .100
Gráfico 2 - Faixa etária 101
Gráfico 3 - Religião..... 101
Gráfico 4 - Cor/raça, segundo o IBGE..... 103
Gráfico 5 - Estado civil 104
Gráfico 6 - Orientação sexual 106
Gráfico 7 - Escolaridade..... 107
Gráfico 8 - Experiência em anos em docência:..... 109
Gráfico 9 - Atualmente você é (efetivo/a ou ACT?):..... 109
Gráfico 10 – Você é (cargo e carga horária):..... 110
Gráfico 11– Qual seu grupo ou grupos de atuação? 112
Gráfico 12 – Você atua somente no NEIM Professora Sueli Gadotti Rodrigues?113
Gráfico 13 – Você se sente capacitada para trabalhar com projetos de Educação Sexual intencional com suas crianças?..... 157
Gráfico 14 – Reflexão sobre uma situação 162
Gráfico 15 – Você se sente preparada/o e à vontade para lidar cotidianamente em sua sala/NEIM com questões iguais a essa? 166
Gráfico 16 – Você já participou de formações continuadas sobre essa temática?171

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese da Pesquisa 32
Quadro 2 - Busca sistemática de cada descritor 35
Quadro 3 - Busca sistemática com a combinação dos descritores 37
Quadro 4 - Dissertações de Mestrado - CAPES e BDTD 38
Quadro 5 - Artigos - Portal de Periódicos CAPES 43
Quadro 6 - Categorias e cúmplices teóricos "a priori", para início da caminhada48
Quadro 7 - Vertentes pedagógicas de Educação Sexual e seus indicadores (Antunes, 2023), base da pesquisa de Machado (2024) 62
Quadro 8 - Vertente emancipatória de Educação Sexual e seus indicadores (Antunes, 2023), replicados por Machado (2024) 65
Quadro 9 - Vertente emancipatória de Educação Sexual e seus indicadores extraídos dos DDSDHU/WAS (Antunes, 2023), replicados por Machado (2024) 68
Quadro 10 - Vertentes Pedagógicas de Educação Sexual e seus indicadores, com base em Nunes (1996), DDSDH/WAS (2014), Kornatzki (2013), Antunes (2023). 93
Quadro 11 - Blocos de perguntas analisadas 97
Quadro 12 - Pseudônimos docentes 99
Quadro 13 - Composição familiar descrita pelas/os docentes 105
Quadro 14 - O que os/as docentes compreendem por sexo? 114
Quadro 15 - O que os/as docentes compreendem por sexualidade? 115
Quadro 16 - O que os/as docentes compreendem por Educação Sexual? 118
Quadro 17 – Como foi a Educação Sexual na família de origem 122
Quadro 18 – Registro de acontecimentos sobre a temática na família de origem125
Quadro 19 – Como é a Educação Sexual na família que estruturou 128
Quadro 20 – Acontecimento sobre Educação Sexual na família atual 130
Quadro 21 – A Educação Sexual nas escolas onde estudou 135
Quadro 22 – Acontecimento sobre a temática nos espaços escolares 138
Quadro 23 – A Educação Sexual no NEIM 142
Quadro 24 – Registro de acontecimentos sobre a temática no NEIM 145
Quadro 25 – A Educação Sexual na sala referência 149
Quadro 26 – Registos de acontecimentos sobre a temática na sala referência . 152
Quadro 27 – Se a resposta for "sim", dê exemplos de algumas práticas pedagógicas que você já utilizou? 158

Quadro 28 – Se a resposta for “não”, explique o porquê: 160
Quadro 29 – Justifique a sua resposta da pergunta anterior 163
Quadro 30 - Se a resposta for “sim”, com qual abordagem você trabalha? 166
Quadro 31 - Se a resposta for “não”, descreva os entraves que atrapalharam suas práticas nesse sentido 168
Quadro 32 - Se a resposta for “sim”, registre quais foram as formações? Quem as ofereceu? E quais as temáticas abordadas? 171
Quadro 33 - Registre também qual sua avaliação sobre os cursos oferecidos: pontos positivos e pontos negativos e como poderiam ser melhores.....172
Quadro 34 - Quais conteúdos sobre o tema educação sexual e como gostaria que fossem estruturados os cursos que você gostaria de estudar em mais uma etapa de formação continuada? 174

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos profissionais do NEIM Profª Sueli Gadotti Rodrigues 91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Mapa dos Núcleos de Educação Infantil – NEIMs 90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT Associação em Caráter Temporário
BDTD Base de Dados de Teses e Dissertações
BNCC Base Nacional Comum Curricular
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DCNEI Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil
DDSDHU Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos Universais
EDUSEX Formação de Educadores e Educação Sexual
FAED Faculdade de Educação
LabTEIAS Laboratório Tecendo Saberes e Fazeres no Campo da Educação Sexual Emancipatória
LDB Leis de Diretrizes e Bases
NAP Núcleo de Ação Pedagógica
NEIM Núcleo de Educação Infantil Municipal
MEC Ministério da Educação
PMF Prefeitura Municipal de Florianópolis
PNE Plano Nacional de Educação
PPGE Programa de Pós-Graduação em Educação
RMEF Rede Municipal de Ensino de Florianópolis
UDESC Universidade do Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. DE ONDE VIM? OS CAMINHOS PERCORRIDOS 19

2. JUSTIFICANDO A PESQUISA: AS BUSCAS SISTEMÁTICAS..... 34

3. CÚMPLICES TEÓRICOS: "COMPANHEIROS/AS" DE DIÁLOGO DA CAMINHADA NA PESQUISA..... 48

3.1 CONVERSANDO SOBRE A CATEGORIA EDUCAÇÃO SEXUAL E SUAS VERTENTES PEDAGÓGICAS 49

3.1.1 Vertente pedagógica biologista-reprodutivista 55

3.1.2 Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva 57

3.1.3 Vertente pedagógica normativo-institucional 59

3.1.4 Vertente pedagógica consumista e quantitativa pós-moderna 60

3.1.5 Vertente pedagógica emancipatória 63

3.2 CONVERSANDO SOBRE A CATEGORIA EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA (E A VERTENTE DELA DERIVADA)..... 6968

3.3 CONVERSANDO SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS INTERFACES COM A EDUCAÇÃO SEXUAL EM ALGUNS DOCUMENTOS LEGAIS BRASILEIROS 71

3.4 CONVERSANDO SOBRE OS DIREITOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, FUNDAMENTAL PARA SUBSIDIAR PROCESSOS DE SENSIBILIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA 76

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS: DO PRESCRITO AO VIVIDO NA PESQUISA 83

5. DO VIVIDO: PROCESSO DE IMERSÃO NOS DADOS, O DESVELAMENTO DA COMPREENSÃO DOS/AS PROFESSORES/AS 96

5.1 BLOCO TRAÇANDO OS PERFIS DOCENTES 99

5.2 BLOCO BUSCANDO A COMPREENSÃO DOS CONCEITOS BÁSICOS113

5.3 BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NA FAMÍLIA DE ORIGEM 122

5.4 BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NA FAMÍLIA QUE VOCÊ ESTRUTUROU 128

5.5 BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA ONDE ESTUDOU..... 135

5.6 BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NO SEU NEIM 142

5.7 BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NA SALA REFERÊNCIA..... 149

5.8 BLOCO FORMAÇÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO SEXUAL 156

5.9 BLOCO EXERCÍCIO DE COMPREENSÃO/ LEVANTAMENTO DE POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO 162

5.10 BLOCO FORMAÇÃO CONTINUADA: A REALIZADA E A DESEJADA 170

6. VERDADES PROVISÓRIAS BROTANDO NO FIM CAMINHADA..... 177

REFERÊNCIAS 182

ANEXOS 187

1. DE ONDE VIM? OS CAMINHOS PERCORRIDOS

> Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas sujeito também da história. (Freire, 2019, p. 53).

Com base nas palavras de Freire, somos sujeitos da história, participativos nesse mundo no qual estamos inseridos, construindo a nossa trajetória, os nossos caminhos. Temos o poder da mudança, da luta, de nos reconstruirmos como pessoas. Somos seres que se constituem historicamente, socialmente, culturalmente e sexualmente nas relações sociais que estabelecemos com os outros no mundo, relações sociais essas sempre ocorrendo entre seres sexuados. Nesse processo, estamos sempre em formação, como seres inacabados que somos.

Nessa perspectiva, apresento aqui um pouco da minha trajetória de vida, com o intuito de que o leitor compreenda como constitui a minha história, a minha formação enquanto sujeito social, cultural e sexual, que sou. Nasci em Santa Catarina, na cidade de São José, na região da Grande Florianópolis, em 1987. Sou pertencente a uma família muito humilde, filha de um pai pedreiro e uma mãe cuidadora de crianças de orfanato, ambos com grau de escolaridade interrompido muito precocemente – Ensino Fundamental incompleto. Criada na Cachoeira do Bom Jesus, um bairro simples localizado no norte da Ilha de Santa Catarina. Sou a terceira filha e a mais nova.

Tive uma infância muito simples: tínhamos o básico para a sobrevivência, mas havia muito amor e cuidado uns com os outros. Meu pai trabalhava e minha mãe trabalhava em casa, cuidando dos filhos e das tarefas domésticas. Fomos uma família demarcada pelo modelo tradicional/patriarcal por alguns anos. Até que, aos meus oito anos de idade, meu pai faleceu. Então, os papéis se inverteram e minha mãe virou o “homem” e a “mulher” da casa. Saiu para trabalhar fora, pois tinha que sustentar a família. Entre todas as dificuldades da vida, recebemos a lição de que o trabalho vem acima de tudo, é o que mais importa, é o que dá sustento, pois traz a sobrevivência. Apesar de todas as dificuldades, minha mãe sempre nos manteve na escola (sempre pública).

No âmbito da educação que recebemos, mesmo após o falecimento do meu pai, esta continuou ocorrendo dentro do modelo patriarcal e predominantemente repressora, no que tange à Educação Sexual, pois nosso pai e mãe também tinham sido criados nesta perspectiva. Havia uma enorme distinção entre o que o meu irmão poderia fazer e nós, as meninas, não. Nunca dialogamos abertamente entre nós, na família, sobre as questões relacionadas à sexualidade, pois ela sempre foi um enorme tabu na minha casa, onde sempre ocorreu um não

falar sobre esse assunto. Um não falar que é também uma maneira de educar, o que vai ao encontro do que afirmam Chauí *et al.* (1981, p. 107), "aliás, pode-se dizer que a não informação é uma forma de informação: o silêncio em torno das questões sexuais constitui uma certa maneira de orientar".

Ao longo da minha trajetória escolar, como estudante de escola pública, pude conviver e experienciar as inúmeras qualidades e dificuldades que a educação pública do nosso país possui. Fui uma criança que não frequentou a Educação Infantil, por opção da minha mãe. Iniciei direto no Ensino Fundamental, onde demonstrei-me uma criança tímida, mas muito esforçada e dedicada aos estudos. A questão da sexualidade na escola, a meu ver, ocorreu como ocorria em minha família: não havia diálogo intencional sobre esses assuntos, a não ser nas aulas de Ciências, especialmente a da 7ª série[1], quando se trabalha o Sistema Reprodutor Humano, momento este em que a maioria dos/as estudantes faziam piadas e soltavam risadas, prevalecendo a educação do "não-falar", no sentido de promover uma educação que, segundo Bernardi (1985), tem a finalidade de moldar o indivíduo no intuito de prepará-lo para somente seguir as regras que lhe são impostas pela sociedade e pelas famílias, de maneira que essas crianças e jovens tornem-se adultos conformados, adaptáveis às normas vigentes, não reflexivos, pouco críticos e que tampouco busquem a mudança,

> isto significa que a eventualidade de mudanças é tacitamente rejeitada, por ser perigosa. Isto significa ainda, tocando o nosso tema, que o indivíduo deve aceitar a norma vigente da sexualidade e obviamente submeter-se a ela. Parece-me claro que nenhuma orientação educativa está presente em tal tipo de magistério. Mas esta é a educação que comumente se faz, e esta é a educação geralmente acolhida de bom grado, promovida e encorajada. Quem se afasta dessa linha do conservadorismo e de imobilismo está destinado à desaprovação, à censura, à condenação. A educação entendida como dirigida à livre evolução da personalidade e a uma procura crítica dos comportamentos éticos é considerada suspeita vista perniciosa, socialmente daninha e anticultural. (Bernardi, 1985, p. 15).

No Ensino Médio, estudei em uma escola estadual localizada no Centro de Florianópolis, no Instituto Estadual de Educação. Os dois primeiros anos foram no período noturno e no terceiro ano, no vespertino. Foram anos de muitas mudanças na minha vida, pois viver a adolescência e suas transformações foi uma época bastante desafiadora. Apesar de ser um momento que exigia um diálogo aberto entre os jovens, como um meio de prevenção de violências, abusos, gravidez e transmissão de doenças por meio do sexo, ainda assim, na escola

[1] Com a implementação do Ensino Fundamental de nove anos no Brasil, a partir de 2007, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), expandiu-se o período de Ensino Fundamental de oito para nove anos nos sistemas educacionais, tendo como objetivo proporcionar uma educação mais completa e adequada às necessidades dos estudantes, bem como melhorar a qualidade do ensino. Assim, a 7ª série da época equivale ao 8º ano atualmente.

prevalecia o “não-falar”, com exceção das aulas de Biologia, como já relatado, as quais tratavam dos assuntos citados somente nos momentos das aulas de reprodução humana, que tinha grande importância, mas não contemplava a perspectiva emancipatória, pela qual se compreende que o ser humano se educa e é educado na relação com o Outro no mundo, sendo essa relação social entre as pessoas sempre sexuada. Portanto, as relações sociais entre as pessoas ocorrem sempre com a dimensão sexualidade.

Corroborando isto, em sua tese, Yared (2016) enfatiza essa falta de se falar sobre a sexualidade, como uma dimensão do ser humano, apontando para a existência de um currículo oculto, o qual se expressa pelo não falar, e que essa temática é comumente explicitada em recortes por meio dos livros de Ciências, como se fosse uma obrigação do professor de Biologia. Assim, o que surgia de demandas sobre sexualidade naquela época, para a maioria de nós, era respondido por meio de revistas, internet e conversas entre os amigos, em várias abordagens, recebidas na maioria das vezes, acriticamente.

Ao finalizar o Ensino Médio, em 2006, por falta de incentivo (por parte da escola) e por falta de conhecimento da minha família, fui trabalhar como operadora de caixa em um supermercado do bairro e não dei continuidade à minha formação regular. Apesar de demonstrar grande interesse e dedicação aos estudos e por sempre querer aprender cada vez mais, não foi uma opção ingressar no Ensino Superior.

Após quase dois anos trabalhando, e por incentivo do meu namorado (hoje atual esposo), resolvi retornar aos estudos e fiz um curso pré-vestibular de dois meses. Então, chegada a hora, no final de 2007, realizei o vestibular para o curso de Pedagogia, na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Fiquei na 51ª colocação e não fui aprovada. A tristeza e o desânimo se instauraram. No entanto, no início de 2008, eis que recebo um telegrama com a segunda chamada para o concurso. E assim foi o início de um sonho quase impossível e inimaginável para mim.

A minha entrada no curso de Pedagogia, na UDESC deu-se, portanto, no primeiro semestre de 2008. Um mundo novo se abriu diante dos meus olhos. Foi desafiador e, ao mesmo tempo, amedrontador. Enfrentei dificuldades pessoais, econômicas e sociais naqueles quatro anos de curso. Posso dizer que essa caminhada me fez crescer e compreender que a vida é um desafio cotidiano, que é preciso forças para lutar, para querer fazer a mudança, transformar e transformar-se, através das relações; ter consciência da minha existência no mundo, ser e fazer história, e não ser apenas objeto, pois como afirma Freire:

> os homens, pelo contrário, ao terem consciência de sua atividade no mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com os outros,

> ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, *não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica*. (Freire 2022, p. 124 – grifos meus).

No primeiro semestre do curso, tive a disciplina de Educação Sexual[2], a qual me despertou um sentimento de extrema curiosidade e empolgação em querer aprender, discutir, dialogar e compreender a temática da sexualidade numa nova perspectiva, pois a mesma, até então, era tão pouco discutida, anteriormente, tanto na minha vida escolar, além de ter como contexto neste tema, tanto na família e nas escolas por onde passei até então, um "não falar" conservador, pautado num modelo opressor vigente, que na prática funcionava da seguinte forma:

> as aulas de "educação sexual" deste modelo não conseguem superar ou, ao menos, propor a superação crítica entre a bipolarização machista homem e mulher. Assuntos como homossexualidade, liberação sexual, doenças sexualmente transmissíveis são tidas como anomalias ou perversões, não compreendendo a sexualidade fora do modelo patriarcal tradicional. É curioso notar que muitos destes discursos ou formas estereotipadas de intervenções significativas alastram-se, da escola para outros fóruns sociais institucionais conservadores, formando uma rede de reconstrução e restauração consoladora, no dizer de Foucault, dos conceitos e normas tradicionais. (Nunes, 1996, p. 182).

A disciplina referida anteriormente que tinha como objetivo a superação desse modo opressor de Educação Sexual, surgiu, então, como um espaço de diálogo crítico e reflexivo sobre a sexualidade na perspectiva da emancipação humana. Deste modo, foi uma disciplina bem didática e dinâmica, na qual tivemos muitas aulas dialogadas, acesso a propostas e fóruns na plataforma *moodle*, acesso a filmes, livros e materiais que nos mostram novos caminhos para se trabalhar uma Educação Sexual compreensiva na infância e na adolescência. A disciplina trabalhou por meio da premissa de que,

> somos seres humanos sempre sexuados ao estabelecermos as relações sociais, na produção do nosso modo de vida, ao construirmos nossa história da sexualidade ao mesmo tempo em que ela nos constrói. Ao longo de nossa existência, em todas as nossas relações sociais, fomos construindo e sendo construídos, elaborando histórica e culturalmente discursos, regras, modelos, posturas, exigências, cerimoniais, permissões e interdições, códigos em torno do sexo, tornando a sexualidade muitas

[2] Disciplina obrigatória ofertada na 1ª fase no Curso de Graduação em Pedagogia no currículo vigente da época, no ano de 2008, a qual era norteada pela seguinte ementa: Paradigmas subjacentes às várias abordagens de educação sexual, através da história; Construção da sexualidade como resultado da interação do indivíduo e das estruturas sociais; Vertentes dominantes nas abordagens pedagógicas da educação sexual no Brasil. Proposta de educação sexual emancipatória para os sistemas educacionais formais e não-formais. Atualmente, oferta-se na 3ª fase a disciplina Educação, Gênero e Sexualidade e tem como ementa: A sexualidade como construção histórica, social, cultural, política e discursiva; Abordagens contemporâneas para Educação Sexual; Estudos de gênero e educação: história, conceitos e movimentos políticos; Escolarização brasileira e a educação para sexualidade e para equidade de gênero; Recursos didático-metodológicos ao trabalho de Educação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial e Preconceito, discriminação, diferença, alteridade, identidades culturais.

> vezes permeada de tabus, mitos e preconceitos que se perpetuam até nossos dias e que dizem respeito a determinados interesses das diferentes épocas, muitas vezes desconsiderando as relações sexuais como sendo também relações sociais (Melo *et al.*, 2011, p. 24).

A partir disto e da disciplina, que tanto enriqueceu o meu olhar para a questão de enxergar a sexualidade como algo indissociável do ser humano, pude refletir sobre a importância de compreendê-la na sua totalidade, como um ser histórico-social e sexuado que é educado e educador, ao mesmo tempo. Percebi ali que o meu papel, como educadora em formação, seria desafiador e que, para isso acontecer de maneira respeitosa e crítica, seria fundamental me refazer, libertando-me dos mais variados preconceitos concebidos sobre a temática ao longo da vida, e foi e é um tempo de reconstruir-me como ser humano, consciente do meu papel no mundo.

Registro que, durante toda a minha graduação tive que trabalhar: sempre fiz estágios em escolas particulares de Educação Infantil[3]. Com isto, pude conciliar um pouco todo o conhecimento adquirido nas aulas de Pedagogia na prática dos cotidianos educativos. No entanto, sempre dentro das limitações de cada instituição educacional. Tais experiências me motivaram a optar pela habilitação[4] em Educação Infantil, em 2011, no último ano do curso, pois me identifiquei muito em trabalhar com os pequenos.

Após a conclusão da graduação, em 2012, fui contratada para o cargo de Auxiliar de Sala, na escola particular em que fazia estágio. Concomitantemente, iniciei a minha trajetória na Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF, como Professora de Educação Infantil em Caráter Temporário – ACT[5] (permaneci durante dois anos nesses dois locais). Assumir o cargo na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis - RMEF foi algo que primeiramente me assustou, mas que me fez compreender e perceber que aquele era o meu lugar, a educação pública. Local este em que poderia fazer a diferença no mundo, em que meus princípios e minha formação, como sujeito e educadora, poderiam ser desempenhados de uma maneira crítica e objetivando a emancipação do educando, acreditando que por meio da matriz dialógica, que defende Freire,

---

[3]Definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (2010, p. 14), como "Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social".

[4]Concluí meu curso na UDESC, no final de 2011, que foi o último ano que o graduando de Pedagogia optava por se formar somente em uma habilitação.

[5]O trabalho em Caráter Temporário na PMF tem a finalidade de preencher vagas no serviço público temporariamente para ocupar vagas que ainda não foram preenchidas por servidores efetivos selecionados por meio de concurso público ou de profissionais que estão afastados do seu cargo. A seleção é realizada todos os anos, por meio de processo seletivo.

a educação far-se-á como uma prática de liberdade, através do diálogo, como brilhantemente ele define:

> E o que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação (Freire, 2022, p. 141).

No ano de 2014, fui aprovada e chamada no concurso público para o cargo de Auxiliar de Sala, na PMF e me desliguei da escola particular e do cargo de ACT na mesma prefeitura. Ao final do mesmo ano, prestei concurso para Professora Auxiliar de Educação Infantil e fui chamada para tomar posse no ano seguinte. Foi aí então que iniciei e consolidei a minha trajetória como Professora efetiva na Rede Municipal de Florianópolis, no Núcleo de Educação Infantil Municipal – NEIM Professora Sueli Gadotti Rodrigues, localizado no bairro onde resido, Ingleses, na região norte da ilha de Santa Catarina, que é parte do município de Florianópolis (este se estende também a uma parte do continente), onde permaneço trabalhando até os dias atuais.

No início de 2016, engravidei da minha única filha, a Isabela, que nasceu em setembro. Maternar é uma das experiências mais complexas, intensas, assustadoras e maravilhosas, ao mesmo tempo, que uma mulher pode vivenciar na vida. Costumo dizer que é viver um misto de sentimentos contraditórios diariamente, pois ser mãe é sentir um amor incondicional e inexplicável por aquele ser que você gerou, mas também é sentir um desespero, e, por vezes, querer fugir da toda essa responsabilidade que esse papel nos traz; é sentir alegria, em seguida, uma tristeza; é errar, querendo acertar; é rir, e depois chorar; é se culpar, para em seguida, se (des)culpar. Enfim, é uma entrega diária, que aquece o coração e também deixa ele apertado, muitas vezes, até porque

> só a maternidade nos faz entender.
> [...]
> O desejo de mudar o mundo. De acabar com a guerra.
> [...]
> Entender toda a definição de quem você é, o seu “eu”, irá se transformar no momento em que você presenciar o seu filho respirar pela primeira vez. E como num passe de mágica você busca a sua melhor versão.
> [...]
> Entender o amor na sua real magnitude. O amor que faz parte da alma e que te acompanha aonde quer que você vá. É esse tal de amor incondicional que tanto falam por aí. (Carvalho, 2018, p. 21).

E assim reverbera hoje a vida dentro de toda a minha vivência, como esposa, mãe e como professora atuante com crianças pequenas, onde vou percebendo, com mais clareza e

urgência, a necessidade de tentar fazer um mundo melhor, com mais respeito, diálogo, amor entendendo que tudo isto só é possível por meio da educação. Portanto, é necessário se pensar e planejar uma educação que respeite as crianças na sua totalidade, como ser humano em desenvolvimento que são/estão. E entra nessa totalidade, pois dela é inseparável a questão da Educação Sexual, com um papel fundamental, assim como apontam Melo *et al.* (2011):

> Somos seres humanos sempre sexuados ao estabelecermos as relações sociais, na produção do nosso modo de vida, ao construirmos nossa história da sexualidade ao mesmo tempo em que ela nos constrói. Ao longo de nossa existência, em todas as nossas relações sociais, fomos construindo e sendo construídos, elaborando histórica e culturalmente discursos, regras, modelos, posturas, exigências, cerimoniais, permissões e interdições, códigos em torno do sexo, tornando a sexualidade muitas vezes permeada de tabus, mitos e preconceitos que se perpetuam até nossos dias e que dizem respeito a determinados interesses das diferentes épocas, muitas vezes desconsiderando as relações sexuais como sendo também relações sociais. (Melo *et al.*, 2011, p. 24).

Neste trecho, Melo *et al*., em suas reflexões, já apontam uma abordagem de Educação Sexual que nos remete, desafia, propõe, ser parte inclusiva de um processo educativo emancipatório do ser humano.

Ao refletir sobre essa perspectiva, compreendo que precisamos educar sim intencionalmente com vistas à emancipação do sujeito, como uma forma de prevenção a preconceitos, à violências e à exploração das pessoas, para ajudar na formação de seres críticos e respeitosos nas suas relações com o outro, no seu meio social, de modo que possam interpretar o mundo com bases em conhecimentos científicos e não respaldados apenas no senso comum, conhecimentos que procurem tornar a vida melhor para todas as pessoas.

No início do ano de 2020, com a pandemia da Covid-19 e o necessário isolamento social, a PMF orientou que os servidores realizassem o seu trabalho de maneira remota, em modo *on-line*. Uma das orientações seria que cada instituição organizasse uma formação descentralizada à distância, aos professores/as. A supervisora da unidade, que é nossa colega do Grupo de Pesquisa Formação de Educadores e Educação Sexual - EDUSEX, pertencente à UDESC, a hoje Doutora Márcia de Freitas Brys, ofertou-nos, com o apoio do Grupo, a formação "Sensibilização para Processos de Educação Sexual Emancipatória". Essa formação despertou novamente em mim um grande interesse em pesquisar e me aprofundar cada vez mais nessa dimensão crítica e intencional da Educação Sexual, que é de fundamental importância para a nossa formação como educadores e educadoras.

E refletindo sobre a possibilidade de investigar algo que me trazia inquietude, sempre senti a necessidade de buscar um amparo nos documentos norteadores das práticas pedagógicas da Educação Infantil na Rede Municipal de Florianópolis para encontrar subsídios para se fazer

um trabalho na perspectiva de uma Educação Sexual Emancipatória. Partindo dessa inquietação, elaborei um projeto de pesquisa com o objetivo de estudar os documentos que permeiam a Educação Infantil na PMF e ler suas entrelinhas, para buscar neles possibilidades de se trabalhar intencionalmente uma Educação Sexual emancipatória, nessa primeira etapa da Educação Básica. Com o projeto, busquei participar do processo seletivo do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, na UDESC, em meados do ano de 2021, com o intuito de adentrar no Grupo de Pesquisa, o EDUSEX, e na pós-graduação. Esse grupo existe há mais de 30 anos nessa universidade e atua integradamente com pesquisa, ensino e extensão na área da Educação Sexual Emancipatória. Está inserido em processos de formação regular de profissionais de educação, tanto na graduação, no curso de Pedagogia, como na Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado. No entanto, não consegui a vaga naquele ano.

Todavia, continuei pesquisando e me aprofundando sobre a temática e sobre o que era o eixo dessa abordagem emancipatória, com a qual o Grupo EDUSEX pauta seus estudos. Isto porque, de acordo com Freitas (2016, p. 35), "ao me referir, portanto, à vertente de educação sexual emancipatória, entendo-a como a busca da compreensão da sexualidade como dimensão humana, sem ser baseada em uma reprodução do que está posto", tratando a sexualidade como uma dimensão humana, como algo indissociável ao ser. Carvalho *et al.* (2012) também apontam que,

> dessa forma, educar sexualmente numa perspectiva emancipatória exige um olhar compreensivo, que vise a colaborar com a busca de transformações individuais e coletivas no processo de ensino-aprendizagem. [...] Essa construção emancipatória poderá contribuir para que o indivíduo desaprenda o aprendido e conheça o desconhecido na busca do direito de decidir responsavelmente sobre a forma de agir diante das questões relativas à sexualidade. (Carvalho *et al.*, 2012, p. 11).

Diante dessa perspectiva, entendo que a Educação Sexual acontece a todo tempo, saibamos ou não, queiramos ou não, nas relações entre os seres humanos no mundo, ao viverem relações sempre sexuadas, e que, para que ela seja intencional na produção de suas vidas, é necessário investir nesta perspectiva na formação regular e ou continuada de educadores/as para que assim seja possível ampliar a compreensão de que a sexualidade é parte inseparável da condição humana. "[...] Isso porque reafirmamos que os processos educacionais são sempre sexuados, portanto, produzidos nas relações sociais do Ser com o Outro e com o Mundo, ao produzir seu modo de vida." (Freitas, 2016, p. 40).

Em outubro de 2021, o Grupo EDUSEX organizou em Florianópolis, no modo *online*, o XIII Colóquio do Grupo de Pesquisa Formação de Educadores e Educação Sexual:

Compartilhando saberes e fazeres sobre a Educação Sexual Emancipatória- FAED/UDESC, no qual tive a oportunidade e o prazer de ser participante. Os encontros aconteceram semanalmente, totalizando sete encontros, cada um deles com a participação de pesquisadores/as e estudiosos/as que contribuem para os estudos da temática numa perspectiva emancipatória. Gostaria de destacar a contribuição do Professor Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro sobre a "Educação Sexual e sua importância como ação de cidadania e de direitos", a qual foi extremamente esclarecedora para compreender o processo da história da Educação Sexual em nosso país. O professor explanou sobre avanços e retrocessos que aconteceram no passar dos anos, reafirmando que a Educação Sexual na perspectiva emancipatória busca ajudar a formar sujeitos críticos e reflexivos, e que toda e qualquer transformação social e histórica só é possível por meio da educação. Segundo o autor,

> para que a sociedade compreenda a importância da Educação Sexual, é essencial que sua concepção advenha da construção histórica de seu significado, primeiramente nos ambientes mental e social, e em seguida no ambiente escolar, pois a Educação Sexual é resultante de um processo de preparação da sociedade para sua compreensão, valoração e aceitação. A percepção e concepção da Educação Sexual são influenciadas pela cultura sexual brasileira: os valores, os tabus, os preconceitos, os comportamentos, as atitudes e o que pensamos constituem os elementos que compõem a nossa cultura sexual. É a cultura sexual brasileira que prepara os ambientes mental, social e escolar para a aceitação da Educação Sexual, desde a Colônia até nossos dias. (Ribeiro, 2019, p. 29).

Com esta afirmação é que percebemos a necessidade e urgência em trabalhar cada vez mais a temática da Educação Sexual de maneira intencional junto dos/as profissionais da educação e a minha proposta deu origem a um novo projeto de pesquisa, pensado para investigar e contribuir com os docentes da Educação Infantil, por ser a base de todo o processo educativo formal regular no sistema educacional brasileiro. E após todas as contribuições advindas do Colóquio e conhecendo a necessidade da intencionalidade com a educação e com a formação de professores/as do Grupo EDUSEX nessa perspectiva emancipatória, foi que decidi, no início de 2022, tentar novamente o processo seletivo para o mestrado no PPGE/UDESC. E, por fim, fui selecionada. Então, no segundo semestre desse mesmo ano, iniciei mais uma nova etapa na minha vida, agora como pesquisadora de pós-graduação. Mais um árduo desafio a ser trilhado, mais uma página da minha vida a ser escrita.

Ao adentrar no mestrado, deparo-me com novas reflexões tecidas com o Grupo EDUSEX, por meio de diálogos, estudos e leituras direcionadas à temática da Educação Sexual. Tudo isto resultou em novas inquietações, já partindo das inúmeras indagações e dos questionamentos que me foram surgindo ao longo da minha trajetória como indivíduo, e atuante no mundo, mulher, mãe, professora de Educação Infantil que sou. Reafirmei que nos educamos

e somos educados um ao outro Ser, no mundo, nas relações sociais que estabelecemos. Nesse processo histórico e social acontece sempre a educação que também é sexual, já que estamos inteiros nos movimentos de nossas vidas. Ao entender essa importância do meu papel como educadora, compreendi que busco uma constante formação docente, tanto estudando documentos legais que pautam a educação, pesquisando, refletindo, dialogando, como compartilhando práticas e saberes com colegas, compreendo que, assim como já nos afirmava Freire,

> não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e nem indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (Freire, 2019, p. 30-31).

Entendo, pois, que a minha busca pela pesquisa e pelo investimento dos meus esforços em aquisição de mais conhecimentos, em mais formação, são ações que contribuem para a minha transformação como ser humano e como educadora, contribuindo para as minhas práticas pedagógicas, pois estarei pensando e refletindo sobre o/a educando/a em sua totalidade, respeitando o seu desenvolvimento na integralidade.

Sendo assim, no segundo semestre de 2022, com o intuito de contribuir para a minha formação docente e humana, participei também do Curso de Extensão Fundamentos da Educação Sexual em uma perspectiva Emancipatória, oferecido pelo Grupo EDUSEX, o qual tinha o objetivo de sensibilizar profissionais da educação e outras profissões para a temática Educação Sexual, em uma perspectiva Emancipatória intencional. O curso foi proposto e implementado pela equipe do Grupo EDUSEX que atua a partir do LabTEIAS[6], na Faculdade de Educação - FAED. Aconteceu em modo totalmente *online* no ambiente virtual da plataforma *moodle*, com atividades síncronas e assíncronas, as quais foram divididas em oito módulos, disponibilizados semanalmente na plataforma. Teve adesão de diversas pessoas do Brasil, oportunizando professoras/es atuantes, desde a Educação Infantil até docentes do Ensino Médio e de Instituição de Ensino Superior, e com profissionais de diversas áreas como Psicólogas/os, Assistentes Sociais, dentre outros. Os diálogos tecidos nos encontros instigaram-me a ter diversas reflexões sobre a minha formação e minhas práticas como docente, ampliando meu olhar. O curso me fez perceber o quanto já demonstrei insegurança em situações nas quais poderia ter agido de maneira diferente, em que poderia ter planejado trabalhar intencionalmente

[6]LabTEIAS é a sigla que nomeia o Laboratório Tecendo Saberes e Fazeres no Campo da Educação Sexual Emancipatória, no qual o Grupo de Pesquisa EDUSEX está inserido.

o ser na sua totalidade, mas agia muitas vezes ignorando a sua sexualidade, dimensão inseparável do seu existir.

Refletindo ainda sobre essa perspectiva, percebo que durante a minha trajetória como docente não tinha claro essa dimensão humana da sexualidade como indissociável ao ser, de modo que não compreendia que educava sexualmente as minhas crianças, por meio das minhas ações (ou não ações), mesmo de forma não planejadas intencionalmente, querendo ou não, sabendo ou não. Desta mesma forma, percebo diariamente no cotidiano educativo que minhas/meus colegas de profissão na Educação Infantil também encontram muitas dificuldades nesse entendimento. Por vezes, encontram-se perdidos e confusos, não sabendo como lidar ou agir em diversas situações. Assim, acabam perpetuando práticas pedagógicas que refletem uma Educação Sexual repressora, já que, por vezes, esta é, em grande maioria, a abordagem de educação que recebemos (me incluo nessa observação) ao longo da vida, nas relações sociais constituídas no âmbito familiar e na sociedade em geral, fato este que vai ao encontro do que Freitas *et al.* (2017) constatam ao dizer

> [...] o quanto é difícil ainda para algumas pessoas, dentre elas profissionais da educação, em várias organizações educativas, falar sobre a temática e mesmo entender que o calar-se sobre ela ajuda a compor o currículo oculto, muitas vezes desumano e repressor. Podemos, portanto, compreender os espaços educativos escolares como parte viva do processo de educação, sempre também sexual, já que esse é um processo permanente que acontece nas relações sociais entre as pessoas (Freitas *et al.*, 2017, p. 1134).

Por isso, acredito que, em sua maioria, nós, professoras/es, não obtivemos uma formação docente nesta perspectiva emancipatória. Mesmo, muitas vezes, amparada nas discussões pelos documentos legais que regem a educação, acabamos por não refletir sobre essa perspectiva de Educação Sexual, sendo muitas vezes prejudicados por discursos pautados em vertentes repressoras. A partir disso, então, surgiram em mim, professora atuante na educação pública, novos questionamentos: Como minhas/meus colegas professoras/es de Educação Infantil compreendem e vivem em suas práticas pedagógicas a Educação Sexual? Como percebem o reflexo dessa dimensão humana da sexualidade no ato de educar? Como a formação docente contribui para a reflexão sobre essas práticas? Seriam essas práticas pautadas em vertentes repressoras? Ou emancipatórias?

Desse modo, nessa minha caminhada dialética como pesquisadora, de pensar e repensar possibilidades, refleti e busquei, em acordo com a orientadora, um novo caminho de investigação para esta pesquisa, para além da busca exploratória do que constam em documentos legais da PMF sobre o tema. Constatei, então, a necessidade de investigar como os/as professores/as compreendem a Educação Sexual e seus reflexos em suas práticas

pedagógicas nos cotidianos da unidade educativa na qual exerço o meu papel de docente, delimitando definitivamente meu tema de pesquisa.

E, nesse processo de redefinir um novo tema, registrei que a presente pesquisa se tornou dialeticamente complementar à pesquisa[7] de um dos membros do Grupo EDUSEX, Leandro Antunes (2023)[8], a partir de diálogos e trocas de experiências sobre o nosso trabalho docente na RMEF. Compartilhamos e percebemos questões comuns em relação às nossas práticas pedagógicas relacionadas à Educação Sexual. Constatamos lacunas nas formações continuadas desta temática e sentimos que existe tanto em nós, como percebemos em nossos/as colegas, a necessidade de aprofundamento no tema. Por meio desse nosso diálogo crítico e reflexivo foi que surgiu a possibilidade de realizar uma continuidade desse diagnóstico iniciado por ele – na região em que ele atua como professor, a região Continental de Florianópolis – de como nossos/as colegas compreendem a Educação Sexual em suas práticas pedagógicas na Educação Infantil nos NEIMs da PMF, com intuito de promover formação continuada na perspectiva emancipatória para esses/as profissionais, a partir das suas devolutivas em ambas as pesquisas.

No novo projeto, buscou-se fortalecer uma linha de pesquisa própria do grupo EDUSEX, que é aprofundar a compreensão de professores/as da Educação Infantil sobre a temática para, à luz deste diagnóstico, subsidiar decisões dos gestores sobre quais caminhos seriam concretos para uma formação continuada a que os professores/as da Educação Infantil têm direito. No grupo, decidimos que um estudo de caso em um NEIM seria complementar e necessário ao estudo iniciado por Antunes. Portanto, a pesquisa foi centralizada em uma unidade educativa localizada na região Norte de Florianópolis, a partir de um questionário (Antunes, 2023). Com o intuito de que fossem somadas essas coletas de compreensão de professores/as, no caso, da região Continental, com um estudo de caso em uma unidade do Norte, decidimos usar o mesmo questionário e os mesmos indicadores de critérios de análise de dados. Desta maneira, podemos cobrir um universo cada vez maior de professores/as de Educação Infantil do município, ouvindo-os e dando-lhes voz para buscar entender como esses/as profissionais compreendem a Educação Sexual em suas práticas no cotidiano

[7]"Complementar à pesquisa" no sentido de que, na Ciência, é um exercício comum buscar a partir de um estudo já existente, traçar novos olhares e perspectivas para novas pesquisas, contribuindo assim para o avanço do conhecimento científico, pois garante que diferentes ângulos de um problema sejam explorados.

[8]Leandro Antunes é licenciado em Pedagogia, possui especialização em Gênero e Sexualidade e Gestão Escolar. Atualmente, é Professor de Educação Infantil em caráter temporário na PMF desde 2020. Possui o título de Mestre em Educação pelo PPGE/UDESC. Defendeu a sua dissertação em 2023, intitulada como "Compreensão de docentes de Núcleos de Educação Infantil sobre Educação Sexual como subsídios a projetos de Formação Continuada". Para mais informações, acessar Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/2111337291361138. Dissertação disponível para leitura em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/8672/Leandro_Antunes_16969656514313_8672.pdf .

educativo, quais suas angústias e suas necessidades de formação continuada em relação ao tema. No entanto, registro aqui que a presente pesquisa teve a individualidade e o olhar da pesquisadora, mas com a similaridade e complementaridade da dissertação do colega, como caminhos derivados do Grupo de Pesquisa EDUSEX. Tive que trabalhar numa perspectiva de somar esforços, calcados num mesmo paradigma científico, para otimizar a produção de conhecimentos sobre o tema.

Portanto, a partir da minha caminhada de vida, finalizei esse memorial com o meu **problema de pesquisa**: Como professores/as de um NEIM compreendem a categoria da Educação Sexual e seus reflexos nas suas práticas pedagógicas? A partir desta problemática, foram desveladas as seguintes palavras-chaves da pesquisa: **Educação Sexual; Educação Sexual Emancipatória; Educação Infantil; Formação Continuada**, que se tornam, portanto, as categorias[9] de eixo do projeto.

Ao refletir sobre a problemática, foi que emergiu o seguinte **objetivo geral**: contribuir com possibilidades de construção de processos de Educação Sexual Emancipatória, a partir da compreensão de professores/as de um NEIM sobre a categoria Educação Sexual e seus reflexos em suas práticas pedagógicas.

Como **objetivos específicos**:

1. Fundamentar com estudos teóricos-metodológicos as categorias que norteiam a pesquisa, desvelando suas interfaces;
2. Investigar como os/as professores/as de um NEIM compreendem a Educação Sexual e suas expressões em suas práticas pedagógicas;
3. Realizar a análise do conteúdo do material obtido, buscando subsídios para processos e projetos emancipatórios de formação de professores/as.

A presente pesquisa surgiu, portanto, como uma tentativa de buscar respostas sobre a compreensão de docentes sobre a categoria Educação Sexual e seus reflexos em suas práticas pedagógicas. Com isto, aumenta-se a necessidade de olhar essa tal realidade a partir de um paradigma científico norteador (pois foi e sempre existiu), no caso desta investigação, o materialismo histórico-dialético, que "baseia-se em uma análise dialética de mundo que contribui na interpretação da realidade por meio da contradição dos seres humanos e suas práticas" (Yared, 2016, p.93). É buscar ver o mundo como ele é, a partir das suas transformações

[9]Segundo Triviños (2019, p. 54), "as categorias são entendidas como 'formas de conscientização dos conceitos dos modos universais da relação do homem com o mundo, que refletem as propriedades e leis mais gerais e essências da natureza, da sociedade e do pensamento', e têm uma longa história. No materialismo dialético, as categorias e as leis apresentam um valor essencial.". Para ele (*Ibid*, p. 54), "elas se formaram no processo de desenvolvimento histórico do conhecimento e da prática social, características do devenir da humanidade".

históricas e sociais, compreendendo o movimento das coisas e suas contradições, na busca de superá-las, em novos desafios.

Entender essa realidade a partir do método dialético é perceber que o mundo está em constante transformação, com características que são construídas historicamente em um processo de contradições e seus movimentos. Isto quer dizer que

> essa situação requer que os pesquisadores adentrem a dialética da realidade social, compreendam e acompanhem a dinâmica do movimento da práxis do sujeito construtor de sua realidade, estejam atentos ao saber produzido na prática social humana e, consequentemente, às transformações que tal dinâmica vai produzindo nos sujeitos e nas circunstâncias em transformação. Percebemos na prática a importância de o pesquisador estar atento para realizar as interpretações em contexto, para perceber as mediações do particular com a totalidade, para ressignificar a dinâmica das contradições inerentes ao movimento histórico, sempre respeitando e superando as sínteses provisórias de saber que vão se constituindo. (Pimenta; Franco, 2012, p. 15).

Como pesquisadora e professora que sou e estou no mundo, inserida nesse movimento da transformação da realidade social e histórica, vejo-me atuante nesse processo dialético de educar e ser educado, como um ser inteiro, mas inacabado, sempre em transformação, consciente do meu papel e das contradições e do fato inquestionável de que todo o processo de educação é sempre sexuado.

Como maneira de melhor ilustrar a leitura, registrei a seguir a síntese da presente pesquisa, trazendo o seguinte quadro:

Quadro 1 - Síntese da Pesquisa

TEMA: A compreensão de professores/as de Educação Infantil sobre a categoria Educação Sexual e seus reflexos em suas práticas pedagógicas
PROBLEMA DE PESQUISA: Como professores/as de um NEIM compreendem a categoria da Educação Sexual e seus reflexos nas suas práticas pedagógicas?
PALAVRAS-CHAVES: Educação Sexual; Educação Sexual Emancipatória Educação Infantil; Formação Continuada;
OBJETIVO GERAL: Contribuir com possibilidades de construção de processos de formação continuada de Educação Sexual Emancipatória, a partir da compreensão de professores/as de um NEIM sobre a categoria Educação Sexual e seus reflexos em suas práticas pedagógicas.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Fundamentar com estudos teóricos-metodológicos as categorias que norteiam a pesquisa, desvelando suas interfaces;
2. Investigar como os/as professores/as de um NEIM compreendem a Educação Sexual e suas expressões em suas práticas pedagógicas;
3. Realizar a análise do conteúdo do material obtido buscando subsídios para processos e projetos emancipatórios de formação de professores/as.

PARADIGMA: Materialismo Histórico-Dialético;

MÉTODO: Dialético;

METODOLOGIA: Estudo de caso - com o uso de análise documental, aplicação de um questionário e análise de conteúdo de dados;

LÓCUS: NEIM Professora Sueli Gadotti Rodrigues – Florianópolis/SC;

AMOSTRA: Professores/as regentes que aceitarem responder ao questionário.

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2023).

E, por fim, relembrando que uma vez definida a estrutura que norteou a presente pesquisa, realizei uma busca sistemática inicial, com o intuito de revisar estudos que têm produzido conhecimentos em torno da temática a ser pesquisada, identificando possíveis trabalhos com o mesmo tema, além de buscar contribuições de obras e seus autores/as que possam colaborar com um aprofundamento na minha pesquisa. Efetuei essa busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD e no Portal da Catálogo de Teses Dissertações – CAPES, buscas essas apresentadas na sequência.

2. JUSTIFICANDO A PESQUISA: AS BUSCAS SISTEMÁTICAS

Relembro que no capítulo anterior, ao descrever minha trajetória de vida percorrida, esclareci a origem da pesquisa e sua importância. Desse modo, reitero nesta seção da pesquisa a importância de investigar como os professores de Educação Infantil compreendem a Educação Sexual em suas práticas pedagógicas. A relevância desse tema surgiu tanto das minhas próprias necessidades como professora quanto da percepção de que meus colegas de profissão também compartilhavam dessa mesma demanda, em suas experiências diárias no contexto educativo.

Portanto, complemento essas minhas afirmações acima com a realização de uma busca sistemática, por meio de uma investigação da produção de conhecimentos acerca do tema da presente pesquisa, de modo que pesquisei e selecionei trabalhos produzidos para dialogar com o que pretendi investigar, assim como para verificar se já houve produções similares àquela que aqui propus, para desta maneira, demonstrasse a sua importância e a sua exequibilidade.

Registro uma prática coerente com o perfil de aulas propostas pelo PPGE, de que cada aluno/a deve buscar, na sua caminhada curricular, trabalhar em cada disciplina recortes de seu próprio projeto, aperfeiçoando-o. Realizei uma primeira busca sistemática para um trabalho em uma disciplina obrigatória[10], no meu primeiro semestre (2022.2) no Curso de Mestrado. Naquele momento, utilizei o projeto inicial, que tinha como objetivo analisar os documentos da PMF na Educação Infantil, com as palavras-chaves que se tornaram os descritores: Educação Sexual, Educação Sexual Emancipatória e Educação Infantil. A busca foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) no campo de Títulos, por dissertações e teses. Utilizei no Assunto 1: “educação sexual” OR “educação sexual emancipatória” OR sexualidade; e no Assunto 2: “educação infantil” OR “educação da infância” OR “primeira etapa da educação básica”. Optei por um recorte temporal de 2012 a 2022.

Encontrei 28 dissertações e 10 teses, dentre essas detectei algumas que se repetiam e algumas que não autorizaram a divulgação. Ao analisar seus resumos, utilizei o critério de selecionar pesquisas que trabalhassem evidentemente com a Educação Sexual na perspectiva emancipatória e/ou utilizassem alguns dos autores que fiz uso na minha pesquisa e que tivessem

[10]A disciplina obrigatória intitulada “Fundamentos Teórico-metodológicos da Pesquisa em Educação I” foi ministrada pela Profª Drª Raquel Frohlich e possui a seguinte ementa: O Campo acadêmico e os processos de legitimidade científica no campo das Ciências Humanas; Os desafios das Ciências Humanas e da pesquisa em Educação na contemporaneidade; A questão do método nas ciências humanas e na pesquisa em educação; As epistemetodologias comuns às diferentes linhas de pesquisa do Programa; Ética na pesquisa em ciências humanas.

realizado a aplicação de questionários com professores e professoras de Educação Infantil. Sendo assim, dentre as dissertações, selecionei quatro trabalhos que mais se relacionavam com os critérios acima descritos, e das teses, elenquei duas pesquisas.

Para a proposta de meu aprofundamento, selecionei duas dissertações:

- **A Educação Infantil e as manifestações da sexualidade de crianças de zero a seis anos: uma análise sobre a compreensão de professores de Centros De Educação Infantil Municipal em Lages SC**[11]. Autora: Debora Cristina Costa - Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC – 2014;
- **Educação Sexual em espaços da Educação Infantil**[12]. Autora: Irene Silva De Abreu. Pontifícia Universidade Católica de Goiás – 2017.

Escolhi as pesquisas acima, pois ambas trabalham o conceito de Educação Sexual em uma perspectiva emancipatória, dialogando com autores, nos quais me aprofundei em meus estudos, como César Aparecido Nunes, Mary Neide Damico Figueiró, Paulo Freire, Sônia Mª Martins de Melo, e com apoio em alguns documentos que regem a Educação Infantil no Brasil. As duas são pesquisas de campo, sendo que a primeira faz uso de entrevistas e a segunda de questionários para a coleta de dados. Ambas pesquisam a formação e o trabalho docente para compreender como se dá esse educar no cotidiano educativo.

Foi com o apoio dessa busca sistemática, evidenciando e justificando que existe sim um espaço precioso a ser preenchido com a pesquisa, que me propus a realizar o projeto final, que veio a público pela dissertação. Nisso, também desenvolvi minha segunda busca com as palavras-chaves definitivas, as quais tornam-se meus descritores.

Na segunda busca, optei em manter a BDTD como referência pelo motivo de ser uma das bases de dados mais utilizadas nos meios acadêmicos de Pós-Graduação no Brasil. Busquei por dissertações e teses, dentro do recorte temporal ampliado, desta vez de 2013 a 2023, com a filtragem aberta para todos os campos. E escolhi também realizar a mesma busca no Portal de Periódicos da CAPES, o qual traz uma base ampla de trabalhos (dissertações, livros, artigos, periódicos, base de dados). No entanto, restringi-me a trabalhar na busca apenas de artigos, para desvelar propostas de escritas diversificadas da busca anterior, por usar um recorte temporal dos últimos 10 anos, mas chegando desta vez a 2023, ano de caminhada mais intensa da pesquisa, também com a filtragem aberta para todos os campos.

---

[11] Trabalho disponível em: https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/835d05803bbecdc8735a5f59e7483e00.pdf

[12] Trabalho disponível em: https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/3811/2/IRENE%20SILVA%20DE%20ABREU.pdf

Utilizei na busca as minhas palavras-chave, relembrando que são as categorias desta pesquisa, aqui nomeadas de descritores: “Educação Sexual”, “Educação Sexual Emancipatória”, “Educação Infantil” e “Formação Continuada”, sempre com aspas, pois são palavras compostas e, desta maneira, no momento de pesquisar, encontrei o termo na totalidade, que é o que interessa nesta investigação. Inicialmente, fiz uma busca somente por cada descritor, como uma forma de elucidar o que se tem produzido sobre cada categoria. Desta forma, obtive o seguinte resultado:

Quadro 2 - Busca sistemática de cada descritor

PALAVRAS-CHAVE	**BANCO DE DADOS/ Resultados de trabalhos encontrados**	
	BDTD (teses e dissertações	**Periódicos CAPES (artigos)**
“Educação Sexual”	435	748
“Educação Sexual Emancipatória”	15	20
“Educação Infantil”	3640	6357
“Formação Continuada”	4861	5008

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2023).

Ao analisar o resultado encontrado, percebi que se obteve uma quantidade maior de trabalhos na busca pelos descritores “Educação Infantil” (na BDTD são 3640 teses e dissertações e na CAPES tem-se 6357 artigos) e “Formação Continuada” (possui 4861 pesquisas e na CAPES 5008 artigos), sendo eles então os mais pesquisados, no que mostrou a referida busca. Constatei que “Educação Sexual” apresenta muitos trabalhos encontrados (BDTD – 435 pesquisas; CAPES – 748 artigos). Ao buscar a “Educação Sexual Emancipatória”, a quantidade apresentada não é tão numerosa (BDTD – 15 pesquisas; CAPES – 20 artigos).

Quando realizei a junção por meio de combinações entre os descritores e utilizando os operadores booleanos OR (palavra derivada do Inglês que significa “ou”) e AND (do Inglês: “e”), isto fez com que resultassem trabalhos que se aproximavam cada vez mais do meu tema de pesquisa. Assim, obtive o seguinte resultado:

Quadro 3 – Busca sistemática com a combinação dos descritores

	BANCO DE DADOS/

PALAVRAS-CHAVE	Resultados de trabalhos encontrados	
	BDTD (teses e dissertações)	**Periódicos CAPES (artigos)**
“Educação Sexual” OR “Educação Sexual Emancipatória” AND “Educação Infantil”	25	17
“Educação Sexual” OR “Educação Sexual Emancipatória” AND “Formação Continuada”	37	25
“Educação Sexual” OR “Educação Sexual Emancipatória” AND “Educação Infantil” AND “Formação Continuada”	6	3

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2023).

Percebi que, ao fazer a junção dos descritores, os resultados caíram bastante de quantidade. Optei por juntar “Educação Sexual” e “Educação Sexual Emancipatória” em todas as combinações com o uso do operador booleano OR, pois isto abrangeu os dois conceitos no momento da busca, ampliando os resultados. Ao combinar com “Educação Infantil”, utilizando o operador booleano AND, resultou em uma quantidade de 25 itens para BDTD e 17 na CAPES. Já quando combinados com “Formação Continuada”, tive 37 itens para BDTD e 25 na CAPES. Por último, ao combinar todos os quatro descritores “Educação Sexual” OR “Educação Sexual Emancipatória” AND “Educação Infantil” AND “Formação Continuada”, obtive 6 trabalhos na BDTD e 3 na CAPES.

Do resultado obtido, selecionei somente dissertações e nelas relacionei os trabalhos encontrados todos juntos em um único quadro, pois muitos deles se repetiam nas três buscas efetuadas.

Fiz a seleção das dissertações, após a leitura dos resumos, das considerações finais e das referências bibliográficas, seguida de uma breve explanação da relevância de cada trabalho e da sua relação com a presente pesquisa, que apresento no quadro a seguir:

Quadro 4 – Dissertações de Mestrado – CAPES e BDTD

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO			
Busca: Catálogo de Dissertações e Teses CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD **Descritores: “Educação Sexual”; “Educação Sexual Emancipatória”; "Educação Infantil"; “Formação Continuada”** **Busca 1: “Educação Sexual” OR “Educação Sexual Emancipatória” AND "Educação Infantil"** **Busca 2: “Educação Sexual” OR “Educação Sexual Emancipatória” AND “Formação Continuada”** **Busca 3: “Educação Sexual” OR “Educação Sexual Emancipatória” AND "Educação Infantil" AND “Formação Continuada”** **Período: 2013 a 2023**			
Nº	**ANO**	**TÍTULO**	**AUTOR(A)/ INSTITUIÇÃO**
1	2015	Memórias de Infância, relações de Gênero e Sexualidade nos significados e Narrativas de Professores/as	Cristiane Rojas Cespedes (UFMT)
2	2016	Contribuições para o Processo de Formação de Professores em Educação Sexual	Paula Maria Trabuco Sousa (PUC – Goiás)
3	2016	EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, SEXUALIDADE E GÊNERO: desafios para professoras(es) do Ensino Infantil	Rita de Cassia Vieira Borges (UNESP – Araraquara)
4	2017	Educação Sexual em espaços da Educação Infantil	Irene Silva de Abreu (PUC – Goiás)
5	2019	INFÂNCIA, GÊNERO E EDUCAÇÃO INFANTIL: percepções e ações na formação continuada dos educadores	Vanessa Cristina Sossai Camilo (UNESP – Araraquara)
6	2021	Afinal, os anjos têm sexo? Concepções e ações formativas sobre a sexualidade na infância em uma rede municipal de educação infantil	Camila Campos Vizzotto Alduino (UNESP – Araraquara)
7	2021	DESVELANDO A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: Repensando Estratégias para Formação de Educadores em Educação Sexual	Aline Patrícia De Souza (UNESP – Araraquara)
8	2021	Educação Sexual e formação de professores: uma revisão bibliográfica sistemática nas bases Capes e IBICT entre 2000 e 2020	Ana Regina Branco de Miranda (UNESP – Araraquara)
9	2021	TODAS SOMOS EDUCADORAS SEXUAIS: a Formação Continuada na Educação Infantil pensa sobre isso?	Thaís Villa Oliveira (UFU)
10	2023	Formação de professores e professoras para as questões de gênero na Educação Infantil: uma análise bibliográfica (2000-2020).	Gabriel Rodrigues Serrano (UNESP – Marília)

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2023).

A dissertação 1 “Memórias de Infância, relações de Gênero e Sexualidade nos significados e Narrativas de Professores/as”, de Cristiane Rojas Cespedes (2015), trata de uma investigação que objetiva compreender como professores/as atribuem significados às relações de gênero e sexualidade, partindo de suas práticas e vivências pessoais ao longo da vida. É uma

pesquisa narrativa (autobiográfica) realizada com 2 professores de Educação Infantil e 2 professoras de Ensino Fundamental. Como conclusão, Cespedes (2015) percebe a importância de que há muita necessidade em se trabalhar e debater questões de sexualidade e gênero na educação, como uma forma de romper com perspectivas disciplinadoras e normativas e de modo a não se pensar na infância como algo puro e inocente e de não tratar o corpo somente por sua natureza biológica.

A dissertação 2 "Contribuições para o Processo de Formação de Professores em Educação Sexual", de Paula Maria Trabuco Sousa (2016), é uma pesquisa bibliográfica que busca discutir como a questão da sexualidade é tratada nos modelos de Educação Sexual no Brasil, nos documentos oficiais da Educação Infantil e nas políticas de formação de professores. A lente de análise e investigação utilizada foi a fenomenologia. Para fundamentar a pesquisa, faz o uso de autores como César Nunes, Mary Neide Figueiró e Triviños, assim como utiliza os documentos legais nacionais. Ao chegar à sua conclusão, Sousa (2016) compreende que ainda existem muitos discursos preconceituosos, tabus e uma Educação Sexual apenas biologista presente no âmbito educacional. Por isso, a autora acredita que é necessária uma formação inicial e contínua dos professores/as reflexiva e crítica, com bases e estudos científicas de modo a combater modelos repressores, o consumismo e a degradação do sexo e do corpo existentes na atualidade.

A dissertação 3 "Educação em Sexualidade, Sexualidade e Gênero: desafios para professoras(es) do Ensino Infantil", de Rita de Cassia Vieira Borges (2016), foi resultado de uma pesquisa que, por meio do método de observação *in loco* em um Centro de Educação Infantil, teve o intuito de identificar práticas de cuidados e linguagem utilizada entre as professoras/es frente às manifestações da sexualidade das crianças. A seguir, a autora realiza entrevistas semiestruturadas, as quais foram gravadas e analisadas posteriormente. Ao concluir sua pesquisa, Borges (2019) registra perceber ainda a existência de algumas práticas consideradas hegemônicas, mas também já identificou várias práticas pedagógicas que possibilitam a igualdade entre meninos e meninas, contribuindo para uma quebra de paradigmas que são reforçados historicamente. E finaliza com a importância do investimento em formação continuada na área da Educação Sexual para professores/as, especialmente da Educação Infantil.

A dissertação 4 "Educação Sexual em espaços da Educação Infantil", de Irene Silva de Abreu (2017), foi resultado de uma pesquisa que buscou analisar quais as práticas e/ou necessidades dos profissionais de Educação Infantil da Rede Municipal de Goiânia, em relação a uma Educação Sexual Emancipatória. Para isso, a autora utilizou uma pesquisa de campo,

com abordagem quali-quantitativa. O *lócus* da pesquisa foram duas instituições de Educação Infantil, com 30 profissionais respondentes do questionário, e posteriormente, 12 professoras foram entrevistadas. A pesquisa apontou que os/as docentes ainda sentem muitas dificuldades em trabalhar questões relacionadas à sexualidade, tendo vários outros fatores que influenciam esta constatação, tais como educação familiar, religião, diversidade das famílias das crianças e falta de formação adequada. A pesquisadora utiliza autores como: César Nunes, Mary Neide Figueiró, Luciana Kornartzki e Ana Claudia Bortolozzi e vários documentos nacionais legais, além de pensar a Educação Sexual na perspectiva emancipatória.

A dissertação 5 "Infância, Gênero e Educação Infantil: percepções e ações na formação continuada dos educadores", de Vanessa Cristina Sossai Camilo (2019), foi resultado de uma pesquisa que objetivou investigar e intervir nas percepções de educadores/as de Educação Infantil sobre Educação Sexual e propor a organização de uma formação continuada a esses/as professores/as. O objeto da pesquisa foram educadores de uma cidade do interior de São Paulo, sendo que contou com a participação de 12 profissionais que responderam um questionário e onde ocorreu uma atividade de intervenção. Como conclusão, Camilo (2019) aponta para a importância da formação continuada entre os educadores em relação à temática da sexualidade, vista como um processo contínuo de apropriação de conhecimentos na formação profissional, de modo que os educadores compreendam que a criança apresenta comportamentos sexuais, ao longo do seu desenvolvimento desde que nasce. A autora utiliza autores como César Nunes, Mary Neide Figueiró, Paulo Freire e Ana Claudia Bortolozzi.

A dissertação 6 "Afinal, os anjos têm sexo? Concepções e ações formativas sobre a sexualidade na infância em uma rede municipal de educação infantil", de Camila Campos Vizzotto Alduino (2021), tem como objetivo ofertar e desenvolver um projeto de intervenção em formação continuada às profissionais de Educação Infantil, com o intuito de investigar e compreender suas percepções e ações a respeito do tema da sexualidade infantil. Foi resultado de uma pesquisa-ação em que participaram professores, diretores e coordenadoras do projeto de intervenção, onde foi realizada a aplicação de questionários. Após a coleta de dados e os encontros de formação com o grupo, a autora concluiu que ainda existe muita dificuldade em dialogar, refletir e compreender que sexualidade na infância está presente durante todo o seu desenvolvimento, fato este que mostra a necessidade da continuação de formações sobre essa temática tão urgente. Alguns autores utilizados são: Mary Neide Figueiró, Paulo Freire e documentos legais nacionais.

A dissertação 7 "Desvelando a Sexualidade na Educação: repensando estratégias para Formação de Educadores em Educação Sexual", de Aline Patrícia De Souza (2021), foi

resultado de uma pesquisa que buscou entender as necessidades e dificuldades no processo ensino-aprendizagem, quando se envolve a temática sexualidade, visando desenvolver estratégias para a formação continuada de Educação Sexual. A pesquisa qualitativa foi realizada com 10 professoras de Educação Infantil e Séries Iniciais, por meio de entrevistas semiestruturadas e seguida por oficinas, para que os professores refletissem e aprendessem estratégias para trabalharem a sexualidade em sala de aula. Como conclusão, a autora aponta que os docentes não se sentem preparados para fazer Educação Sexual, pois alegam que falta formação específica e materiais de apoio pedagógico são escassos. As referências utilizadas foram: Mary Neide Figueiró, Paulo Freire, Ana Cláudia Bortolozzi, César Nunes, documentos legais nacionais e Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos Universais.

A dissertação 8 "Educação Sexual e formação de professores: uma revisão bibliográfica sistemática nas bases Capes e IBICT entre 2000 e 2020", de Ana Regina Branco de Miranda (2021), foi resultado de uma pesquisa que teve objetivo de analisar e identificar produções acadêmicas sobre práticas na formação de professores em Educação Sexual, por meio de revisão bibliográfica sistemática no Portal de Periódicos da CAPES e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, entre os anos de 2000 e 2020. A pesquisadora selecionou 6 artigos e 20 teses e dissertações. A partir dessa seleção, a autora analisou os recursos metodológicos utilizados nas formações e concluiu que tais recursos são fundamentais para provocar reflexão, problematizar, melhor argumentar e fundamentar teoricamente. A autora concluiu que é fundamental a formação de professores para a Educação Sexual, para que assim adquiram mais conhecimentos para poder mediar esse saber a seus educandos. Utilizou autores como: César Nunes; Sônia Mª Martins Melo e Márcia de Freitas (2006); Ana Claudia Bortolozzi, Paulo Freire, Mary Neide Figueiró, documentos legais nacionais e Laurence Bardin.

A dissertação 9 "Todas somos Educadoras Sexuais: a Formação Continuada na Educação Infantil pensa sobre isso?", de Thaís Villa Oliveira (2021), expôs uma pesquisa que teve por objetivo analisar e identificar a presença da Educação Sexual na formação continuada de professores de Educação Infantil, em um município, entre os anos de 2015 e 2019. Para isso, a autora realizou uma pesquisa documental com técnica de Análise Documental de documentos que fundamentam a formação continuada do município. Ao final, a autora conclui que há presença de Educação Sexual somente em uma das modalidades de formação oferecida (sistêmica), mas que esta é generalizada. E que o público-alvo das formações não eram os profissionais de Educação Infantil, mas do Ensino Fundamental e outros profissionais da Rede Municipal. A autora ressalta que melhorias são necessárias em relação ao processo formativo de professores sobre Educação Sexual, para que a temática seja tratada de forma mais científica

e humanizada, de modo que os docentes possam refletir sobre a sexualidade em suas práticas pedagógicas. Utiliza como algumas referências: Caderno Pedagógico (Melo *et al.* 2011), Figueiró, Freire, Bortolozzi, Patrícia Mendes (2016) e documentos legais nacionais.

A dissertação 10 "Formação de professores e professoras para as questões de gênero na Educação Infantil: uma análise bibliográfica (2000-2020)", de Gabriel Rodrigues Serrano (2023), expôs uma pesquisa que objetivou identificar, analisar e produzir um Estado da Arte sobre a formação de professores/as para as questões de gênero na Educação Infantil, entre os anos de 2000 e 2020. Após selecionar as teses e dissertações, o autor realiza a análise sistematizada sobre as questões de gênero na Educação Infantil no Brasil, a partir das categorias freireanas: realidade concreta, diálogo e práxis. Ao concluir, o autor compreende que a Educação Sexual deve estar presente no cerne do currículo da Educação Infantil para que as crianças possam reconhecer o seu corpo, a heterogeneidade e assim combater violências sexuais. De mesmo modo, reconhece lacunas na formação continuada de professores/as da Educação Infantil, em relação a questões de gênero e ao entendimento da criança como um ser histórico-social.

Ao analisar brevemente os trabalhos selecionados, fica perceptível a constatação de que muitos professores/as da Educação Infantil ainda encontram dificuldades em lidar com questões relacionadas à sexualidade e gênero em suas práticas pedagógicas. Fato este que se dá, muitas vezes, por conta de tabus e preconceitos, do senso comum, de questões religiosas e políticas que envolvem as discussões em torno desta temática, que está sempre presente no cotidiano educativo, mesmo que na maioria das vezes vivenciada num currículo oculto[13], repressor.

É unânime que todas as pesquisas chegaram à conclusão de que temos a urgência de investimento em formação continuada de qualidade. Para isso, registramos necessário que essas formações sejam baseadas em conhecimentos científicos, que busquem refletir práticas de Educação Sexual que respeitem o ser humano na sua totalidade, desde a Educação Infantil.

A seguir, demonstro o resultado da busca, realizada no Portal de Periódicos da CAPES, também por artigos, utilizando os mesmos descritores e combinações da anterior. Relaciono os trabalhos encontrados todos juntos em um quadro único aqui também, pois alguns se repetiram nas três buscas efetuadas. A seleção dos artigos que realizei ocorreu após leitura dos seus resumos, considerações finais e referências bibliográficas.

---

[13]De acordo com Michael Apple, o conceito de "currículo oculto" refere-se "às normas e aos valores que são implicitamente, mas eficazmente, ensinados nas escolas e sobre os quais o professor em geral não fala nas declarações de metas e objetivos" (Apple, 2006, p. 126), isto é, são conhecimentos transmitidos de forma não intencional, que não estão oficialmente no currículo formal, mas de igual modo são transmitidos por meio de interações sociais, regras impostas, normas culturais, relações de poder.

Quadro 5 – Artigos – Portal de Periódicos CAPES

ARTIGOS			
Busca: PORTAL DE PERIÓDICOS – CAPES **Descritores: “Educação Sexual”; “Educação Sexual Emancipatória”; "Educação Infantil"; “Formação Continuada”** **Busca 1: “Educação Sexual” OR “Educação Sexual Emancipatória” AND "Educação Infantil"** **Busca 2: “Educação Sexual” OR “Educação Sexual Emancipatória” AND “Formação Continuada”** **Busca 3: “Educação Sexual” OR “Educação Sexual Emancipatória” AND "Educação Infantil" AND “Formação Continuada”** **Período: últimos 10 anos**			
Nº	**ANO**	**TÍTULO**	**AUTOR(A)/ INSTITUIÇÃO**
1	2014	Educação sexual e sexualidade, intuição e sensibilidade: referências para práticas pedagógicas de professores na Educação Básica	Vera Márcia Marques Santos (UDESC)
2	2016	Existe algo oculto nas tessituras curriculares da educação para a infância?	Virginia Georg Schindhelm (UFF); Dayse Martins Da Hora (UCP)
3	2018	Infância, Educação Infantil e Educação Sexual: uma análise a partir dos Estudos Culturais em Educação	Jackson Ronie Sá-Silva; Raimundo José Pereira da Silva (UEMA)
4	2019	Conquistas e Desafios das Educadoras e Educadores Atuantes em Educação Sexual: Subsídios para a Formação Docente	Mary Neide Damico Figueiró (UEL)
5	2021	Sexualidade e Educação Sexual: uma perspectiva interdisciplinar na Educação Infantil	Maria Fernanda Celli de Oliveira; Luci Regina Muzzeti; Laís Inês Sanseverinato Micheleti (UNESP – Araraquara)
6	2021	Sexualidade Infantil e a Formação de Professores(as) no Brasil	Claudionor Renato da Silva (UFJ); Ana Claudia Bortolozzi (UNESP – Bauru)
7	2023	Reflexões sobre a formação continuada de professoras/es e suas interfaces com a educação sexual no cotidiano da educação infantil	Leandro Antunes; Sonia Maria Martins de Melo (UDESC)

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2023).

O artigo 1 “Educação sexual e sexualidade, intuição e sensibilidade: referências para práticas pedagógicas de professores na Educação Básica”, de Vera Márcia Marques Santos (2014), é um recorte da pesquisa de doutorado da autora, a qual estabeleceu diálogos sobre formação continuada e práticas pedagógicas de professores/as no Brasil e em Portugal. Eles apontam que quando se referem às manifestações da sexualidade presentes no cotidiano educativo prevalece o discurso de que as práticas pedagógicas são baseadas na “intuição e sensibilidade”. Tal discurso motivou a tese e foi constatado pela fala de professores/as de vários

municípios de um estado do sul do Brasil, por meio de espaços de formação inicial e na disciplina Educação e Sexualidade, nos cursos de Pedagogia (presencial e à distância). É uma pesquisa de cunho qualitativo e que concluiu que o conhecimento e a formação continuada são essenciais para se desenvolver práticas pedagógicas mais respeitosas e cuidadosas nas questões que envolvem sexualidade. Alguns autores utilizados foram: Freire, Melo; Pocovi (2002).

O artigo 2 “Existe algo oculto nas tessituras curriculares da educação para a infância?”, de Virginia Georg Schindhelm e Dayse Martins Da Hora (2016), é um estudo que tem como centro as questões de gênero e sexualidade das crianças, bem como as vivências dos educadores, em um currículo que não é prescrito ou planejado, mas que está presente na escola. A pesquisa foi realizada em duas escolas e contou com observação participante e registro de narrativas, em um diário de campo; entrevistas semiestruturadas com os educadores; diálogos e trocas de conhecimento durante a formação continuada e uma revisão bibliográfica. Os resultados obtidos foram os seguintes: omissões e silenciamentos em relação ao tema; experiências problemáticas vividas pelos/as adultos/as, resultando em incertezas, em singularidades e em conflitos de valores; discursos marcados por angústias e constrangimentos em relação ao aspecto sexual e lacunas no conhecimento da equipe pedagógica sobre gênero e sexualidade das crianças.

O artigo 3 “Infância, Educação Infantil e Educação Sexual: uma análise a partir dos Estudos Culturais em Educação”, de Jackson Ronie Sá-Silva e Raimundo José Pereira da Silva (2018), faz uma análise teórica documental que questiona e problematiza as concepções de infância, educação infantil, educação sexual e a pedofilização social, presentes em materiais bibliográficos que se baseiam nos Estudos Culturais em Educação, particularmente na abordagem pós-estruturalista. O conceito de infância é entendido como uma construção cultural, fluida e multifacetada, na qual conhecimentos e relações de poder são mobilizados para definir e influenciar as experiências das crianças. A educação infantil e a educação sexual são entendidas como invenções pós-modernas construídas por meio de discursos normalizadores, que se articulam para regular, posicionar e controlar as crianças por meio de lógicas binárias, higiênicas e totalizantes. A perspectiva desconstrucionista da educação sexual infantil problematiza esses mecanismos e destaca a importância de se combater a violência sexual e de gênero.

O artigo 4 “Conquistas e Desafios das Educadoras e Educadores Atuantes em Educação Sexual: Subsídios para a Formação Docente”, de Mary Neide Damico Figueiró (2019), é construído com base em estudos e projetos de extensão realizados entre 1995 e 2013, na Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR) sobre formação continuada em Educação Sexual

e busca refletir sobre as conquistas, superações e desafios relacionados ao trabalho do educador, além de fornecer elementos que podem subsidiar a atuação dos formadores. Entre as conquistas significativas para os/as educadores/as dedicados/as à Educação Sexual, ocorreram seu crescimento em sua compreensão pessoal da sexualidade, que pode ter reflexos positivos em sua própria vida sexual, bem como suas conquistas de maior proximidade e amizade com seus educandos/as. No entanto, os desafios são diversos e têm se intensificado devido à crescente onda conservadora. Um desses desafios é a necessidade de superar a vergonha e o medo de falar sobre sexo. A autora (2019) conclui que formadores/as e educadores/as precisam estar cientes dos desafios e das alternativas legais que respaldam o ensino da sexualidade nas escolas, a fim de não se deixar paralisar diante de ações repressoras. Além disso, é necessário desenvolver o fortalecimento e a união dos profissionais que atuam nas escolas, começando pelo entendimento do significado e da importância da educação sexual planejada e intencional na vida de crianças, adolescentes e jovens.

O artigo 5 “Sexualidade e Educação Sexual: uma perspectiva interdisciplinar na Educação Infantil”, de Maria Fernanda Celli de Oliveira; Luci Regina Muzzeti e Laís Inês Sanseverinato Micheleti (2021), tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a possibilidade de interdisciplinaridade no contexto escolar, no que se refere à sexualidade e à educação sexual na Educação Infantil, tendo em vista que as questões relacionadas à sexualidade frequentemente não são vistas como conteúdo interdisciplinar, e que abordar o tema, dentro ou fora das instituições de ensino, ainda é considerado um tabu, requerendo desmistificação e integração do conhecimento científico e social. As autoras buscaram com esse trabalho promover discussões sobre essa problemática e, principalmente, identificar as contribuições que elas podem trazer para a sociedade em geral, especialmente para as crianças atendidas pelo sistema educacional brasileiro.

O artigo 6 “Sexualidade Infantil e a Formação de Professores(as) no Brasil”, de Claudionor Renato da Silva e Ana Cláudia Bortolozzi (2021), tem como objetivo apresentar a teorização da sexualidade infantil e discutir a formação de professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. O autor fez um estudo sobre a sexualidade infantil por meio da metodologia *Grounded Theory*. Os principais assuntos discutidos no artigo são: a pesquisa de doutorado que resultou em uma teorização sobre a sexualidade infantil e as propostas para a formação de professores nesta temática. As implicações desta investigação foram contribuições importantes para a educação sexual e para a formação de professores, principalmente no que diz respeito à consideração da sexualidade das crianças pequenas como um aspecto de seu desenvolvimento "biopsicosexossocial".

O artigo 7 “Reflexões sobre a formação continuada de professoras/es e suas interfaces com a educação sexual no cotidiano da educação infantil”, de Leandro Antunes e Sonia Maria Martins de Melo (2023), tem como objetivo refletir sobre a formação continuada de professoras/es, com base nos pressupostos da educação emancipatória na perspectiva freireana e suas relações com a Educação Sexual no contexto da Educação Infantil. O artigo visa fornecer subsídios para a ampliação dos estudos sobre esses fundamentos teóricos, que são o foco de um projeto de dissertação de um dos autores. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, realizada com base nas obras de Paulo Freire e em artigos de outros autores que abordam temas relacionados ao pensamento freireano, à formação continuada e à Educação Sexual emancipatória. Ao chegar às reflexões finais, os autores observaram que Paulo Freire aponta para as muitas possibilidades de contribuir para processos de formação continuada emancipatória de professoras/es por meio da integração com projetos intencionais de Educação Sexual emancipatória, em busca constante de transformação.

Após analisar brevemente os artigos acima, percebemos a importância da formação continuada para professores/as que atuam no cotidiano educativo das instituições, muitos até buscam fazer uma Educação Sexual intencionalmente emancipatória que respeite seus educandos, mas encontram muitos percalços legais e nas práticas ditadas pelas normas. É por meio da formação que oportunizamos espaços para a reflexão crítica sobre suas práticas pedagógicas, com base em conhecimentos científicos, o que auxiliará os/as educadores/as a vencer barreiras, preconceitos e tabus ainda existentes em torno da temática sexualidade e contribuirá assim para que ampliemos as possibilidades de propor/fazer uma Educação Sexual intencional realmente emancipatória.

A partir dessa caminhada relatada acima, reafirmo a validade e a importância da presente pesquisa para buscar ouvir professores/as para compreender como entendem a categoria da Educação Sexual em seu trabalho educativo, pois, a partir do que for constatado, estabelecer um diálogo que subsidie processos de formação continuada emancipatória, em conformidade ao que já afirmava Freire (1996).

> Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (Freire, 1996, p. 40).

Reafirma o autor a importância de cada professor/a pensar criticamente a sua prática docente, inclusive com o apoio de processos de formação continuada numa perspectiva emancipatória de ser, de modo que os/as professores/as possam refletir e compreender que o

processo da educação se dá na relação dialógica do/a educador/a com o/a educando/a por meio das vivências cotidianas, onde a teoria precisa ser o fundamento em suas práticas, pois ambas precisam caminhar juntas. Reafirmamos nosso compromisso de buscar atender a necessidade da formação continuada em Educação Sexual numa perspectiva emancipatória, já que está a sexualidade presente a todo momento no ato de educar cotidianamente, por ser uma dimensão inseparável do existir humano.

A seguir, dialogo sinteticamente com meus cúmplices teóricos "*a priori*", que foram pontos de partida da caminhada do projeto de pesquisa, nessa perspectiva de contribuir com a produção de conhecimento científico sobre Educação Sexual Emancipatória.

3. CÚMPLICES TEÓRICOS: "COMPANHEIROS/AS" DE DIÁLOGO DA CAMINHADA NA PESQUISA

Neste capítulo, dialoguei com alguns/algumas autores/as que foram as minhas companhias nesse processo da pesquisa, a partir das palavras-chaves, destacadas como as que se tornaram as categorias centrais da caminhada. Embasada nos seus estudos, fundamentei as seguintes categorias: Educação Sexual, Educação Sexual Emancipatória, Educação Infantil e Formação Continuada. A partir da escolha destas categorias, eixos do meu problema de pesquisa, reafirmei os meus objetivos, fortalecidos pela realização da busca sistemática definitiva, onde encontrei vários interlocutores que foram também utilizados como apoio inclusive da análise de dados, passei a dialogar com autores/as fundamentais para melhor aprofundar cada uma delas, como ponto de partida de revisão teórica de aprofundamento necessária para tecer a teia da dissertação ora apresentada.

De acordo com Bardin (2016, p. 148), "classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles." Assim, pretendi aqui fundamentar cada uma das categorias escolhidas, em um movimento dialógico, onde uma complementa a outra.

Portanto, explano a seguir o quadro com os cúmplices teóricos "*a priori"* que foram utilizados na pesquisa e componho o tecido teórico-inicial da dissertação.

Quadro 4 - Categorias e cúmplices teóricos "a priori", para início da caminhada

CATEGORIAS	CÚMPLICES TEÓRICOS
EDUCAÇÃO SEXUAL	Figueiró (2014); Nunes; Silva (2006); Nunes (2006); Melo et al. (2012); Kornatzki (2013); WAS (2014);
EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA	Figueiró (2018); Nunes; Silva (2006); Nunes (2018); Melo et al. (2012); Carvalho et al. (2012); Kornatzki (2013); WAS (2014); Pacheco (2022);
EDUCAÇÃO INFANTIL	Brasil (1996); Brasil (2009); Florianópolis (2010); Florianópolis (2012); Martins Filho; Martins Filho (2013); Florianópolis (2015); Brasil (2017); Brasil (2018); Bortolozzi (2022);

FORMAÇÃO CONTINUADA	Brasil (1996); Melo et al. (2012); Brasil (2014); Brasil (2017); Freire (2019); Brasil (2020); Bortolozzi (2022).

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2023).

A partir deste quadro, a seguir, algumas reflexões sobre a categoria Educação Sexual, onde desvelo suas vertentes pedagógicas.

3.1 CONVERSANDO SOBRE A CATEGORIA EDUCAÇÃO SEXUAL E SUAS VERTENTES PEDAGÓGICAS

A fim de refletir e contextualizar a categoria da Educação Sexual, trago aqui inicialmente reflexões sobre o conceito de sexualidade, por ser esta considerada pelo Grupo EDUSEX, do qual sou membro, como dimensão indissociável da constituição do ser humano, já que somos todos seres sexuados e estamos a todo momento educando e sendo educados também sexualmente, assim como definem Melo *et al.* (2012).

> Todos e todas são seres sexuados, e essa sexualidade se manifesta das mais diversas formas. Seja através dos sentimentos, das emoções, da relação sexual, do prazer. Essa dimensão "sexualidade" é parte indissociável de todos nós, em qualquer época de nossa vida, em qualquer ambiente, inclusive no escolar. (Melo *et al.*, 2012, p. 23-24).

Corroborando com isto, fomos a Nunes e Silva (2006, p. 02), que já defendiam que a sexualidade é uma manifestação inerente da condição humana, ou seja, faz parte da própria constituição intrínseca do que é ser humano. Assim sendo, é uma das dimensões inseparáveis de sua manifestação subjetiva, histórica e social, considerando que somos seres humanos e neste processo somos seres inacabados em constante transformação e em constante processo educativo.

Diante disso, reafirmo que estamos em constante formação, educando e nos educando o tempo todo. Como já dizia Freire (2022, p. 95), "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". É importante ressaltar aqui essas relações mediadoras do mundo, pois implica a questão de que o contexto sócio-histórico em que esses sujeitos se encontram influencia na educação recebida/construída, a partir de ideias e princípios estabelecidos naquele momento histórico, naquele espaço geográfico, no modo de produção de vida vigente.

Registramos que a discussão sobre sexualidade sofreu inúmeras transformações ao longo dos tempos, assim como ocorreu com os diversos modos de produção de vida da

humanidade. Melo *et al.* (2012) defendem que, nos últimos tempos, a ciência conseguiu muitos avanços em seus estudos para melhor explicar questões relacionadas sobre a temática, de tal modo que, atualmente, ainda dentro do mesmo modo de produção de vida, novas etapas desse modo de vida e de suas relações sociais surgiram, assim como princípios e valores de convivência, com reflexos positivos ou negativos sobre a compreensão da dimensão sexualidade, e consequentemente, sobre como se constituem os processos de Educação Sexual entre as pessoas. Mas testemunhamos grandes desafios, dificuldades, preconceitos e tabus em torno do assunto, decorrentes da prevalência de uma visão tornada hegemônica pelos que detêm os meios de produção no modo capitalista, que "naturalizam" um modo de ser e estar no mundo, modo de ser desumano e repressor do que desta visão seja diverso. Fica demonstrada com mais evidência, então, a necessidade contínua de busca pelo conhecimento e formação científica nessas questões, emergindo daí, na contramão da desumanização vigente, correntes críticas progressistas com grande força sobre o debate da importância de a Educação Sexual ser refletida e debatida nos espaços educativos formais e não-formais em suas possibilidades emancipatórias. Essa perspectiva vai ao encontro do que Pacheco (2020) afirma:

> Pela falta do entendimento sobre ser a sexualidade uma rica dimensão humana, falar de sexualidade com serenidade ainda não é um hábito generalizado, o que está intimamente relacionado à construção sócio-histórica de uma compreensão da questão calcada em uma perspectiva desumanizadora, expressa em abordagens repressoras. (Pacheco, 2020, p.46).

Partindo desse pressuposto de que o conceito de sexualidade é uma construção sócio-histórica e que se transforma (ou não) ao longo do tempo, como expressão do modo de vida vigente e hegemônico, os professores precisam buscar compreender cada vez mais suas possibilidades na categoria de Educação Sexual, que propomos e a denominamos, como fez Nunes (1996), numa abordagem emancipatória, a fim de promover uma Educação Sexual que seja humanizada, crítica e que respeite os indivíduos na sua totalidade. Essa abordagem é urgente, pois, como Freitas (2016) identifica em sua dissertação, ainda é evidente a dificuldade de muitas pessoas, inclusive de muitos profissionais da educação, dentre eles os/as docentes, em falar sobre a temática de uma maneira geral, expressando muitas vezes dificuldades de perceber as possibilidades que existem nesta abordagem.

> Por meio de estudos realizados até agora, ou mesmo por meio de conversas informais com educadores e educadoras sobre educação sexual, fica para mim evidenciado o quão ainda é difícil para muitas pessoas, dentre elas os profissionais da educação, nos vários tipos de organizações educativas, viver e falar sobre esse assunto e até mesmo compreender que o não falar é um falar, pois compõe o currículo oculto ali vivenciado, sendo parte viva do processo de educação sexual permanente que são as relações sociais entre as pessoas. Isso porque reafirmamos que os processos educacionais são sempre sexuados, portanto, produzidos nas relações sociais do Ser com o Outro e com o Mundo, ao produzir seu modo de vida (Freitas, 2016, p.39-40).

Inclusive é evidenciado no cotidiano em que a autora atua como docente que uma grande maioria dos/as professores/as não compreende ainda a dimensão humana da sexualidade como algo intrínseco do ser humano, por vieses em sua formação e, por isso, não atentam para o fato de que, mesmo não sabendo, ou não querendo, estão educando e sendo educados sexualmente sempre, na maioria das vezes em abordagens repressoras sobre a temática, inclusive em um perverso currículo oculto.

Para isto, busquei verificar se hoje há espaços legais expressos nos documentos oficiais ligados aos processos educativos regulares (ou as brechas nele existentes) para que a Educação Sexual seja trabalhada e compreendida como "toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja no nível de conhecimento de informações básicas, seja ao nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas à vida sexual" (Figueiró, 2014, p. 38). Relembro que esse processo da Educação Sexual sempre acontece, tanto no meio familiar, quanto no escolar, ou seja, é parte inseparável de todo processo das relações sociais entre os seres humanos. Se assim o é, que o seja intencionalmente estudado e vivenciado para contribuir com a emancipação humana.

Em conformidade com esta abordagem, a autora acima citada nos relembra que é necessário sempre considerar também que a Educação Sexual pode acontecer de duas maneiras: formal e informal. Para ilustrar seu ponto de vista, citou Maria José Garcia de Werebe sobre os dois conceitos de Educação Sexual, a saber:

> A educação sexual informal, processo global, não intencional, que engloba toda a ação exercida sobre o indivíduo, no seu cotidiano, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre sua vida sexual;
> A educação sexual formal, deliberada, institucionalizada, feita dentro ou fora de escola (Figueiró, 2018, p. 36).

Compreendo então que, para uma abordagem de Educação Sexual intencional na Educação Sexual formal, numa perspectiva emancipatória nas instituições educativas, inclusive as de Educação Infantil, precisamos reconhecer as possibilidades e os limites existentes da apresentação intencional, pedagógica, da dimensão sexualidade neste espaço educativo. Compreendo que não se trata de simplesmente fazermos só uma apresentação informativa ou didática, mas de buscarmos ampliar a sua compreensão, numa abordagem crítica-reflexiva que compreenda a sexualidade como uma dimensão humana constituída por meio das relações dos seres humanos entre si com o mundo natural, produzindo conhecimento e cultura, sempre presentes nas relações na família e na sociedade em que cada ser está inserido. Deste modo,

> Portanto, os seres sempre estão educando e sendo educados nas relações sexuais que estabelecem entre si, no mundo. Então, se compreendermos que a pessoa não se dissocia da sua sexualidade por ser ela uma dimensão inseparável do existir humano, pode-se afirmar que sim, ninguém educa ninguém, a gente se educa nas relações mediatizados pelo mundo e essas relações são sempre sexuadas. Dessa forma, somos todos educadores e educadoras uns dos outros e, queiramos ou não, saibamos ou não, somos educadores e educadoras sexuais uns dos outros. (Pacheco, 2022, p. 23-24).

Reafirmo, portanto, que a educação sexual acontece a todo momento, queiramos ou não, já que a sexualidade faz parte da dimensão humana e que somos então seres sempre sexuados. E, ao educar emancipatoriamente, é impossível deixar essa dimensão de fora desse processo.

Por isso, entendo que Educação Sexual está sempre presente nas práticas docentes e que esse processo vem acontecendo ao longo dos tempos, onde as construções sócio-históricas possuem grande influência no modo como entendemos, pensamos, discutimos e vivemos a sexualidade. Tornou assim necessário para mim buscar ampliar a compreensão de como se deu esse processo de transformações histórico-sociais para buscar aprofundar a compreensão sobre como o tema está presente nos saberes e fazeres pedagógicos no cotidiano educativo onde atuo.

Para melhor elucidar essa discussão, trago as vertentes pedagógicas de Educação Sexual cunhadas por Nunes (1996), em sua tese de doutorado[14], a qual teve o título "Filosofia, sexualidade e educação: As relações entre pressupostos éticos, sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar". Essas vertentes resultam das visões de mundo que os/as profissionais de educação têm/tiveram nos sistemas educacionais brasileiros, refletindo as etapas de modo de produção de vida no qual viveram/vivem. E além dessa visão de educação, foi forjada também a visão de educação sexual por eles/as vivenciada, que o autor cunhou como vertentes pedagógicas, que sempre derivam de um "paradigma" de como compreendemos o mundo.

As vertentes surgem, portanto, como reflexos de paradigmas sobre a Educação Sexual presentes nas ações pedagógicas em escolas brasileiras. Precisamos esclarecer que "Paradigma é um tipo de visão de mundo, individual e coletivo. Essa visão se expressa no nosso fazer cotidiano, mesmo que não tenhamos consciência disto, cotidiano este sempre sexuado" (Melo *et al.*, 2012, p. 40). Então, todo processo de educação representa e apresenta um paradigma, o qual vai se transformando e se modificando ao longo do tempo, como afirma Kornatzki (2013),

> a cada nova época humana essas visões de mundo vão se transformando a partir da coexistência entre anteriores e novos conhecimentos, saberes, práticas, etc. Uma das temáticas que tem seus paradigmas é a própria educação sexual, coexistindo em nosso tempo histórico e cultural um paradigma repressor e indícios de um paradigma emancipatório que se desvela como possibilidade. (Kornatzki, 2013, p. 77).

[14]Para melhor aprofundamento, acessar a tese completa disponível em: https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1996.102903 . Acesso em 20 de setembro de 2023.

A partir do que expõe a autora em sua dissertação de mestrado (2013), ficou evidenciado que já existe uma grande preocupação de segmentos da comunidade escolar brasileira, assim como em outros países, com relação à educação sexual das novas gerações numa preocupação, a partir de correntes de educadores/as críticos-reflexivos, com a emancipação. No embate de forças entre as classes que compõem o modo de produção capitalista, muitas vezes até estão sendo criadas leis e documentos para dar sustentação a estes pressupostos de liberdade e respeito em torno da temática sexualidade, mas, na maioria das vezes, no atual recrudescimento de forças conservadoras no Brasil, em nosso contexto sócio-político, forças políticas estão retirando dos documentos legais muitas das marcas identitárias das diferenças que deveriam ser respeitadas numa abordagem humanista de Educação Sexual[15].

Nesse embate contraditório de ideias entre conservadores e progressistas, ao considerarmos a visão de Educação Sexual como um processo que está presente a todo momento nas relações entre os seres no mundo, também estão as relações sociais vividas pelos/as educadores/as. Mas, por vezes, naturalizamos entre eles/elas, uma via visão hegemônica imposta pelos detentores dos meios de produção e seus seguidores, aquela visão de que "não fazem" Educação Sexual, pois muitos dos/das profissionais de educação têm esse entendimento, sendo que muitos nem compreendem que, mesmo assim, igualmente o vivem, mesmo o negando, pois não têm desvelada essa condição de ser sua sexualidade inseparável do existir humano.

Isto porque fica oculto o fato de que, "as relações sociais, sempre sexuadas, produzem e reproduzem paradigmas, processo esse dinâmico e contraditório pelo embate entre as diferenças" (Kornatzki, 2013, p. 80). Contudo, pelo fato de os seres humanos estarem inseridos em um modo de produção capitalista, espaço de lutas entre duas classes sociais, a autora citada utiliza os estudos de Santos (2003), para afirmar que eles estão inseridos dentro de dois paradigmas maiores: um regulador e outro emancipatório. Senão, vejamos que

> de acordo com cada contexto em que se encontram sujeitos em relação entre si, esses dois paradigmas se manifestam cada qual com mais ou menos força em relação ao outro pelas relações interpessoais e, assim, em todo conjunto de discursos, produtos, tecnologias, mídias e dispositivos produzidos pelas pessoas e presentes no ambiente. Porém, o paradigma repressor se manifesta capilarmente com tal força, no presente modo de produção social, podendo ser observado claramente em expressões que podem ser denominadas de vertentes pedagógicas construídas e reconstruídas histórico-culturalmente pelos seres humanos. Essas vertentes, por serem abordagens derivadas da produção humana no mundo, podem também se contrapor a tal repressão

[15] Para aprofundar o assunto, sugiro a leitura do livro **Compondo a cena de dissenso: a retirada dos termos "ideologia de gênero" e "orientação sexual" do Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024**, escrito por nossa colega de Grupo, a Prof.ª Dra. Patrícia de Oliveira S. P. Mendes.

> em busca da emancipação se assim for a vontade e força dos seres humanos. (Kornatzki, 2013, p. 80).

Como forma de subsídio para a compreensão e aprofundamento desta pesquisa, registro a seguir as já citadas vertentes que Nunes (1996) cunhou a partir de estudos sobre os discursos de Educação Sexual no Brasil, que para ele, em suas palavras, são abordagens pedagógicas brasileiras de Educação Sexual. O autor categorizou cinco vertentes, dentre elas quatro repressoras: a vertente médico-biologista ou biologista-reprodutivista, a vertente normativo-institucional, a vertente terapêutico-descompressiva, a vertente consumista e quantitativa pós-moderna, e uma última, a emancipatória, libertadora, a qual está em constante construção como fruto da luta pelas forças progressistas por sua realização.

É importante frisar que essas vertentes repressoras contribuíram para a manutenção de uma Educação Sexual que não enxergava e não enxerga o sujeito na sua subjetividade, de maneira que não respeita suas singularidades. Relembro que cada vertente reflete os modos de pensamentos do capitalismo de sua época, ou seja, "todas essas vertentes "mudaram" a Educação Sexual, contribuindo para que essa não mudasse" (Nunes, 1996, p. 41). E vale acrescentar que ainda as encontramos presentes no nosso dia a dia.

Conforme Kornatzki (2013), o referido autor faz uma análise dialética e histórica, a partir do levantamento, contextualização e categorização das vertentes, onde desvela as grandes influências do tempo histórico, político, social e econômico, nas quais ele estava inserido no momento da pesquisa, em 1996. Fato este que vai de encontro com a presente pesquisa, já que baseado nas vertentes, trouxe indicadores para analisar o meu momento como pesquisadora. Tais indicadores funcionaram como suportes para investigar e analisar o vivido no cotidiano educacional, na busca da compreensão de professores/as de um NEIM sobre a categoria Educação Sexual, com uma coleta de dados via aplicação de um questionário aos/às docentes desta unidade educativa.

Portanto, reafirmo minha compreensão que as vertentes são reflexos da compreensão sobre a sexualidade em diversos tempos sócio-históricos no Brasil, nos quais os seres humanos vivenciaram a sua relação com o outro, enquanto enfrentavam as contradições do cotidiano ao vivenciar seu modo de produção de vida.

> Nesse sentido, resultam das relações humanas de poder e dominação em que discursos e abordagens se fortalecem sobre outros mediante pressões ideológicas. Essas pressões são, por sua vez, fortalecidas pelas condições materiais e auxiliadas também pelo uso das mídias em favor de si (Kornatzki, 2013, p. 82).

A seguir, apresento uma síntese das vertentes pedagógicas de Educação Sexual estudadas, finalizando cada uma delas com indicadores que, em cada uma, constituem os critérios que nortearam minha análise do material coletado sobre a compreensão de professores/as de um NEIM de Florianópolis, sobre Educação Sexual, seguindo os critérios elencados por Antunes (2023).

3.1.1 Vertente pedagógica biologista-reprodutivista

Na tese de Nunes (1996), vemos que ele denomina uma das vertentes de médico-biologista ou biologista-reprodutivista, sendo a primeira vertente apresentada. Os discursos biologistas-reprodutivistas da década de 70 do século XX, na maioria dos livros de Ciências, cursos e intervenções nas instituições educacionais, vinham como um suporte ao enfrentamento da tal "revolução sexual" da época, fato este que também acontecia nos meios de comunicação e na vida pública. Eram discursos conservadores e institucionais que faziam parte da vida dos/as brasileiros/as, derivados de interpretações biologistas redutoras do existir humano, predominantes em vários discursos médicos (Nunes, 1996).

O autor nos explica ainda que, na vertente, a sexualidade aparece como uma visão biologista-reprodutivista, de acordo com uma perspectiva repressora do existir humano, advinda de uma interpretação redutora das Ciências Naturais e suas interfaces com as Ciências Humanas. "A interpretação biologista reduz a dimensão humana ontológica a uma concepção funcionalista, decorrente de seu fundamento epistemológico positivista e tem como paradigma da natureza como determinista da condição humana" (Nunes, 1996, p. 139).

Para o autor, durante as décadas de 70 e 80 do século XX, época em que a AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis estavam no auge, tratávamos "[...] a sexualidade como um amontoado de generalizações biológicas, descritivas, funcionalistas e profiláticas, propondo uma profilaxia de um conhecimento absolutamente descritivo e medidas restritivas e indicativas de tratamento médico, até patológico" (*Ibid*., p. 141). Dessa forma,

> em resposta a tudo isso, portanto, livros didáticos de Ciências, cartilhas e outros materiais pedagógicos são lançados nas escolas, alertando para formas de prevenção e cuidado, associando as práticas sexuais "pervertidas" à proliferação dessas doenças. Segundo o autor, tratava-se de um "amedrontamento institucional". "Pervertidas" seriam todas as práticas sexuais fora do padrão sem fins procriativos (Kornatzki, 2013, p. 83).

Em sua tese, Nunes (1996), portanto, denuncia a existência desta vertente e desvela ser esta uma expressão de concepção médico-higienista repressora, na qual a Educação Sexual se

fundamenta apenas nas noções de higiene e procriação, ou seja, por meio de propostas de novas concepções de higiene corporal e de higiene sexual, com o intuito de controlar e prevenir as doenças sexualmente transmissíveis, ou mais especificamente, usar este pretexto para um controle regrado da dimensão sexualidade.

Nesta vertente, o autor aponta que o ser humano é entendido e reduzido a um conjunto de funções do seu aparelho biologicamente determinado. O que prevalece, exclusivamente, seria a "evolução natural", a reprodução da espécie, levando assim a compreender a sexualidade apenas em sua dimensão procriativa. A sexualidade, então, é reduzida como algo que é simplesmente controlada, por ser uma força natural e instintiva, e até selvagem do ser humano, uma força propulsora a ser utilizada apenas para a reprodução, a procriação. Ou seja, como também registrou Carvalho (2009),

> o ser humano não passa de um conjunto de funções e aparelhos determinados para o funcionamento biológico. O enfoque da sexualidade sob essa compreensão é centralizado em sua dimensão procriativa, não prestigiando sua significação essencial, que é a histórico-ontológica, ética e cultural. Além de ressaltar a procriação, destaca as doenças, as descrições fisiológicas e pauta o seu discurso no controle e inibição de práticas sexuais. Nessa visão, a sexualidade humana deverá compreender apenas o funcionamento dos aparelhos reprodutivos na evolução animal e, consequentemente, preparar a criança e o adolescente, assim como o educador, para a descrição e a intervenção científica sobre os mecanismos da reprodução. (Carvalho, 2009, p. 43).

Essa abordagem apresenta uma forte ênfase na fisiologia dos órgãos genitais, no sistema reprodutor masculino e feminino, mas apenas para ressaltar as maneiras de prevenir doenças, por meio de um forte discurso sexista, demarcando e normatizando diferenças e desigualdades entre homens e mulheres. Como nos alerta Pacheco (2014),

> esta vertente enfatiza que no cotidiano escolar muitas vezes se reforça a desigualdade entre os sexos, estipulando tarefas diferenciadas para meninos e meninas, acirrando a competição entre eles e estimulando a submissão entre elas, pautando-se num diferencial biológico, que é usado para justificar o sexismo. E ainda, condutas diferentes do padrão dito "normal" [...] (Pacheco, 2014, p 35).

Percebemos, portanto, que o ser humano, nesta vertente, não tem suas singularidades respeitadas, não é visto como um ser em constante construção histórica e social, apesar de viver em um mundo dialético, em uma relação de contradições que podem se expressar em superações e avanços humanistas.

Tendo em vista que esse projeto dialogou, como já mencionado anteriormente, com a pesquisa de Antunes (2023), relembro que sinalizo como meus indicadores os mesmos indicadores da vertente extraídos e usados por ele em sua pesquisa, a partir da vertente biologista-reprodutivista. Como critérios para a análise dos questionários, destacamos os seguintes indicadores: prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST, contenção

e higiene da sexualidade e genitália; questões de reforçar os papéis sociais entre homens e mulheres; educação sexista, como comportamentos esperados apenas nos padrões da matriz heteronormativos; visão do corpo/sexo apenas como um aparelho reprodutor, com foco nos órgãos genitais entendidos apenas como reprodutores masculino e feminino; reforço às informações sobre IST's, mais com um aspecto causador de medos, e não numa linha de prevenção e de direito à saúde sexual; sexualidade vista como uma mera força propulsora de procriação.

Passo agora para as reflexões sobre a segunda vertente que, ao ser desvelada, apresenta características diferentes da biológico-reprodutivista, aparentando ser antagônica a ela, mas que, na verdade, está mantida como a primeira até os dias atuais, na mesma direção repressiva, sendo que a segunda busca engendrar e enquadrar avanços concretos, mas propondo uma "nova" maneira (repressora) de viver, mascarada de liberdade.

3.1.2 Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva

A segunda vertente trazida por Nunes (1996) tem sustento na psicologia de Freud, na teoria de Reich, no feminismo e em ideias liberacionistas. Kornatzki (2013, p. 85) registra que, em seus estudos, o autor citado contextualiza que, filosoficamente, era um momento em que acontecia como "[...] uma resposta às crises do século XX, como as duas grandes guerras mundiais, a 'Guerra Fria', o nazismo, o fascismo e o estalinismo. As grandes utopias históricas estavam 'desacreditadas' e no Brasil havia a Ditadura Militar[16]". Concomitantemente, vivíamos o fortalecimento de nova etapa do capitalismo e o acelerado desenvolvimento das mídias de comunicação, tais como a televisão, as rádios, os jornais e as revistas. Destacamos que com o crescimento dos meios de comunicação, espalhou-se, inclusive pelas mídias daí decorrentes, alimentadas pela classe hegemônica do capital, uma maior propagação de discursos da sexualidade confessionais e consumistas, baseados na psicologia reducionista e no senso comum (*Ibid.*, 2013), tal como nos mostra Nunes (1996) que

> programas de televisão, colunas de jornais, desde colunas de jornais de tradição mais vulgar até às principais editoras e revistas, acentuam um discurso confessional exemplar sobre a sexualidade. O recurso é quase sempre aos fundamentos da Psicologia e ao senso comum dialógico, uma espécie de mistificação do que seja dialogar. Expressões como 'abrir a palavra' ou "descumprir as práticas" estão na

[16] "A ditadura militar no Brasil durou 21 anos, teve 5 mandatos militares e instituiu 16 atos institucionais – mecanismos legais que se sobrepunham à Constituição Federal. Nesse período, houve restrição à liberdade, repressão aos opositores do regime e censura". A ditadura teve início com um golpe militar ao então governo de João Goulart, em março de 1964, e teve seu fim em 1985 com a eleição de Tancredo Neves, por votos indiretos. Disponível em: https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/ Acesso em 17 de abril de 2023.

> mesma linha de atuação. Estes discursos ou formas de compreender a explosão da sexualidade são variantes da lógica capitalista, mantém-se na mesma interpretação ou tradição, não acrescentam nenhuma outra significação existencial ou política à uma sexualidade consumista e presa aos ditames da compensação orgástica atual. (Nunes, 1996, p. 159).

Para o mesmo autor (1996), a crise da modernidade burguesa trouxe a "liberação sexual", que, no concreto da vida, pôde ser entendida como um "motor estimulativo do capitalismo consumista", que logo ganhou forças, devido à repressão sexual vivida em sociedade, onde as pessoas ansiavam por liberdade, o que acabou transformando os corpos em mercadoria, pela comercialização de produtos compensatórios de frustrações existenciais e da quantificação de práticas sexuais.

Não temos dúvidas que a sexualidade é vista aparentemente nesta vertente como um ato de prazer, mas o que ocorre é que se propagam práticas deserotizadas, padronizadas, liberacionistas, que não percebem o Ser na sua subjetividade. Os controladores das mídias, muito intencionalmente pela televisão, ampliados pelas redes sociais, reproduziram em seus conteúdos estereótipos sexuais de homem, mulher, pai, mãe e família, com papéis já determinados, numa perspectiva redutora do que são as potencialidades de cada uma dessas categorias. Conforme Pacheco (2014, p. 37) coloca, "nessa vertente surgem algumas 'receitas' sobre a sexualidade: o sexo é ditado a partir de técnicas e metodologias; seres humanos são vistos como atletas sexuais; práticas e produtos para potencializar o sexo são incentivados; há uma aparente liberação sexual".

Conforme Nunes, o corpo humano e suas relações sexuais são vistos, por essa perspectiva, como mercadorias para gerar lucros; são produtos a mais para o capitalismo. Ocorreu uma "liberação sexual" resultante da aparente reação a tempos de repressão, mas na verdade estão transformando "corpos de homens e corpos de mulheres em formas cabais de mercadolatria, de corpolatria e de venda de todos os produtos capazes de compensar a frustração existencial e de tornar-se compensação ontológica pela quantificação de práticas sexuais" (Nunes, 1996, p. 160).

A partir da vertente terapêutica-descompressiva, destaquei para critério de análise na pesquisa, então os seguintes indicadores, também à luz de Antunes (2023): prazer sexual, visto apenas como parte de uma mercadoria; produção e vendas de cartilhas com métodos de "como viver melhor" sua vida sexual; terapias como autoajuda em consultórios televisivos; autoajuda é vendida para "curar" e/ou melhorar a impotência sexual; ideia de como chegar ao ponto "G" da mulher.

Desta terapêutica descompressiva passa o autor Nunes (1996) então ao que denominou de vertente normativo-institucional, lembrando que as duas anteriores e essa emergente convivem harmoniosamente, entrelaçadas na sociedade até os dias de hoje.

3.1.3 Vertente pedagógica normativo-institucional

Nessa abordagem, Nunes registra que a proliferação de discursos normativos se destaca, e a sexualidade é compreendida a partir de critérios de conservação institucionais e de manutenção da ordem. Para ele, prevalecem os princípios da cultura patriarcal e conservadora e um discurso de "orientações" e normatizações, encabeçado principalmente por várias igrejas e por muitas escolas. É a sociedade globalizada (constituída por seres humanos em relações sociais), marcada por um cenário em que destacamos a "mídia" (controlada por pessoas, não nos esqueçamos isto), produzindo discursos e intervenções dirigidas a crianças e adolescentes, trazendo "respostas prontas" para os seus anseios, ao invés de serem dialogados em família e em outros espaços educativos. Deste modo, Nunes aponta que

> a explosão de discursos e exposições da sexualidade corresponde a uma proliferação de posturas consumistas e absolutamente despidas de uma organicidade ética e política que venha a oferecer respostas alternativas aos anseios da família tradicional. A família trancada em seu papel normativo e, ao mesmo tempo despida de discursos, capitula frente a uma sociedade multifacetada pelos meios de comunicação contemporâneos. A família não fala sobre sexo às crianças; quase sempre os seus discursos são indiretos, embora tenham papel fundamental na construção e organização dos papéis sexuais. (Nunes, 1996, p. 172).

Além disto, em um movimento repressor, grande parte das famílias, apesar de conseguirem reproduzir seus papéis tradicionais em relação à sexualidade, muitas vezes não conseguem manter todos os seus padrões conservadores, perante os discursos da sexualidade consumista, vinculados pela mídia. É a época em que a família institucional e tradicional, seguidora da vertente normativa-institucional, dá lugar à chamada "família moderna" também conservadora, mas em que novos papéis surgem, principalmente o da mulher, que se insere no mundo do trabalho.

Nesse contexto, a família, muitas vezes, acaba transferindo a responsabilidade de educação dos filhos à escola, para que lá também a sexualidade e os processos de Educação Sexual sejam realizados como normatizados, delegando e exigindo, com esta ação, a vivência de uma vertente normativa-institucional nas escolas, para que elas se adequem ao seu modo de ver a Educação Sexual:

> [...] já que aquilo que pretende ensinar, isto é, modelos e papéis ideais apropriados ao comportamento de meninas e de meninos, confronta-se, ou é reforçado, com o que a criança percebe no meio social mais amplo, por exemplo nos meios de comunicação como televisão, rádio, cinema, entre outros. A escola, por sua vez, reproduz uma educação sexual repressora, espelhada no modelo patriarcal, preconceituoso e repleto de estereótipos (Kornatzki, 2013, p. 87).

Então, muitas escolas (compostas por pessoas, não nos esqueçamos disto), nesta vertente, pregam uma Educação Sexual centrada na família tradicional, com papéis pré-determinados socialmente, em que a mulher é vista sempre como inferior ao homem. Em consonância com a instituição familiar conservadora, tem-se na escola a exigência de que a criança apresente comportamentos normatizados em relação aos papéis sexuais padronizados ditos normais, definindo papéis diferenciados para meninos e meninas desde cedo. Desse modo,

> não há um conhecimento amplo das singularidades do pensamento e da afetividade infantil, a criança quase sempre, em nossa tradição institucional e social, é enfocada sobre o modelo de senso comum. Professores, educadores, pais e mães em seus papéis institucionais a ver as crianças reduzidas à um infantilismo, carregado de preconceitos, longe de uma compreensão dinâmica de sua evolução enquanto ser e pessoa. (Nunes, 1996, p. 179).

Surgem aí novas contradições, já que existe uma cultura repressiva na família que tem um papel enquadrador, sendo que, ao mesmo tempo, na sociedade há um ambiente permissivo e sexualizado (lembremo-nos da vertente terapêutico-descompressiva). Mesmo assim, conforme Kornatzki (2013, p. 87), essa vertente muito contribui "[...] na perpetuação do sentimento de crianças de não pertencimento à sociedade, nesse modelo idealizado, quando sua própria família não corresponde a esse padrão", principalmente pela reprodução dos papéis sociais tradicionais.

Assim, os indicadores da vertente normativo-institucional foram, nesta pesquisa, os mesmos adotados por Antunes (2023), a saber: reforço dos papéis sociais tradicionais institucionalizados, seguindo um modelo padrão de "ser homem e ser mulher"; visualização e o reconhecimento apenas da família nuclear como a única família "certa"; casamento monogâmico heterossexual como único possível; normatização de padrões de beleza a ser seguidos na sociedade para homens e mulheres.

Eis que chegamos na quarta vertente, dentro dos movimentos repressores: a vertente pedagógica consumista e quantitativa pós-moderna.

3.1.4 Vertente pedagógica consumista e quantitativa pós-moderna

Nunes denuncia em sua tese que, na sociedade moderna e pós-moderna, a sexualidade é compreendida como “permissiva”, definindo assim como o “consumo de relações: um consome o outro. Homem, mulher, criança: todos são usados como mercadorias sexuais” (Melo; Pocovi, 2002, p. 32). Há uma enorme superficialidade sobre o sexo, o qual é visto como mercadoria.

Nessa vertente, Nunes (1996) cita os estudos de Herbert Marcuse, o qual analisa que, na sociedade capitalista contemporânea, as pessoas têm sua vida controlada pelo Estado e pelo Capital, havendo muita opressão e negação, “negando o ‘princípio do prazer’ pelo ‘princípio da racionalidade’, sustentada pela compulsão tecnocrática à produção” (Nunes, 1996, p. 197).

Segundo o mesmo autor, ocorreu então a alienação do afeto e do desejo em troca da produtividade, em que o desejo foi vivido de maneira repressiva, transferindo o mundo da realidade para o dos desejos. A sexualidade foi vista como produtividade e técnica, dando-lhe importância quantitativa e deserotizando o corpo. Com o desenvolvimento e a expansão dos meios de comunicação nessa sociedade capitalista, aconteceu uma deserotização da sexualidade na promoção do consumo desenfreado. Conforme Kornatzki (2013),

> as mídias utilizam o corpo como instrumento de e para o comércio, para venda de produtos de beleza, roupas, alimentos, bebidas, entre outros, associando o consumo à obtenção do prazer. Não é o corpo foco de erotismo, mas sim mercadoria de compra e venda a ser consumida, compensando a fragilidade e incapacidade humanas na gestão do desejo (Kornatzki, 2013, p. 88).

Para Nunes (1996), aconteceu o que ele chama de reducionismo da sexualidade, “ou seja, reduzindo a concepção de corpo como individualidade a ser valorizada e preservada dentro de seu erotismo" (Kornatzki, 2013, p. 88), produzindo um conhecimento superficial e vazio das questões sexuais e reduzindo as práticas a quantificações e consumo.

O indivíduo, nessa vertente, é entendido como objeto de consumo e não como sujeito singular e há a negação de que das relações humanas emergem e se estabelecem os sentimentos, acontecendo uma intensa desumanização da sexualidade.

As mídias, em seus conteúdos, (controladas por pessoas, não nos esqueçamos disto) vendem uma liberação da sexualidade que objetiva obter lucros, por meio de propagandas de produtos que provocam o prazer momentâneo por meio do seu consumo, de modo a não enxergar os sujeitos nas suas singularidades. Assim como nos alerta Carvalho (2009),

> [...] a liberação da sexualidade é vivenciada de forma consumista e é centrada em objetos e coisas, em bens e fetiches de consumo, em excitação virtual e estímulo a práticas descompressivas, isto é, genitalizadas, objetalizadas, deserotizadas e mecânicas. Falta uma dimensão ética, responsável e afetiva que dignifique a sexualidade humana. (Carvalho, 2009, p. 53).

Dessa forma, a vertente consumista pós-moderna entende o sujeito como um mero consumidor que visa satisfazer o seu prazer por meio do consumo de produtos, não considerando seus sentimentos, afetos, desejos e a sua constituição nas e pelas relações humanas. Defini, portanto, com base em Antunes (2023), os mesmos indicadores dessa vertente: corpos objetificados e erotizados de mulheres e homens para fins capitalistas da mídia social, sendo eles parte do quadro de critérios usados para a análise dos dados da pesquisa que ora finda.

Para melhor compreensão, a seguir apresento sinteticamente o quadro com as vertentes pedagógicas repressoras de Educação Sexual e os seus indicadores criados por Antunes (2023) que serviram de critérios para subsidiar a análise do material da pesquisa deste autor, bem como subsidiaram minha pesquisa, expressa nesta dissertação, para desvelar a compreensão dos/as docentes de um NEIM da PMF sobre a categoria Educação Sexual e seus reflexos em suas práticas pedagógicas:

Quadro 5 - Vertentes pedagógicas de Educação Sexual e seus indicadores (Antunes, 2023), base da pesquisa de Machado (2024)

Vertentes estudadas como categorias prévias	**Indicadores desvelados como marcas das categorias prévias para base de análise de dados**
Biológica-reprodutivista	• prevenção das IST, contenção e higiene da sexualidade e genitália; questões de reforço dos papéis sociais entre homens e mulheres; • educação sexista, como comportamentos esperados apenas nos padrões da matriz heteronormativos; • visão do corpo/sexo, apenas como um aparelho reprodutor, com foco nos órgãos genitais entendidos apenas como reprodutores masculino e feminino; • reforço das informações sobre as IST's, mais com um aspecto causador de medos e não numa linha de prevenção e de direito à saúde sexual; • sexualidade seja vista como uma mera força propulsora de procriação.
Terapêutica-descompressiva	• prazer sexual, visto apenas como parte de uma mercadoria; • produção e venda de cartilhas com métodos de "como viver melhor" sua vida sexual;

	• terapias como autoajuda em consultórios televisivos; • a autoajuda é vendida para “curar” e/ou melhorar a impotência sexual; como chegar ao ponto “G” da mulher.
Normativa-institucional	• reforços dos papéis sociais tradicionais institucionalizados, seguindo um modelo padrão de “ser homem e ser mulher”. • visualização e reconhecimento apenas da família nuclear como a única família “certa”; • casamento monogâmico heterossexual como único possível; • normatização de padrões de beleza a ser seguidos na sociedade para homens e mulheres.
Consumista quantitativa Pós-moderna	• corpos objetificados e erotizados de mulheres e homens para fins capitalistas da mídia social.

Fonte: Antunes (2023), inspirada em Nunes (1996), replicado na pesquisa de Machado (2024).

A partir do exposto anteriormente, em que Nunes (1996) nos apresentou e categorizou as quatro vertentes repressoras, as quais não consideram o sujeito em sua dimensão ontológica humana, construído social e historicamente pelas relações com o outro no mundo, tornamos, para Antunes (2023), seguido por mim, Machado (2024), essencial destacar a quinta vertente cunhada pelo autor, uma vertente com um caráter humanista, libertador e emancipatório, por ele denominada de vertente emancipatória de Educação Sexual.

Pela sua importância como meta da utopia da pesquisa de Antunes e Machado, a seguir mais especificamente, sintetizei o contexto social e histórico que o autor trabalha para cunhar o título desta vertente.

3.1.5 Vertente pedagógica emancipatória

A Educação Sexual emancipatória, para Nunes (1996), trata o indivíduo e suas subjetividades, possibilitando ao sujeito uma consciência crítica e amorosa do seu corpo e de sua dimensão sexual, que está sempre presente nas suas relações com o outro, sendo tais relações pautadas por sentimentos, afetos, desejos e respeito, tudo isso refletido em uma vertente emancipatória.

O autor defende um discurso científico e crítico da sexualidade, no qual o homem e a mulher sejam sujeitos da sua existência e da sua forma de existir, conviver com o outro no mundo. Vemo-nos como uma possível maneira de superar os modos repressores de Educação Sexual, pois compreende a sexualidade de modo mais humanizado, por meio da cultura produzida pelas relações sociais, destacando a plenitude do ser, numa dimensão de prazer da vivência de sua subjetividade. Para isso, Nunes defende que

> não podemos fazer da Educação Sexual uma variante de discursos moralizantes, com a finalidade de extrair das crianças e adolescentes a verdade ou o medo sobre sua sexualidade. As aulas de educação sexual não podem ser um amontoado de informações biologistas pautadas pelo aconselhamento médico-higienista, ou ainda a exposição dilacerada de sexualidades fragmentárias, encontros furtivos, medos escondidos. A ciência, através da serena reconstrução das categorias históricas da sexualidade, do ordenamento moral que a encerra, das finalidades axiológicas que envolvem, devem fornecer parâmetros para que cada criança e adolescente seja sujeito pleno do seu descobrir no mundo, como corpo, como pessoa, como cidadão, como ser humano. (Nunes, 1996, p. 222).

Para que essa educação aconteça de uma maneira crítica e respeitosa, corroborando ainda com estudos de Nunes (2003a), compreendo hoje que é necessário entender a sexualidade humana na sua profundidade, na sua constituição significativa, considerando-a como algo além do mundo natural, do determinismo animal; como uma categoria do sujeito humano pleno, pois tem intencionalidade, consciência e experiência de sentido.

> [...] É, portanto, dimensão existencial, original e criativa em sua expressão e vivência. E essa dimensão é dinâmica, dialética, processual. Não se pode reduzir a sexualidade a um substrato único, imutável, eterno. A sexualidade, isto é, as qualidades, formas e significações da atividade sexual são históricas, processuais e mutáveis. Isto significa que a sexualidade está sempre aberta a novas significações, novas experiências de sentido. (Nunes, 2003a, p. 17-18).

A partir deste conceito da sexualidade, precisamos compreender a educação como "[...] um fenômeno humano e social, com suas determinações históricas" (*Ibid*, p. 30). Assim, por meio da educação que constituímos o homem e a mulher. Por esta ação humana é que construímos a identidade social, histórica, cultural e ontológica; todo e qualquer grupo social educa, já que, "educar é construir redes de significações culturais e comportamentos padronizados, de acordo com códigos vigentes" (*Ibid*, p. 30).

Ao pensarmos na Educação Sexual, precisamos também compreender o conceito de Educação Sexual Emancipatória, que para Nunes (2003b, p.160) é "uma educação que constrói a emancipação, a autonomia, a responsabilidade afetiva e social". Entendemos assim que

> a ação emancipatória torna-se efetiva quando articula a teoria, a reflexão analítica, com a ação consistente, metódica, politicamente determinada com a intencionalidade propositiva. Chamamos de emancipatória a perspectiva e prospectiva que visa produzir autonomia crítica, cultural e simbólica, esclarecimento científico, libertação de toda forma de alienação e erro, de toda submissão, engodo, falácia ou pensamento

> colonizado, incapaz de esclarecer os processos materiais, culturais e políticos. (*Ibid*, p. 35).

Reafirmamos que compreendemos, nesta caminhada investigativa que ora findo com a dissertação, a Educação Sexual como uma construção social, histórica e cultural, com base no eixo teórico que afirma que somos todos seres sexuados e, portanto, educamos um ao outro sexualmente o tempo todo no cotidiano. Isto quer dizer que, "neste entendimento, uma abordagem de educação sexual na perspectiva emancipatória é visualizada como uma intervenção qualitativa, intencional, no processo educacional que sempre está ocorrendo nas relações sociais." (*Ibid*, p. 49).

Deste modo, a vertente emancipatória em Nunes (1996) propõe que a sexualidade seja trabalhada intencionalmente nas escolas, de maneira positiva, com o intuito de que os/as educandos/as valorizem a sua individualidade, o seu corpo, reconhecendo e respeitando as suas potencialidades e possibilidades, assim sendo "deve favorecer no espaço educativo o reconhecimento de sentidos para a existência humana, superando preconceitos e estereótipos construídos historicamente, mas manipulados pelas ideologias do poder dominante" (Kornatzki, 2013, p. 92).

A partir disso, defini com base em Antunes (2023), como critérios de análise os indicadores da vertente emancipatória. Educação Sexual Emancipatória, crítica e reflexiva, que tenha como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro; que oportunize o reconhecimento do seu corpo e da sua dimensão sexual; que liberte e emancipe o sujeito das presas do autoritarismo e de uma visão hegemônica; com visão para além da sexualidade do senso comum; com visão e linguagem positiva da sexualidade; com direito ao conhecimento e autoconhecimento sexual; com compreensão ontológica da sexualidade. Assim ilustrado no quadro a seguir:

Quadro 6 - Vertente emancipatória de Educação Sexual e seus indicadores (Antunes, 2023), replicados por Machado (2024)

Vertente estudada como categoria prévia	**Indicadores desvelados como marcas da categoria prévia**
VERTENTE EMANCIPATÓRIA	• Educação Sexual Emancipatória, crítica e reflexiva que tenha como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro;

	• Que oportunize o reconhecimento do seu corpo e da sua dimensão sexual; • Que liberte e emancipe o sujeito das presas do autoritarismo e de uma visão hegemônica; • Com a visão para além da sexualidade do senso comum; • Com a visão e linguagem positiva da sexualidade; • Com o direito ao conhecimento e autoconhecimento sexual; • Com a compreensão ontológica da sexualidade.

Fonte: Antunes (2023), inspirada em Nunes (1996), replicados por Machado (2024)

Assim definidos tais indicadores prévios, foi de suma importância trazermos para esse diálogo um documento que surgiu como uma expressão pedagógica dessa vertente emancipatória que é a Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos Universais – DDSDHU/WAS[17]. Para Melo *et al.* (2011), esse documento sinaliza uma conquista que traz benefícios para toda a humanidade, pois objetiva uma melhor qualidade de vida e amplia direitos e deveres de todos/as cidadãos/ãs, ou seja, "é uma expressão coletiva mundial muito viva e marcante de um novo paradigma emancipatório de vida e de educação sexual" (*Ibid*, p. 53).

Utilizo aqui a versão do documento aperfeiçoada, traduzida e datada de 2014 (o qual encontramos na íntegra nos anexos deste projeto). No início do seu texto, a Associação Mundial para a Saúde Sexual reconhece os direitos sexuais como essenciais para se alcançar um maior nível de saúde sexual, deste modo:

[17] Para contextualizar um pouquinho da história do surgimento dessa Declaração, da luta de muitas pessoas das mais diversas profissões e áreas de atuação, em muitos países, por muitos anos, em defesa de uma educação cidadã que incluísse intencionalmente propostas de educação sexual emancipatória. Foi construído e aprovado, em plenário do XV Congresso Mundial de Sexologia, realizado na China em 1999, um documento que está sendo divulgado no planeta e que lista princípios em que constam, com muita propriedade, clareza e beleza, **os direitos básicos de liberdade, igualdade na diversidade, saúde sexual e educação sexual do ser humano**. Essa Declaração foi escrita e formulada originalmente em língua espanhola, em Valência (1997), no XIII Congresso Mundial de Sexologia, sendo traduzida posteriormente para várias outras línguas no mundo todo. A Declaração é base de muitos outros documentos universais, como, por exemplo, documentos da Organização Mundial da Saúde (Melo *et al*., 2011, p. 52 - grifo das autoras). Na sequência, em 2014, surge aperfeiçoada a versão que utilizaremos. Disponível em: https://spsc.pt/wp-content/uploads/2017/01/DIREITOS-SEXUAIS-WAS.pdf Acesso em 16 de junho de 2023.

> DECLARA que direitos sexuais são baseados nos direitos humanos universais que já são reconhecidos em documentos de direitos humanos domésticos e internacionais, em Constituições Nacionais e leis, em padrões e princípios de direitos humanos, e em conhecimento científico relacionados à sexualidade humana e saúde sexual (WAS, 2014, p. 1).

Em seguida, o documento traz afirmações, reafirmações e reconhece algumas questões e conceitos que são de extrema importância o esclarecimento para uma melhor compreensão e também para sustentar os seus direitos ali descritos, entendendo que é essencial e necessário que sejam respeitados por todos/as. Em seu texto, reafirma que a sexualidade é compreendida como:

> [...] um aspecto central do ser humano em toda a vida e abrange sexo, identidade e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A Sexualidade é experienciada e expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem todas elas são sempre expressadas ou sentidas. Sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais. (*Ibid*, p. 1).

Vemos, portanto, então os direitos sexuais compreendidos como direitos humanos, representando uma grande conquista para Educação Sexual e sua compreensão como uma ação que acontece a todo momento da vida e nas relações do Ser no mundo. Esta é uma perspectiva mais humanizada da sexualidade e da Educação Sexual, já que nela se busca promover o respeito e a emancipação do sujeito por meio dos seus direitos.

O documento apresenta 16 direitos sexuais, que são os seguintes: 1. O Direito à igualdade e a não descriminação; 2. O Direito à vida, Liberdade e segurança pessoal; 3. O direito à autonomia e integridade corporal; 4. O direito de estar isento de tortura, tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante; 5. O direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção; 6. O direito à privacidade; 7. O direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual; com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras; 8. O direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e suas aplicações; 9. O direito à informação; 10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora; 11. O direito de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto; 12. O direito a decidir sobre ter filhos, o número de filhos e o espaço de tempo entre eles, além de ter informações e meios para tal; 13. O direito à Liberdade de pensamento, opinião e expressão; 14. O direito à Liberdade de associação e reunião pacífica; 15. O direito de participação em vida pública e política; 16. O direito de acesso à justiça, reparação e indenização.

Com base na leitura e compreensão dos DDSDHU/WAS, e apoiada na seleção dos direitos feita por Antunes (2023), defini então estes como indicadores prévios para a análise de dados desta pesquisa. Foram selecionados os seguintes: 1. O Direito à igualdade e a não discriminação; 2. O Direito à vida, liberdade, e segurança pessoal; 5. O direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção; 9. O direito à informação; 10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora; 13. O direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão. Deste modo, para uma melhor visualização desses indicadores segue o quadro.

Quadro 7- Vertente emancipatória de Educação Sexual e seus indicadores extraídos dos DDSDHU/WAS (Antunes, 2023), replicados por Machado (2024)

Vertente estudada como categoria prévia	**Indicadores extraídos dos DDSDHU/WAS**
EMANCIPATÓRIA	O Direito à igualdade e a não discriminação; O Direito à vida, Liberdade, e segurança pessoal; O direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção; O direito à informação; O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora; O direito à Liberdade de pensamento, opinião e expressão.

Fonte: Antunes (2023), replicados por Machado (2024)

Na caminhada investigativa, base da dissertação, uma vez definidos os indicadores de cada uma das vertentes pedagógicas de Educação Sexual, nelas incluídos os da vertente emancipatória, a partir dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos, que complementam os indicadores da emancipatória, todos eles serviram de base para a posterior análise dos dados por mim coletados sobre a compreensão de professores/as sobre a categoria da Educação Sexual em suas práticas pedagógicas.

Trago a seguir para um diálogo teórico aprofundado sobre um dos eixos fundamentais dessa pesquisa que é a categoria Educação Sexual Emancipatória, intrinsecamente ligado à categoria Educação Sexual.

3.2 CONVERSANDO SOBRE A CATEGORIA EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA (E A VERTENTE DELA DERIVADA)

Percebemos que, ao longo dos tempos, a sexualidade sofreu muitas transformações na sua concepção, como visto anteriormente por meio das vertentes aqui descritas. Fato este que nos faz compreender a dificuldade ainda existente em se dialogar abertamente, intencionalmente, sobre a sexualidade, em se fazer uma Educação Sexual com a perspectiva de respeitar o sujeito, visando a sua emancipação. Como afirma Pacheco (2020),

> pela falta do entendimento sobre ser a sexualidade uma rica dimensão humana, falar de sexualidade com serenidade ainda não é um hábito generalizado, o que está intimamente relacionado à construção sócio-histórica de uma compreensão da questão calcada em uma perspectiva desumanizadora, expressa em abordagens repressoras. (Pacheco, 2020, p. 46).

Relembrando que ao defender que a educação é um fenômeno humano e social, com influências sócio-históricas, compreendo que educar é a ação de construir conhecimento e contribuir para a produção do ser humano. O que vai ao encontro do que afirma Melo *et al.* (2012), de que

> todo esse processo educativo, seja formal ou informal é sempre sexuado, já que a sexualidade é uma dimensão inseparável do existir humano. Portanto, a educação sexual, com todos seus componentes explícitos e implícitos, formais e não formais, não escapa a essa dimensão sociopolítica e cultural. (Melo *et al*, 2012, p. 39).

É, pois, dentro desta ação humana do educar/ ser educado também sexualmente, que encontramos a Educação Sexual, vista como parte inseparável de um fenômeno da sociedade (a educação) com seus grupos sociais, os quais propagam diferentes discursos e comportamentos que definem papéis sexuais e formas de expressão. Ficou definido por mim, neste trabalho, então, que a educação sexual não acontece prioritariamente só na escola, mas em todas as esferas sociais, desde o existir do indivíduo em suas relações com o Outro, no mundo.

Para tanto, foi necessário perceber que, como os/as educadores/as, muitas vezes podemos sim buscar construir coordenadas pedagógicas, a partir de uma abordagem educacional da sexualidade, baseada na premissa de que “não há uma educação sexual pronta e acabada, e que os esforços para a produzir implicam constantemente um reexame permanentemente crítico da própria sexualidade, a partir de um ‘ethos’ que intenta o diálogo, a escuta, a troca [...]” (Nunes; Silva, 2006, p. 107).

A partir de tais considerações, ficou para mim, o desafio de compreender: como fazer uma Educação Sexual dentro da perspectiva emancipatória? Para responder à questão, utilizo aqui o que nos trouxeram Melo *et al*. (2012), em seus estudos.

> Não existem receitas, já que é tudo uma construção pessoal e social, mas certamente podemos dizer que é uma busca da reconstrução consciente e participativa de um saber amplo e universal sobre a dimensão humana da sexualidade, sem distinção de qualquer ordem, e essa reconstrução deve começar dentro de cada um, espraiando-se para o coletivo. Não pode ser apenas uma reprodução acrítica do que está posto na sociedade. (Melo *et al.*, 2012, p. 50).

Como forma de melhor ilustrar o questionamento anterior, entendemos que o trabalho de Educação Sexual numa perspectiva intencionalmente emancipatória exige uma "*reeducação* sexual"[18], de modo que, para reeducarmo-nos sexualmente, precisamos considerar e auxiliar nos processos de formação continuada de professores para reconstruir todas as informações e formações do indivíduo, especialmente aquelas distorcidas e as negativas, advindas tanto na escola quanto na família ou na sociedade em que vivemos (Figueiró, 2018).

Portanto, para o/a professor/a "reeducar-se" sexualmente é necessário que ele/as e nós todos e todas nos reeduquemos constantemente, ao longo de toda a nossa formação e atuação profissional. Para isto, devem existir espaços que nos possibilitem rever nossos conceitos, valores e atitudes e, obviamente, aprimorarmos e aperfeiçoarmos os nossos conhecimentos em torno da sexualidade (*Ibid*, 2018). É muito importante que nós, educadores/as reconheçamos os nossos processos individual/coletivo de Educação Sexual, para depois nos reeducarmos em nossas práticas pedagógicas, praticando constantemente o autoconhecimento, num processo de constante reflexão crítica, para que assim possamos ter possibilidades de vivenciarmos uma educação emancipatória[19].

Em consonância ao exposto, a mesma autora afirma que os/as professores/as geralmente percebem a Educação Sexual como aquela "sistemática, deliberada, portanto, *formal*. Falta-lhes conhecimento de que todos os profissionais da escola atuam, de maneira *informal*, quer queiram, quer não, na educação para a vida sexual dos alunos" (2018, p. 36, grifos da autora).

Ao pensar em uma Educação Sexual que seja emancipatória, entendemos que esta é uma ação que resulta da produção social de relações crítico-reflexivas de sujeitos livres e conscientes

---

[18] Figueiró (2018) traz esse termo em seu estudo, como de fundamental importância para o processo do fazer a Educação Sexual Emancipatória.

[19] Sugiro a leitura do Caderno Pedagógico II, Educação e Sexualidade, de Melo e Pocovi, que, em um dos capítulos, tem um título que é representativo dessa abordagem: A criança que você foi e a criança que você educa (Capítulo 3, p. 86). Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/cead/documentos/Caderno_Pedag_gico_Educa__o_e_Sexualidade__CEAD_UDESC_15508548474075_1217.pdf Acesso em 16 de junho de 2023.

do seu papel, que buscam sensibilizarem-se e sensibilizar o outro por meio de práticas educativas e de espaços pensados, a partir de princípios emancipatórios.

Isto, em consonância ao que Paulo Freire afirma (2022, p. 95-96): “[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa”. Deste modo, ele defende uma pedagogia pautada pela ética e pelo respeito na relação de troca entre educador e educando, na qual este não é apenas um receptor, mas sim um sujeito que age e intervém no seu meio social e que precisa ser respeitado na sua individualidade.

Com um dos eixos fundamentais que deu suporte a esse processo de refletir sobre as possibilidades de construir efetivamente projetos de Educação Sexual Emancipatória e base para a dissertação aqui proposta, que foi imerso numa unidade educativa de Educação Infantil, trago a seguir a categoria Educação Infantil em um diálogo com alguns dos documentos legais norteadores dessa primeira etapa da Educação Básica, em busca de um perfil do profissional “esperado”, “receitado” pelas normas legais e suas prováveis interfaces com a Educação Sexual.

3.3 CONVERSANDO SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS INTERFACES COM A EDUCAÇÃO SEXUAL EM ALGUNS DOCUMENTOS LEGAIS BRASILEIROS

A seguir, trago um exercício sintético para, antes de tudo, conceituar brevemente infância e criança. Compreendi que devo atribuir-lhes um estatuto próprio, o de considerar a criança como protagonista, como ator social, estatuto este que compreende que a criança não é uma tabula rasa, não é imatura e não é, assim, um vir a ser. Ela é, e precisa assim ser vista como um sujeito histórico-social, reprodutora e produtora de culturas. É um ser em desenvolvimento, em construção, que precisa ser respeitado por suas subjetividades. De acordo com Martins Filho; Martins Filho (2013),

> as crianças e as infâncias se apresentam histórica e culturalmente de maneira singular, com características plurais que marcam suas heterogeneidades, suas idiossincrasias e suas peculiaridades. Tais características correspondem também, direta ou indiretamente, a um contexto histórico, concreto e materializado por condições sociais objetivas final. (Martins Filho; Martins Filho, 2013, p. 43).

No entanto, recordamos que, só recentemente, é que se considerou a infância como uma categoria social plural, pois não existe uma única infância e sim infâncias diversas. Isto se deve ao fato de que, durante muito tempo, a criança era tratada com certa invisibilidade, ou seja, não era considerada como ator social e sim como um sujeito imaturo, que era socializada pela ação unilateral do adulto, sobretudo, na família e nas instituições educativas. Desta maneira, a

criança ficava numa condição de subalternidade permanente em relação ao adulto. Ainda em Martins Filho; Martins Filho (2013), percebemos a importância da superação desse paradigma de criança e infância quando os autores afirmam que:

> um dos esforços para seguir esse caminho tem sido a necessária distinção que historicamente se foi traçando entre os sujeitos, crianças e adultos. Esforços que abrem e alargam trilhas para possíveis superações de enquadramentos e dualismos, principalmente quando conclamam entre outras perspectivas teóricas para conceber e perceber "diferentes infâncias em diferentes contextos" (Sarmento, 1997). Diferenças singulares que nos ajudam a valorizar a humanidade que habita em todos os sujeitos (*Ibid*, p. 45).

Como os autores, compreendemos que todas as crianças são seres plurais e únicos em sua individualidade, e que cada criança se constitui na sua relação com o outro, inserida no mundo, sendo parte deste processo de se produzir nas dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas. Nisto, enfatizamos a dimensão sexual, pois a criança é um ser sexuado, que precisa e é educada também nesta sua dimensão da sexualidade a todo momento, já que essa sexualidade é parte indissociável do seu ser.

Em relação à questão do desenvolvimento da sexualidade da criança, vivemos um tempo em que as consideravam como "assexuadas", pois eram vistas como "puras" nessa etapa da sua vida. Bortolozzi (2022), em seu *e-book* intitulado de "Sexualidade na infância: Manual para educadores/as", afirma que, a partir dos estudos de Freud, podemos ver uma mudança desse pensamento, pois eles abriram a possibilidade de compreender, então, a sexualidade infantil "[...] como uma questão humana, que envolve a inter-relação afetiva e não está relacionada exclusivamente a noção de genitalidade (relação sexual)" (Bortolozzi, 2022, p. 36).

A importância de trabalharmos intencionalmente a Educação Sexual, desde os primeiros anos de vida, portanto está na premissa de que é na infância que acontecem os primeiros contatos sociais com a sexualidade, assim como afirma a autora anteriormente citada que

> a infância é a época mais importante neste aprendizado e a vivência da sexualidade na infância é básica se quisermos compreender as manifestações da sexualidade na vida adulta. Podemos dizer que nossas concepções sobre a sexualidade refletem a educação sexual recebida em nossos primeiros anos de vida e como as manifestações da nossa sexualidade na infância foram vivenciadas. (*Ibid*, p 35).

Relembra a autora citada que é nesta época que a criança descobre o seu corpo e seus prazeres, demonstrando interesse e curiosidade em se conhecer e se reconhecer, tornando essencial aí uma Educação Sexual intencional, numa abordagem emancipatória, que lhe traga informações e conhecimento para que tenha um desenvolvimento pleno e saudável.

A seguir, foi primordial trazermos também para a discussão, por serem documentos legais definidores de perfis, abordagens e vertentes pedagógicas, pelos os quais registramos o

conceito da Educação Infantil, existente no documento que regulamenta todo o sistema educacional brasileiro, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, que no seu 29º artigo, a considera como "a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade" (Brasil, 1996, p. 12).

A Educação Infantil brasileira é expressa no marco legal citado, prescrito e normatizado, portanto, tem a função indissociável de cuidar e educar e, para isto, necessita de uma proposta pedagógica que promova a ampliação de repertório cultural das crianças em consonância com a família e que priorize e respeite os direitos fundamentais das crianças e as considerem sujeitos indivisíveis, constituídos historicamente por meio das relações sociais e mediados pelas múltiplas linguagens. Outro documento legal amplia esta prescrição sobre Educação Infantil, pois de acordo com o artigo 4º, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI,

> as propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (Brasil, 2009, p. 01).

Outro documento mandatório da Educação Infantil é a Base Nacional Curricular Comum da Educação Infantil – BNCC, que surge como mais um marco importante para consolidar o processo de integração da Educação Infantil à Educação Básica. De acordo com o documento,

> nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula **educar e cuidar**, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (Brasil, 2017, p. 36).

Entendemos por esses documentos que a Educação Infantil, na sua função social do cuidar e educar a criança em consonância com as famílias, é vista, portanto, como um processo fundamental no desenvolvimento da criança **na sua integralidade e no respeito às suas individualidades**. Sendo assim, vemos neles uma "brecha legal", para tratar pedagogicamente a dimensão sexualidade inseparável do existir humano, mesmo que nela não seja explicitada,

pois é parte inseparável do processo fundamental no desenvolvimento da criança na sua integralidade. Certamente, a integralidade contempla a dimensão sexualidade, reforçando então a possibilidade de que haja intencionalmente processos de educação emancipatória, nela inserida a Educação Sexual Emancipatória na Educação Infantil, visando a sua construção histórica, social e cultural, para atender o que a lei normatiza.

Ainda como registro de fundamental importância, já que investiguei a compreensão de docentes sobre suas práticas pedagógicas que atuam em uma unidade educativa pertencente à PMF, trago para continuar a reflexão sobre a categoria Educação Infantil, alguns recortes dos textos dos seguintes documentos norteadores da Rede Municipal de Florianópolis para a Educação Infantil: Diretrizes Educativas Pedagógicas para a Educação Infantil, criada no ano de 2010; Orientações Curriculares para a Educação Infantil Municipal, criada no ano de 2012 e Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, criada no ano de 2015.

Esses documentos fazem parte de um conjunto que visa a definição de bases para orientar e estruturar o currículo para a educação infantil no município, documentos que, no sistema jurídico legal brasileiro, devem seguir as normativas dos documentos oficiais a nível federal e estadual. Eles foram elaborados com o intuito de qualificar a prática pedagógica e reconhecer que os profissionais que atuam com as crianças fundamentam suas práticas em teorias e também as produzem. Assim sendo, esses documentos são como “mediadores” curriculares. Esclarecemos que são documentos complementares um ao outro, pois, cada documento vem como forma de aprimoramento do anterior.

Como forma de uma breve explanação sobre esses documentos, utilizei o primeiro deles, as Diretrizes Educativas Pedagógicas para a Educação Infantil, já que a partir destas é que os outros dois foram aperfeiçoados. Define as propostas pedagógicas e seus fundamentos, a partir das Diretrizes para a Educação Infantil Nacional, que tem caráter mandatário.

> **I – As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem respeitar os seguintes fundamentos norteadores:**
> a) Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
> b) Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática;
> c) Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais (Brasil, 1999, p. 1).

Baseados nos princípios acima citados, podemos reconhecer que a função da educação infantil está sustentada no respeito aos direitos essenciais da criança e garantindo a sua **formação integral nas diversas dimensões humanas** – linguística, intelectual, expressiva,

emocional, corporal, social e cultural. Compreendemos, então, a criança na sua integralidade da dimensão humana, logo, indissociável da sexualidade, reafirmando a necessidade de que a Educação Sexual deve acontecer nos espaços educativos de Educação Infantil.

Foi a partir desses fundamentos norteadores que a Prefeitura Municipal de Florianópolis consolidou um documento com os Núcleos da Ação Pedagógica – NAP, os quais surgem como uma ação orientada para contemplar todas as dimensões humanas já mencionadas anteriormente. Desta maneira, "a identificação dos núcleos da ação pedagógica nos permite retomar um detalhamento dos seus conteúdos de ação, de forma a orientar os objetivos gerais de cada núcleo e suas consequências para a prática docente" (Florianópolis, 2010, p. 14). Os NAP são os seguintes: **Linguagem**: gestual-corporal, oral, sonoro-musical, plástica e escrita; **Relações Sociais e Culturais:** contexto espacial e temporal; identidade e origens culturais e sociais; **Natureza:** manifestações, dimensões, elementos, fenômenos físicos e naturais[20].

A partir do exposto, podemos perceber que os documentos da PMF organizam o seu trabalho pedagógico partindo da premissa do cuidar e educar em consonância com as famílias, buscando respeitar a criança na sua subjetividade e realizar uma educação que **contemple o seu desenvolvimento integral**, incluindo certamente aí a dimensão sexual, inerente ao ser humano, mesmo que não a cite nas normativas, pois esta dimensão é inseparável da existência humana.

A seguir, inicio reflexões sobre a formação continuada de professores, um direito fundamental dos/as profissionais de educação, que também embasou a análise da compreensão dos docentes sobre suas práticas pedagógicas na perspectiva emancipatória de Educação Sexual.

3.4 CONVERSANDO SOBRE OS DIREITOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, FUNDAMENTAL PARA SUBSIDIAR PROCESSOS DE SENSIBILIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA

A formação de professores é uma categoria presente nos diversos documentos oficiais que regem a educação, onde registra fundamentalmente que professores/as tenham uma formação inicial que seja específica da sua área de atuação, de qualidade e que mantenham em constante busca de aperfeiçoamento dos seus conhecimentos por meio de estudos, pesquisas,

[20]Posteriormente, no Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2015), estas nomenclaturas sofreram algumas alterações: 1) Linguagens: oral e escrita, visuais, corporais e sonoras; 2) Relações Sociais e Culturais; 3) Relações com a Natureza: manifestações, dimensões, elementos, fenômenos e seres vivos.

leituras, cursos, oficinas, ou seja, invistam em sua formação continuada. Corroboramos, portanto, com o pensamento freireano de que é,

> na formação permanente dos professores, o momento fundamental ou da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico necessário à reflexão crítica, tem que ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. (Freire, 2019, p. 40).

Como um dos principais documentos que regulamentam a formação docente está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)[21], de 1996, que em seu Título VI - Dos Profissionais da Educação, estabelece bases para a formação dos profissionais da educação. Destacamos o seu artigo 61, pois ele oferece sustento para a formação inicial dos professores:

> Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:
> I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
> II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. (Brasil, 1996, p. 26).

No que se refere à formação continuada de professores, entendemo-la como um processo que busca promover o desenvolvimento profissional e pessoal do/a educador/a, o qual objetiva aprimorar e atualizar conhecimentos e práticas pedagógicas, aprimoramento e atualização inseparáveis, de neles ter explícito o termo Educação Sexual. De acordo com o Portal do Ministério da Educação (MEC),

> a formação continuada de professores é um processo permanente de aperfeiçoamento da prática pedagógica, que busca atualização, aprofundamento e aprimoramento de saberes e habilidades, tendo como foco a melhoria da qualidade da educação oferecida nas escolas brasileiras.[22]

Portanto, compreendendo a formação dos professores como um processo permanente e contínuo, para o qual é necessária uma constante atualização dos seus conhecimentos e saberes, entendemos que, dentro desta formação, encontramos implícita a Educação Sexual, que muitas vezes é uma temática ainda temida por alguns/algumas professores/as, e que também não é discutida nos ambientes educativos, mesmo que no concreto dos documentos, não exista a

---

[21] A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) é uma das mais importantes leis que fundamentam a educação no Brasil. Ela foi aprovada em 1996, e tem o objetivo de definir e organizar todo o sistema educacional do país da Educação Básica até o Ensino Superior, por meio de 92 artigos estabelecidos. A LDB demarca o direito social de todos os cidadãos à educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 05 de abril de 2023.

[22] Disponível em http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/24775-formacao-continuada. Acesso em 05 de abril de 2023. Ver também o link para saber mais a respeito das iniciativas do MEC em relação a formação continuada de professores: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=231&option=com_content&view=article. Acesso em 05 de abril de 2023.

proibição de dela tratar pedagogicamente, já que está implícita na **educação integral** da criança. Ainda assim, acreditamos que muitos "[...] educadores/as são bem-intencionados/as ao tratar da sexualidade, mas ainda há lacunas na sua formação que dificultam seu envolvimento de modo adequado nessa tarefa" (Bortolozzi, 2022, p. 10). Para tentar modificar esse cenário, precisamos propor formações que busquem realizar diálogos e reflexões em torno da Educação Sexual, em uma perspectiva emancipatória, a partir do que compreendem os/as professores/as sobre essa categoria. Para isso acontecer,

> [...] há que se propor um amplo trabalho reflexivo sobre Educação Sexual, objetivando que todos os envolvidos procurem observar a construção de sua própria sexualidade e, dessa forma, possam educar e serem educados de forma crítica e reflexiva, desconstruindo verdades preestabelecidas e buscando o direito de exercer sua cidadania (Melo *et al.*, 2012, p. 29).

A formação continuada tem suporte também na Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1996, em seu Artigo 67, no Inciso II, o qual estabelece a obrigatoriedade da formação continuada de professores, como parte da política de valorização do magistério. Traz assim regulamentado em seu texto:

> Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:
> [...]
> II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; [...] (Brasil, 1996, p. 27).

Também o Plano Nacional de Educação (PNE)[23], aprovado em 2014, estabelece, em sua Meta 15, a responsabilidade de garantir uma política nacional de formação para os profissionais da educação. Essa meta deve ser alcançada em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano após o início da vigência do PNE. Conforme estabelecido nos incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, essa política deve assegurar que todos os professores e professoras da Educação Básica tenham formação específica em nível superior, obtida por meio de cursos de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. O objetivo central dessa meta é promover

[23]O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. É, portanto, decenal, foi aprovado pela Lei nº 13.005/2014 e está em vigor até 2024. É um plano diferente dos planos anteriores; uma das diferenças é que esse PNE é decenal por força constitucional, o que significa que ultrapassa governos. Tem vinculação de recursos para o seu financiamento, com prevalência sobre os Planos Plurianuais (PPAs). O amplo processo de debate, que começou na CONAE 2010 e culminou com sua aprovação pelo Congresso Nacional, reforça o caráter especial e democrático desse PNE. Retirado de: http://pne.mec.gov.br/20-perguntas-frequentes Acesso em 05 de abril de 2023. O documento está disponível em: https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014 Acesso em 05 de abril de 2023.

a qualidade da educação ao garantir que os docentes possuam a qualificação necessária para atuar em suas respectivas áreas, fortalecendo, assim, o desenvolvimento educacional em todo o país.

O PNE está, portanto, em consonância com o que a LDB regulamenta em seus Artigos 62 e 63:

> Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.
> Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:
> I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;
> II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica (Brasil, 1996, p. 26).

Ainda sobre a formação continuada, a meta 16, do PNE, intitulada "Formar, em nível de Pós-Graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) Profissionais da Educação Básica Formação Continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos Sistemas de Ensino", traça dois objetivos, sendo o último deles a formação continuada de professores em serviço, visando à melhoria da qualidade da educação. O documento define que: "A 'formação continuada' traz consigo a ideia de que a formação dos professores não se encerra com a conclusão de um curso preparatório inicial, mas diz respeito à necessidade de formação permanente dos professores, a um constante aperfeiçoamento" (Brasil, 2014, p. 284).

A referida meta foi traçada, a partir da coleta de dados, realizada por meio do Censo da Educação Básica[24] dos anos de 2008 a 2013, pois nele consideram o professor como aquele indivíduo que, na data da coleta dos dados, atuava como regente de sala da Educação Básica nos diferentes níveis e modalidades.

A seguir, trago de forma bastante resumida os resultados obtidos pelo Censo na coleta de dados: o primeiro gráfico estudado apresenta o percentual de professores da Educação Básica que realizaram cursos de formação continuada no país, que demonstra que teve uma crescente de 8,7%, em 2008, para 30,6%, em 2013. O segundo gráfico registrou o percentual pelas regiões do Brasil, da quantidade de cursos realizados, sendo que, em 2013, a região Sul aparece com o maior índice (49,4%) e o Nordeste com o menor (26,3%).

---

[24]BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo escolar: microdados 2008-2013. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar

O Censo da Educação Básica considera nesse quesito de formação continuada cursos com o mínimo de 80 horas de carga horária e nas seguintes áreas:

> (i) creche (0 a 3 anos); (ii) pré-escola (4 e 5 anos); (iii) anos iniciais do ensino fundamental ; (iv) anos finais do ensino fundamental; (v) ensino médio; (vi) educação de jovens e adultos (EJA); (vii) educação especial; (viii) educação indígena; (ix) educação do campo; (x) educação ambiental; (xi) *educação em direitos humanos*; (xii) *gênero e diversidade sexual*; (xiii) *direitos da criança e do adolescente;* (xiv) educação para as relações étnico-raciais e história e cultura afrobrasileira e africana; e (xv) outros. (*Ibid,* 284 - grifos meus).

A última tabela apresentada no documento citado mostra o resultado dessas áreas de cursos escolhidos pelos/as professores/as. No ano de 2013, o curso que obteve mais incidência foi o nomeado pelo título "outros", com a quantidade de 36,6%. Entre as outras opções de cursos, os que mais escolhidos foram os seguintes: pré-escola (13,9%); anos iniciais (13,3%); educação especial (10,6%); creche (7,2%); anos finais (5,1%); ensino médio (3,8%); EJA (3,4%); educação do campo (1,4%); educação ambiental (1,3%); e educação para as relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana (1,0%). Já os cursos, os quais grifei anteriormente (*educação em direitos humanos; gênero e diversidade sexual; e direitos da criança e do adolescente*), os quais considero serem os mais relevantes para esta investigação, obtiveram um percentual menor de 1,0%.

A constatação acima nos faz compreender o quanto a formação do profissional de educação é carente de conhecimento no que diz respeito ao que defendemos, ou seja, uma Educação Sexual Emancipatória, que busca formar seres na sua totalidade da dimensão humana, considerando-os sujeitos de direitos, histórico-sociais e sexuados, nesse processo de seu desenvolvimento e de sua constituição no mundo.

Outro importante documento é a Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020, a qual dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Essa resolução está em conformidade com o que estabelece a LDB e o PNE, aqui já explicitados.

Destaco, então, o seu Artigo 4º, do Capítulo II - Da Política da Formação Continuada de Professores:

> Art. 4º A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho. (Brasil, 2020, p. 2).

A partir do que o documento define como Educação Continuada, em seu texto, sigo com o próximo Artigo, que retrata os princípios norteadores dessas formações. O Artigo 5º é muito importante para a presente pesquisa, pois nos mostra indicadores de que a formação continuada deve estar sustentada em princípios e direitos do educando, no qual o respeito por sua singularidade, a sua dimensão humana, deve ser premissa nesse processo. Para melhor compreensão, destaco os Incisos I, V e VII, como os mais relevantes para a discussão.

> I - Respeito aos fundamentos e objetivos da Constituição Federal (artigos 1º e 3º) em sua atuação profissional, honrando os princípios de soberania nacional, cidadania e *dignidade da pessoa humana*, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, além do pluralismo político, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que garanta o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo desigualdades sociais e regionais, para promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 2020, p. 3, grifo meu).

Ao analisar o que contém esse inciso, percebo a sua relação com o que dispõe a DDSDU/WAS, que ao incluírem o direito à igualdade e a não discriminação, o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, o direito à autonomia e à integridade corporal, o direito à informação, o direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora, entre outros, mostra-nos que esses direitos estão intrinsecamente ligados à dignidade da pessoa humana e à garantia de que todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, possuem o direito de viver suas vidas com liberdade e respeito.

> V - Reconhecimento e valorização da materialização objetiva do direito à educação dos alunos como principal função social da instituição escolar, da atuação profissional e da responsabilidade moral dos docentes, gestores e demais funcionários, de acordo com:
> a) o artigo 26 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, visando à plena expansão da personalidade humana, o reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, favorecendo a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos e uma cultura de paz; e
> b) o Estatuto da Criança e do Adolescente, em particular os artigos 5º, 6º, 15, 16, 17, 18 e 18-A, respeitando explicitamente quanto ao acolhimento, atenção, responsabilidade na valorização da dignidade individual e coletiva dos alunos, respeito às limitações, peculiaridades e diferenças, além das formas adequadas de relacionamento, estímulo *ao desenvolvimento integral dos alunos com atenção para seus direitos*, deveres e formação ética; (Brasil, 2020, p. 3, grifos meus).

Ao afirmar, reconhecer e valorizar a materialização objetiva do direito à educação, a legislação ressalta a importância da educação na promoção da igualdade, do respeito à diversidade e do desenvolvimento integral dos educandos, o que vai ao encontro do que prega os Direitos Humanos e a DDSDHU/WAS. Os direitos sexuais, que incluem o direito à igualdade e a não discriminação, o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, o direito à autonomia e à integridade corporal, o direito à privacidade, o direito de estar isento de todas as

formas de violência ou coerção, o direito à informação, o direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora, são essenciais para a promoção da saúde sexual, do respeito à autonomia e da prevenção da discriminação e da violência sexual.

> VII - Reconhecimento e valorização das contribuições dos membros das famílias dos alunos, de suas comunidades de origem e da sociedade como importantes coadjuvantes no sucesso escolar deles, conforme o artigo 205 da Constituição Federal, por meio de:
> a) *promoção de um ambiente educacional saudável* e propício ao empenho acadêmico; e
> b) *entendimento, respeito e colaboração mútuos, com vista ao pleno desenvolvimento de cada aluno*, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 2020, p. 4, grifos meus).

É importante ressaltarmos que a construção de um ambiente educativo inclusivo e respeitoso é fundamental para garantir que todos os educandos possam desenvolver-se na sua integralidade. Ao reconhecermos e valorizarmos as contribuições das famílias, comunidades e sociedade no processo educacional, podemos relacionar isso com muitos dos direitos prescritos na DDSDUH/WAS que contribuem para a formação de cidadãos conscientes, respeitando e promovendo os direitos de todos, incluindo os direitos sexuais.

Por fim, ao analisarmos atentamente cada inciso, entendemos que o profissional da educação deve ser compreendido na sua totalidade. No entanto, em nenhum momento, vimos explícita claramente a dimensão sexual ou a Educação Sexual como parte desse processo, confirmando a premissa de que talvez ainda percebam o ser como “descolado” da sua sexualidade. Não atentam para o fato de que isso é possível, já que somos seres sexuados e educamos sexualmente, mesmo sem saber ou querer. Corroborando isto, Bortolozzi (2022) nos alerta que,

> como educadores/as devemos lutar por uma educação sexual emancipatória, isto é, uma educação crítica, reflexiva, que mostre a construção histórica e social dos nossos valores sobre sexualidade, o modo como construímos nossa sexualidade, como seres sexuais e sociais (Bortolozzi, 2022, p. 17).

Destacamos, assim, a importância de uma Educação Sexual emancipatória, que vai além da mera transmissão de informações. Essa educação deve ser crítica e reflexiva, auxiliando os educandos a compreenderem como a sexualidade é moldada por valores construídos histórico e socialmente. Ao reconhecermos que somos seres sexuais e sociais, essa abordagem promove uma visão mais ampla e consciente da sexualidade, incentivando os sujeitos a questionarem normas e a construírem uma compreensão mais livre e autônoma sobre a própria sexualidade.

A partir das categorias base da investigação, trazemos em seguida os movimentos metodológicos que deram o suporte para esta pesquisa. É por meio desses caminhos que sustentei as minhas análises do material coletado.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS: DO PRESCRITO AO VIVIDO NA PESQUISA

O presente capítulo trata dos caminhos metodológicos que trilhamos nesta pesquisa, a partir do problema desta investigação que é o de buscar a compreensão de professores/as de um NEIM da região Norte do município sobre a categoria Educação Sexual e seus reflexos em suas práticas pedagógicas. Buscamos então responder a esta problemática com as escolhas que apresentamos a seguir. Como uma forma de melhor compreendermos os caminhos metodológicos, descreve Kornatzki (2013).

> [...] Entendendo-os como processo que trilha vários percursos, avança e retrocede para novamente avançar, pois toda investigação científica exige do pesquisador o exercício de desvelar e construir conhecimentos, num processo permanente. Nessa caminhada todo pesquisador, explicita ou implicitamente, (re)estrutura seus próprios paradigmas e conceitos científicos para auxiliar no desenvolvimento da fundamentação da análise sobre o fenômeno observado. (Kornatzki, 2013, p. 101).

A partir dessa afirmação da autora, foi importante definir a ciência metodologicamente como um conjunto de conhecimentos organizados e sistematizados por meio de métodos específicos de investigação, para buscar explicar fenômenos e processos naturais, sociais e culturais, o que envolve a realidade empírica ou investigada.

O conhecimento, de acordo com Teixeira (2014), é entendido como a apropriação da realidade, vista como a totalidade das coisas conhecidas pelo sujeito. Então, conhecer é aprender sobre os seres e as coisas. Para melhor compreender, a autora define que

> Entende-se por SER tudo aquilo que existe ou que se supõe existir por COISA, tudo aquilo que que existe ou poderia existir. Assim é que a apropriação da realidade inclui o REAL, ou seja, o que existe realmente independente do nosso pensamento, e o IDEAL, ou seja, aquilo que existe apenas em nosso pensamento de modo imaginário ou fictício (Teixeira, 2014, p. 79-80).

Para a autora citada, o conhecimento constitui-se de: sujeito, objeto e imagem, em uma relação na qual o sujeito determina o pensar, o objeto é o determinante no ato de pensar e a imagem o ponto de coincidência entre os dois. “Assim, o conhecimento passa a ser o ato ou o efeito de conhecer que tem como fator fundamental o progresso humano” (*Ibid*, p. 80).

Ainda de acordo com Teixeira (2014), existem quatro tipos de conhecimentos: o conhecimento do senso comum ou popular; o conhecimento filosófico; o conhecimento teológico; e o *conhecimento científico*. Este último, que é o que nos interessa mais especificamente; é o conhecimento que se dá de maneira direcionada à forma de pensamento e às estratégias que o ser humano executa diante dos fenômenos. Exige estudos minuciosos, a partir do que investigamos e das formulações de problemas. O conhecimento científico é utilizado por meio de pesquisa para constatar variáveis ou não de um fenômeno da realidade.

A autora define que, “assim, o conhecimento científico exige a utilização de métodos, processos e técnicas especiais para análise, compreensão e intervenção da realidade” (*Ibid*, p. 85).

Dentro dessa discussão, a ação de pesquisar surge como "o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. É desenvolvida mediante o emprego de métodos científicos, que possibilitam a obtenção de novos conhecimentos na área em que está sendo realizada". (Gil, 2008, p. 16). Segundo esse autor, a pesquisa utiliza métodos científicos que garantem a validade e a confiabilidade na obtenção dos resultados. É um processo que envolve planejamento, execução e análise de dados, com o intuito de descobrir novos conhecimentos ou confirmar hipóteses.

Em Paulo Freire, percebo a concepção da pesquisa como um ato político e social, que envolve escolhas, pois dela vem uma maneira de intervir no mundo, na sua realidade e tem na sua intenção a transformação social. A pesquisa, então, está diretamente ligada às inquietações encontradas na vida do/a pesquisador/a, como já nos alertava o autor, “a pesquisa como ato político é uma forma de intervenção no mundo, na realidade concreta. A pesquisa não pode ser algo estranho à vida, mas sim algo que vem da vida e que volta para a vida" (Freire, 1979, p. 68).

Portanto, na trajetória da ciência, é possível, válido e necessário identificar seus paradigmas norteadores. Por paradigma, entendo-o como um conjunto de pressupostos e métodos que buscam orientar a compreensão e a prática de uma determinada área do conhecimento, ou seja, é uma visão de mundo que orienta a maneira como se produz um dado conhecimento. Elizabeth Teixeira traz em seu livro “As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa” a explanação sobre o paradigma e a revolução científica.

> Uma ciência encontra-se em fase de normalidade. Seu paradigma, seus conceitos e suas leis explicam todos os fatos e fenômenos. De repente, surge algo que é novo, diferente do já conhecido e os conceitos e leis não conseguem explicar esse novo. Para Kuhn[25] aconteceu uma anomalia na ciência normal. Após essa anomalia vem a crise do paradigma. Mediante a crise, começam as pesquisas extraordinárias ou excepcionais, em busca da explicação do novo fato ou fenômeno que ocorreu. Quando se conseguir novos conceitos e princípios para explicar a anomalia, emerge o novo paradigma da ciência. Neste momento, a ciência retorna a um estado de normalidade. A revolução científica é um fenômeno aberto, como uma espiral. (Teixeira, 2014, p. 94-95).

Em virtude de tais reflexões e na busca por explicitar um paradigma que sustentou a vida e a presente pesquisa, vou ao encontro de Trivinõs (2019) que explana em sua obra sobre as três correntes do pensamento contemporâneo que orientam as pesquisas em Educação e nas Ciências Sociais. São elas: positivismo, fenomenologia e materialismo histórico-dialético. Vale

[25]KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1995.

acrescentar que todas são concebidas como paradigmas. Ao entender que o conhecimento é uma construção dialética entre os sujeitos no mundo, reafirmo, então, que é no paradigma do materialismo histórico-dialético que trilhei os caminhos metodológicos da vida e desta investigação.

É nesse sentido que caminhei, o de um movimento dialético, de buscar ver o mundo como ele é, a partir das suas transformações ao longo da história, com o intuito de perceber e entender o movimento das coisas e suas contradições. Da mesma forma caminhei com o que nos aponta Triviños (2019):

> O materialismo dialético apoia-se na ciência para configurar sua concepção do mundo. resumidamente, podemos dizer que o materialismo dialético reconhece como essência do mundo a matéria que, de acordo com as leis do movimento, se transforma, que a matéria é anterior à consciência e que a realidade objetiva e suas leis são cognoscíveis. estas ideias básicas caracterizam, essencialmente, o materialismo dialético. (Triviños, 2019, p. 23).

Assim, o materialismo dialético, ainda de acordo com o mesmo autor (*Ibid*, p. 51), "é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento". Complementando esse movimento dialético, o materialismo histórico é definido como "ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida em sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade" (*Ibid*, p. 51).

Sob essa perspectiva, o método dialético foi, portanto, a escolha metodológica eixo desta pesquisa, já que por essa ótica podemos enxergar o mundo dos fenômenos sociais e perceber as suas contradições e transformações nesses movimentos dialéticos que acontecem a todo momento na sociedade. Segundo Marx (2008, p. 47), a dialética está na premissa de que "não é a consciência que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é quem determina a sua consciência", ou seja, o ser humano se constitui na interação dialética com o outro e com o mundo, em constante transformações, carregado de movimentos de contradições.

Conforme Triviños (2019),

> o materialismo dialético apoia-se na ciência para configurar sua concepção de mundo. Resumidamente, podemos dizer que o materialismo dialético reconhece como essência do mundo a matéria que, de acordo com as leis do movimento, se transforma, que a matéria é anterior à consciência e que a realidade objetiva e suas leis são cognoscíveis. (Triviños, 2019, p. 23).

Para ele, o materialismo dialético tem três categorias iniciais e fundamentais: a matéria, a consciência e a prática social. No entanto, a categoria essencial é a contradição que se encontra na realidade objetiva.

O autor oferece subsídios para se fazer uma pesquisa na linha dialética, mas, antes de tudo, registrou ser primordial que o estudo contenha a concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos os quais nos possibilitam conhecer. Assim, Triviños (2019) apresenta três procedimentos para se desenvolver a pesquisa dialética: a) a "*contemplação viva*" - etapa inicial em que se identifica o objeto de estudo, suas características; delimita-se o fenômeno, utiliza-se observações e estudo de documentos, baseado nas informações coletadas, levantam-se as hipóteses norteadoras do estudo; b) *análise do fenômeno* - momento de penetrar na dimensão abstrata, observar e fazer relações sócio-históricas do fenômeno, elaborar juízos, raciocínios e conceitos em relação ao objeto, é o momento de definir a amostra, o tratamento de dados e os instrumentos utilizados (questionários, entrevistas etc.); c) a *realidade concreta do fenômeno* - é a parte que engloba o estudo das informações coletadas, consiste em descrever, classificar, analisar e fazer sínteses, em suma, são os momentos para consolidar a realidade concreta do fenômeno.

Desta forma, metodologicamente falando, posso registrar que a presente investigação se tratou de uma pesquisa qualitativa, a qual teve o intuito de compreender e interpretar a complexidade da realidade social e humana, por meio de uma abordagem descritiva e exploratória, buscando a compreensão do significado e a profundidade dos fenômenos. Corroborando com Minayo (2002),

> A pesquisa qualitativa se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2002, p. 21-22).

Nesta pesquisa, utilizei também uma perspectiva de estudo descritivo, sendo que dentro dele, o foco principal foi os "estudos de casos". Trivinõs (2019) define esse tipo de estudo como aquele que exige do/a pesquisador/a um vasto acúmulo de informações a respeito do seu objeto de estudo, que pretende descrever com o máximo de precisão os fenômenos de uma dada realidade, a saber que,

> a maioria dos estudos que se realizam no campo da educação é de natureza descritiva. O foco essencial destes estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação, sua preparação para o trabalho, seus valores [...] (*Ibid*, p. 110).

O estudo de caso, defendido por Trivinõs (2019), tem por objetivo aprofundar a descrição de uma determinada realidade, onde, por conseguinte, os resultados obtidos são válidos para aquele caso em específico. Contudo, ao produzir um conhecimento aprofundado sobre uma determinada realidade, os seus resultados também podem contribuir para formular hipóteses para a realização de outras pesquisas. Corroborando com o que defende Stake (2012),

> espera-se que um estudo de caso consiga captar a complexidade de um caso único [...] Estudamos um caso quando ele próprio se reveste de um interesse muito especial, e então procuramos o pormenor da interacção com os seus contextos. O estudo de caso é o estudo da particularidade e complexidade de um único caso, conseguindo compreender a sua actividade no âmbito das circunstâncias importantes. (Stake, 2012, p. 11).

Ao entender que em muitos aspectos cada caso se assemelha de muitas formas e muitas maneiras a outros em inúmeros aspectos, Stake (2012) sustenta a ideia de que tanto a singularidade quanto a semelhança é algo que nos interessa na pesquisa, pois o foco é ouvir e conhecer cada história.

Reforçando essa concepção de estudo de caso, Yin afirma que trata de "uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o "caso") em profundidade em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes" (Yin, 2015, p. 17). Ou seja, ao se aprofundar em uma pesquisa que utiliza estudo de caso, o pesquisador tem que buscar compreender um fenômeno do mundo real, mas considerando que isso abrange contextos que poderão ser pertinentes para o caso.

Portanto, realizo nesta investigação um estudo de caso com um público específico, cuja amostra foram os/as professores/as regentes respondentes a um questionário, atuantes no *lócus* da pesquisa, que é o cotidiano educativo-pedagógico do NEIM Professora Sueli Gadotti Rodrigues, uma creche pertencente à Prefeitura Municipal de Florianópolis, situada na região de norte do município, no bairro dos Ingleses. Realizei a aplicação de um questionário, no modelo criado por Antunes (2023), buscando desvelar a compreensão de docentes de Educação Infantil sobre a Educação Sexual em suas práticas pedagógicas, de modo a ter percebido, por meio de suas interpretações, falas e práticas, como se veem nesse processo dialógico de se educar e, ao mesmo tempo, educar o outro na sua totalidade, nele incluída a dimensão humana inseparável do ser sexuado.

A seguir, no registro dos caminhos trilhados, destaco a utilização da ferramenta questionário como a técnica escolhida de coleta de dados numa pesquisa de campo para investigar o objeto de estudo desta pesquisa. Como forma de ilustrar o que compreendo como válido nesta ferramenta de coleta de dados, concordo com Teixeira (2014) que descreve o

processo da elaboração do questionário: “o pesquisador elabora o instrumento com uma apresentação, as questões sobre os dados pessoais e as questões específicas; entrega ao informante e marca a data para o seu recolhimento. Poderá ter questões abertas fechadas e ou mistas” (Teixeira, 2014, p. 150).

O questionário que utilizei foi o mesmo criado por Antunes (2023) e replicado em sua pesquisa. Na época, passou por todos os encaminhamentos necessários: pré-teste, antes da sua aplicação, submissão e aprovação pelo Comitê de Ética da UDESC e PMF. No entanto, por a pesquisa tratar de uma investigação realizada em um contexto e com participantes diferentes, o questionário foi submetido novamente à aprovação do Comitê da UDESC (e aprovado sob o número do parecer 6.478.612, em 31 de outubro de 2023). Além disso, fiz a solicitação formal à PMF para utilizar o questionário no local desta pesquisa. Necessito esclarecer que a amostra, ou seja, quantidade de docentes que responderam ao questionário, dependeu daqueles/as que concordaram em participar do seu preenchimento de forma online ou manuscrita, na folha impressa. Realizei inicialmente uma reunião na unidade educativa, onde foram esclarecidos os objetivos e a relevância da pesquisa e oferecida aos destinatários da amostra a oportunidade de participação voluntária, bem como colhi, previamente naquele ato, a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido exigido pelo Comitê de Ética.

Registro que o questionário que utilizei (apêndice 2) para a coleta de dados (mesmo elaborado e utilizado por Antunes (2023)), foi composto por perguntas fechadas, que definiram o perfil dos docentes, e perguntas abertas, que as docentes puderam responder livremente e expressar sua compreensão sobre a temática em questão. Posteriormente, ao coletar os dados, realizei as análises pela Técnica da Análise de Conteúdo, a partir do que define Bardin (2016).

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 2016, p. 48).

A Análise de Conteúdo inspirada em Bardin (2016) aconteceu em três fases: a *pré-análise,* a exploração *do material e* o *tratamento dos resultados* utilizando *inferência e interpretação.* A *pré-análise,* engloba a fase inicial de organização da pesquisa, em que acontece a escolha por documentos que serão analisados, a criação das hipóteses e de objetivos e a elaboração dos indicadores para a posterior interpretação. A *exploração do material* é o momento da análise propriamente dita, ou seja, aplicar sistematicamente o que já foi decidido anteriormente. É uma fase longa que consiste em codificar, decompor ou enumerar por meio de regras já formuladas. O *tratamento dos resultados* utilizando *inferência e interpretação* ocorre

com o tratamento dos resultados brutos de modo a se tornarem significativos e válidos, por meio de quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, em que se expõem as informações obtidas na análise. Posteriormente, a análise propõe inferências e interpretações de acordo com os objetivos traçados.

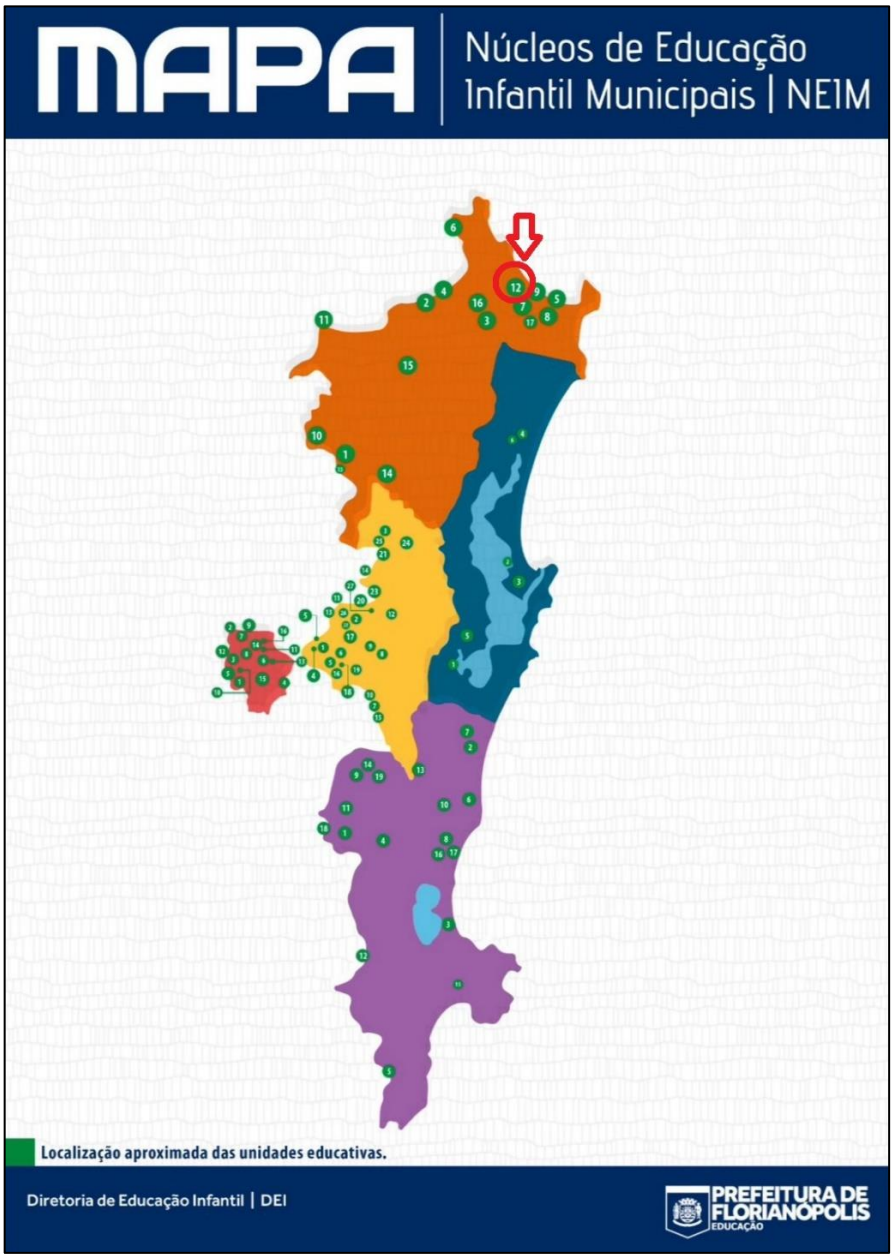
Após registrar todo o embasamento teórico metodológico que deu sustentação à investigação, passo ao desvelamento do concretamente vivido no processo.

Relembro que a coleta de dados utilizada foi um questionário, o qual "seria uma ponte para nos aproximar da compreensão dos sujeitos sobre o prescrito e sobre o vivido" (Yared, 2016, p. 208). Esse questionário foi elaborado e aplicado anteriormente por Antunes (2023) e foi por mim também escolhido como instrumento de coleta dos dados, por razões já explicadas. Como foi uma nova pesquisa, com *lócus* e amostra diferenciadas, foi realizado todo o passo-a-passo burocrático que uma pesquisa envolvendo seres humanos exige. Após a qualificação do projeto de pesquisa, dei início ao processo de autorização para a Gerência de Formação da PMF para a realização da pesquisa no espaço educativo definido, a qual prontamente foi aprovada.

O passo seguinte foi a submissão do projeto ao Comitê de Ética da UDESC, que levou um pouco mais de dois meses para a sua aprovação, entre submissão, algumas devolutivas com pendências, que foram logo atendidas, até o aceite.

A partir disso, pude finalmente ir a campo para a coleta de dados, que é o momento inicial de contato com o lócus e a amostra da pesquisa. No estudo de caso, é o momento de aproximação entre a pesquisadora e sua amostra. Para esta aproximação, foi necessário, então, contextualizar a unidade educativa em questão, o NEIM Professora Sueli Gadotti Rodrigues. Ele está localizado no bairro Ingleses, na parte norte da Ilha de Santa Catarina – que compõe a outra parte continental, o município de Florianópolis. A seguir, apresento o mapa com todos os NEIMs que compõem a RMEF, destacando a localização da unidade educativa pesquisada:

Figura 1– Mapa dos Núcleos de Educação Infantil – NEIMs



Fonte: Florianópolis, 2023. Adaptado pela autora, Machado (2024).

O NEIM existe há mais de 40 anos (entre trocas de endereço e de prédio). Atualmente lá, são atendidas 570 crianças entre zero e seis anos de idade divididas em períodos parciais (matutino e vespertino). A instituição conta com 15 salas referências, banheiros de uso coletivo para as crianças entre cada duas salas, parques externos e um interno, um refeitório, cozinha, lavanderia, almoxarifado, sala de professores, sala de supervisores, sala de Educação Especial, secretaria e sala de direção. Em relação ao quadro de profissionais da educação, este é composto por um total de 72 profissionais (entre os cargos de Auxiliar de Sala, Professor Regente, Professor Auxiliar de Educação Infantil, Professor de Educação Física, Professor de Educação

Especial, Professor Auxiliar de Educação Especial, Supervisoras e Diretora). Conta com 19 trabalhadores terceirizados (Cozinheira; Auxiliar de Limpeza; Vigia e Monitor Escolar). Como mostra o quadro abaixo:

Tabela 1 - Distribuição dos profissionais do NEIM Profª Sueli Gadotti Rodrigues

PROFISSIONAIS DO NEIM PROFª SUELI GADOTTI RODRIGUES	
72 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:	
Auxiliar de Sala	33
Professor Regente	16
Professor Auxiliar de Educação Infantil	9
Professor de Educação Física	4
Professor de Educação Especial	2
Professor Auxiliar de Educação Especial	5
Supervisor	2
Diretor	1
19 PROFISSIONAIS TERCEIRIZADOS	
Cozinheira	8
Auxiliar de Limpeza	7
Vigia	2
Monitor Escolar	2

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024)

Tenho que esclarecer que atuo como Professora Auxiliar naquele local, estando de licença aperfeiçoamento de dois anos para cursar o mestrado. A nível de conhecimento, toda a comunidade escolar sabia e sabe da minha situação funcional naquele momento, de "pesquisadora em pós-graduação". Existiu e existe sempre um respeito e uma aceitação de todos/as sobre este fato. Mas a definição de tornar o NEIM foco do meu estudo de caso foi se definindo no projeto. Portanto, a reunião que tive com a diretora, quando fui à unidade educativa, serviu para além de esclarecimentos e assinatura de documentações exigidas pela PMF; foi na verdade a oficialização desta decisão.

Em seguida, realizei a conversa com cada docente que estava presente, explanando brevemente sobre a minha pesquisa, o objetivo dela, do questionário e sua importância, não somente para a pesquisa, mas para posteriores possibilidades e contribuições para realização pela PMF de formação continuada, na temática da Educação Sexual em uma perspectiva emancipatória. Esclareci ser opcional a participação, onde o anonimato seria garantido e que os docentes tinham as opções de responder às questões de maneira on-line (pelo link do *Google Forms*) ou, se assim preferissem, poderiam utilizar o impresso (entregue por mim) e responder manuscritamente. Entreguei os Termos de Consentimento Livre e Esclarecimento, que é um

documento que autoriza a utilização das informações fornecidas pelos respondentes ao questionário, documentos exigidos pelo Comitê de Ética.

Alguns/algumas professores/as prontamente já se dispuseram a responder e assinaram o Termo de Consentimento no ato da nossa conversa. Outros/as guardaram para ler com atenção e assinar em suas casas (entregariam à secretaria para uma colega que se prontificou em me auxiliar nesse processo de coleta). O link do questionário foi divulgado no grupo de *WhatsApp* do NEIM, onde todos os profissionais, de todos os cargos, têm acesso, com um texto explicativo sobre a importância da pesquisa e da escolha da amostra ser direcionada para Professor Regente e Professor Auxiliar. Aos poucos, fui recebendo respostas dos/as participantes, pelo *Google Forms* (que foi a única opção escolhida; nenhum respondente optou por preencher o modelo impresso). Foi fornecido o prazo de um mês para o preenchimento e entrega dos questionários. A mensagem com o link e texto explicativo no grupo de *WhatsApp* foi reforçada duas vezes. E por fim, dos/as 25 professores/as alvos da pesquisa, 16 escolheram participar. Ao refletir sobre os possíveis motivos da não participação dos/as 9 professores/as, acredito que pelo fato do questionário ser aplicado em meados de novembro e início de dezembro, que é uma época em que o trabalho docente é intensificado, pois no final do ano letivo são produzidos os pareceres descritivos das crianças, as/os profissionais já estão exaustos de toda a demanda do ano que se finda, além de ainda estar atuando cotidianamente no ambiente educativo com as crianças, realizando planejamento e documentação pedagógica. Acredito que esses fatores contribuíram para que alguns docentes não participassem da pesquisa. Após o recebimento dos questionários e dos Termos de Consentimento, que estão arquivados com segurança em minha residência, visando a privacidade dos respondentes, iniciei a etapa da organização das leituras de todo o material recebido.

Na busca do desvelar das categorias é que se deu o movimento de aprofundamento nas respostas das professoras participantes da pesquisa, ao analisar os dados obtidos por meio do questionário. Para essa árdua tarefa, relembro que optei por utilizar a metodologia de análise de conteúdo cunhada por Bardin (2016), com o apoio de Triviños (2019). Tal metodologia possibilita ao pesquisador debruçar-se sobre os dados obtidos, realizar a interpretação daquele conteúdo a partir de técnicas cabíveis naquela investigação. Nesse sentido,

> a análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo) é um método muito empírico, dependente do tipo de "fala" a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe coisa pronta em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da decodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários, cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas (Bardin, 2016, p. 36).

Apesar de a autora afirmar que a técnica de análise utilizada na interpretação de respostas de questionários ser realizada por temas ser mais simples, isso não retira a complexidade da análise, já que para cada questão formulada, temos respostas diferenciadas objetivas e subjetivas. Portanto, para tal, necessitei um mergulho nessas falas, na sua interpretação minuciosa, e à luz dos indicadores utilizados nessas análises, advindos das vertentes pedagógicas de Educação Sexual.

O processo da análise iniciou já na escolha da ferramenta que utilizei para essa coleta. Relembro que a minha opção foi fazer o uso de um questionário criado por Antunes (2023), o qual me permitiu, com intencionalidade, conhecer cada docente pesquisado por meio da sua história de vida e profissional, desvelar e compreender as suas práticas pedagógicas.

Ao relembrar as três fases da análise de conteúdo descritas por Bardin (2016), esta etapa inicial foi a primeira, a da pré-análise, que é a fase da organização do material coletado. Período este em que se elaboram as intuições, as hipóteses, os objetivos e os indicadores utilizados para interpretar o conteúdo pesquisado. Ou seja, após a leitura minuciosa de cada questionário, optei por organizar as respostas das perguntas fechadas em gráficos, e com as perguntas abertas elaborei um quadro para cada questão, com os pseudônimos e as respostas correspondentes de cada participante, para melhor vislumbrar o que cada professor/a pensava sobre aquele questionamento. Com isso, nesse processo de ler e reler, fui me encharcando com cada resposta e já visualizando os indicadores que emergiram das falas dos/as professores/as. Relembro que os indicadores utilizados nesta pesquisa foram extraídos do estudo de Nunes (1996), que categorizou as vertentes pedagógicas de Educação Sexual, com o apoio da Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos Universais (WAS). Apresento, por fim, o quadro com as vertentes e os indicadores já desvelados e diferenciados por cores distintas, o que norteou as análises que foram realizadas posteriormente.

Quadro 8 - Vertentes Pedagógicas de Educação Sexual e seus indicadores, com base em Nunes (1996), DDSDH/WAS (2014), Kornatzki (2013), Antunes (2023).

Vertentes pedagógicas estudadas como categorias prévias	**Indicadores prévios desvelados como marcas das categorias da Educação Sexual**
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	• Prevenção das ISTs, contenção e higiene da sexualidade e genitália. • Questões de reforçar os papéis sociais entre homens e mulheres. • Educação sexista, como comportamentos esperados apenas nos padrões da matriz heteronormativos.

	• Visão do corpo/sexo apenas como um aparelho reprodutor, com foco nos órgãos genitais entendidos apenas como reprodutores masculino e feminino. • Reforço das informações sobre as ISTs, porém com um aspecto causador de medos e não numa linha de prevenção e de direito à saúde sexual. • Sexo/Sexualidade vista como uma mera força propulsora de procriação ou relações sexuais. • Não aborda uma proposta educacional ampla, somente requisitos biológicos e médicos.
Vertente pedagógica normativo-institucional	• Reforços nos papéis sociais tradicionais institucionalizados, seguindo um modelo padrão de "ser homem e ser mulher". • Visualização e o conhecimento apenas da família nuclear como a única família "certa". • Padrão de corpo e beleza. • Casamento monogâmico heterossexual como único possível. • Normatização de padrões de beleza a ser seguidos na sociedade para homens e mulheres.
Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	• Prazer sexual é visto apenas como parte de uma mercadoria. • Produção e venda de cartilhas com métodos de "como viver melhor" sua vida sexual. • Terapias como autoajuda em consultórios televisivos. • A autoajuda é vendida para "curar" e/ou melhorar a impotência sexual; como chegar ao ponto "G" da mulher.
Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	• Corpos objetificados e erotizados de mulheres e homens para fins capitalistas da mídia social.
Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS	• Educação Sexual crítica e reflexiva, que tenha como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro. • Educação Sexual que desenvolva a autonomia e a humanização dos saberes e fazeres pedagógicos no cotidiano escolar. • Que oportunize o reconhecimento do seu corpo e da sua dimensão sexual. • Que liberta e emancipa o sujeito das presas do autoritarismo e de uma visão hegemônica. • Visão para além da sexualidade do senso comum. • Visão e linguagem positiva da sexualidade. • Direito ao conhecimento e autoconhecimento sexual. • Compreensão ontológica da sexualidade. **DDSDH/WAS** • 1. O direito à igualdade e a não discriminação. • 2. O direito à vida, à liberdade, e à segurança pessoal. • 3. O direito à autonomia e à integridade corporal. • 5. O direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção. • 6. O direito à privacidade. • 7. O direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual; com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras. • 9. O direito à informação. • 10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora. • 11. O direito de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto. • 13. O direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão.

Fonte: Antunes (2023), replicado por Machado (2024).

A partir disso, tive o mergulho na segunda fase do método, que é a exploração do material, a qual está intrinsecamente ligada à primeira, pois é o momento da análise no seu verdadeiro sentido, da organização do material coletado com base nas técnicas que foram decididas anteriormente. De acordo com Bardin (2016), esta é a uma fase longa e fastidiosa, que consiste em tratar o material, ou seja, codificá-lo. Dessa forma,

> a codificação corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices. (Bardin, 2016, p. 133).

Nesta fase, então, passei a me debruçar nos gráficos, que traçam os perfis dos/as professores, para em seguida, realizar a análise de cada um deles. E reli os quadros das questões com cada resposta atentamente e já fui apontando os indicadores que brotaram daquela fala. Então, fui codificando, ao colorir de acordo com a cor representante da vertente que estava por trás de cada resposta.

Na terceira fase, o tratamento dos resultados representou o momento de fazer uso da inferência e da interpretação, para tornar os resultados significativos e válidos. Corroborando isto, Triviños (2019) nomeia essa fase como interpretação referencial, onde o pesquisador se apoia nos materiais coletados que já foram iniciados na pré-análise, todavia agora mais intensamente. Segundo o autor, nesta etapa, o pesquisador utiliza a reflexão, a intuição, embasados nos materiais empíricos e estabelecendo relações (Triviños, 2019).

Ao adentrar na etapa final, decidi organizar o tratamento dos dados em forma de blocos, que foram elaborados com base no conteúdo de cada questão, e a partir dos desvelamentos das vertentes que emergiram das respostas, foi realizada a análise de acordo com o referencial teórico estudado.

Como parte primordial do processo desta pesquisa, apresento a seguir o vivido, como uma forma de explanar o aprofundamento nos dados coletados e o desvelar da compreensão dos/as professores/as sobre Educação Sexual nas suas práticas pedagógicas.

5. DO VIVIDO: PROCESSO DE IMERSÃO NOS DADOS, O DESVELAMENTO DA COMPREENSÃO DOS/AS PROFESSORES/AS

> É preciso, porém, que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na compreensão do futuro como problema e na vocação para o Ser Mais como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para a nossa rebeldia e não para a resignação em face das ofensas que nos destroem o ser. Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que afirmamos. (Freire, 2019, p. 76)

A partir do que Freire (2019) nos aponta, podemos vislumbrar a esperança e lutar por um mundo melhor, e para isso acontecer, precisamos fazer uma educação que instigue os educandos a compreenderem as desigualdades, as violências e as desumanidades existentes na sociedade vigente.

Hoje, vivemos num mundo em que predomina a hegemonia capitalista, a qual exerce influência sobre as estruturas sociais, políticas e culturais da sociedade, que é marcada pela supremacia de valores e práticas que sustentam e promovem a acumulação de capital como principal objetivo econômico. Nesse contexto, as relações de produção e consumo são moldadas de acordo com os interesses do capital, o que resulta em desigualdades socioeconômicas, concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos. Tudo isso influencia não somente a economia, mas também a cultura, a política e a maneira como as pessoas pensam e interagem com o mundo. Como uma maneira de refletir e almejar transgredir esse sistema, a autora bell hooks, no prefácio do seu livro “Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança”, instiga-nos, quando afirma que

> precisamos que movimentos políticos de base convoquem os cidadãos a sustentar a democracia e os direitos de todos à educação e a trabalhar em prol do fim da dominação em todas as suas formas — a trabalhar por justiça, mudando nosso sistema educacional para que a escolarização não seja um cenário onde alunos e alunas são doutrinados a apoiar o patriarcado capitalista imperialista supremacista branco ou qualquer ideologia, mas, sim, onde aprendem a abrir a mente, a se engajar em estudos rigorosos e a pensar de forma crítica. Nós, professores e professoras, e os estudantes engajados na tarefa de que a sala de aula não seja espaço de perpetuação da dominação (baseada em raça, classe, gênero, nacionalidade, orientação sexual, religião) temos testemunhado evoluções positivas em pensamentos e ações. Temos testemunhado a disseminação de questionamentos acerca da supremacia branca, do colonialismo racista, do sexismo, da xenofobia (hooks, 2021, p. 26).

O/a professor/a, então, precisa esperançar a mudança e por meio da sua ação e da prática pedagógica contextualizar e considerar a realidade dos seus educandos. É na busca por mais saberes e conhecimentos que o professor possibilitará uma educação que seja crítica e reflexiva, que considere o educando um sujeito histórico e social que se faz presente e atuante no mundo.

Entrelaçamos essa potência do educando com o papel do/a professor/a na busca da transformação dos seres humanos e das suas relações no/com o mundo. Destacamos a importância de ouvir o que os/as docentes têm para nos falar sobre suas práticas, seus anseios e desejos para uma Educação Sexual em seu cotidiano educativo-pedagógico. A partir das suas histórias singulares, suas trajetórias de vida e profissional, suas opiniões e suas falas foram desvelados seus conceitos e preconceitos, suas necessidades, suas dificuldades e suas utopias, expressas sobre a temática e, posteriormente, obtemos as pistas para compor formações continuadas de qualidade, esperançando a ruptura de práticas repressoras ainda existentes em nossa sociedade.

Ao iniciar a leitura dos questionários, um sentimento de gratidão me invadiu, senti-me honrada e lisonjeada pela confiança e credibilidade que os docentes depositaram na minha pesquisa. E, portanto, analiso cada resposta com todo o respeito e zelo que me cabe enquanto pesquisadora. As análises seguiram o modelo apresentado por Antunes (2023), em sua dissertação, já que a intenção foi a busca por um diagnóstico mais completo da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Vale ressaltar que o embasamento teórico das seguintes análises esteve pautado nas metodologias de Bardin (2016) e Triviños (2019).

Apresento as perguntas do questionário, acompanhadas das respostas extraídas e, após a leitura cuidadosa, selecionei as mais pertinentes, seguindo o critério de iluminá-las com os indicadores de cada vertente, assim como exibo os gráficos e quadros resultantes das respostas às questões objetivas. Para melhor organização, dividi as questões em 10 blocos de acordo com o teor das perguntas, seguindo um modelo já criado por Antunes (2023). Realizei as análises, a partir das respostas fornecidas pelos/as 16 professor/as participantes.

Quadro 9 – Blocos de perguntas analisadas

Blocos	**Questões/Perguntas**
5.1 Bloco Traçando os perfis docentes	Pseudônimo; 1 – Sexo; 2 – Faixa etária; 3 – Religião; 4 – Cor/raça-IBGE; 5 – Estado civil; 6 – Orientação sexual; 7 – Composição familiar; 9 – Escolaridade; 10 – Trajetória de empregos; 11 – Tempo de experiência docente; 12 – NEIM de atuação; 13 – Cargo de atuação; 14 – Efetivo ou ACT; 15 – Grupo de atuação.
5.2 Bloco Buscando a compreensão dos conceitos básicos	8- Para início de conversa, convido que você responda o que compreende por: - Sexo: - Sexualidade: - Educação Sexual:
5.3 Bloco Educação Sexual na família de origem	16- Como você compreende que foi sua Educação Sexual na sua família de origem (pai, mãe, avós etc.)? Descreva-a. 16.1- Desta época, registre algum fato acontecido sobre a temática e como foi encaminhado.

5.4 Bloco Educação Sexual na família que você estruturou	17- Como você compreende estar acontecendo a Educação Sexual na família que você estruturou atualmente? Descreva-a. 17.1- Registre algum fato acontecido atual sobre a temática neste seu espaço familiar e como foi encaminhado.
5.5 Bloco Educação Sexual na escola onde estudou	18- Como você compreende que foi a Educação Sexual nas escolas onde estudou? Descreva-a. 18.1- Registre algum fato acontecido sobre a temática naqueles espaços escolares e como foi encaminhado.
5.6 Bloco Educação Sexual no seu NEIM	19- Como você compreende que é a Educação Sexual no seu NEIM? Descreva-a. 19.1- Registre algum fato acontecido sobre a temática neste seu espaço profissional (unidade educativa) e como foi encaminhado.
5.7 Bloco Educação Sexual na sala referência	20- Como você compreende que é a Educação Sexual na sua sala referência/cotidiano? Descreva-a. 20.1- Registre algum fato acontecido sobre a temática no cotidiano de sua sala referência e como você lidou com a questão.
5.8 Bloco Formação Docente X Educação Sexual	21- Você se sente capacitada para trabalhar projetos de Educação Sexual intencionais com suas crianças? [ ] Sim Dê exemplos de algumas práticas pedagógicas que você já utilizou. [ ] Não Explique o porquê.
5.9 Bloco Exercício de compreensão/ levantamento de possibilidades de atuação	22- Vamos refletir sobre esta situação: numa sala de aula da Educação Infantil, com crianças de idade entre 3 e 4 anos, uma professora encontra dois meninos no banheiro da escola, um deles mexendo no pênis do coleguinha. Buscando contribuir para a construção de um processo de Educação Sexual intencional na escola num paradigma emancipatório, essa professora deverá: [ ] conversar com os pais do menino que estava mexendo no pênis do coleguinha, sugerindo punições em casa, contribuindo assim para que ele não venha a ser futuramente um homossexual; [ ] conversar com os pais dos dois meninos sobre o fato ocorrido prevenindo assim, nos dois meninos, uma possibilidade futura de homossexualidade; [ ] conversar apenas com os dois alunos, repreendendo-os firmemente e orientando-os para que não tenham mais esse tipo de comportamento inadequado entre meninos por ser atitude própria de quem será chamado de “bichinha”; [ ] tratar a situação com serenidade, convidando os meninos a retornarem ao grupo e inserir no seu planejamento o tema do conhecimento do corpo humano com metodologias adequadas à idade. Justifique a sua resposta: 23- Você se sente preparada e à vontade para lidar cotidianamente em sua sala/NEIM com questões iguais a essas? [ ] Sim. [ ] Não. Com qual abordagem você trabalha? Descreva os entraves que atrapalham suas práticas nesse sentido.
5.10 Bloco Formação continuada: a realizada e a desejada	24- Você já participou de formações continuadas sobre essa temática? [ ] Sim. [ ] Não. Registre quais foram, quem as ofereceu, bem como as temáticas tratadas. 24.1. Registre também qual sua avaliação sobre os cursos oferecidos: pontos positivos e pontos negativos e como poderiam ser melhores.

	25- Quais conteúdos sobre o tema Educação Sexual e como gostaria que fossem estruturados os cursos que você gostaria de estudar em mais uma etapa de formação continuada?

Fonte: Antunes (2023), adaptado por Machado (2024).

5.1 BLOCO TRAÇANDO OS PERFIS DOCENTES

Para início da caminhada nas análises, foi primordial manter o anonimato de cada participante, mesmo daqueles/as que acabaram colocando o seu próprio nome ao preencher o questionário. Por isso, a criação dos pseudônimos foi imprescindível, e ao refletir a respeito, recordo-me de um poema que um dia li da Cora Coralina, chamado Ressalva. Nele tem um trecho que diz o seguinte: “Este livro foi escrito por uma mulher que fez a escalada da Montanha da Vida, removendo pedras e plantando flores”. Relaciono este pequeno excerto com o papel do/a professor/a que muitas vezes precisa remover as pedras que se encontram na escalada da montanha chamada educação, para assim possibilitar que se plantem as flores, para fazer florir lugares que se encontram obscuros, para levar vida e alegria aos que habitam essa montanha. Decidi-me, então, por atribuir nomes de flores típicas brasileiras para cada professor/a participantes da pesquisa.

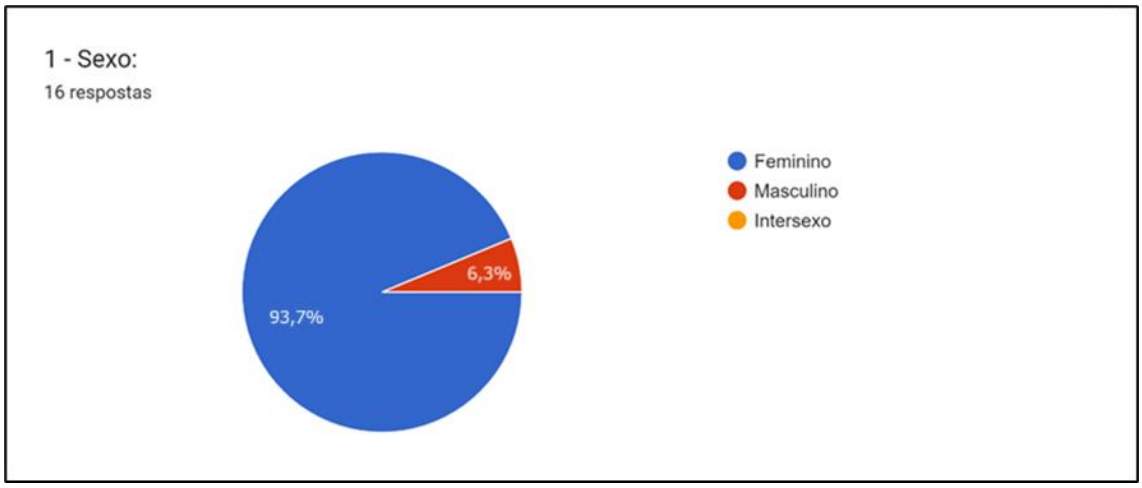
Quadro 10 - Pseudônimos docentes

Pseudônimos docentes – Flores típicas brasileiras			
BEGÔNIA	BROMÉLIA	FLOR DE MAIO	LANTANA
ESPONJINHA	HELICÔNIA	BOUGAINVILLE	ALAMANDA
MANACÁ	ONZE-HORAS	ORQUÍDEA	CAMÉLIA
JACARANDÁ	IPÊ	CALIANDRA	LÍRIO

Fonte: Produção da autora, Machado (2024).

Na sequência, apresento o gráfico que representa o sexo dos/as participantes da pesquisa (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Sexo

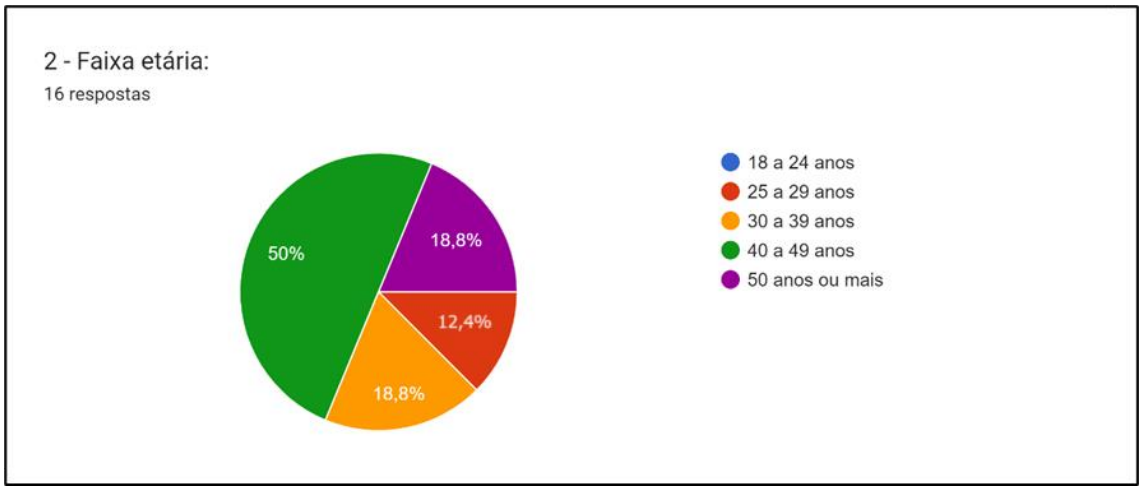


Fonte: Machado (2024), com o apoio do Google Forms.

O gráfico revela que dos/as 16 respondentes, o percentual de 93,7% indica que 15 professores são do sexo feminino e que 6,3% equivalem a apenas 1 do sexo masculino. Fato este que comprova a presença maior de docentes mulheres na primeira etapa da Educação Básica, assim como demonstra o Censo Escolar da Educação Básica do ano de 2022, "na educação infantil brasileira, atuam 657 mil docentes. São 96,3% do sexo feminino e 3,7% do sexo masculino" (Brasil, 2023, p. 40). É um pensamento automático, ligar a ideia de professor de crianças pequenas à figura da mulher. Uma ideia que foi sendo construída historicamente por influências sociais e culturais. É comum pensar na Educação Infantil como uma etapa assistencialista, remetendo somente ao papel do cuidar, logo, relacionando à imagem da mulher, como mãe/cuidadora. "Dessa forma, ao considerar essas atribuições como tarefas tipicamente femininas, historicamente, a Educação Infantil foi se constituindo enquanto um espaço composto predominantemente por mulheres" (Sciotti, Perez, Bellido, 2019, p. 1571-1572). Já que partimos da premissa que a função da Educação Infantil é cuidar e educar, portanto, homens e mulheres são capazes de exercer o papel de professor nessa primeira etapa da Educação Básica.

Em seguida, a análise do Gráfico 2, que retrata a faixa etária dos docentes.

Gráfico 2 - Faixa etária

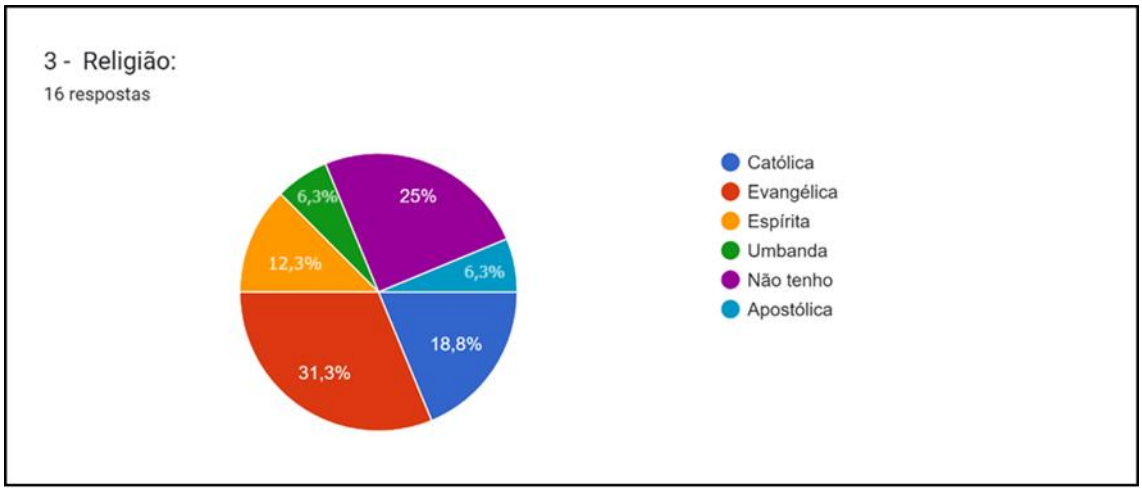


Fonte: Machado (2024), com o apoio do Google Forms.

Ao observar este gráfico, percebo a metade dos/as professores/as respondentes, representando o percentual de 50% do total, indicando a quantidade de 8 professores que estão entre a idade de 40 a 49 anos; seguida pelo percentual de 18,8%, indicando que são 3 professores entre a idade de 30 a 39 anos. Após isso, seguimos com o mesmo percentual de 18,8% indicando 3 professores entre a idade de 50 anos ou mais; por último, vemos o percentual de 12,4% indicando 2 professores com idade entre 25 a 29 anos. Ao analisar o gráfico, traçamos um perfil de professores/as que têm idades entre 25 e 50 anos ou mais, fato este que nos remete a ideia de que são pessoas com variadas histórias de vida, vivências e experiências profissionais de diversos tempos históricos e que sofreram influências sociais e culturais ao longo dos anos de suas vidas, por meio das suas relações com o mundo. Assim como ressalta Freire (2022, p. 128), “é como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, suas concepções”.

A seguir, destaco o Gráfico 3 que retrata a religião dos docentes.

Gráfico 3 - Religião



Fonte: Machado (2024), com o apoio do Google Forms.

Ao observar o gráfico, podemos perceber que um total de 5 docentes, indicando 31,3%, identificam-se como da religião evangélica; 4 professores, representando 25%, não têm religião; 3 professores, correspondendo a 18,8%, consideram-se da religião católica; 2 professores, totalizando 12,3%, declaram-se da religião espírita; 1 professor, representando 6,3%, identifica-se como da religião umbanda; 1 professor, representando 6,3%, considera-se da religião apostólica.

Sabe-se que a educação pública é laica, o que está garantido por lei, presente na Constituição Federal de 1988, no artigo 19º, em que

> é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
> I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público" (Brasil, 2017, p. 25).

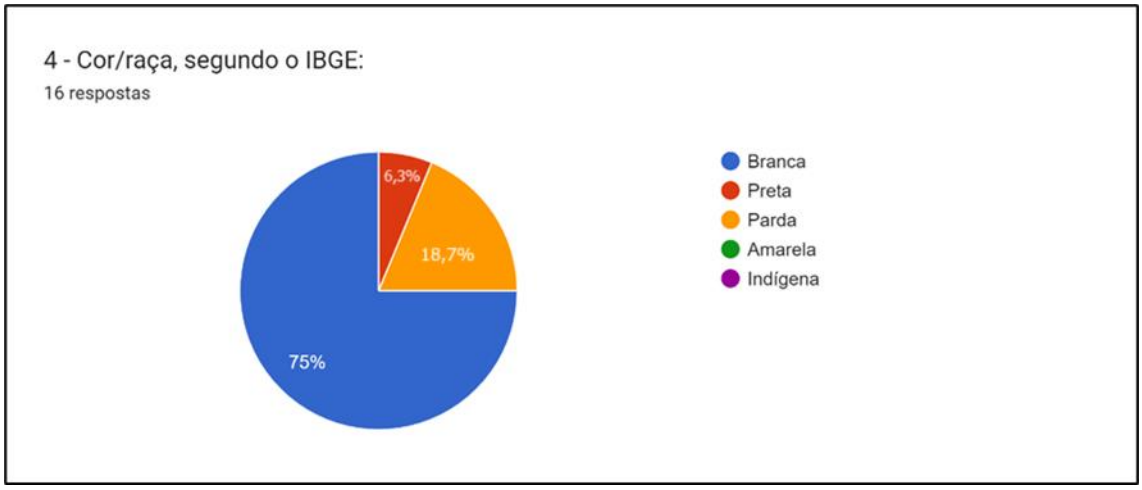
Dessa forma, na Educação deve ser garantido o Estado laico, mantendo a neutralidade, assegurando e respeitando a liberdade de crença dos indivíduos. Assim também acontece na LDB, quando reforça a ideia de assegurar o respeito à diversidade religiosa do país proibindo qualquer forma de proselitismo[26]. Ainda, em seu artigo 206, parágrafo II, em que descreve sobre a "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" (Brasil, 1996, p. 37), está de igual modo promovendo o respeito entre as pessoas, suas crenças e culturas, as quais estão envolvidas neste movimento do educar dentro das instituições educativas.

[26] De acordo com dicionário online Michaelis: "Tentativa persistente de persuadir ou convencer outras pessoas a aceitar suas crenças, em geral relativas à religião ou à política". Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/busca?id=D9YbD Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

O novo documento lançado pela PMF para a Educação Infantil, chamado de Reedição das Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2022), quando trata das relações com as famílias nas ações educativo-pedagógicas, enfatiza sobre a importância de respeitar a diversidade cultural e religiosa de cada família, ao planejar e promover festividades e/ou outras propostas pedagógicas que não sejam baseadas em datas comemorativas, visto que "[...] refuta-se qualquer perspectiva de que celebrações, ou mesmo qualquer proposição, estejam alinhadas pelo viés mercadológico, *religioso* ou pela conformação de modelos estereotipados de famílias ou culturas." (Florianópolis, 2022, p.84, grifo meu).

A seguir, apresento o Gráfico 4, que mostra a cor/raça dos docentes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Gráfico 4 - Cor/raça, segundo o IBGE



Fonte: Machado (2024), com o apoio do Google Forms.

É importante esclarecer que utilizei o termo "segundo o IBGE", pois aplicamos na pesquisa as mesmas opções de cor/raça que são usadas pela pesquisa com a população brasileira, e o mesmo método que é o da autodeclaração, ou seja, o indivíduo é questionado e ele declara a sua cor/raça.

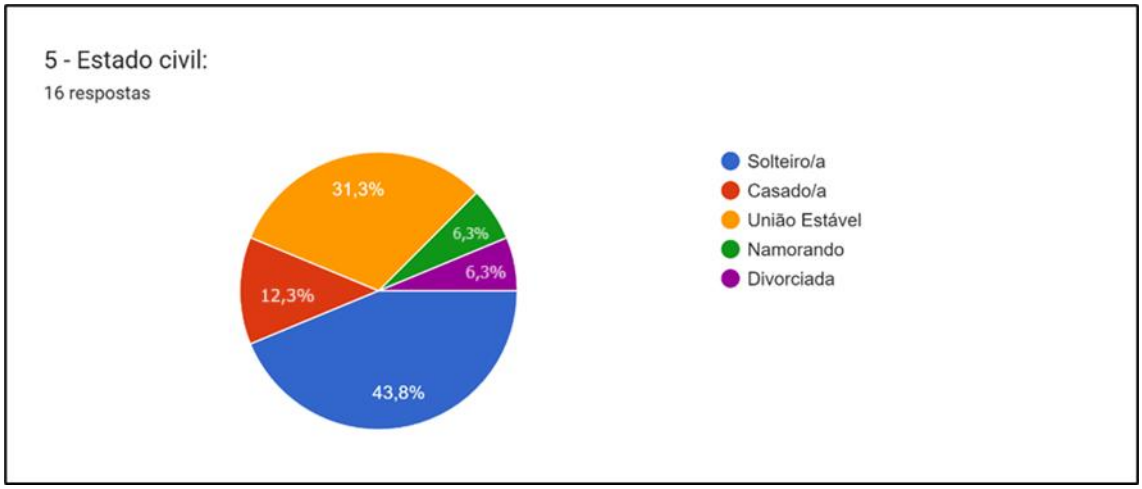
Ao analisar o gráfico, percebi que 12 participantes se declararam como brancos, indicando 75%; 3 professores como pardas, equivalente a 18,7%; 1 participante se declara preto, indicando 6,3%. Nenhum participante se declarou como de raça amarela ou indígena.

Há estudos que identificam a dificuldade no momento da autodeclaração, a partir de que apontam Jesus e Hoffmann (2000), em seu artigo, de que existe uma fluidez racial sendo esta uma premissa de que as classificações raciais são uma construção social que sofrem influências temporais, socioeconômicas e contextuais, isto é, não são fixas. Esta premissa vem marcando

o país ao longo da história, já que “a classificação racial no Brasil sempre possuiu caráter ambíguo, sendo influenciada por interesses pessoais, relações de poder e contextos sociais específicos” (Jesus; Hoffmann, 2000, p. 4). Ressaltam que não é somente a questão de se autodeclarar, pois existe uma identidade, que pode vir de fenótipos, ancestralidade e fundamentos culturais. Em contrapartida, o que acontece, muitas vezes, é que levamos em consideração como o mundo nos vê e não como a própria pessoa se enxerga. Sendo assim, evidenciamos que a diversidade racial do nosso país é uma questão sensível e que precisa ser tratada com respeito.

Dando continuidade, sigo com a apresentação do Gráfico 5 que representa o estado civil dos participantes.

Gráfico 5 - Estado civil



Fonte: Machado (2024), com o apoio do Google Forms.

Ao analisar o gráfico, percebemos que 7 professores, indicando 43,8% dos docentes são solteiros/as; seguindo com 5 professores, equivalente a 31,3% que possuem união estável; 2 participantes, indicando 12,3% são casados/as; 1 participante, indicando 6,3% é divorciado/a; 1 participante, indicando 6,3% está namorando.

Observando o Gráfico 5, do estado civil das docentes, podemos ver a existência de três tipos de famílias[27]: Família Matrimonial (formada pelo casamento), Família Informal (constituída pela união estável entre duas pessoas) e Família Monoparental (formada somente pelo pai ou pela mãe e seus filhos).

[27]Tipos de famílias baseados no artigo encontrado no seguinte site: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/voce-sabia-que-existem-varios-tipos-de-familia/410528946
Acesso em 21 de fevereiro de 2024

No Quadro 13, demonstro a composição das famílias dos/as professores/as participantes.

Quadro 11 - Composição familiar descrita pelas/os docentes

BEGÔNIA	Mãe e filhas.
BROMÉLIA	Meu marido e eu.
FLOR DE MAIO	Três filhos e três gatos.
LANTANA	Eu, meu companheiro, nossos filhos (22, 19 e 14 anos).
ESPONJINHA	Eu, meu marido e dois meninos.
HELICÔNIA	Eu, esposa e filho.
BOUGAINVILLE	Eu e filho.
ALAMANDA	Pai, mãe e filhos.
MANACÁ	Eu, esposo, filho, avó e dois gatos.
ONZE-HORAS	Casal e três filhos.
ORQUÍDEA	2 pessoas.
CAMÉLIA	Pai, mãe e filha.
JACARANDÁ	Mãe e filha.
IPÊ	Mãe e 2 filhas.
CALIANDRA	Marido e mulher.
LÍRIO	Pai, mãe e cachorro.

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

A família é frequentemente a primeira instituição social em que o indivíduo é inserido ao nascer. Atualmente, percebemos inúmeras transformações e muitos novos arranjos familiares. No entanto, ainda é hegemônica a constituição nuclear burguesa, formada por pai, mãe e filhos, que emergiu no século XIX (Zani; Mansano, 2017), ou seja, ainda, as pessoas consideram como padrão a família patriarcal, apesar de toda a diversidade existente.

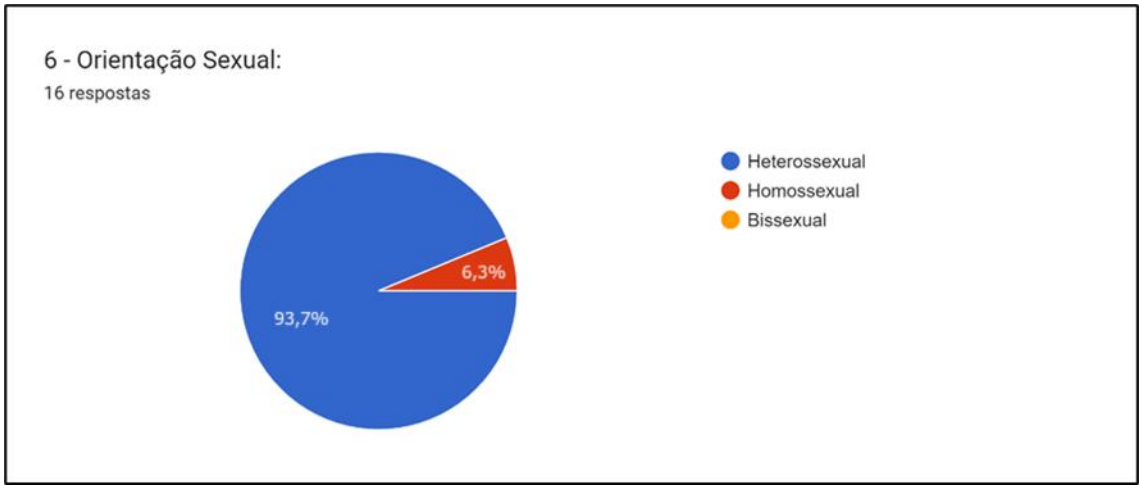
O documento da PMF traz uma reflexão sobre essa temática, quando fala sobre a necessidade de conhecer e respeitar as diferentes organizações familiares das crianças, ao afirmar que o modelo nuclear tradicional, composto por pai, mãe e filhos, fomentado pela modernidade ocidental, não pode mais ser considerado e esperado que seja o padrão ideal de família, visto que “as diferentes configurações revelam que muitas famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, ou compostas por uniões homoafetivas, ou ramificadas por novas uniões, entre outras formas de constituição” (Florianópolis, 2022, p.80).

Relacionando o Gráfico 5 com o Quadro 8, podemos perceber essa heterogeneidade na composição familiar apresentada pelos/as docentes, existindo uma diversidade de organizações familiares, como por exemplo nas seguintes respostas de: Begônia, quando relata que sua

família é composta por “mãe e filhas”, revelando um arranjo familiar diferente do padrão ainda esperado da família patriarcal. No caso, sua família é composta somente por ela, a mãe e suas filhas. Assim também acontece com Bougainville, Jacarandá e Ipê. No caso de Bromélia e Caliandra, a família é constituída somente por esposa, marido e sem filhos. E no caso de Manacá, tem-se a avó paterna, como parte integrante do arranjo familiar. Portanto, formando uma diversidade de composições familiares apresentadas pelos/as docentes.

Na sequência, apresento o Gráfico 6, que vai demonstrar a orientação sexual dos docentes.

Gráfico 6 - Orientação sexual

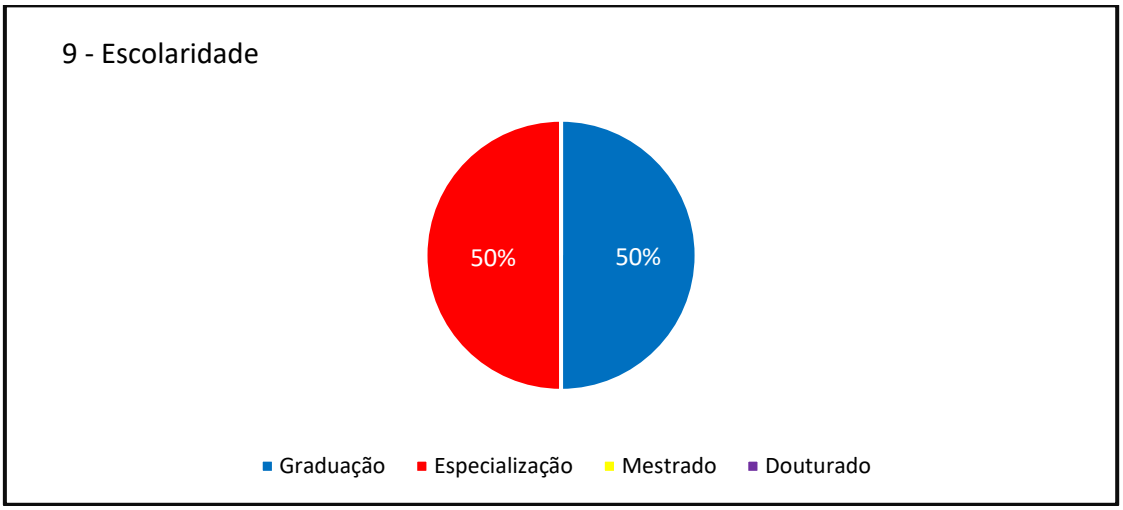


Fonte: Machado (2024), com o apoio do Google Forms.

Analisando o gráfico, percebemos que a maioria dos docentes se declaram heterossexuais, totalizando 15 professores, equivalente a 93,7%. Uma pessoa se declara homossexual, que equivale a 6,3% e nenhum participante se declara bissexual.

Em seguida, apresento o Gráfico 7, que representa a escolaridade dos/as participantes da pesquisa, sendo resultado de uma questão aberta, que pedia para a participante registrar toda a sua trajetória escolar (escolas onde estudou, ano, local/cidade) da Educação Infantil, Ensino Fundamental até o Ensino Superior/Pós-graduação.

Gráfico 7 - Escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Ao analisar o gráfico, percebemos que as 16 participantes possuem o curso de graduação Licenciatura em Pedagogia, que é a exigência mínima para assumir o cargo de Professor e Professor Auxiliar de Educação Infantil na RMEF. No entanto, 50%, que corresponde a 8 professores/as, possuem somente o curso de graduação sem nenhuma especialização, e os outros 50%, o que equivale a 8 participantes, possuem além da graduação, um curso de especialização (é um curso de pós-graduação *lato sensu*, focado em um estudo mais prático e profissionalizante); e nenhum/a dos/as participantes possui Mestrado ou Doutorado (ambos são cursos de pós-graduação *stricto sensu*, pois tem um foco maior na pesquisa e na produção de conhecimento científico).

De maneira a complementar o gráfico acima, a questão seguinte, de número 9 do questionário, solicita que os/as professores/as registrassem o seu caminho escolar (escolas onde estudou, ano, local/cidade), desde a Educação Infantil, passando pelo Ensino Fundamental até o Ensino Superior/ Pós-graduação. As respostas coletadas foram essenciais para compreender as diferentes trajetórias educacionais e suas influências na prática docente. Ao analisar as respostas, podemos constatar que os/as docentes têm trajetórias variadas que incluem educação em diferentes tipos de instituições: públicas, privadas e religiosas, contudo, a maioria frequentou escolas públicas, durante a maior parte de sua Educação Básica. A grande maioria completou a Educação Superior, geralmente em Pedagogia, e muitos prosseguiram para a pós-graduação em áreas relacionadas à Educação e Psicopedagogia; muitos/as fizeram especializações em instituições privadas. A partir das respostas, podemos identificar que muitos/as professores são provenientes de diferentes estados (Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo), o que reflete uma variedade de experiências educacionais regionais.

Tivemos relatos de professores que interromperam seus estudos após o Ensino Médio e somente retomaram o Ensino Superior na vida adulta, destacando as licenciaturas em Pedagogia e o magistério. Tudo isso mostra que a diversidade de experiências reflete uma riqueza de vivências que pode contribuir para práticas pedagógicas mais inclusivas e compreensivas nas instituições educativas. Além disso, a predominância de formação superior e pós-graduação indica um compromisso contínuo com o desenvolvimento profissional e com a qualidade da Educação Infantil.

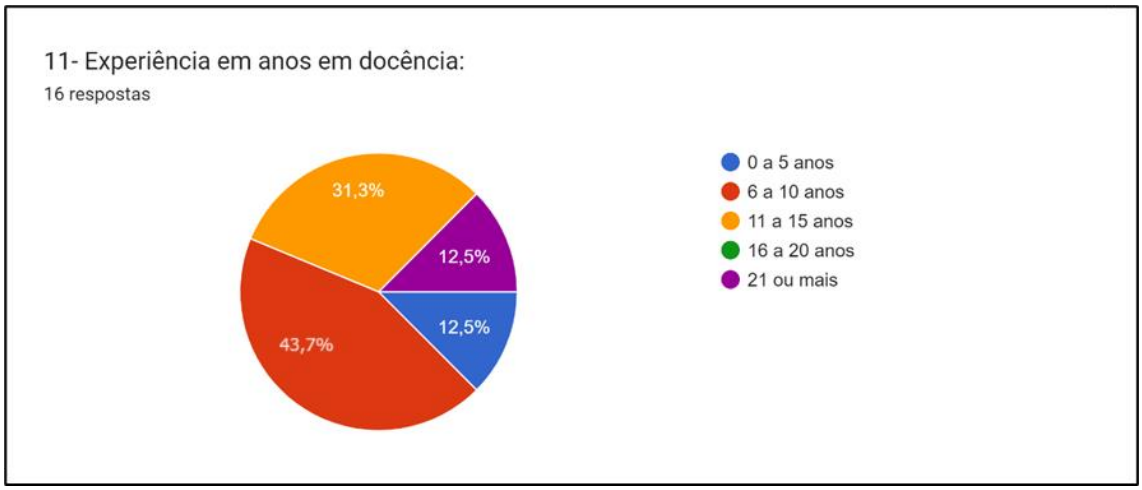
A questão seguinte do questionário, a de número 10, propõe que os/as respondentes registrem as trajetórias nos empregos, até chegar ao NEIM, destacando a função, o local e/ou instituição, o período/ano e a cidade onde trabalhou, o que nos ajuda a entender as diversas experiências de trabalho e como elas refletem em suas práticas pedagógicas. Ao aprofundar nas respostas ofertadas, podemos constatar que muitos/as professores/as passaram por diversos setores antes de se firmarem na área da educação, já que as trajetórias profissionais incluem uma variedade de funções, desde operadoras de caixa, recepcionistas, telefonistas, assistentes administrativas, vendedoras, digitadoras, auxiliares de sala, até professoras de Educação Infantil.

Vemos um número significativo de professores/as que iniciaram suas carreiras em outras áreas antes de migrar para a Educação Infantil. Os/as professores/as trabalham em uma variedade de instituições, incluindo escolas particulares, municipais e religiosas, bem como em empresas comerciais e serviços públicos. Alguns/algumas docentes também mencionaram experiências em instituições de Educação Infantil particulares antes de ingressarem na rede pública. Vemos uma predominância de experiências de trabalho em cidades como Porto Alegre e Florianópolis.

Alguns/algumas mencionaram desafios pessoais que influenciaram suas trajetórias profissionais, como machismo, condições financeiras e a necessidade de conciliar trabalho e estudos. A análise das respostas revela uma rica diversidade de trajetórias profissionais, demonstrando que as experiências em diferentes setores e instituições podem contribuir para uma prática pedagógica mais rica e diversificada. Além disso, a superação de desafios pessoais e profissionais reforçam a dedicação e o esforço contínuo desses/as educadores/as em busca de uma melhor formação, um desenvolvimento contínuo e o compromisso desses profissionais com a Educação Infantil.

Na sequência, seguimos com o Gráfico 8 que representa os anos de experiência em docência dos/as participantes:

Gráfico 8 - Experiência em anos em docência:

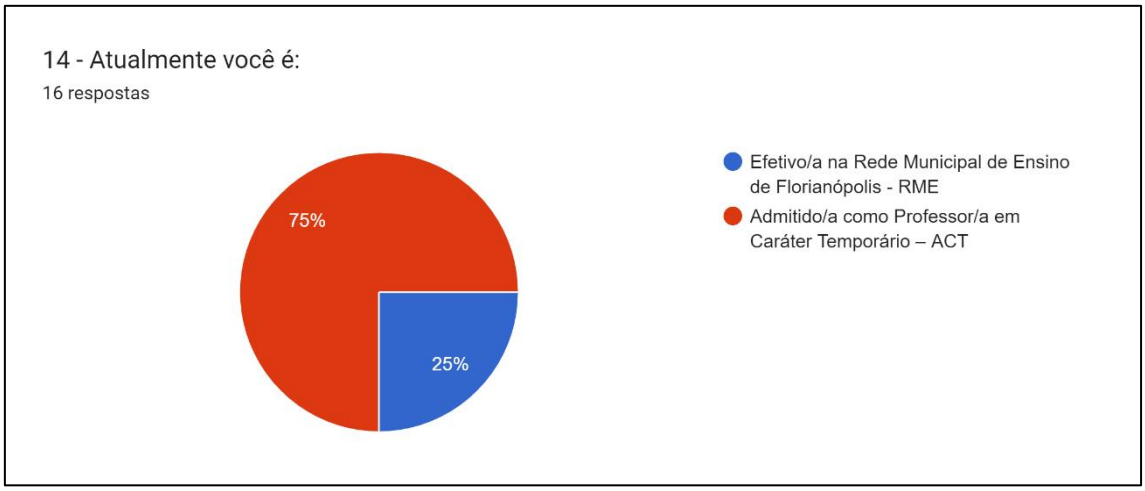


Fonte: Machado (2024), com o apoio do Google Forms.

O gráfico acima retrata que 43,7% dos professores possuem de 6 a 10 anos de experiência na docência, indicando 7 professoras; 31,3% têm de 11 a 15 anos de experiência, o que indica 5 professores; 12,5% possuem de 0 a 5 anos de experiência na área, equivalente a 2 profissionais; e 12,5% apresentam uma vasta experiência ao apresentar 21 anos ou mais de experiência docente, indicando 2 professores.

Ao dar continuidade nas análises, para melhor conhecer as docentes, apresento o Gráfico 9 que representa o tipo de vínculo profissional dos participantes com a PMF, se são efetivos/as ou ACT.

Gráfico 9 - Atualmente você é (efetivo/a ou ACT?):

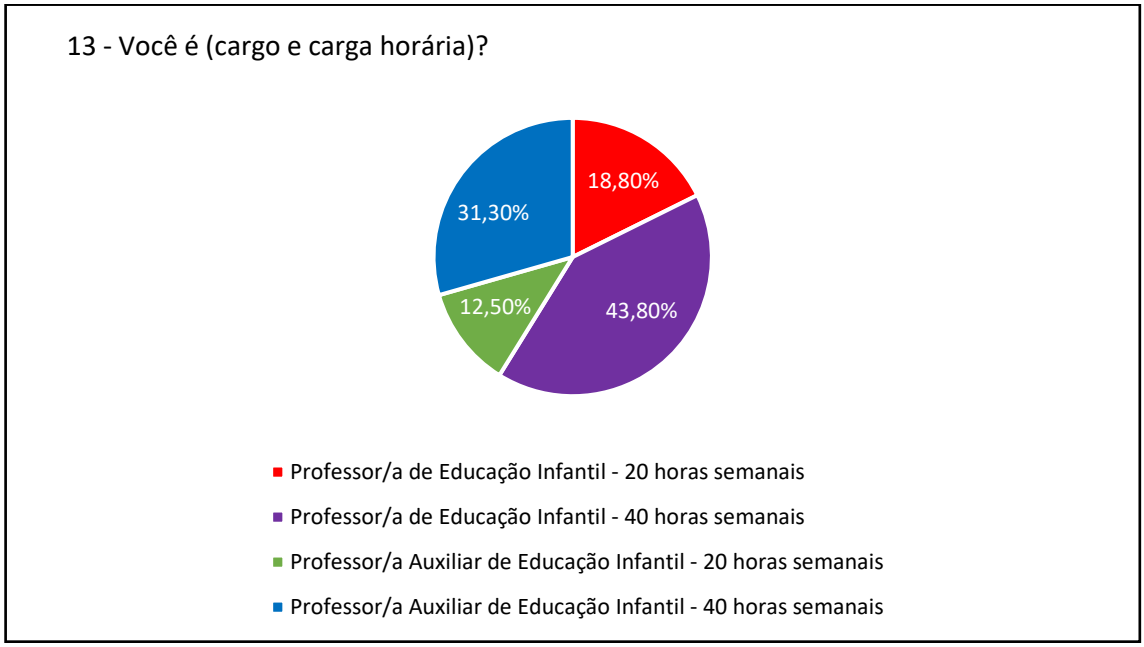


Fonte: Machado (2024), com o apoio do Google Forms.

Percebemos no gráfico acima que a maioria dos participantes, isto é, 75% dos professores são admitidos em Caráter Temporário – ACT, o que equivale a 12 docentes; 25% são efetivos, indicando que são 4 professores.

Seguimos com o Gráfico 10, que apresenta o cargo de cada participante, junto com a carga horária que trabalha na unidade educativa.

Gráfico 10 – Você é (cargo e carga horária):



Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Como forma de esclarecimento, trago uma breve explanação de como funcionam os cargos e a jornada de trabalho dos docentes na PMF. Os/as profissionais podem optar por cargas horárias de trabalho de meio período, que são 20 horas semanais, e/ou por dois períodos, que são 40 horas por semana (podendo esta ser na mesma unidade educativa ou dividida em dois locais, fica a depender das disponibilidades de vagas). Em relação à função do Professor de Educação Infantil, de acordo com a seção de Cargos e Atribuições da Secretaria Municipal de Educação[28], deve o

> PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL: assumir a docência, desenvolvendo atividades de planejamento, registro e avaliação necessárias à organização do trabalho na unidade educativa; viabilizar ações na unidade educativa que garantam os direitos das crianças e promovam o educar e o cuidar de forma indissociável (realizar ações que garantam o direito da criança à higiene e à saúde, mantendo seu corpo cuidado, limpo e saudável, oferecendo colo, trocas de fraldas e banhos sempre que necessários, entre outros); participar, articular e avaliar as ações educativas/pedagógicas estabelecidas no projeto político pedagógico da unidade educativa; contribuir com a implementação e com a avaliação das ações relacionadas ao projeto de gestão da unidade educativa; participar da formação em serviço promovido pela Secretaria Municipal de Educação e pela unidade educativa; assumir uma postura ética e respeitosa com as crianças, as famílias e os demais profissionais. (Referência Edital nº 014/2016).

[28] Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=cargos+e+atribuicoes Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

Para o cargo de Professor Auxiliar de Educação Infantil, vemos as mesmas atribuições acima citadas, só que na ausência e na hora-atividade[29] do Professor (regente), e acrescido da função de auxiliar o professor na ausência do auxiliar de sala[30]. Outra característica é que o Professor Auxiliar pode não assumir grupos específicos e ficar na função de "volante" para atuar em grupos, onde há ausência de professor regente, professor auxiliar ou auxiliar de sala, por questões de faltas desses profissionais.

Ao observar o gráfico acima, podemos perceber que a maior parte dos docentes trabalha 40 horas semanais. Juntando os dois cargos de Professor e Professor Auxiliar, são um total de 12 professores com a jornada de 40 horas de trabalho por semana. Para melhor elucidar, notamos um total de 43,8% de Professoras de Educação Infantil com carga horária de 40 horas semanais, equivalente a 7 profissionais; 18,8% do mesmo cargo, só que trabalhando 20 horas, indicando 3 professores; 31,3% de professoras no cargo de Professora Auxiliar de Educação Infantil, com jornada de 40 horas de trabalho semanal, equivalente a 5 professoras; 12,5% do mesmo cargo, com 20 horas semanais de trabalho, indicando 2 professoras.

Em seguida, apresento o Gráfico 11 que traz as respostas das professoras sobre os Grupos em que atuam nas suas jornadas de trabalho. Vale acrescentar que cada participante pôde assinalar mais de uma resposta, considerando que o NEIM não tem atendimento de turno

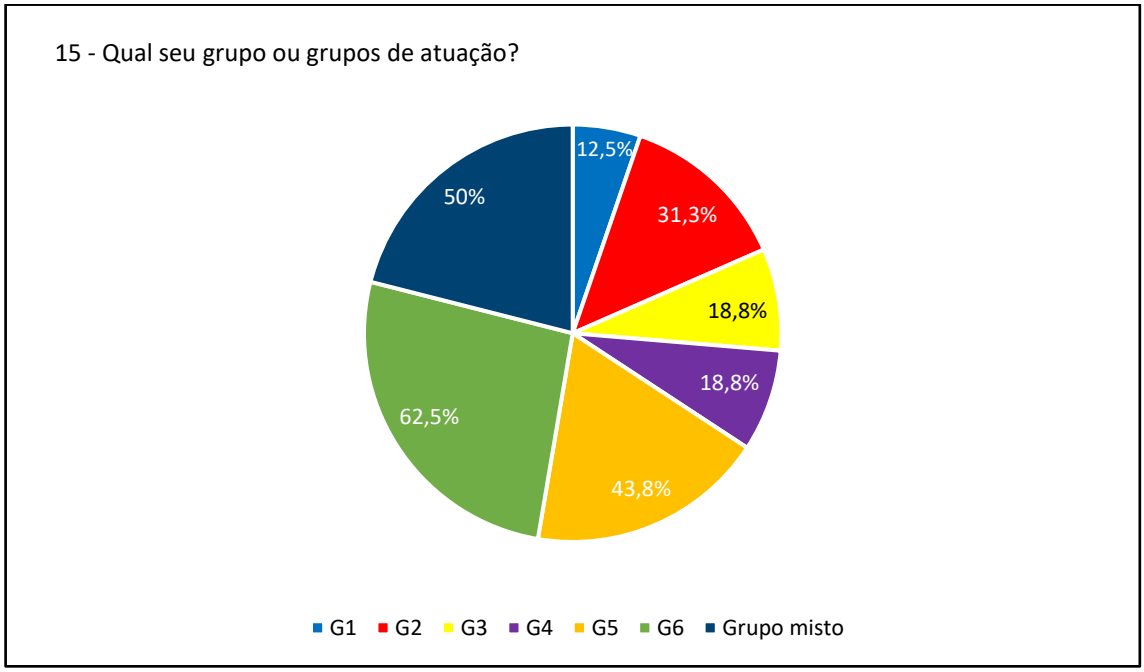
---

[29]Hora-atividade: são horas semanais destinadas a outras atividades pedagógicas fora do ambiente da sala referência, as quais podem ser desenvolvidas dentro da instituição ou em outro local. Ambos os cargos têm o direito, a distinção depende da carga horária do professor. Assim, os que possem carga horária de 20h recebem 6h40min de hora-atividade; os professores de 40h possuem 13h20min de hora-atividade semanalmente. Esse tempo é destinado para: "I - planejamento e preparação de aulas, estudos, pesquisa e demais atividades formativas; Il - participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da Unidade Educativa; III - orientação e acompanhamento de estudantes; IV - avaliação de estudantes, trabalhos e atividades pedagógicas; V - reuniões com pais, conselhos ou colegiados de classe; VI - participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação pedagógica e gestão da escola; VII - atividades de desenvolvimento/formação continuada profissional; VIII - outras atividades de natureza semelhante e relacionadas à comunidade escolar na qual se insere a atividade profissional" (Trecho retirado da Portaria 028/2021, que normatiza a jornada de trabalho dos servidores do magistério da PMF).

[30]O profissional Auxiliar de Sala trabalha diretamente na sala referência em parceria com o professor, tem uma carga horária fixa de 30 horas semanais (ou seja, seis horas diárias no período matutino ou vespertino), não possui direito à hora-atividade, pois não tem o dever/obrigação de elaborar planejamento, registro e avaliação. Portanto, tem a seguinte função: auxiliar o professor; participar do processo educativo-pedagógico, nas ações de planejamento, registro e avaliação, participar das reuniões administrativas, pedagógicas e com as famílias; viabilizar ações que garantam os direitos da criança, realizar ações que promovem o educar e o cuidar de forma indissociável (realizar ações que garantam o direito da criança à higiene e à saúde, mantendo seu corpo cuidado, limpo e saudável, oferecendo colo, trocas de fraldas e banhos sempre que necessários, entre outros); assumir uma postura ética e respeitosa com as crianças, as famílias e com os demais profissionais; participar das discussões educativo-pedagógicas propostas pela unidade educativa; desenvolver atividades que estejam de acordo com o projeto político pedagógico da unidade educativa e pela Secretaria Municipal de Educação. (Referência Edital nº 014/2016).

integral, portanto, são grupos diferentes no matutino e no vespertino, de modo que um professor pode trabalhar com faixas etárias distintas em cada turno.

Gráfico 11– Qual seu grupo ou grupos de atuação?

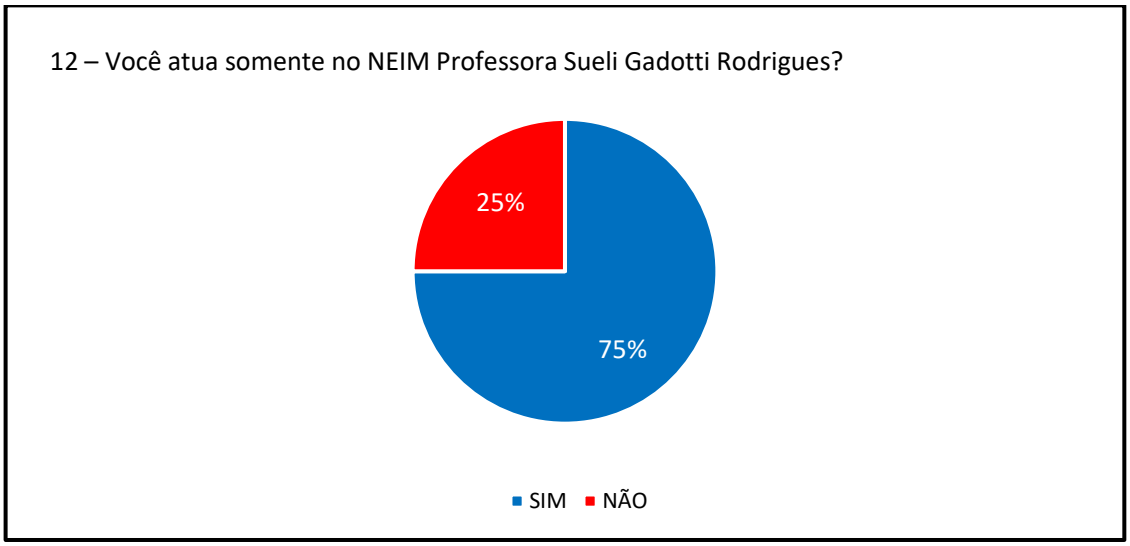


Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

O objetivo do gráfico acima é o de mostrar que as docentes participantes exercem seus trabalhos pedagógicos com diferentes idades, como já mencionamos anteriormente por ser uma creche de atendimento parcial. Ao analisarmos os questionários com as respostas, podemos constatar quais e quantos docentes atuam com quais idades na Educação Infantil.

A seguir, no Gráfico 12, exibimos o resultado da questão sobre se a participante atua exclusivamente no NEIM Professora Sueli Gadotti Rodrigues.

Gráfico 12 – Você atua somente no NEIM Professora Sueli Gadotti Rodrigues?



Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

A partir do gráfico acima, percebemos que a maior parte dos/as docentes trabalham exclusivamente no NEIM Professora Sueli Gadotti Rodrigues, indicando 75% das professoras, que totalizam 12 profissionais; 25% atuam também em outra instituição educativa em outro turno, indicando 4 professoras.

Com base no perfil aqui traçado, damos início às análises das questões voltadas para o diálogo e à reflexão em torno da Educação Sexual, nas práticas pedagógicas e na vida desses docentes.

5.2 BLOCO BUSCANDO A COMPREENSÃO DOS CONCEITOS BÁSICOS

Para dar início a esse processo de ouvir o que esses/as professores/as têm para relatar sobre a sua compreensão de Educação Sexual, trago suas respostas da questão que os instigam a responder o que cada um/uma compreende por três conceitos essenciais nesta pesquisa: sexo, sexualidade e Educação Sexual.

A partir disto, elaborei um quadro com cada resposta e notei o seu tensionamento com os indicadores de análise que vimos, com base nas vertentes pedagógicas de Educação Sexual categorizadas por Nunes (1996) – como mostra o Quadro 11 - Vertentes Pedagógicas de Educação Sexual e seus indicadores, com base em Nunes (1996), DDSDH/WAS (2014), Kornatzki (2013), Antunes (2023), exposto anteriormente.

A questão de número 8 do questionário trazia este enunciado: Para início de conversa, convido você a responder o que compreende por: sexo, sexualidade e Educação Sexual.

A partir deste ponto, elaborei um quadro para cada palavra, com as respostas dos/as professores/as. A seguir, apresento o Quadro 14, com a respostas do que os/as docentes entendem por sexo.

Quadro 12 - O que os/as docentes compreendem por sexo?

O QUE OS/AS DOCENTES COMPREENDEM POR SEXO?		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BEGÔNIA	Ato de reprodução, com ou sem intenção de reproduzir. O gênero pode ser símbolo de sexo ou não.	2023
BROMÉLIA	Relações sexuais.	2023
FLOR DE MAIO	Entendo que sexo é relacionado ao biológico entre homens e mulheres.	2023
LANTANA	Relação íntima com outra pessoa ou consigo mesmo.	2023
ESPONJINHA	A pessoa ser homem ou mulher de acordo com seus genitais para a educação infantil. Para quando a criança tem uma compreensão ampliada, ela se define.	2023
HELICÔNIA	Termo biológico.	2023
BOUGAINVILLE	Sexo é todos os contatos entre duas pessoas (consentido).	2023
ALAMANDA	Órgãos que diferenciam as espécies.	2023
MANACÁ	Caracterização biológica, diferença física entre homem e mulher.	2023
ONZE-HORAS	Características sobre o feminino ou masculino sobre a reprodução.	2023
ORQUÍDEA	União duas pessoas.	2023
CAMÉLIA	- Características que diferenciam macho e fêmea. - Ato prazeroso entre casais.	2023
JACARANDÁ	Gênero ao qual cada um pertence/ forma de reprodução humana/expressão física de seus desejos.	2023
IPÊ	Gênero	2023
CALIANDRA	Conjunto de características que diferenciam um ser do outro.	2023
LÍRIO	Menino e Menina	2023

LEGENDA				
Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Conforme o exposto, percebemos que prevaleceu no quadro acima a vertente pedagógica biológica-reprodutivista, identificada pela cor azul. Nesta vertente, prevalece a visão reducionista da sexualidade, a qual Nunes (1996) defende como uma concepção biologista e reprodutivista que compreende a dimensão humana como funcionalista. “Nesta

direção, o ser humano seria numa redução metodológica a um conjunto de funções e aparelhos determinados para o funcionamento biológico ou pela evolução naturalista" (Nunes, 1996, p. 139).

De acordo com Melo *et al.* (2011, p. 28), "no senso comum, "sexo" tem sido conhecido como sinônimo de órgãos genitais, ou da relação sexual, ou, ainda, de toda a sexualidade humana. Sexo é, basicamente, a caracterização biológica, hereditária, que diferencia fisicamente o homem e a mulher". Ao analisar as respostas dos/as docentes, notamos essa visão do senso comum em suas falas, já que a maioria respondeu que a palavra sexo está relacionada a atos de relações sexuais, reprodução e/ou órgãos genitais. Como no caso de Begônia, quando diz que sexo é "ato de reprodução, com ou sem intenção de reproduzir. O gênero pode ser símbolo de sexo ou não." (Begônia, 2023). Na fala de Begônia, podemos identificar o indicador da vertente biológica-reprodutivista que traz a visão de sexo/sexualidade vista como uma mera força propulsora da procriação. Assim como em Jacarandá, quando define sexo como "Gênero ao qual cada um pertence/ forma de reprodução humana/expressão física de seus desejos" (Jacarandá, 2023). Reforçam o que Nunes (1996) aborda como a compreensão biologista da sexualidade, considerando-a como força reprodutiva, de modo que

> a sexualidade reduz-se então a uma discussão sobre o suporte instintivo procriativo biológico, e desta maneira, trata-se de uma compreensão descritiva e controladora do que seria uma força natural supostamente instintiva ou selvagem do corpo humano (Nunes, 1996, p. 139).

Temos de ressaltar que esta é uma visão que resulta de paradigmas hegemônicos repressores que vão sendo construídos e desconstruídos ao longo dos tempos. Os/as docentes participantes desta pesquisa, assim como eu, que me coloco também neste lugar de fala como professora de Educação Infantil, somos todos seres históricos no mundo e nos relacionamos uns com os outros por meio das interações sociais, educamo-nos nessas relações e construímos conceitos que são produzidos de modo sócio-histórico determinado e determinante (Melo *et al*, 2011). Deste modo, que muitos dos conceitos trazidos pelos/as docentes são resultados de uma educação ainda em moldes de uma vertente repressora.

Ao dar continuidade, apresento o Quadro 15 que retrata a compreensão dos/as docentes participantes da pesquisa sobre sexualidade.

Quadro 13 - O que os/as docentes compreendem por sexualidade?

O QUE OS/AS DOCENTES COMPREENDEM POR SEXUALIDADE?		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BEGÔNIA	Diferentes formas de expressão de gênero e identidade.	2023

BROMÉLIA	Algo natural, desejo e curiosidade.	2023
FLOR DE MAIO	É um conceito que está baseado na atração sexual e afetividade entre seres, algo que envolve práticas eróticas do ser humano, suas escolhas e objetos de desejo.	2023
LANTANA	Entendo ao que diz respeito aos seus desejos, sua intimidade, seus pensamentos relacionados ao ato sexual, suas partes íntimas.	2023
ESPONJINHA	Opção da pessoa por quem se relacionar.	2023
HELICÔNIA	É uma construção histórica, social e cultural.	2023
BOUGAINVILLE	Podemos dizer que seja com quem você se relaciona.	2023
ALAMANDA	Diz respeito sobre com quem quer se relacionar.	2023
MANACÁ	Dimensão do ser humano, ele em sua totalidade, a própria vida integralmente.	2023
ONZE-HORAS	A relação entre pessoas, casal.	2023
ORQUÍDEA	Parte da vida em que descobrimos sensações.	2023
CAMÉLIA	Comportamentos que se referem à necessidade, satisfação e desejo sexual.	2023
JACARANDÁ	Forma que cada um se expressa sexualmente.	2023
IPÊ	Sexualidade é o que está ligada a sentimentos, emoções, relacionados ao prazer.	2023
CALIANDRA	Conjunto de caracteres especiais internos ou externos.	2023
LÍRIO	Atração física.	2023

LEGENDA				
Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Como forma de elucidar a discussão, esclarecemos que a sexualidade é entendida, na perspectiva emancipatória, "[...] como uma inseparável e fundamental dimensão humana, como a própria vida, englobando sentimentos, relacionamentos, sensualidade, prazer, erotismo, direitos, deveres, sexo, enfim o ser humano em sua plenitude, em sua totalidade" (Melo *et al.*, 2011, p. 28), sendo ela uma dimensão exclusiva do ser humano.

Mas, ao analisar as respostas dos/as docentes participantes, fica evidente que preponderou a cor azul, ou seja, a vertente pedagógica biologista-reprodutivista. Vista nas respostas de Lantana, quando diz "entendo ao que diz respeito aos seus desejos, sua intimidade, seus pensamentos relacionados ao ato sexual, suas partes íntimas" (Lantana, 2023); de Camélia como "comportamentos que se referem à necessidade, satisfação e desejo sexual" (Camélia, 2023); e de Jacarandá, como "forma que cada um se expressa sexualmente" (Jacarandá, 2023). Ambas relacionam sexualidade com atos sexuais, não considerando a amplitude que o conceito

carrega, da sua dimensão humana inseparável. Remetendo-nos sempre ao indicador que retrata o conceito de sexo/sexualidade como uma mera força propulsora de procriação ou relações sexuais. Frente a estes dados, somos desafiados a refletir sobre o fato de que

> temos que observar que a sexualidade é muito mais do que a mera descrição funcionalista dos aparelhos de funções procriativas, é mais do que o detalhismo asséptico da genitalidade, muito mais do que a mera associação entre instinto e coletividade ou ainda, doenças e qualificação moral. Muitas das formas de entender a sexualidade até hoje abordada na grande maioria das escolas brasileiras fundamenta-se nesta concepção médico-biologista ou naturalistas-descritivas. (Nunes, 1996, p. 143).

Portanto, o que Nunes nos apresenta é um dado que faz refletir no modo como muitos/as de nós, professores/as, fomos educados nas instituições educativas por quais passamos ao longo de nossas vidas e até mesmo na educação familiar, assim percebido em algumas respostas dos/as colegas, "[...] por consequência de uma cultura hegemônica no modo de vida que hoje é preponderante, em que a sexualidade é normatizada num viés apenas biológico" (Antunes, 2023, p. 107). Dessa forma, percebemos que prepondera, então, uma proposta educacional de Educação Sexual baseada em um viés repressor e conservador, nesse caso, médico-biologista e reprodutivista.

A resposta de Lírio, definindo sexualidade como "atração física" (Lírio, 2023), foi classificada como vertente normativo-institucional, pois reflete a internalização de papéis sociais tradicionais, onde a sexualidade é muitas vezes reduzida a aspectos físicos e heteronormativos, desconsiderando-a como uma dimensão humana. A resposta também foi classificada como vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna, já que essa definição pode estar influenciada pela erotização e objetificação dos corpos, promovidas pela mídia e pela sociedade de consumo. Nesse contexto, a sexualidade é frequentemente reduzida a uma experiência física e visual, refletindo como a mídia e o capitalismo moldam percepções de sexualidade, enxergando a atração física como o aspecto central, e por vezes único da sexualidade.

Também, ao observarmos as respostas descritas no Quadro 16, já podemos identificar falas que se encaixam na vertente emancipatória, destacadas pela cor roxa. Destaco quando Manacá responde que entende sexualidade como "dimensão do ser humano, ele em sua totalidade, a própria vida integralmente" (Manacá, 2023). Isso nos mostra que está em consonância com os seguintes indicadores: visão da sexualidade para além do senso comum; visão e linguagem positiva da sexualidade; compreensão ontológica da sexualidade. Ao Manacá abordar essa dimensão em sua resposta, podemos perceber já a existência de um viés emancipatório, compreendendo a sexualidade como uma dimensão inseparável do ser humano.

Seguindo a mesma linha de compreensão da sexualidade, vemos as falas de Helicônia: “é uma construção histórica, social e cultural” (Helicônia, 2023); e a de Ipê: “sexualidade é o que está ligada a sentimentos, emoções, relacionados ao prazer” (Ipê, 2023). Ambas apresentam também indícios de uma abordagem emancipatória de compreensão da sexualidade como parte integral do ser humano, entendida como construção histórica e social, envolvendo para além disso, os sentimentos e as emoções que são inerentes à condição humana.

Relembro que exemplos de uma vertente emancipatória estão registrados na Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos Universais/WAS (2014), dentre os quais destaco os indicadores presentes em algumas das respostas dos/as docentes acima: 9. O direito à informação; 10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora, estando assim em consonância ao que assegura a DDSDHU/WAS, que todo ser humano desenvolva uma sexualidade saudável ao reconhecer e promover os seus direitos.

Na sequência, o Quadro 16 aborda as respostas dos/as docentes sobre a compreensão de Educação Sexual.

Quadro 14 - O que os/as docentes compreendem por Educação Sexual?

O QUE OS/AS DOCENTES COMPREENDEM POR EDUCAÇÃO SEXUAL?		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BEGÔNIA	Saúde, educação sexual, corpo humano, consentimento, identidade, sentimentos.	2023
BROMÉLIA	Educar como funciona os órgãos genitais, reprodução, como prevenir abusos, entre outros.	2023
FLOR DE MAIO	Educação sexual é o processo que visa ensinar e esclarecer questões relacionadas ao sexo, livre de preconceitos, que aborda temas considerados tabus, como gravidez na adolescência, aborto, doenças sexualmente transmissíveis entre tantos outros assuntos.	2023
LANTANA	Ensino relacionado a reprodução, opções sexuais, partes íntimas do corpo, respeito e zelo por mim e pelo outro.	2023
ESPONJINHA	Na educação infantil, trabalharia com a questão de cuidar do seu corpo em relação a quem tem e como tem direito de mexer nele. No fundamental como se engravida, como funciona o corpo, como se relacionar com respeito.	2023
HELICÔNIA	Esclarecer questões onde existe o senso comum.	2023
BOUGAINVILLE	Diz respeito ao conhecimento do próprio corpo.	2023
ALAMANDA	Trabalha tudo o que envolve sexo e seus paradigmas.	2023
MANACÁ	Acontece todos os momentos, intencionalmente ou não. Nas interações, nas expressões, na maneira como que você se relaciona.	2023
ONZE-HORAS	Diálogo e orientação sobre sua sexualidade.	2023
ORQUÍDEA	Educação relacionada à vida íntima.	2023

CAMÉLIA	São informações e esclarecimentos sobre tudo que está relacionado ao corpo e sexo de forma natural.	2023
JACARANDÁ	Apresentar as individualidades de cada gênero, corpo e o respeito ao mesmo.	2023
IPÊ	Que tem como intuito esclarecer e informar sobre qualquer coisa relacionada ao corpo e sexo de forma natural.	2023
CALIANDRA	Processo que busca esclarecer assuntos referente ao sexo.	2023
LÍRIO	Ensinar como se cuidar desde cedo contra a gravidez e doenças.	2023

LEGENDA				
Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Relembramos que a Educação Sexual é um conceito amplo, que vai além da educação formal que acontece em instituições educativas. Ela se dá na família, na sociedade, nas igrejas, enfim, a todo momento nas relações em todas as esferas sociais. Desse modo,

> educar é ir além dessa dimensão, educar é articular o diálogo profundo na construção de um "éthos", um conjunto de ideias assimiladas de maneira subjetiva e autônoma da realidade pessoal, social e histórica. Neste sentido a educação sexual não se reduz a um conjunto de formação biologista, psicologista, higienista, mas a educação sexual é a própria dimensão de formação da alma humana, masculina e feminina, em sua amplitude e em seu alcance histórico, político e ético. (Nunes, 1996, p. 147-148).

Portanto, uma Educação Sexual que segue um viés emancipatório é uma ação que resulta de relações crítico-reflexivas e não baseada apenas em manuais e prescrições sobre o corpo humano, higiene e reprodução.

Dando continuidade às análises das respostas dos/as docentes nesta questão, percebemos que prevalece a vertente pedagógica biológica-reprodutivista, representada pela cor azul. Fica evidente que muitas respostas ainda reduzem Educação Sexual à prevenção de doenças, a ensinar sobre órgãos genitais e/ou sobre reprodução, aos cuidados com gravidez indesejada, ao aborto, como notamos na fala de Bromélia, quando define que Educação Sexual é “educar como funciona os órgãos genitais, reprodução, como prevenir abusos, entre outros” (Bromélia, 2023). Assim como vemos também na declaração de Lírio, que traz a seguinte compreensão: “ensinar como se cuidar desde cedo contra a gravidez e doenças” (Lírio, 2023). Camélia também reforça essa vertente, ao afirmar que “são informações e esclarecimentos sobre tudo que está relacionado ao corpo e sexo de forma natural” (Camélia, 2023). Ao refletir sobre essas falas dos/as docentes, remeto-me ao que Nunes (1996) já nos alertava, que

> temos que observar que a sexualidade é muito mais do que a mera descrição funcionalista dos aparelhos de funções procriativas, é mais do que o detalhismo asséptico da genitalidade, muito mais do que a mera associação entre instinto e coletividade ou ainda, doenças e qualificação moral. (Nunes, 1996, p. 143).

As respostas, muitas vezes, evidenciam um reducionismo às funções procriativas do ser humano e de noções higienistas que podem ser relacionadas com alguns indicadores de vertente pedagógica biológica-reprodutivista, como prevenção das ISTs, a contenção e higiene da sexualidade e genitália, a visão do corpo/sexo apenas como um aparelho reprodutor, com foco nos órgãos genitais, entendidos apenas como reprodutores masculino e feminino. Essas compreensões sobre o tema não abordam uma proposta educacional ampla, pois ressaltam somente requisitos biológicos e reprodutivos.

É importante salientarmos que essa visão apresentada pelos/as docentes resulta de uma Educação Sexual advinda de moldes repressores, que não refletem a emancipação do sujeito, não se baseiam em uma ação crítico-reflexiva da sexualidade. Afirmo isto com propriedade, pois me coloco novamente neste lugar de fala, já que esta foi a educação que muitos de nós recebemos em nossa vida escolar e familiar. E não conseguimos, sem muito estudo sistemático, enquadrar tais posicionamentos como algo errado ou certo rapidamente, já que foram esses os ensinamentos repassados, os quais são fortemente influenciados por um modo de produção e de vida hegemônico vigente em nosso momento histórico.

Contudo, podemos esperançar as possibilidades de buscar vivenciar um viés emancipatório, com a compreensão de Manacá, sobre a questão do conceito de Educação Sexual, ao responder que “acontece todos os momentos, intencionalmente ou não. Nas interações, nas expressões, na maneira como que você se relaciona” (Manacá, 2023). A fala de Manacá está representada na cor roxa, pois pode ser refletida no seguinte indicador da vertente pedagógica emancipatória: Educação Sexual crítica e reflexiva, que tenha como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro.

A resposta de Manacá vai também ao encontro do que Melo *et al.* afirmam: “todo esse processo educativo, seja formal ou informal é sempre sexuado, já que a sexualidade é uma dimensão inseparável do existir humano” (Melo *et al*., 2011, p. 39). Assim, a Educação Sexual acontece em todas as esferas sociais, em todos os tempos históricos, em todas as culturas, expressando diferentes paradigmas refletidos em organizações sociais diversas, como a escola (Melo *et al.*, 2011).

Nessa vertente, a Educação Sexual emancipatória, de acordo com Kornatzki (2013), pode ser entendida como uma força estimuladora da formação de uma consciência crítica e reflexiva sobre si e sobre o outro, capaz de promover a compreensão de sua existência no mundo, como produtor de história e cultura, por meio das relações entre os seres no Mundo na produção de vida. Nesse sentido,

> esse processo de conscientização implica o conhecimento de si, do corpo, da dimensão da sexualidade sempre presente em todos os momentos do existir humano dentro de um processo de educação sexual também assim presente na totalidade das relações humanas. (Kornatzki, 2013, p. 31).

A partir disto, já percebemos a existência, no cotidiano educativo do NEIM estudado, de uma abordagem que visa a emancipação do sujeito, considerando-o na sua totalidade, na busca por contribuir para uma educação que seja pautada em conhecimento científico visando a conscientização por meio de diálogos críticos e reflexivos, respeitando cada ser humano na sua singularidade. Portanto, à luz de uma perspectiva intencional e emancipatória, precisamos nos debruçar em discussões para além dos reducionismos que a vertente biologista-reprodutivista propõe, sendo indispensável discutir coletivamente pautas e temas que fazem parte de toda a constituição humana, relembrando sempre que todo ser humano está amparado por direitos, os quais estão descritos na Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos Universais, e podem ser considerados um propósito norteador de nossas práticas pedagógicas sobre sexualidade.

Reafirmamos que, partindo do objetivo desta pesquisa, de ouvir professores/es sobre a questão da Educação Sexual, relembro que somos todos seres humanos diversos, que nos constituímos em diferentes tempos, culturas, crenças; possuímos pensamentos e compreensões fundamentadas de acordo com conhecimentos adquiridos ao longo de nossas vidas. Ao analisar as respostas para os conceitos de “sexo”, “sexualidade” e “Educação Sexual” trazidas por esses/as participantes, perceber que prevaleceu a vertente repressora pedagógica biológica-reprodutivista é um fato que está dentro do esperado, pois reafirmamos provavelmente que esta foi a Educação Sexual que receberam e vivenciaram em suas famílias e nas escolas. “Isso se deve principalmente pela não percepção da comunidade escolar de que realizam educação sexual sempre, mesmo que de modo não intencional” (Kornatzki, 2013, p. 32).

Contudo, podemos vislumbrar esperança ao perceber que alguns/algumas professores/as já apontaram respostas na direção de uma perspectiva emancipatória, desvelando uma possível mudança de paradigmas com a possibilidade de reflexões, em um viés emancipador de Educação Sexual.

Em seguida, continuo com as análises das respostas dos/as docentes, agora com base na questão em que relatam como foi a Educação Sexual que receberam na infância em suas famílias.

5.3 BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NA FAMÍLIA DE ORIGEM

Neste bloco, busco analisar como foi a Educação Sexual recebida no meio familiar dos/as docentes participantes da pesquisa. Saliento que o sujeito se constitui nas interações do mundo em que está inserido, pois a partir das vivências dos/com os grupos sociais ao qual pertence, refletirá no seu modo de agir e pensar, já que os paradigmas existentes no meio social e cultural em que se vive traz reflexos em sua vida. E a família tem uma função de extrema importância nesse processo. Isaura Guimarães (1996) tensiona a ideia de que é na família o local onde se encontram, em seu primeiro estado, a cultura e a natureza, já que é nela que o ser humano nasce, cresce, se reproduz e morre, assim como

> é na família que surgem as bases das atitudes sexuais, que são culturais mais do que inatas. Nunca encontraremos a "verdade", única e inflexível enquanto "natureza" para explicar os modelos sexuais cujos critérios de "normalidade" e "anormalidade" não são "universais". Local de sobrevivência, de ajuda mútua, de coesão material e moral, a família tem sido a estrutura social da legitimação, da imposição da ideologia e do poder humano, marcando em profundidade a estrutura psicológica do indivíduo. (Guimarães, 1995, p. 29-30).

Nesse sentido, é na família que inicialmente vivemos a construção social da sexualidade e a Educação Sexual, recebida nos primeiros anos de vida, e que refletirá ao longo da existência de cada ser humano.

Apresento as respostas dos/as docentes, no Quadro 17, sobre a questão de número 16 do questionário, que as instiga a descrever como foi a Educação Sexual na sua família de origem (pai, mãe, avós etc.).

Quadro 15 – Como foi a Educação Sexual na família de origem

COMO VOCÊ COMPREENDE QUE FOI SUA EDUCAÇÃO SEXUAL NA SUA FAMÍLIA DE ORIGEM (PAI, MÃE, AVÓS ETC.)? DESCREVA-A		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BEGÔNIA	Não teve. Toda parte sexual era ameaçada por castigo de Deus.	2023
BROMÉLIA	Avó explicou como funcionaria a menstruação/gravidez/anticoncepcional entre outros.	2023

FLOR DE MAIO	Como fui criada pelo meu pai, na minha casa falar em sexo era algo terrível, vergonhoso, sem respeito, que nunca deveríamos perguntar nada que estivesse relacionado a sexo.	2023
LANTANA	Muito restrita, sem informações, cheia de segredos, censuras.	2023
ESPONJINHA	Praticamente nula. Mãe dizia apenas para não engravidar.	2023
HELICÔNIA	Conservadora	2023
BOUGAINVILLE	Na minha infância, a questão sexual era bem pouco falada. Nas escolas, estava iniciando as conversas a respeito.	2023
ALAMANDA	Foi muito tranquila. A minha mãe e meu pai sempre responderam todas as minhas dúvidas sobre sexo e me deram orientações.	2023
MANACÁ	Foi uma Educação patriarcal, repressiva e intuitiva.	2023
ONZE-HORAS	Nada de diálogo.	2023
ORQUÍDEA	Bem restrita sem muitas informações.	2023
CAMÉLIA	Não lembro de conversas sobre isso. Somente quando eu já tinha 15 anos, ao iniciar o namoro.	2023
JACARANDÁ	Quase não falava.	2023
IPÊ	Sem sucesso.	2023
CALIANDRA	Sem diálogo sobre sexo.	2023
LÍRIO	Não teve.	2023

LEGENDA				
Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Ao analisar o quadro acima, percebemos que surgiu a vertente pedagógica normativo-institucional, que é destacada pela cor verde. Nunes (1996) nos alerta que, nesta vertente, existe uma forte preponderância de um discurso conservador e institucional, demarcado especialmente pela Igreja Católica, e que vai refletir nas famílias e nas escolas, de tal maneira que

> a família trancada em seu papel normativo e, ao mesmo tempo despida de discursos, capitula frente a uma sociedade multifacetada pelos meios de comunicação contemporâneos. A família não fala sobre sexo às crianças; quase sempre os seus discursos são indiretos, embora tenham papel fundamental na construção e organização dos papéis sexuais. (Nunes, 1996, p. 172).

E esse "não falar" das famílias, com discursos indiretos e insuficientes, é o que podemos ver nas respostas de Lantana, quando nos relata que era uma educação "muito restrita, sem informações, cheia de segredos, censuras" (Lantana, 2023), assim como na fala de Manacá, ao identificar que "foi uma Educação patriarcal, repressiva e intuitiva" (Manacá, 2023), e Orquídea, quando afirma que foi "bem restrita sem muitas informações" (Orquídea, 2023).

Estas respostas e algumas outras demonstram o conservadorismo característico dessa vertente normativa-institucional, a qual predomina "[...] uma compreensão da sexualidade calcada sobre os critérios da ordem e da conservação institucional" (Nunes, 1996, p. 171).

É imprescindível trazermos para análise a fala de Begônia, ao relatar que "não teve. Toda parte sexual era ameaçada por castigo de Deus" (Begônia, 2023), sendo identificada como expressão de um forte discurso conservador e tradicional da Igreja, onde prolifera que "o discurso normativo repressivo defende o casamento, critica a liberação sexual, exalta a figura da mãe, organiza e 'dignifica' a figura do homem como macho e poderoso, e tende a tratar as vivências sexuais sobre o paradigma da procriação" (Nunes, 1996, p. 182). Reproduzem nesta vertente discursos baseados na ordem e moralização, de modo que comportamentos que estejam fora do "padrão" de papéis normatizados seja "pecado" ou algo errado.

Notamos também a existência de duas falas que se encaixam ainda na vertente pedagógica biológico-reprodutivista, destacadas na cor azul. Quando Esponjinha relata que sua Educação Sexual foi "praticamente nula. Mãe dizia apenas para não engravidar" (Esponjinha, 2023), remete-nos ao que Nunes (1996) defende ser uma visão reducionista da sexualidade como dimensão procriativa e está em consonância com os indicadores desta pesquisa na vertente biológica-reprodutivista, que abordam a visão de corpo/sexo apenas como um aparelho reprodutor e de sexo/sexualidade como mera força propulsora de procriação ou de relações sexuais.

Também Bromélia descreve que a "avó explicou como funcionaria a menstruação/gravidez/anticoncepcional, entre outros" (Bromélia, 2023), isto nos evidencia que a abordagem da avó tem fundamentos na vertente biológico-reprodutivista, já que ela trouxe ainda temáticas relacionadas ao biológico e à reprodução, mas é importante acrescentar que essa avó tentou ofertar algum conhecimento científico para a sua neta, demonstrando uma possibilidade de um diálogo respeitoso ter ocorrido na família.

Dentre todas as respostas deste bloco, podemos identificar uma fala que nos remete à vertente emancipatória em Alamanda, ao relatar que a Educação Sexual na sua família "foi muito tranquila. A minha mãe e meu pai sempre responderam todas as minhas dúvidas sobre sexo e me deram orientações" (Alamanda, 2023). Percebemos aí que a família mantinha uma relação saudável e de respeito, na busca e tentativa de manter um diálogo aberto com o intuito de sanar as curiosidades e necessidades do/a filho/a. O que vai de encontro aos seguintes indicadores: Educação Sexual crítica e reflexiva, que tem como base a autonomia, a humanização, o diálogo, a criticidade; a relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro; que liberta e emancipa o sujeito das presas do autoritarismo e de uma visão hegemônica.

Também é a vertente emancipatória fortalecida nos seguintes direitos da DDSDHU/WAS: 9. O direito à informação; 10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora.

Dando continuidade à Educação Sexual familiar dos/as docentes participantes, trago alguns acontecimentos relatados pelos/as professoras/as sobre a temática.

Quadro 16 – Registro de acontecimentos sobre a temática na família de origem

REGISTRO DE ALGUM ACONTECIMENTO SOBRE A TEMÁTICA E COMO FOI ENCAMINHADO		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BEGÔNIA	Eu engravidei com 19 anos na minha primeira relação sexual.	2023
BROMÉLIA	Dor nos seios, minha vó explicou que era normal devido ao início da menstruação.	2023
FLOR DE MAIO	Minha irmã mais velha precisava fazer um trabalho sobre família e trouxe revista "Mamãe e o Bebê" para montar seu cartaz. Quando foi descoberto esse material em casa, ela levou uma surra. Consigo lembrar bem desse episódio que foi triste, pois não entendíamos o motivo de tal violência por uma simples revista que mostrava o início da vida.	2023
LANTANA	Não me recordo	2023
ESPONJINHA	Viajávamos muito e sempre passávamos por motéis - ao perguntar a mãe o que era, ela respondeu NÃO INTERESSA.	2023
HELICÔNIA	Meninas não podiam brincar das mesmas coisas que os meninos.	2023
BOUGAINVILLE	Pouco falávamos a respeito com familiares. Na escola, tínhamos mais falas sobre doenças sexualmente transmissíveis.	2023
ALAMANDA	Nunca aconteceu um fato importante, pois sempre tive belas orientações. Não tenho.	2023
MANACÁ	Me recordo muito do trabalho incessante da minha mãe em cuidar da casa, filhos, na agricultura, enquanto meu pai tinha momentos de descanso e lazer e somente ele detinha o dinheiro. Minha mãe reclamava sobre o fato de ter nascido mulher como alguém sem opção de vida.	2023
ONZE-HORAS	Sem diálogo sobre sexo ou sexualidade.	2023
ORQUÍDEA	Primeira menstruação.	2023
CAMÉLIA	No dia em que perdi minha virgindade, cheguei em casa e contei para minha mãe que se prontificou a me levar ao ginecologista.	2023
JACARANDÁ	A primeira menstruação não sabia o que fazer, comprei absorvente e coloquei do lado contrário.	2023
IPÊ	Fato que não gosto de comentar.	2023
CALIANDRA	Quando me casei, eu não sabia como realizar um ato sexual.	2023
LÍRIO	Não lembro.	2023
LEGENDA		

Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Com base nos relatos acima sobre acontecimentos em suas famílias de origem, podemos ter uma breve noção da realidade de educação que os/as participantes da pesquisa vivenciaram. Assim como aconteceu no quadro anterior, neste, preponderaram as vertentes pedagógicas biológica-reprodutivista e normativa-institucional. Ambas tratam a sexualidade por um viés repressor, que não tem a intenção de "[...] compreender o ser humano na sua totalidade e nem auxiliar na mudança para a melhora do sujeito e da sua relação com o meio" (Pacheco, 2014, p. 187). Isto ficou nítido em muitos acontecimentos dos/as professores, que a educação recebida pelas suas famílias tinha essa intencionalidade, a de tratar apenas de assuntos como gravidez indesejada, e eram baseadas em medos, tabus, violência física, padrões heteronormativos e machismo.

Percebemos, então, muitos relatos se encaixando na vertente pedagógica normativo-institucional, destacados com a cor verde, como é o caso de Helicônia, quando afirma que "meninas não podiam brincar das mesmas coisas que os meninos" (Helicônia, 2023), e de Manacá, ao trazer a seguinte fala: "me recordo muito do trabalho incessante da minha mãe em cuidar da casa, filhos, na agricultura, enquanto meu pai tinha momentos de descanso e lazer, e somente ele detinha o dinheiro. Minha mãe reclamava sobre o fato de ter nascido mulher como alguém sem opção de vida" (Manacá, 2023). Ambas as respostas apresentam relatos que corroboram com o indicador que reforça os papéis sociais tradicionais institucionalizados seguindo um modelo padrão de "ser homem e ser mulher". De tal maneira que "a família, pelo conjunto e comportamento esperado das crianças, ao menino e à menina exige e reproduz adequadamente os papéis tradicionais" (Nunes, 1996, p. 172).

O relato de Flor de Maio é uma revelação dolorida: "minha irmã mais velha precisava fazer um trabalho sobre família e trouxe revista "Mamãe e o Bebê" para montar seu cartaz, e quando foi descoberto esse material em casa ela levou uma surra. Consigo lembrar bem desse episódio que foi triste, pois não entendíamos o motivo de tal violência por uma simples revista que mostrava o início da vida" (Flor de Maio, 2023). Este é um acontecimento que nos gera um sentimento de profunda tristeza, perante certas situações, principalmente ao perceber que o viés repressor pode ser tão entranhado na vida familiar a ponto de membros da família punirem com violência física o que para eles era uma "ameaça": a Educação Sexual de seus/suas filhos/as.

Analisando a fala de Caliandra, ao revelar que “quando me casei, eu não sabia como realizar um ato sexual” (Caliandra, 2023), podemos identificar o conservadorismo e a repressão presentes na vertente normativo-institucional. Quando Caliandra relata que não sabia como ter relação sexual com o seu parceiro, nos faz perceber que ela nunca teve um diálogo franco e respeitoso com a família sobre a temática, pois, provavelmente os membros de sua família também não receberam uma Educação Sexual emancipatória.

É sempre importante ressaltarmos que o meu papel, como pesquisadora e professora que sou, não é fazer um juízo de valor, de julgar como certo ou errado, pois os relatos aqui expostos me foram tão gentis e corajosamente concedidos, por meus/minhas colegas de profissão, e neles muitas vezes também me vi relembrando vivências similares. Minha intenção é analisar e evidenciar como essas relações sociais construídas historicamente, em um constante movimento dialético, foram e são permeadas por contradições e, a partir delas, formam-se nas famílias conceitos, ideias e valores, influenciados pelo modo de vida hegemônico, e que refletem nos sujeitos, na educação recebida de suas famílias e naquela que irão repassar para seus/suas filhos/as.

Portanto, compreendemos que, quando temos uma educação repressora, ao longo de toda existência, muitas vezes, é exatamente isso que ofertaremos posteriormente aos nossos descendentes. Considero-me pertencente nesse movimento de constante transformação, pois tenho ressignificado muitos valores recebidos da minha educação familiar, a qual também foi permeada muitas vezes por um viés repressor e conservador, e me coloco na posição de eterna aprendente, diante das diversas situações que aqui surgem, pois “quanto mais me torno capaz de me afirmar como sujeito que pode conhecer, tanto melhor desempenho minha aptidão para fazê-lo” (Freire, 2019, p. 121).

Alguns acontecimentos relatados também enquadraram-se na vertente pedagógica biológico-reprodutivista, destacados na cor azul, como na fala de Begônia ao confessar que “eu engravidei com 19 anos na minha primeira relação sexual” (Begônia, 2023); e de Bromélia quando diz que apresentou “dor nos seios e minha vó explicou que era normal devido ao início da menstruação” (Bromélia), remetendo aos indicadores que reforçam a visão de corpo/sexo apenas como um aparelho reprodutor; que entendem sexo/sexualidade como uma força propulsora de procriação, e uma abordagem da educação somente com requisitos biológicos e médicos.

Ainda assim, vislumbramos esperança, ao identificar um relato que visa a emancipação, quando Alamanda nos fala seguramente que “nunca aconteceu um fato importante, pois sempre tive belas orientações. Não tenho” (Alamanda, 2023). O que significa que Alamanda recebeu

uma educação livre de repressão e baseada no diálogo respeitoso e humanizado, remetendo sua fala aos indicadores da vertente emancipatória: Educação Sexual crítica e reflexiva, que tem como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro; e de uma visão e linguagem positiva da sexualidade. Estão também em consonância com os direitos da DDSDHU/WAS: 9. O direito à informação e 10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora.

Apesar de prevalecer em maioria um viés repressor nos Quadros 18 e 19, ainda tivemos a Alamanda que nos deu esperanças ao relatar que recebeu uma educação crítica-reflexiva e respeitosa, visando a emancipação do sujeito. Compreendo como Guimarães que "[...] o núcleo familiar como base afetiva e sexual está em contínua reconstrução" (Guimarães, 2002, p. 44). Permaneço, portanto, a esperançar que tais reconstruções aconteçam para emancipar e respeitar cada vez mais os seres humanos, para que possam se tornar pessoas livres de qualquer tipo de opressão.

Para continuar esse processo de conhecer os/as participantes dessa pesquisa, seguimos com a apresentação de como foi a Educação Sexual na família que cada professor/a constituiu.

5.4 BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NA FAMÍLIA QUE VOCÊ ESTRUTUROU

Neste bloco abordamos como ocorre a Educação Sexual na família, na qual o/a professor/a faz parte atualmente, destacando a importância da educação familiar na formação de cada indivíduo, visto que os princípios e valores formados no ambiente familiar refletem nas relações sociais do sujeito com e no mundo.

Na sequência, no Quadro 19, apresentamos as respostas dos/as docentes em relação à questão de número 17 do questionário, que traz a seguinte indagação: "Como você compreende estar acontecendo a Educação Sexual na família que você estruturou atualmente? Descreva-a".

Quadro 17 – Como é a Educação Sexual na família que estruturou

COMO VOCÊ COMPREENDE ESTAR ACONTECENDO A EDUCAÇÃO SEXUAL NA FAMÍLIA QUE VOCÊ ESTRUTUROU ATUALMENTE? DESCREVA-A.		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BEGÔNIA	Conversamos sobre tudo, sem medos e sem castigos divinos. Meu filho já é adulto se identifica como gay, é casado com um rapaz da mesma idade. Minhas filhas estão em construção dessa identidade, hoje elas escolhem o que vestir e suas cores. A "filha 1" tem preferência por roupas e maquiagem femininas e com	2023

	referências femininas, a “filha 2” tem dias que prefere camiseta e bermuda, sem referência feminina. O critério aqui é ter índole, respeitar o próximo, cuidar da natureza sempre que possível e principalmente ser honesta com seus sentimentos.	
BROMÉLIA	Com clareza e respeito.	2023
FLOR DE MAIO	Mesmo com a evolução e estudos ainda carrego um pouco daquele medo que me foi passado, que sexo era feio. Mas, procuro estar bem esclarecida e mostrar todas as consequências quando não temos informações e seguimos direito o que aprendemos seja na escola, seja na vida.	2023
LANTANA	Conversamos abertamente sobre o assunto e às vezes ficamos constrangidos, mas procuramos responder e auxiliar nossos filhos sobre o assunto, orientando sobre cuidados consigo e com o outro.	2023
ESPONJINHA	Meu marido é o tradicional antigo. Macho e fêmea. Eu já tenho a opinião que gostaria sim de homem e mulher como casal. Mas a escolha será dos meus filhos sobre suas preferências e escolhas.	2023
HELICÔNIA	Da forma mais livre possível.	2023
BOUGAINVILLE	Sempre tive uma relação bem aberta com meu filho, que hoje já é adulto, explicando tudo sobre sexo e sexualidade.	2023
ALAMANDA	Não tenho filhos. Mas falo sobre sexo tranquilamente com meu namorado, meus pais e irmã.	2023
MANACÁ	Procuro educar para emancipação sexual, mostrar que cada ser humano é único assim todos merecem respeito e consideração.	2023
ONZE-HORAS	Diálogo sobre o respeito, diante de todas as situações.	2023
ORQUÍDEA	Bem explicado e dialogado. Bem diferente de minha época.	2023
CAMÉLIA	Acredito que estamos conduzindo da melhor forma possível, esclarecendo as dúvidas da minha filha e explicando o que pode e não acontecer com seu corpo.	2023
JACARANDÁ	Um pouco mais aberta ao diálogo.	2023
IPÊ	Sempre com diálogos e é tranquilo.	2023
CALIANDRA	Diálogo aberto sobre o assunto.	2023
LÍRIO	Não tem.	2023

LEGENDA

Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Observando o Quadro 19 com as respostas dos/as professores/as, a leitura nos traz um certo otimismo ao constatar que predominou a cor roxa, que se refere à vertente pedagógica emancipatória, entendida como “aquela que visa à libertação do sujeito das amarras autoritárias e repressivas construídas histórica e culturalmente sobre Educação Sexual” (Carvalho *et al.*, 2012, p. 49). É possível, então, vislumbrar que muitos/as dos/as docentes participantes estão

conseguindo oferecer uma educação diferente daquela que receberam em suas famílias de origem, já que a maioria das falas incita uma perspectiva emancipatória em seus discursos.

Em consonância a isto, destaco as falas de Manacá: “procuro educar para emancipação sexual, mostrar que cada ser humano é único assim todos merecem respeito e consideração” (Manacá, 2023) e de Bougainville “sempre tive uma relação bem aberta com meu filho, que hoje já é adulto, explicando tudo sobre sexo e sexualidade” (Bougainville, 2023). Ambas são falas que estão de acordo com o indicador da Educação Sexual crítica e reflexiva, que tem como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro.

Em falas como a de Lantana, que diz que “conversamos abertamente sobre o assunto e *às vezes ficamos constrangidos*, mas procuramos responder e auxiliar nossos filhos sobre o assunto, orientando sobre cuidados consigo e com o outro” (Lantana, 2023, grifo da autora), fica evidente que Lantana busca esforços para ofertar uma educação baseada no respeito e no diálogo para seus filhos, intencionalmente, na perspectiva de emancipação, como uma tentativa de superar a educação por ela recebida dos seus familiares, como foi apontado por ela no Quadro 18: “muito restrita, sem informações, cheia de segredos, censuras” (Lantana, 2023). No entanto, ao afirmar que “às vezes ficamos constrangidos”, mostra ainda resquícios da educação repressora que ela vivenciou no início da sua vida.

Destaco algumas falas na cor verde, que representam a vertente normativo-institucional, como é o caso de Esponjinha que afirma: “meu marido é o tradicional antigo. Macho e fêmea. Eu já tenho a opinião que gostaria sim de homem e mulher como casal. Mas a escolha será dos meus filhos sobre suas preferências e escolhas” (Esponjinha, 2023). Sua fala está em consonância com os seguintes indicadores: reforços nos papéis sociais tradicionais institucionalizados, seguindo um modelo padrão de “ser homem e ser mulher”; e casamento monogâmico heterossexual como único possível. Apesar de que, na última frase de Esponjinha, ela reconhece que os filhos são seres livres e que farão suas próprias escolhas, contudo ela deseja que se mantenha o padrão heteronormativo, como se isso fosse o correto, o “normal”.

Para melhor elucidar a discussão sobre a Educação Sexual nas famílias constituídas pelos/as docentes, na sequência, exibimos o Quadro 20, que traz alguns acontecimentos em relação à temática no contexto familiar.

Quadro 18 – Acontecimento sobre Educação Sexual na família atual

REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO ATUAL SOBRE A TEMÁTICA NESTE SEU ESPAÇO FAMILIAR E COMO FOI ENCAMINHADO.

DOCENTES	RESPOSTAS	ANO
BEGÔNIA	Minha filha testemunhou o ex-padrasto me espancando e falou que odeia homens e que nunca vai se relacionar com um.	2023
BROMÉLIA	Sobre minha colocação do DIU, conversei com meu marido e como não pretendemos ter filhos nos próximos anos, meu marido sugeriu o DIU, evitando os hormônios do anticoncepcional.	2023
FLOR DE MAIO	Realmente não lembro de nada.	2023
LANTANA	Nossos filhos mais velhos já têm relações sexuais com suas namoradas, converso com eles, questiono, oriento e ajudo a comprar preservativos, já meu esposo tem dificuldade para falar sobre o assunto.	2023
ESPONJINHA	Filho chegou em casa falando que a professora falou em TODES e marido se opôs sobre a escola tratar assim.	2023
HELICÔNIA	Hora do banho, higiene das partes íntimas.	2023
BOUGAINVILLE	Conversas com meus filhos e sua namorada, sobre as consequências e responsabilidades da vida sexual.	2023
ALAMANDA	Sempre tivemos abertura para conversar, então nunca teve fatos importantes.	2023
MANACÁ	Meu filho observando as vestimentas de algumas meninas perguntou o porquê de elas usarem roupas tão pequenas que não cobrem o corpo? Primeiro, justifiquei que estava calor e que os homens também muitas vezes andam sem camisa. Ele insistiu dizendo que outro dia estava frio e mesmo assim tinham várias meninas com roupas muito curtas e os meninos todos com roupa de frio. Falei que muitas vezes as meninas têm orgulho do seu corpo e se sentem bem ao mostrar, outras vezes, querem ser percebidas por alguém que talvez estejam interessadas. Mais uma vez questionou, perguntando se talvez não seria melhor serem notadas por serem legais ou inteligentes? Nesse momento, concordei que as atitudes são mais atraentes no ponto de vista de quem considera as mulheres igualitariamente aos homens, mas que isso depende muito da cultura e de como aprenderam a ver as mulheres, e lembrei ele sobre a nossa realidade social ainda machista. (Assunto muito tratado aqui em casa).	2023
ONZE-HORAS	Até o momento somente diálogo sobre higiene com seu órgão sexual (meninos), privacidade para momento do banho dos filhos maiores e respeito aos homossexuais. Quanto à orientação sexual, sexualidade, namorada, ainda são menores de idade.	2023
ORQUÍDEA	Ida ao ginecologista de minha filha, para aprender como entender seu próprio corpo.	2023
CAMÉLIA	Estamos falando sobre o início da menstruação com a minha de 10 anos, explicando como pode acontecer e como ela deve proceder.	2023
JACARANDÁ	Descoberta da bissexualidade da filha, por avó foi negada, por tios também, mãe e pai aceitaram. Compreendido por mãe e tio.	2023
IPÊ	Acredito que não, que isso seja algo privativo.	2023

CALIANDRA	Procurei orientar meus filhos sobre o tema desde cedo, esclarecendo dúvidas conforme foram surgindo as curiosidades.			2023
LÍRIO	Não.			2023
LEGENDA				
Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Ao analisar o quadro com os acontecimentos relatados pelos/as docentes, vemos que predominou a cor roxa, da vertente emancipatória. Tal constatação nos faz refletir que, apesar de a maioria desses/as professores/as ter vivenciado em suas famílias de origem uma educação num viés repressor, permeada de valores conservadores, atualmente, estão buscando ofertar para seus familiares uma educação que seja intencional, na perspectiva de emancipação do ser humano, com base em diálogos amorosos, respeitando a opinião do outro e na busca por sanar dúvidas e curiosidades de seus/suas filhos/as.

Notamos a vertente emancipatória em falas como as de Caliandra: “procurei orientar meus filhos sobre o tema desde cedo, esclarecendo dúvidas, conforme foram surgindo as curiosidades” (Caliandra, 2023) e de Camélia “estamos falando sobre o início da menstruação com a minha de 10 anos, explicando como pode acontecer e como ela deve proceder” (Camélia, 2023). Isso está em conformidade com os indicadores: Educação Sexual crítica e reflexiva, que tem como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro; e direito ao conhecimento e ao autoconhecimento sexual.

Na resposta de Manacá, ela descreve um diálogo muito respeitoso que teceu com o seu filho ao responder algumas curiosidades e questionamentos de vivências dele. Ao longo de toda conversa, percebemos a preocupação de Manacá em repassar uma visão adequada do ser humano ao seu filho, sem atribuir juízo de valor ou qualquer forma de preconceito, tampouco determinismos impostos pela sociedade. Ao final da sua fala, Manacá nos presenteou com uma bela reflexão sobre a realidade social em que vivemos atualmente, ao constatar que ainda vivemos em uma sociedade machista, que reforça papéis sociais entre homens e mulheres – aos moldes da educação repressora, evidenciada nas vertentes aqui estudadas. Por fim, Manacá demonstra inquietação em relação à temática e busca sempre refletir criticamente sobre ela:

> meu filho observando as vestimentas de algumas meninas perguntou o porquê de elas usarem roupas tão pequenas que não cobrem o corpo? Primeiro, justifiquei que estava calor e que os homens também muitas vezes andam sem camisa. Ele insistiu dizendo que outro dia estava frio e mesmo assim tinham várias meninas com roupas muito

> curtas e os meninos todos com roupa de frio. Falei que muitas vezes as meninas têm orgulho do seu corpo e se sentem bem ao mostrar, outras vezes querem ser percebidas por alguém que talvez estejam interessadas. Mais uma vez questionou, perguntando se talvez não seria melhor serem notadas por serem legais ou inteligentes? Nesse momento, concordei que as atitudes são mais atraentes no ponto de vista de quem considera as mulheres igualitariamente aos homens, mas que isso depende muito da cultura e de como aprenderam a ver as mulheres, e lembrei ele sobre a nossa realidade social ainda machista. (Assunto muito tratado aqui em casa). (Manacá, 2023, dados da pesquisa).

Evidenciamos, portanto este quadro, na maioria das respostas uma educação em prol da emancipação do ser, em consonância com o indicador que define a Educação Sexual crítica e reflexiva, que tenha como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro. E respeitando os seguintes direitos presentes na DDSDHU/WAS: 1. O Direito à igualdade e a não discriminação; 2. O Direito à vida, liberdade, e segurança pessoal; 3. O direito à autonomia e integridade corporal; 9. O direito à informação; 10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora; 13. O direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão.

Lantana traz também a seguinte constatação: “nossos filhos mais velhos já têm relações sexuais com suas namoradas, converso com eles, questiono, oriento e ajudo a comprar preservativos, *já meu esposo tem dificuldade para falar sobre o assunto*” (Lantana, 2023, grifo meu). Temos então uma fala que se enquadra na vertente emancipatória, já que está propondo uma Educação Sexual com base no diálogo, humanização e em uma relação saudável, porém ela expõe que o esposo ainda tem dificuldades de dialogar com os filhos, demonstrando talvez serem reflexo da educação repressora que provavelmente recebeu durante a sua vida. Por muitas vezes, nos vemos constrangidos e acuados para conversas com essa temática, pois por muito tempo foi um assunto “secreto” em nossos contextos familiares, um assunto para adultos, ou para especialistas. E estas são marcas que carregamos ao longo da vida, já que foi assim que aprendemos, no entanto, precisamos repensar e, aos poucos, superá-las, com base em conhecimento científicos e amparadas sempre nos direitos humanos.

Também, surgiu um viés repressor da vertente biológico-reprodutivista nas falas de Helicônia em “hora do banho, higiene das partes íntimas” (Helicônia, 2023), e na Onze-horas em “até o momento somente diálogo sobre higiene com seu órgão sexual (meninos), privacidade para momento do banho dos filhos maiores e *respeito aos homossexuais*. Quanto à orientação sexual, sexualidade, namorada, ainda são menores de idade” (Onze-Horas, 2023, grifo meu). As respostas minimizam a complexidade da Educação Sexual, limitando-se às questões de higiene com os órgãos genitais presentes na vertente biológico-reprodutivista, indo ao encontro do indicador que não possibilita uma proposta educacional ampla. Elas trataram

somente sobre requisitos biológicos e reprodutivos. Apesar disso, Onze-horas ainda vislumbra uma ampliação de visão paradigmática, quando levanta a questão do respeito aos homossexuais, demonstrando a importância de manter relações sociais respeitosas com o outro e da existência de seres humanos fora dos padrões heteronormativos.

Trago o acontecimento retratado por Jacarandá. A "descoberta da bissexualidade da filha, *por avó foi negada, por tios também, mãe e pai aceitaram. Compreendido por mãe e tio*" (Jacarandá, 2023, grifo meu). Sua fala encontra-se inicialmente dentro da vertente normativo-institucional, pois está refletida no indicador de reforços de papéis sociais tradicionais institucionalizados, seguindo um modelo padrão de "ser homem e ser mulher", permeado por uma visão repressora e conservadora da sexualidade. Mas Jacarandá já caminha criticamente, ao relatar a importância de que a descoberta sobre a orientação sexual da filha ecoe em sua família em sentimentos contraditórios, pois enquanto a avó negou, outros parentes aceitaram, no entanto, não conseguiram compreender. De acordo com Figueiró,

> o fato de se ter uma pessoa da família homossexual é um dos melhores caminhos, providenciados pela natureza, para que consigamos não apenas respeitar as pessoas que assim o são, mas atingir um nível maior de superação do preconceito, que vai além do respeito: o nível da aceitação. Por isso, digo que a vida é a grande mestra, na qual podemos ter os melhores aprendizados, desde que, em nosso dia a dia, estejamos sempre desejosos por ressignificar o que pensamos e o que sentimos. (Figueiró, 2013, p. 203).

Apesar de a autora trazer a questão da homossexualidade, e no caso de Jacarandá, ser a bissexualidade, o ponto central da discussão é a questão do respeito às orientações sexuais de cada ser humano. Da importância de se ir além do respeito, de realmente aceitar, compreender e buscar ressignificar os padrões que são impostos pelo segmento hegemônico na sociedade. É isso que nos propõe a Educação Sexual emancipatória: sensibilizar a humanidade para a diversidade do mundo e da beleza existente nas relações sociais que, de fato, podem ser humanizadas, crítico-amorosas e respeitosas, acima de tudo.

Por último, deixo aqui registrado o relato corajoso de Begônia que expõe um fato de violência contra a mulher e os seus reflexos na educação dos filhos/as, ao descrever um lamentável ocorrido em sua vida: "minha filha testemunhou o ex-padrasto me espancando e falou que odeia homens e que nunca vai se relacionar com um" (Begônia, 2023). Infelizmente, esta é uma realidade vivida por muitas mulheres. Independente de classe social, cor, etnia, idade ou localidade, a violência contra a mulher é um fenômeno social e global. "Uma a cada três mulheres em idade reprodutiva sofreu violência física ou violência sexual perpetrada por um parceiro íntimo durante a vida, e mais de um terço dos homicídios de mulheres são perpetrados por um parceiro íntimo" (Vieira; Garcia; Maciel, 2020, p. 2). Begônia foi mais uma vítima dos

reflexos da normatização de papéis estabelecidos, em que o machismo comumente prevalece nessas relações, contudo, mãe e filha já demonstram ter consciência da situação e das consequências negativas em suas vidas, assim caminhando na direção da vertente emancipatória.

A seguir, apresento o bloco que aborda a Educação Sexual vivenciada nas instituições educacionais que os/as docentes frequentaram ao longo da vida.

5.5 BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA ONDE ESTUDOU

Dando continuidade ao desvelar da compreensão das docentes na temática da Educação Sexual, inicio o bloco com os relatos dos/as professores/as em relação à temática sendo abordada na sua vida escolar. De acordo com Melo *et al.*, "[...] a educação sexual também sempre acontece plenamente em todos os grupos sociais, em todas as épocas, em todas as culturas, e se expressa em diferentes paradigmas que se refletem em todos os segmentos e organizações sociais, dentre elas, a *escola*" (2011, p. 39 – grifo meu). Sendo assim, a questão 18 do questionário busca provocar a reflexão dos/as participantes da pesquisa sobre como elas enxergavam o modo como aconteceu essa educação na sua trajetória escolar, enquanto estudantes.

A seguir, então, apresento o Quadro 21, que aborda as respostas dos/as docentes sobre essa Educação Sexual que aconteceu nas escolas.

Quadro 19 – A Educação Sexual nas escolas onde estudou

COMO VOCÊ COMPREENDE QUE FOI A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS ONDE ESTUDOU? DESCREVA-A.		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BEGÔNIA	Ensino médio.	2023
BROMÉLIA	Não tive.	2023
FLOR DE MAIO	Sem muito esclarecimento, o conteúdo só era passado e nada mais.	2023
LANTANA	Somente sobre reprodução.	2023
ESPONJINHA	Estudei sobre o corpo e seu funcionamento fisiológico.	2023
HELICÔNIA	Pouco se fala no assunto, no ensino médio, foi abordado em aulas de ciências temas relacionados com as doenças sexualmente transmissíveis.	2023
BOUGAINVILLE	Pouca informação, pois a década era anos 90.	2023

ALAMANDA	Naquela época não se falava nada, ainda mais por ser escola de padre.	2023
MANACÁ	Sempre foi ensinado somente sobre a parte fisiológica, prevenção de doenças e gravidez indesejada, assunto tratado somente pela professora de ciências.	2023
ONZE-HORAS	Tema transversal sobre a atenção ao uso de drogas.	2023
ORQUÍDEA	Não tive educação sexual.	2023
CAMÉLIA	Não me recordo.	2023
JACARANDÁ	Somente vídeos sobre DSTs na adolescência.	2023
IPÊ	Não recordo	2023
CALIANDRA	Tabu.	2023
LÍRIO	Foi criativa e Educacional.	2023

LEGENDA				
Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: elaborado pela autora, Machado (2024).

A partir da observação do quadro acima, constato que prevaleceu nas respostas a cor azul, que representa a vertente biológica-reprodutivista. Como já sabemos, essa vertente aborda uma Educação Sexual que entende o corpo apenas como aparelho reprodutor. O centro do discurso está nos aspectos biológicos e médicos e acontece o reforço das informações sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis, no sentido de amedrontar e não de prevenção e cuidados com a saúde sexual. Como nos alerta Nunes (1996), a questão dessa visão biologista está fundamentada no discurso médico-biologista repressor pautado no conservadorismo, pois trata a sexualidade como "[...] um amontoado de generalizações biológicas, descritivas, funcionalistas e profiláticas, propondo uma profilaxia de um conhecimento absolutamente descritivo e de medidas restritivas e indicativas de tratamento médico, até patológico" (Nunes, 1996, p. 141).

Tal visão é constatada nas falas de Lantana, quando afirma que foi "somente sobre reprodução" (Lantana, 2023), de Esponjinha, ao relatar que "estudei sobre o corpo e seu funcionamento fisiológico (Esponjinha, 2023), de Jacarandá, que relembra "somente vídeos sobre DSTs na adolescência" (Jacarandá, 2023). Ambas trazem que a Educação Sexual que receberam em sua vida escolar estavam calcadas nos seguintes indicadores: reforço das informações sobre as ISTs, porém com um aspecto causador de medos e não numa linha de prevenção e de direito à saúde sexual; sexo/sexualidade, vista como uma mera força propulsora

de procriação ou relações sexuais; não abordando uma proposta educacional ampla, somente requisitos biológicos-reprodutivista.

Ainda na vertente biológico-reprodutivista, acredito ser importante retratar que docentes frisaram que essa Educação Sexual acontecia somente nas aulas de Ciências, como vemos em Helicônia, quando diz que "pouco se fala no assunto, no ensino médio foi abordado em *aulas de ciências* temas relacionados com as doenças sexualmente transmissíveis" (Helicônia, 2023, grifo meu), e em Manacá, que diz que "sempre foi ensinado somente sobre a parte fisiológica, prevenção de doenças e gravidez indesejada, assunto tratado somente pela *professora de ciências*" (Manacá, 2023, grifo meu). Vemos que é recorrente o discurso de que essa Educação Sexual deve ser para ser tratada somente nas aulas de Ciências ou Biologia, como nos alerta Yared ao constatar que a escola,

> [...] em seus vários níveis de ensino, continua sendo, na maioria das vezes, um espaço que constantemente recorre aos seus professores de Ciências e Biologia – entendidos como autorizados pela cultura escolar – preferencialmente, e na sequência, recorrendo também a profissionais externos a ela oriundos da área da saúde, na maioria das vezes médicos e médicas, compreendidos como autorizados, nesses casos pelos próprios profissionais da própria educação para ministrarem palestras isoladas aos seus estudantes. (Yared, 2016, p. 67).

Sabemos que todo professor e toda professora precisam estar abertos ao diálogo nessa temática, pois, afinal, como seres sexuados que somos, fazemos e vivemos em Educação Sexual a todo momento, queiramos ou não, saibamos ou não, portanto é necessário que "[...] os profissionais da Educação Básica e Superior busquem compreender a sexualidade com temática transversal a ser desvelada em suas possibilidades emancipatórias" (Melo *et al*., 2012, p. 29). Para isso, precisamos de um árduo trabalho reflexivo como todo o corpo dos profissionais das unidades educativas sobre a dimensão humana da sexualidade, assim como com as famílias.

Algumas respostas, enquadramos na vertente pedagógica normativo-institucional também repressora, destacadas com a cor verde, como em Alamanda, quando afirma que "naquela época não se falava nada, ainda mais por ser escola de padre" (Alamanda, 2023), em Caliandra, ao definir como "tabu" (Caliandra, 2023). Traduzindo isto, assim, ao que Nunes (1996) entende como uma compreensão da sexualidade sob a ótica de critérios de ordem e conservação institucional, sendo um discurso que está presente [...] "em teses conservadores presentes na cultura patriarcal brasileira e traveste-se de 'orientação' ou de normatização para as novas gerações, realizadas de maneira tradicional, através principalmente da Igreja e da Escola" (Nunes, 1996, p. 171).

Compreendemos que a escola é uma instituição formalizada que busca formar cidadãos, em consonância ao artigo 22º, da LDB: "a educação básica tem por finalidades desenvolver o

educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (Brasil, 1996). Ou seja, a escola tem a função de desenvolver cidadãos críticos para conviver em sociedade. E aí encontramos a premissa de formar sujeitos na sua integralidade, logo seres na sua totalidade em todas as suas dimensões, dentre elas a dimensão sexual. Os profissionais nas instituições educativas educam sexualmente, mesmo quando acreditam que não o fazem, ou que na sua unidade educativa não tem Educação Sexual, como alguns docentes afirmam que não tiveram Educação Sexual em suas respostas. Para esta constatação, Melo *et al.* (2011) nos alerta para a existência de um currículo oculto, já que

> [...] a educação como um todo e principalmente a educação institucionalizada transmitem a ideia, em suas vivências, de que a escola é "assexuada". Na maioria das vezes a educação sexual acontece na escola por meio de um currículo oculto embora esteja sempre sendo vivenciada no cotidiano escolar. Quase sempre tal currículo não é desvelado e muitas vezes, não é nem percebido (Melo *et al.*, 2011, p. 60).

Deste modo, ao compreender que essa Educação Sexual sempre acontece, mesmo acreditando que não, ou não se falando diretamente sobre a temática, devemos considerá-la "como parte indissociável do processo educacional" (Melo *et al.*, 2011, p. 61), sendo necessário que façamos muita reflexão no que tange à negação de se discutir sexualidade nas escolas. A negação já é uma opção de Educação Sexual.

Para melhor entender a compreensão dos/as docentes pesquisadas, explano o Quadro 22 que aborda os acontecimentos relacionados com a temática nas suas trajetórias nos espaços escolares.

Quadro 20 – Acontecimento sobre a temática nos espaços escolares

REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO SOBRE A TEMÁTICA NAQUELES ESPAÇOS ESCOLARES E COMO FOI ENCAMINHADO.		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BEGÔNIA	Uma Professora de biologia teve uma advertência por ensinar a usar camisinha e preservativo. Naquela época, só existia o masculino e não existia pílula do dia seguinte. Ela usou uma cenoura para colocar o preservativo e mostrou para o grupo imagens do corpo humano sem roupa. Não lembro.	2023
BROMÉLIA	Uma colega ficou menstruada e sujou a roupa, a coordenadora a mandou para a casa sem nenhum suporte ou explicação.	2023
FLOR DE MAIO	Lembro de uma única professora de história que deu uma explicação fantástica, para aquela época, sobre ciclo menstrual e relação sexual, pois alguns colegas questionaram sobre, e como estávamos entrando na adolescência, creio que ela achou importante falar sobre o tema.	2023
LANTANA	Não lembro.	2023

ESPONJINHA	Não tenho lembranças sobre.	2023
HELICÔNIA	A utilização de preservativos para prevenção.	2023
BOUGAINVILLE	Na época, víamos vídeos, onde os palestrantes mostravam as doenças sexualmente transmissíveis.	2023
ALAMANDA	Nunca teve.	2023
MANACÁ	Me recordo da fase que iniciaram os interesses em namorar, as meninas criavam um caderno de questionário para buscar informações para saber quem gostava de quem, quem já tinha beijado na boca etc. Porém não me lembro de nenhuma intervenção em relação a essa fase por parte dos professores ou orientadora, nem mesmo em outras situações. Os professores eram muito distantes dos alunos.	2023
ONZE-HORAS	No ensino fundamental, lembro de ter assistido com minha turma Cristine F, uma jovem drogada. Sendo alertada com demais colegas sobre o tema prejudicial à vida.	2023
ORQUÍDEA	Nenhum que me recorde.	2023
CAMÉLIA	Não me recordo.	2023
JACARANDÁ	Descoberta da sexualidade das amigas. Elas mesmas resolviam de seu jeito, sem participação da família.	2023
IPÊ	Não recordo.	2023
CALIANDRA	Apenas olhares curiosos.	2023
LÍRIO	Não lembro.	2023

LEGENDA				
Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: elaborado pela autora, Machado (2024).

Com base nas respostas, percebemos que predominou a vertente pedagógica biológica-reprodutivista, representada na cor azul. Em falas como as de Helicônia, ao relembrar "a utilização de preservativos para prevenção" (Helicônia, 2023), e de Bougainville, relembrando que "na época, víamos vídeos, onde os palestrantes mostravam as doenças sexualmente transmissíveis" (Bougainville, 2023). Ambas estão em consonância com os seguintes indicadores dessa vertente: prevenção das ISTs, contenção e higiene da sexualidade e da genitália; sexo e sexualidade vistos como uma mera força propulsora de procriação ou de relações sexuais; não abordagem de uma proposta educacional ampla, somente requisitos biológicos e médicos. Essas respostas desvelaram uma compreensão reducionista dessa vertente, o que reforça o alerta de Yared:

> esse entendimento promove uma abordagem fragmentada, dicotomizada e reducionista dos seres humanos, restringindo a sexualidade ao ato sexual e à reprodução por meio de explanações estritamente biológicas referente apenas às informações anatômicas e fisiológica dos sistemas reprodutores, DST's, gravidez e métodos contraceptivos [...] (Yared, 2016, p. 51).

Identifico a vertente normativa-institucional, destacada na cor verde, nas falas de Jácarandá: "descoberta da sexualidade das amigas, elas mesmas resolviam de seu jeito, *sem participação da família*" (Jacarandá, 2023 – grifos meus) e de Manacá:

> me recordo da fase que iniciaram os interesses em namorar. As meninas criavam um caderno de questionário para buscar informações para saber quem gostava de quem, quem já tinha beijado na boca etc. Porém, não me lembro de nenhuma intervenção em relação a essa fase por parte dos professores ou orientadora, nem mesmo em outras situações. *Os professores eram muito distantes dos alunos* (Manacá, 2023, dados da pesquisa – grifos meus).

Pois nelas aparecem o viés conservador e repressor, impregnados nas ações ou na falta de ação das duas instituições sociais presentes em suas falas. No caso de Manacá, foi a omissão dos professores, e em Jacarandá, foi a não participação das famílias.

Sabemos que essa vertente traz a concepção moralizante advinda das Igrejas e perpassada pela escola e família, ocorrendo a propagação de um discurso conservador e do "não falar", como um modo de educar normatizado. De tal modo que "a família não fala sobre sexo às crianças; quase sempre os seus discursos são indiretos, embora tenham papel fundamental na construção e organização dos papéis sexuais" (Nunes, 1996, p. 172), ocorrendo então a transferência dessa educação da família para a escola, no sentido de "[...] encarregar à instituição escolar de enquadramento discursivo e até controlador de práticas sexuais dos adolescentes e crianças" (*Ibid*, p. 180).

A maior parte dos relatos retratam uma realidade ainda existente na atualidade das escolas brasileiras, em que predomina uma Educação Sexual baseada nos moldes repressores, muitas vezes, sendo discutida somente nas aulas de Ciências e Biologia, reduzida apenas em questões relacionadas à reprodução humana, retirando da discussão a complexidade da temática, que vai além de pautas como sexo, aparelho reprodutor e prevenção de ISTs, mas que não busca compreender o ser humano na sua inteireza, por meio de uma educação humanizadora, crítica e reflexiva.

No entanto, podemos compreender que professores/as ainda trabalhem com esse tipo de educação, visto que eles/as "[...] ainda não estão preparados para ensinar e aprender sobre sexualidade numa perspectiva emancipatória, já que a temática ainda é envolvida por muitos preconceitos e tabus/mitos, consequentes de um processo construído social e historicamente" (Melo *et al*., 2012, p. 20). Ao constatar tal afirmação, coloco-me novamente no lugar de quem

também teve acesso a esse tipo de educação em minha trajetória escolar, como já mencionado no início desta pesquisa, do mesmo modo compreendo-me como ser e professora em construção e constantemente aprendendo e me ressignificando nas relações sociais com o outro no mundo, e na busca de uma educação para a emancipação do sujeito.

Apesar de predominar nesse bloco as vertentes repressoras, vislumbro um viés emancipatório já na resposta de Flor de Maio ao retratar que: "lembro de uma única professora de história que deu uma explicação fantástica, para aquela época, *sobre ciclo menstrual e relação sexual*, pois alguns colegas questionaram sobre, e, como estávamos entrando na adolescência, creio que ela achou importante falar sobre o tema" (Flor de Maio, 2023 – grifos meus).

Embora a professora em questão tenha discutido apenas fatores biológicos, que poderiam ser classificados como vertente biológica-reprodutivista, ainda assim podemos contemplar uma perspectiva emancipatória em sua tentativa de diálogo com os educandos, ao dialogar sobre a informação científica como um direito dos jovens. Especialmente, por ser uma professora de história quem propôs uma conversa respeitosa com os estudantes sobre a temática, sendo que ela teve um papel humanizador e sensível, quando percebeu a necessidade dos educandos em dialogar sobre questões relacionadas à Educação Sexual, indo, portanto, ao encontro do indicador da vertente emancipatória via uma Educação Sexual crítica e reflexiva, que teve como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro.

Nesse estabelecimento de uma relação sadia e científica com seus/suas estudantes, atendeu a Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos, amparada pelos seguintes direitos: 9. O direito à informação; 10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora; e 13. O direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão. É de grande importância destacarmos que todos/as professores/as poderiam ser orientados pela DDSDHU/WAS em seu trabalho educativo. Entretanto, tal declaração ainda não é de conhecimento de muitos profissionais. Conhecer e compreender o conteúdo desse documento "[...] lhes facilitaria ter um apoio mais seguro para rever e mudar seus saberes e fazeres" (Antunes, 2023, p. 128).

Ao dar sequência nas análises, inicio o estudo da compreensão dos/as docentes em relação à Educação Sexual no NEIM em que atuam.

5.6 BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NO SEU NEIM

Neste bloco, minha intenção é compreender como os/as docentes percebem que acontece o processo de Educação Sexual no NEIM Professora Sueli Gadotti Rodrigues, que é o lócus desta pesquisa. A questão abordada teve o enfoque na educação vivenciada na atualidade dos/as participantes da pesquisa, agora na sua jornada como docente. Por isso, eles rememoraram momentos ao longo da vida para buscar entender o presente, já que ao reviver quem fomos, é possível compreender quem somos, partindo da premissa de que somos seres inacabados, em constante construção, e nesse processo, procuram refletir como se deu a Educação Sexual na sua constituição, de modo a reavaliar crenças, valores e tabus que foram perpassados no seu existir, visto que

> toda educação sexual implica uma reeducação da própria sexualidade. Só transmitimos com segurança aqueles conceitos e valores que nos convencem. Os que nos ouvem e conhecem nossas atitudes aprendem o envolvimento e o sentido que nos impulsiona a tratar da sexualidade humana. (Nunes, Silva, 2006, p. 106).

A partir disso, passamos assim para a análise do Quadro 23, com as respostas da questão 19 do questionário que aborda como os/as docentes compreendem que é a Educação Sexual no NEIM que atuam.

Quadro 21 – A Educação Sexual no NEIM

COMO VOCÊ COMPREENDE QUE É A EDUCAÇÃO SEXUAL NO SEU NEIM? DESCREVA-A.		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BEGÔNIA	Primeiro, as crianças são ouvidas, suas necessidades atendidas como possível e tudo ocorre naturalmente, sem imposição de nada.	2023
BROMÉLIA	Pensando sempre no melhor para as crianças.	2023
FLOR DE MAIO	Observo a curiosidade das crianças em explorar seu corpo e do outro. Geralmente, acontece isso no momento do banheiro. Devemos considerar essas curiosidades que trazem consigo como ponto de partida para contextualizar as discussões.	2023
LANTANA	Não percebo.	2023
ESPONJINHA	Posso falar sobre minha sala e minha turma, mas no NEIM não.	2023
HELICÔNIA	Os profissionais trabalham com o que lhes está no alcance.	2023
BOUGAINVILLE	De uma forma geral, é bem colocado nas possibilidades das crianças.	2023
ALAMANDA	Deveríamos conversar mais com os pais, pois eles não sabem como dar orientações corretas às crianças.	2023

MANACÁ	O NEIM é muito grande e trabalham muitos professores substitutos, havendo muita mudança de profissionais. Então, já presenciei muitas situações emancipatórias e também repressivas. Em geral, somos orientados sobre uma educação emancipatória, porém o assunto ainda precisa ser mais discutido para trazer mais clareza para as profissionais, sendo que em geral ensinamos apenas o que sabemos.	2023
ONZE-HORAS	Precisamos de mais formação sobre o tema. Conheci neste ano o livro do servidor da rede municipal de Florianópolis, Leandro, com título Heitor e sua boneca bebê. As crianças amaram ouvir.	2023
ORQUÍDEA	Temos bastante qualificação e cursos.	2023
CAMÉLIA	Acredito que isso é levado de uma forma sútil e esclarecedora.	2023
JACARANDÁ	Há o respeito aos direitos da criança, porém, ainda tratado com certo cuidado por parte dos professores, com receio da reação de familiares.	2023
IPÊ	Nunca presenciei.	2023
CALIANDRA	Diálogo conforme ocorrências.	2023
LÍRIO	Boa.	2023

LEGENDA				
Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: elaborado pela autora, Machado (2024).

Na busca do desvelar da compreensão dos/as docentes sobre a Educação Sexual que acontece em seu ambiente de trabalho, podemos observar que predominou a vertente emancipatória em suas respostas, sinalizadas na cor roxa. A maior parte dos/as docentes demonstrou que conseguem visualizar práticas emancipatórias no cotidiano educativo do NEIM, comprovando que, apesar de grande parte dos profissionais ter passado por uma educação escolar e familiar em moldes repressores, atualmente busca propor práticas mais respeitosas para e com as crianças, já que

> [...] a educação sexual emancipatória é aquela que considera os aspectos subjetivos da individualidade, que possibilita meios para uma descoberta sadia e adequada do corpo, dos seus significados, bem como uma percepção consciente e crítica da própria existência. (Kornatzki, 2013, p. 90).

Tais práticas ficam evidenciadas nas falas de Begônia: “primeiro as crianças são ouvidas, suas necessidades atendidas como possível e tudo ocorre naturalmente sem imposição de nada” (Begônia, 2023); e de Flor de Maio: “observo a curiosidade das crianças em explorar seu corpo e do outro. Geralmente, acontece isso no momento do banheiro. Devemos considerar essas curiosidades que trazem consigo como ponto de partida para contextualizar as discussões”

(Flor de Maio, 2023). As duas trazem muito respeito e possibilidades de diálogo com as crianças, mostrando-se profissionais humanizadas, que se importam com o desenvolvimento pleno dos educandos. Estão apoiadas nos seguintes indicadores da vertente emancipatória: Educação Sexual crítica e reflexiva, que tem como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro; Educação Sexual que desenvolva a autonomia e a humanização dos saberes e fazeres pedagógicos no cotidiano escolar; que oportuniza o reconhecimento do seu corpo e da sua dimensão sexual.

Ainda assim, vimos emergir falas representadas pela cor verde, identificadas como próprias da vertente pedagógica normativo-institucional, como em Alamanda, quando diz que "deveríamos conversar mais com os pais, pois eles não sabem como dar orientações corretas as crianças" (Alamanda, 2023). Entendemos que essa temática deveria ser tratada com as famílias, e não percebendo que o papel de educador também está intrinsecamente interligado com o educar em todas as dimensões humanas, dentro destas inseparavelmente está a dimensão sexualidade. E esse ato de educar sexualmente pode acontecer em uma reflexão crítica ao debater questões que não são abordadas no meio familiar, desde que essas reflexões ocorram de maneira respeitosa e sensível.

Em consonância, vemos a resposta de Jacarandá: "há o respeito aos direitos da criança, porém ainda tratado com certo cuidado por parte dos professores, com receio da reação de familiares" (Jacarandá, 2023). Apesar de trazer no seu início uma afirmação que representa um viés emancipador, pois afirma que existe o respeito aos direitos da criança, ao relatar que os/as professores/as lidam cuidadosamente com a temática por receio das reações das famílias, demonstra que o conservadorismo presente na educação domiciliar faz com que o trabalho educativo-pedagógico sofra influências e seja até prejudicado, exatamente como acontece na concepção normativo-institucional, a qual "implica a necessidade de passar as normas reguladoras da sexualidade, que até então eram transmitidas pela família" (Figueiró, 2014, p. 49).

Evidenciamos a importância da família nesse processo educacional, especialmente na Educação Infantil, que de acordo com o Artigo 29, da LDB, tem por "[...] finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, *complementando a ação da família* e da comunidade" (Brasil, 1996, p. 17 – grifo meu). Assim, ressalta que a família é a primeira e principal responsável pela educação de seus filhos, cabendo à escola complementar esse trabalho, respeitando as especificidades de cada criança e de sua família. Portanto, essas duas instituições, tanto a educativa quanto a familiar, precisam estar em harmonia, e podem ter projetos conjuntos, unindo melhor essas duas

instâncias. Assim, como sugerem, Nunes e Silva (2006), quando apontam pistas para um trabalho pedagógico em perspectiva emancipatória, dizem que

> ao mesmo tempo um projeto pedagógico de educação sexual emancipatório deverá ter em conta uma articulação profunda entre o núcleo familiar e a intervenção escolar, não a substituição imediata do papel da família, mas ao mesmo tempo a crença na corresponsabilidade, a colocação de palavras de ordem com a solidariedade e a igualdade sobre sexo, deveria não somente inferir na criança, mas deve ter vinculações orgânicas com a família e a comunidade, de modo a desencadear a elevação da compreensão da sexualidade, não vista como prevaricação, pecado ou permissivismo, mas vista serena e claramente como uma forma de viver o sexo e suas contradições (Nunes; Silva, 2006, p. 126).

Portanto, para que a Educação Sexual aconteça em uma perspectiva emancipatória, precisamos de um trabalho sistemático com as famílias, com base no diálogo crítico-reflexivo e respeitoso. Compreender que cada família tem suas crenças e valores e buscar fundamentos em conhecimento científico sobre a temática, para que assim o direito da criança de uma educação integral esteja garantido, após diálogos construtivos, em momentos propícios e planejados pela instituição educativa.

Dando continuidade a este bloco, analiso os acontecimentos relatados pelos/as docentes que aconteceram no NEIM em que atuam, descritos a seguir, no quadro 24, que traz esses registros sobre a temática.

Quadro 22 – Registro de acontecimentos sobre a temática no NEIM

REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO SOBRE A TEMÁTICA NESTE SEU ESPAÇO PROFISSIONAL (UNIDADE EDUCATIVA) E COMO FOI ENCAMINHADO.		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BEGÔNIA	Uma criança do grupo, um menino, que desde pequeno tem opções e trejeitos identificados como de menina, suas opções de brinquedos e brincadeiras também. Ele prefere os meninos, mas quer brincar de boneca com eles, então como os meninos não querem brincar de boneca, ele brinca sozinho ou com alguma menina. Cruza as pernas, senta-se de lado, e se achar fantasia rosa, ele prefere ficar fantasiado. Quando fazemos maquiagem de rosto, os meninos escolhem Huck ou Homem-Aranha, ele prefere borboleta, flores, brilho e muito rosa.	2023
BROMÉLIA	No desfralde das crianças, tiveram curiosidade sobre os órgãos genitais e para o que serviria. Contamos uma história, explicando de maneira lúdica.	2023
FLOR DE MAIO	Na hora da escovação, alguns vão também no banheiro fazer suas necessidades fisiológicas e ficam observando o que outro faz ou ficam mostrando como são. Algumas vezes trazem essas dúvidas	2023

	para o momento da roda e tento conversar de maneira que possam entender, sem fantasiar que "é o pintinho ou a perereca".	
LANTANA	Não me recordo.	2023
ESPONJINHA	Já tivemos formação sobre o assunto e temos buscado conversar com as crianças sobre o cuidado com eles mesmos e que o outro deveria ter com eles.	2023
HELICÔNIA	Um menino com diagnóstico de autismo foi observado mexendo em suas partes íntimas. Foi perguntado ao professor se era normal. O professor não deu muita importância à situação. O fato não se repetiu, pode ser que havia alguma coceira naquele dia.	2023
BOUGAINVILLE	Temos crianças que não gostam de dividir o banheiro com os colegas, procuramos respeitar o que é colocado por seus responsáveis, mas conversamos a respeito da situação com todos.	2023
ALAMANDA	Uma menina falou que um menino a tocou em sua intimidade sendo que o menino havia tocado em sua cintura. Chamamos a mãe para conversar e compreendemos que a própria poderia não ter tido as orientações corretas, quando era mais nova, e ingressou na vida sexual.	2023
MANACÁ	Situação em que duas crianças fizeram brincadeiras sexuais. No momento, chamamos as crianças para realizar outras atividades com o grupo. Num outro momento, conversamos em grupo sobre o corpo, o que são partes íntimas, quem pode tocá-las e em quais situações.	2023
ONZE-HORAS	A leitura do livro citado acima foi espetacular, pois as crianças ouviram atentas a continuidade da história do menino que brincava com boneca.	2023
ORQUÍDEA	Formação em trabalho.	2023
CAMÉLIA	Não me recordo de ter participado.	2023
JACARANDÁ	Criança do G6, falando aos amigos que as crianças namoravam. Foi esclarecido para a criança que somente adultos namoram.	2023
IPÊ	Não presenciei.	2023
CALIANDRA	Temos observado entre as crianças reprodução de atos comuns sobre a temática.	2023
LÍRIO	A criança se tocando.	2023

LEGENDA				
Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Por meio da observação do quadro, podemos identificar que alguns registros de acontecimentos podem ser classificados dentro da concepção repressora da vertente pedagógica

normativo-institucional, sinalizados na cor verde. Como vemos explicitado na fala de Begônia abaixo:

> uma criança do grupo, um menino, que desde pequeno tem opções e trejeitos identificados como de menina, suas opções de brinquedos e brincadeiras também. Ele prefere os meninos, mas quer brincar de bonecas com eles. Então, como os meninos não querem brincar de boneca, ele brinca sozinho ou com alguma menina. Cruza as pernas, senta-se de lado e se achar fantasia rosa, ele prefere ficar fantasiado. Quando fazemos maquiagem de rosto, os meninos escolhem Huck ou Homem-Aranha. Ele prefere borboleta, flores, brilho e muito rosa. (Begônia, 2003, dados da pesquisa).

Ao relatar o comportamento da criança, que no caso é um menino, relata que ele demonstra preferências e gostos normalizados e esperados para uma menina. Begônia, assim, nos traz uma visão estereotipada da criança em questão. Exatamente como o indicador da vertente normativo-institucional que pressupõe, ao reforçar os papéis sociais tradicionais institucionalizados, seguindo um modelo padrão de "ser homem e ser mulher". De acordo como Nunes (1996), nessa vertente, as pessoas esperam que as crianças sigam padrões de comportamento específicos, reforçando os papéis tradicionais de gênero, moldando o menino conforme o modelo patriarcal e a menina, a partir do papel tradicionalmente esperado das mulheres em uma sociedade machista.

O mesmo autor afirma que, por volta dos 5 anos, as crianças já têm uma compreensão dos papéis tradicionais de gênero. No entanto, ao entrar na escola e interagir com diferentes grupos sociais, elas são expostas a influências que frequentemente desafiam esses papéis tradicionais, já que "a criança na escola frequentemente vê-se cercada de novas realidades, novos apelos, novas experiências corporais, psicológicas e sociais, e nestes jogos a sexualidade é um componente básico e fundamental" (Nunes, 1996, p. 179).

Apesar de Begônia não mencionar se realizou um diálogo com o grupo ou uma proposta educativo pedagógica esclarecendo sobre o direito que toda criança possui de se expressar livremente, de brincar com o brinquedo que tiver vontade e experimentar diversos papéis, percebemos em sua fala que ela respeita as escolhas do menino e que oferta a opção de escolha, não reprimindo suas atitudes, o que demonstra seu respeito pela criança.

As respostas, de Caliandra: "temos observado entre as crianças, reprodução de atos comuns sobre a temática" (Caliandra, 2023), e de Lírio: "a criança se tocando" (Lírio, 2023), foram classificadas na cor azul, como vertente pedagógica biológica-reprodutivista, pois demonstram uma visão reducionista da sexualidade, centrada em aspectos biológicos e reprodutivos, limitada a uma visão funcionalista, onde o corpo é visto apenas como um aparelho reprodutor e os órgãos genitais são abordados apenas nas suas funções biológicas. Em

consonância com o seguinte indicador da vertente, não abordam uma proposta educacional ampla, somente requisitos biológicos.

Em contrapartida, vemos o relato de Onze-horas, ao retratar uma proposta realizada de contação de história do livro "Heitor e sua boneca bebê"[31], da autoria de Leandro Antunes, em seu grupo: "a leitura do livro citado acima foi espetacular, pois as crianças ouviram atentas a continuidade da história do menino que brincava com boneca" (Onze-horas, 2023). Ao propor esse momento com suas crianças, Onze-horas está realizando um trabalho crítico, reflexivo e respeitoso, em consonância com a vertente emancipatória e os seguintes indicadores: Educação Sexual crítica e reflexiva, que tenha como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro; Educação Sexual que desenvolva a autonomia e a humanização dos saberes e fazeres pedagógicos no cotidiano escolar; que liberta e emancipa o sujeito das presas do autoritarismo e de uma visão hegemônica.

Ao retomar o quadro, notamos que predominou a vertente emancipatória, sinalizada na cor roxa, remetendo à ideia de que muitos/as professores/as estão representando "[...] um possível movimento de transição paradigmática, um reflexo da busca da uma mudança de visão de mundo que ainda não está sedimentada" (Yared, 2016, p. 320). Como vemos em Manacá, quando nos relata a "situação em que duas crianças fazem brincadeiras sexuais. No momento, chamamos as crianças para realizar outras atividades com o grupo. Num outro momento, conversamos em grupo sobre o corpo, o que são partes íntimas, quem pode tocá-las e em quais situações" (Manacá, 2023).

Essas atitudes demonstram o quanto Manacá teve um olhar sensível e respeitoso para com as crianças, propondo um diálogo sobre o acontecimento com todo o grupo, de modo a promover uma educação que trata a sexualidade com criticidade e humanização, trilhando o caminho da emancipação do sujeito.

Constato que na análise dos dois quadros deste bloco predominou a vertente pedagógica emancipatória da Educação Sexual, o que nos traz esperança de que o modo repressor de educação esteja passando por uma superação, em passos lentos, mas está acontecendo. Os relatos das vivências que foram representados pela cor roxa estão respeitando direitos dispostos pela DDSDHU/WAS, como por exemplo: 1. O Direito à igualdade e a não discriminação; 2.

[31]O livro conta a história de Heitor, um menino de cinco anos de idade, que adora brincar com seus amigos, seja na rua ou na escola. Mas também gosta de se divertir em seu quarto com bonecos super-heróis e com a sua boneca bebê. É uma história que aborda e defende a concepção de uma infância livre de preconceitos, a liberdade de escolha das crianças e que elas podem brincar com todo e qualquer brinquedo sem medo ou distinção de gênero. (Link para aquisição da obra: https://www.papelariakobrasol.com.br/livros/literatura-infantil/heitor-e-sua-boneca-bebe-leandro-antunes).

O Direito à vida, liberdade e segurança pessoal; 3. O direito à autonomia e integridade corporal; 5. O direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção; 6. O direito à privacidade; 9. O direito à informação; 10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora; 13. O direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão.

A seguir, dou continuidade à análise das entrevistas com os/as docentes desta pesquisa, apresentando as percepções deles/as sobre a Educação Sexual, vivenciada em sua sala referência, focando especificamente em sua atuação nos grupos de trabalho.

5.7 BLOCO EDUCAÇÃO SEXUAL NA SALA REFERÊNCIA

Antes de iniciar as análises sobre a Educação Sexual que está acontecendo na sala referência de cada professor/a participante da pesquisa, esclarecemos que,

> Numa sala de aula, ou em qualquer outro espaço educativo, o(a) professor(a) educa sexualmente, quando, por exemplo, emite uma opinião sobre um assunto relativo à temática, pela maneira de se vestir, de agir e reagir, ou até mesmo ao se omitir sobre questões relativas à sexualidade nos diferentes momentos em que essas manifestações são explicitadas nos espaços educativos ou fora deles. (Carvalho, G. M. D. de *et al.*, 2012, p. 21).

Isto reforça, assim, que nós professores/as educamos sexualmente o tempo todo, queiramos ou não, saibamos ou não. Com isso, seguimos com a apresentação do Quadro 25, com as respostas dos/as docentes da questão 20, a qual instiga a reflexão sobre como compreendem a Educação Sexual em sua sala referência.

Quadro 23 – A Educação Sexual na sala referência

COMO VOCÊ COMPREENDE QUE É A EDUCAÇÃO SEXUAL NA SUA SALA REFERÊNCIA/COTIDIANO? DESCREVA-A.		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BEGÔNIA	Nós respeitamos a forma de brincar e opções das crianças, orientamos normalmente como organizamos a rotina, não tem imposição nem restrição. Se a criança quer brincar de boneca e escolher azul tudo bem, se a criança quer brincar de carrinho e escolher rosa tudo bem também.	2023
BROMÉLIA	Precisamos seguir nos atualizando nos métodos de como lidar, explicar para as crianças.	2023
FLOR DE MAIO	Como respondido na questão anterior, tento conversar de forma leve com eles, falando sobre a necessidade de seus órgãos e como devemos agir, quando algum adulto, que não seja pai ou mãe,	2023

	querem olhar suas partes íntimas. Que menino também pode vestir rosa, e que está tudo bem.	
LANTANA	Somente nos momentos de higiene.	2023
ESPONJINHA	Conversamos com as crianças, de acordo com o que trazem durante o dia a dia.	2023
HELICÔNIA	Ativa, pelo fato de nas propostas conter intencionalidade pedagógica a respeito deste tema.	2023
BOUGAINVILLE	A maioria das crianças da sala já era do NEIM, sendo assim já dividiam os banheiros com os colegas. Não estão se mostrando muito curiosos nesse período.	2023
ALAMANDA	É bem tranquila. Utilizamos de livros educativos para darmos as orientações de forma lúdica.	2023
MANACÁ	Procuro educar mostrando que somos seres diversos e que precisamos respeitar e validar essa diversidade. Também alertar sobre as armadilhas da mídia, mostrar que somos livres para fazermos nossas próprias escolhas de acordo com nossas preferências, gostos, sentimentos, assim nos respeitando. Mostrar que todos sentimos tristeza, raiva, alegria, medo... E esses sentimentos são acolhidos, permitidos, isso faz parte da nossa natureza. Orientar sobre respeitar o próprio corpo e o corpo do outro.	2023
ONZE-HORAS	Desenvolvi diálogo na roda de conversa sobre o respeito ao corpo do outro. Quem deve ajudar no banho ou ao passar uma pomada ou remédio. Todos temos partes íntimas e devemos dizer não ao serem tocadas.	2023
ORQUÍDEA	Quando as crianças aparecem com dúvidas é explicado na grande roda.	2023
CAMÉLIA	Tentamos esclarecer dúvidas das crianças, sem prejudicar o que cada família acredita.	2023
JACARANDÁ	As crianças ainda são bem pequenas nas minhas salas de atuação, são orientadas somente com os cuidados com seu corpo. Se aparecer alguma curiosidade, respondemos.	2023
IPÊ	A idade que trabalho não compreendem sobre o assunto.	2023
CALIANDRA	Troca de experiências a respeito do assunto.	2023
LÍRIO	São crianças bem pequenas.	2023

LEGENDA				
Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

No quadro acima, percebemos ainda algumas falas sinalizadas na cor azul, as quais representam a vertente biológica-reprodutivista, como é o caso de Lantana, quando afirma que a Educação Sexual acontece “somente nos momentos de higiene” (Lantana, 2023).

Bougainville segue a mesma linha de compreensão, ao relatar que “a maioria das crianças da sala já era do NEIM, sendo assim já dividiam os banheiros com os colegas. Não estão se mostrando muito curiosos nesse período” (Bougainville, 2023). Ambas demonstram ter alguns vieses reducionistas da Educação Sexual, seguindo a concepção higienista e biologista da vertente, ao entender que só acontece quando a criança está no banheiro, ou seja, no momento de higiene dos seus órgãos genitais, e/ou quando estão fazendo suas necessidades fisiológicas, corroborando ao que Nunes nos alerta sobre essa concepção, de que “nesta visão, a educação sexual deveria fundar-se em noções de higiene e procriação, noções sobre novas formas da higiene corporal, e até da higiene sexual” (Nunes, 1996, p. 143).

Mas notamos também algumas respostas que foram identificadas como vertente pedagógica normativo-institucional, destacadas com a cor verde, as quais trazem a ideia de que é preciso ter idade “certa” para se fazer um trabalho intencional de Educação Sexual, como ficou evidente nas falas de Ipê: “a idade que trabalho não compreendem sobre o assunto” (Ipê, 2023) e de Lírio: “São crianças bem pequenas”. (Lírio, 2023).

Acreditar que bebês e crianças bem pequenas não necessitam de um trabalho pedagógico pensado para a temática da sexualidade é perpetuar o viés conservador representante dessa vertente, de acordo com Nunes e Silva (2006, p. 127) “achar que não se deve dar uma educação sexual explícita para a criança, sob o preconceituoso pretexto de que ela nada recebe ou nenhuma informação deveria despertar precocemente seu saber configura, no mínimo, uma atitude ingênua”. Para os autores, ao negar esse direito para as crianças, continuamos fazendo uma Educação Sexual de viés repressor e reprodutora dos papéis sexuais dominantes para meninos e meninas, a partir dos critérios do patriarcalismo.

Ainda assim, evidenciamos que muitos/as professores/as estão conseguindo refletir sobre a importância do seu papel como educador/a atuante na Educação Infantil, pois ao observar o quadro, podemos identificar muitas respostas que visam uma Educação Sexual intencional, na perspectiva emancipatória. É um fato que nos faz acreditar que a transformação paradigmática está acontecendo mesmo que, em passos lentos. Relembro que, ao analisar o vivido por esses/as docentes, a grande maioria expressou que foi educada aos moldes de uma educação repressora e conservadora, mas várias de suas respostas demonstram que estão procurando se reeducar sexualmente, para melhor compreender que a sexualidade é uma dimensão inseparável do existir humano.

Nessa perspectiva, das muitas respostas sinalizadas na cor roxa, as quais representam a vertente emancipatória, destaco a fala de Manacá.

> Procuro educar mostrando que somos seres diversos e que precisamos respeitar e validar essa diversidade. Também alertar sobre as armadilhas da mídia, mostrar que somos livres para fazermos nossas próprias escolhas, de acordo com nossas preferências, gostos, sentimentos, assim nos respeitando. Mostrar que todos sentimos tristeza, raiva, alegria, medo... E esses sentimentos são acolhidos, permitidos, isso faz parte da nossa natureza. Orientar sobre respeitar o próprio corpo e o corpo do outro (Manacá, 2023, dados da pesquisa).

Ao descrever como a Educação Sexual que acontece na sua sala referência, Manacá nos presenteia com esse relato repleto de respeito pelas crianças, por seus sentimentos, suas escolhas, ou seja, demonstrando sua importância, buscando fazer uma educação pensando no desenvolvimento integral desse ser humano em formação. Corrobora, portanto, com os seguintes indicadores da vertente emancipatória: Educação Sexual crítica e reflexiva, que tenha como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro; Educação Sexual que desenvolva a autonomia e a humanização dos saberes e fazeres pedagógicos no cotidiano escolar; que oportunize o reconhecimento do seu corpo e da sua dimensão sexual; que liberta e emancipa o sujeito das presas do autoritarismo e de uma visão hegemônica.

Na sequência, seguimos com o quadro 26, com os registros de acontecimentos sobre a temática na sala referência.

Quadro 24 – Registros de acontecimentos sobre a temática na sala referência

REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO SOBRE A TEMÁTICA NO COTIDIANO DE SUA SALA REFERÊNCIA E COMO VOCÊ LIDOU COM A QUESTÃO.		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BEGÔNIA	Uma menina observou um menino, chegou numa conclusão e resolveu contar para ele, que ele era só corpo de menino, mas era menina. Ele veio aos gritos e choro, perguntar se era verdade, porque ele queria ser menina. E me perguntou: profe, mas eu tenho pênis, eu respondi “sim, você tem”. Ele falou “tá” e saiu correndo para brincar.	2023
BROMÉLIA	O mais frequente é a curiosidade em momentos de desfralde, monto propostas com bonecas e conto histórias relacionadas ao tema.	2023
FLOR DE MAIO	As crianças estavam no banheiro, mostrando suas partes íntimas umas para as outras e cheguei no momento, o mais comum que acontece. E apenas conversei, falando da importância de não fazer tal atitude com algum adulto.	2023
LANTANA	Não me recordo.	2023
ESPONJINHA	Tivemos esse ano a situação de namoro na sala entre um menino e uma menina e orientamos que entendemos a questão de se gostarem muito, mas criança não namora e eles são amigos e	2023

	devem ter atitudes de amigos e não de namoro como gente grande.	
HELICÔNIA	Meninos e meninas brincam com as mesmas coisas e brincadeiras.	2023
BOUGAINVILLE	Alguns meninos estavam mostrando suas partes íntimas, uns para os outros, conversei com eles a respeito das diferenças entre os órgãos genitais masculino e feminino. Li o Livro Pipo e Fifi, já explorando o abuso sexual.	2023
ALAMANDA	Idem ao 19.1.	2023
MANACÁ	Tenho uma criança que atualmente vive com a mãe e madrasta, ela é uma menina que gosta de vestir todos os tipos de roupas, as vezes usa calcinha, outras cuecas, às vezes vestido, às vezes roupas de super-heróis... Algumas crianças questionaram sobre ela usar cueca, outras estranharam quando falou que tinha duas mães. Levei um livro que mostrava diversas formações familiares, assim como diferentes culturas e expressões culturais. Cada criança falou sobre sua família, e apontava no livro qual se parecia com a família dela. Tivemos muitas conversas sobre diversidade e formas de se expressar. Por fim, hoje não estranham mais o fato de cada um usar roupas, conforme se sentem confortáveis e perceberam que família são as pessoas que se protegem e se gostam, independente da sua formação.	2023
ONZE-HORAS	Criança encostando nas partes íntimas de outro colega. Mediei com vídeo sobre tema e diálogo em roda.	2023
ORQUÍDEA	Crianças queriam saber sobre pênis.	2023
CAMÉLIA	Trabalhamos com as crianças sobre o corpo, higiene e aproveitamos para explicar sobre as partes íntimas e quem pode e não mexer.	2023
JACARANDÁ	Meninos falando que carros eram somente para meninos. Esclarecemos que todos poderiam utilizar os brinquedos, que eram para meninos e meninas, as bonecas, carros etc.	2023
IPÊ	Sem acontecimentos.	2023
CALIANDRA	Flagra entre duas crianças do mesmo sexo beijando na boca. Conversamos tranquilamente a respeito do ato, orientando-as.	2023
LÍRIO	Sem resposta.	2023

LEGENDA

Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Observando o quadro acima, ainda percebemos que algumas falas foram sinalizadas na cor verde, representando a vertente normativo-institucional, indicando que nelas os/as docentes demonstram em sua prática pedagógica, por um viés de uma concepção conservadora, como é

o caso de Ipê, quando nos relata “sem acontecimentos” (Ipê, 2023), acreditando que a Educação Sexual não acontece em sua sala referência. Nos deparamos com o relato de Begônia (2023), trazendo a seguinte narrativa:

> uma menina observou um menino, chegou numa conclusão e resolveu contar para ele que ele era só corpo de menino, mas era menina. Ele veio aos gritos e choro, perguntar se era verdade, porque ele queria ser menina. E me perguntou: profe, mas eu tenho pênis, eu respondi “sim, você tem”. Ele falou “tá” e saiu correndo para brincar. (Begônia, 2023, dados da pesquisa).

Percebemos aí que Begônia agiu de forma natural com a curiosidade e o dilema enfrentado pelas crianças naquela situação, contudo pelo fato de que a docente simplesmente respondeu os questionamentos do menino em poucas palavras, por ter observado toda aquela situação de formação de hipóteses tanto da menina quanto do menino, e não ter pensado em planejar uma proposta pedagógica mais detalhada, embasada em conhecimentos científicos com aquele grupo, faz com que a postura de Begônia se enquadre como vertente normativa-institucional, ou seja, aquela em que se baseia no “não-falar”. Considero que se desperdiçou uma grande oportunidade de iniciar um diálogo respeitoso com as crianças sobre sexualidade, focando no corpo humano, diferenças, sentimentos e afetividade, especialmente por ter sido uma necessidade que surgiu das próprias crianças.

Ao realizar o exercício de comparar os dois quadros deste bloco, encontramos uma contradição na fala de um/a determinado/a docente, que anteriormente, no quadro 26, teve sua resposta classificada na vertente biológica-reprodutivista. Todavia, ao relatar um acontecimento, demonstrou uma postura que se encaixa na vertente emancipatória. Acredito que esse fato se deve a visão equivocada de achar que não fazem Educação Sexual no seu cotidiano educativo, ou reduziu-a apenas aos banheiros.

Assim, Bougainville, ao ser questionada sobre a Educação Sexual na sua sala referência respondeu que “a maioria das crianças da sala já era do NEIM, sendo assim já dividiam os banheiros com os colegas, não estão se mostrando muito curiosos nesse período”, demonstrou uma visão reducionista, característica da vertente biologista-reprodutivista. Mas ao relatar um acontecimento em sua sala referência, a docente mostrou mudança de postura, ao responder que: “alguns meninos estavam mostrando suas partes íntimas, uns para os outros. Conversei com eles a respeito das diferenças entre os órgãos genitais masculino e feminino. Li o Livro Pipo e Fifi, já explorando o abuso sexual”.

Revelou nesta fala uma postura respeitosa e crítica com a situação observada entre as crianças, pois Bougainville planejou e realizou uma proposta em consonância com os indicadores de vertente emancipatória: Educação Sexual crítica e reflexiva, que tenha como

base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro; Educação Sexual que desenvolva a autonomia e a humanização dos saberes e fazeres pedagógicos no cotidiano escolar; que oportunize o reconhecimento do seu corpo e da sua dimensão sexual; direito ao conhecimento e autoconhecimento sexual.

Mas buscando desvelar perspectivas emancipatórias de Educação Sexual, notamos que o quadro 27 demonstra que grande parte dos relatos foram classificados na cor roxa, representando a vertente emancipatória, sendo esta uma constatação que nos faz acreditar que muitos/as docentes estão buscando refletir sobre suas práticas pedagógicas em relação a Educação Sexual e observando com respeito e atenção tudo aquilo que as crianças estão necessitando e demonstrando curiosidade sobre a temática. Como é o caso de Manacá (2023), ao relatar o seu olhar sensível a uma situação apresentada pelas crianças do seu grupo de atuação.

> Tenho uma criança que atualmente vive com a mãe e madrasta, ela é uma menina que gosta de vestir todos os tipos de roupas, as vezes usa calcinha, outras cuecas, as vezes vestido as vezes roupas de super-heróis... Algumas crianças questionaram sobre ela usar cueca, outras estranharam quando falou que tinha duas mães. Levei um livro que mostrava diversas formações familiares, assim como diferentes culturas e expressões culturais. Cada criança falou sobre sua família, e apontavam no livro qual se parecia com a família dela. Tivemos muitas conversas sobre diversidade e formas de se expressar. Por fim hoje não estranham mais o fato de cada um usar roupas conforme se sentem confortáveis e perceberam que família são as pessoas que se protegem e se gostam, independente da sua formação. (Manacá, 2023, dados da pesquisa).

Ao buscar um diálogo franco, crítico e respeitoso com as crianças e procurar conhecimentos científicos para embasar o seu discurso, Manacá fez um trabalho com bases no que Nunes e Silva (2006) defendem, ou seja,

> uma educação sexual emancipatória busca identificar os estereótipos sexuais e questionar seus fundamentos e representações. Visa educar para a compreensão significativa e igualitária da identidade de gênero, de modo a representar homens e mulheres, masculino e feminino, como formas psicohistóricas da condição humana, iguais em sua potencialidade de *hominização* e humanização e diferentes em suas expressões culturais, subjetivas e ontológicas. Ser homem e ser mulher seriam duas formas de ser a pessoa humana, de ser essencialmente humano, com características sociais e psicológicas distintas, a partir de identidades biológico-naturais diversas. (Nunes, Silva, 2006, p. 71 – grifo dos autores).

Além disso, Manacá e grande parte de seus/suas colegas de trabalho já realizaram práticas pedagógicas que estiveram alicerçadas em diversos direitos presentes na Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos Universais, tais como: 1. O Direito à igualdade e a não discriminação; 2. O Direito à autonomia e integridade corporal; 3. O Direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção; 6. O Direito à privacidade; 9. O Direito à informação; 10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora; 11. O direito

de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto; 13. O direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão.

Buscando dar sequência às análises, iniciamos, em seguida, a apresentação do bloco com as respostas dos/as docentes sobre sua formação docente continuada no tocante à temática da Educação Sexual.

5.8 BLOCO FORMAÇÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO SEXUAL

Inicio, neste bloco, a análise das questões respondidas pelas/os docentes relacionadas à formação continuada, a partir da temática Educação Sexual. Retomando a discussão sobre a formação continuada, relembramos que é prevista por lei, portanto, um direito dos profissionais de educação. Está definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996), em seu artigo 62, o qual estabelece a obrigatoriedade da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios em promover a formação continuada e capacitação de professores. “Dessa maneira, a formação continuada, além de uma obrigatoriedade prevista em legislação, constitui-se como momento de reflexão, conhecimento e ressignificação das práticas docentes” (Oliveira, 2021, p. 26).

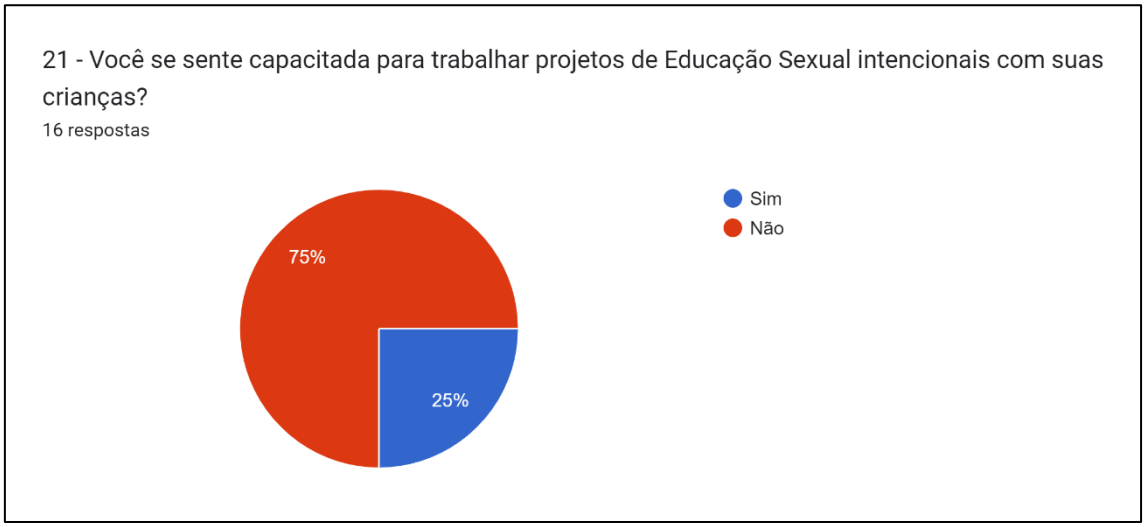
Como já sabemos, a pesquisa, que ora se apresenta, tem como *lócus* o NEIM Professora Sueli Gadotti Rodrigues, pertencente à Prefeitura Municipal de Florianópolis. Em conformidade com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2016), a PMF criou a Gerência de Formação Permanente, no ano de 2009, viabilizando a oferta de formação continuada para os seus servidores, “[...] com a intencionalidade de articular ações formativas para promover a valorização e a (re)orientação da prática educativa dos/das profissionais de educação” (Zanela; Barcelos; Machado, 2016, p. 50). Tem a finalidade de elaborar formações como cursos, estágios, pesquisa, extensão e Educação à Distância. Deste modo, a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis

> [...] tem a responsabilidade de oferecer formação continuada, considerando a sua atribuição de propor políticas públicas que orientem e garantam a organicidade do trabalho educacional do município, tendo também a incumbência, como sistema de ensino, de efetivar as determinações legais definidas na esfera nacional. Sendo assim, a proposta de formação continuada se concretiza no diálogo, que não ignora as deliberações no plano macroeducacional, mas também contempla especificidades das unidades. (Zanela; Barcelos; Machado, 2016, p. 51).

Ainda de acordo com o referido documento, as propostas visam realizar ações formativas como o intuito de que os/as professores/as se percebam como protagonistas nesse processo, por meio de modalidades como: congressos, cursos, oficinas, seminários, palestras e grupos de trabalho, tendo como objetivo combinar momentos presenciais para estudos teóricos e socialização das práticas, mesclando com momentos virtuais, assim sendo "[...] são fomentadas a discussão, a análise de materiais produzidos e a elaboração de propostas que subsidiem a efetivação de uma prática pedagógica desafiadora" (Zanela; Barcelos; Machado, 2016, p. 51).

A seguir, apresentamos o Gráfico 13 que mostra a resposta dos/as docentes à questão que investiga se eles/as sentem-se preparados/as para trabalhar com projetos de Educação Sexual intencionais, em seus grupos de atuação.

Gráfico 13 – Você se sente capacitada para trabalhar com projetos de Educação Sexual intencional com suas crianças?



Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024), com o apoio do Google Forms.

De acordo com o gráfico, constatamos que dos 16 docentes participantes da pesquisa, 75% deles demonstram não estar preparados para trabalhar com esses projetos intencionais de Educação Sexual, equivalente a um total de 12 professores/as. E 25% afirmaram que se sentem preparados para desempenhar a tarefa, o que totaliza 4 professores/as. Portanto, é possível reconhecermos que a maioria dos profissionais da educação não considera que esteja apta para realizar um trabalho intencional de Educação Sexual, fato este que vai na contramão do que aqui já afirmamos e reafirmamos, pois parece que não se dá conta que essa educação sempre acontece nas relações sociais, principalmente no cotidiano educativo. Contudo, é compreensível já que muitas vezes, o educador "[...] não tem sabido, ou não aprendeu a ensinar sobre o assunto.

Na maioria dos casos, ele carrega consigo insegurança, dúvidas, desconhecimento, medos e tabus, frutos de sua própria história e de sua precária Educação Sexual.” (Figueiró, 2014, p. 108).

Na sequência, exploro as respostas que têm a função de ofertar um aprofundamento da questão do Gráfico 13, pois os/as docentes detalharam os motivos pelos quais se sentem ou não preparadas para trabalhar intencionalmente com Educação Sexual.

Quadro 25 – Se a resposta for “sim”, dê exemplos de algumas práticas pedagógicas que você já utilizou?

SE A RESPOSTA FOR “SIM”, DÊ EXEMPLOS DE ALGUMAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE VOCÊ JÁ UTILIZOU?		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BROMÉLIA	Contação de história, sobre desfralde e como respeitar o corpo de todos.	2023
ESPONJINHA	Sou muito de conversar com as crianças, questionando-as sobre seus sentimentos e atitudes, e vamos trazendo para o universo real. Ação, reação e consequência, deixando o que considero possível para a idade decidirem. Converso com as famílias para saber como o assunto possa ter surgido e como pensam. Um trabalho em conjunto com a família.	2023
HELICÔNIA	Nas brincadeiras, onde meninos e meninas podem brincar das mesmas coisas.	2023
MANACÁ	Estou sempre atenta às brincadeiras das crianças. Quando as representações sociais se apresentam de maneira preconceituosa, determinando papéis de menina ou menino, procuro, quando viável, entrar na brincadeira, mostrando que não existem situações, trabalhos e coisas pré-determinadas para meninos ou meninas, que todos são capazes de executar qualquer tarefa, sempre pedindo permissão antes de tocar no corpo da criança.	2023

LEGENDA				
Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Ao analisar o quadro, evidenciamos que os/as docentes que afirmaram sentirem-se preparados/as para realizar um trabalho intencional de Educação Sexual trouxeram exemplos de práticas pedagógicas que caminham pelas trilhas da vertente pedagógica emancipatória, representadas na cor roxa. Os/as quatro docentes demonstraram posturas abertas ao diálogo, ao respeito aos sentimentos, buscando responder as curiosidades apresentadas pelas crianças com

clareza e por meio de planejamentos de propostas pedagógicas, e até mesmo mantendo uma conversa franca com as famílias sobre a temática, como na fala de Esponjinha (2023) ao trazer o seguinte relato:

> sou muito de conversar com as crianças, questionando-as sobre seus sentimentos e atitudes e vamos trazendo para o universo real. Ação, reação e consequência, deixando o que considero possível para a idade decidirem. Converso com as famílias para saber como o assunto possa ter surgido e como pensam. Um trabalho em conjunto com a família. (Esponjinha, 2023, dados da pesquisa).

A partir da ação pedagógica descrita por Esponjinha, evidenciamos que sua intencionalidade está em consonância com alguns indicadores da vertente emancipatória: Educação Sexual crítica e reflexiva, que tenha como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro; Educação Sexual que desenvolva a autonomia e a humanização dos saberes e fazeres pedagógicos no cotidiano escolar; que oportunize o reconhecimento do seu corpo e da sua dimensão sexual; direito ao conhecimento e autoconhecimento sexual.

Caminhando na direção do que prega a DDSDHU/WAS, no que tange aos direitos: 9. O direito à informação e 10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora, percebemos que os/as docentes que relataram práticas na perspectiva emancipatória estão agindo de acordo com o que pregam os documentos que norteiam a Educação Infantil, ou seja, suas propostas pedagógicas acontecem de modo a respeitar a criança como sujeito de direitos, objetivando o seu desenvolvimento de forma integral, incluída aí a dimensão da sexualidade. Portanto, é essencial que "[...] os professores de creches e da educação infantil também devem estar preparados para lidar de maneira adequada com o tema, principalmente porque são comuns às manifestações sexuais dos alunos no ambiente da creche" (Bortolozzi; Spiziani, 2010, p. 70-71).

Como pontua Figueiró (2014), os/as professores precisam manter uma prática reflexiva em relação ao seu papel como educador/a, de modo a planejar ações pedagógicas intencionais emancipatórias, colocando-as em prática, avaliando-as e reavaliando-as em um fluxo contínuo, pois somente "o exercício de prática reflexiva conduz ao aprimoramento da prática, assim como da competência pedagógica do professor" (Figueiró, 2014, p. 113). Com tudo isso, afirmamos a importância do/a professor/a em observar e perceber as necessidades apresentadas pelas crianças, para que assim busquem refletir e pesquisar meios de se fazer um trabalho pedagógico intencional de Educação Sexual, com base no que as crianças demonstram curiosidades ou tragam como problemáticas.

Na mesma linha de pensamento, Nunes e Silva (2006) defendem que para acontecer uma Educação Sexual intencional emancipatória é preciso que a instituição educativa, como um todo, assuma-a como uma dimensão básica de um processo humano e educativo, de tal modo que não sustentemos "uma intervenção emancipatória sobre as crianças se não tivermos uma atitude de coerência entre nossas palavras e nossas ações" (Nunes; Silva, 2006, p. 126), sustentando a ideia de que um projeto de Educação Sexual intencional precisa acontecer em conjunto com professores, instituição educativa e família, todos em colaboração para fazer um trabalho na perspectiva emancipatória.

Essa união de esforços é essencial para garantir uma Educação Sexual emancipatória e intencional, onde as ações pedagógicas dos/as docentes estejam alinhadas em busca de uma educação crítica, esclarecedora e reflexiva. Portanto, vemos que é crucial o compromisso de todos/as profissionais de educação envolvidos no coletivo da instituição educativa responsáveis pelo ato de cuidar e educar para a efetividade de um projeto pedagógico que atenda de forma adequada e respeitosa às demandas das crianças.

A seguir, apresento o Quadro 28 com as respostas dos/as professores/as explicando o motivo de não se sentirem preparados/as para trabalhar com a temática com seus grupos de atuação.

Quadro 26 – Se a resposta for "não", explique o porquê:

SE A RESPOSTA FOR "NÃO", EXPLIQUE O PORQUÊ:		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BEGÔNIA	Preciso me apropriar mais sobre o tema para saber se existe "coisas" que preciso desconstruir, até para estar mais atenta nas abordagens e reflexões.	2023
FLOR DE MAIO	Acredito que necessito de mais estudos sobre o tema para saber como lidar com a situação e o que dizer no momento.	2023
LANTANA	Acho que as famílias não compreenderão.	2023
BOUGAINVILLE	Precisamos estudar mais as formas como abordar tal assunto.	2023
ALAMANDA	Gostaria de mais informações sobre como debater isso com os pais. Com as crianças utilizamos materiais lúdicos, mas muitos pais não sabem como lidar com o assunto, o que torna tudo mais delicado.	2023
ONZE-HORAS	Formação e orientação sobre as abordagens.	2023
ORQUÍDEA	Porque acho que deveria ter mais formação.	2023
CAMÉLIA	Penso que o profissional que trabalha este assunto precisa estar muito bem-preparado.	2023
JACARANDÁ	Necessitaria fazer uma pesquisa de acordo com a faixa etária, para buscar temáticas adequadas.	2023
IPÊ	Porque me sinto desconfortável.	2023

CALIANDRA	Falta de estratégias para abordar o assunto.	2023
LÍRIO	Acredito que teríamos que ter uma formação sobre o assunto.	2023

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Ao analisar o quadro acima, decidimos não destacar as cores das vertentes, já que neste caso, os/as docentes estão apontando aquilo que sentem de falta ou necessidade na sua constituição como professor/a para atuar pedagogicamente de maneira intencional com a Educação Sexual. Além disso, as demandas que por ora ofertam estão intrinsecamente entrelaçadas com os relatos anteriores.

Notamos que a maioria dos/as docentes afirma não se sentir preparada, pois precisa de mais conhecimento sobre a temática, fato que nos faz concluir que existe uma grande falta de formação, assim como pontua Bortolozzi (2022, p.10), ao dizer que "acreditamos que os/as educadores/as são bem-intencionados/as ao tratar da sexualidade, mas ainda há lacunas na sua formação que dificultam seu envolvimento de modo adequado nessa tarefa".

Percebemos nas falas dos/as participantes que há um reconhecimento nessa falta de formação, o que acaba deixando-os inseguros para tratar com clareza a temática, como vemos nas seguintes respostas: "acredito que necessito de mais estudos sobre o tema para saber como lidar com a situação e o que dizer no momento" (Flor de Maio, 2023); "precisamos estudar mais as formas como abordar tal assunto" (Bougainville, 2023); "porque acho que deveria ter mais formação" (Orquídea, 2023); "acredito que teríamos que ter uma formação sobre o assunto" (Lírio, 2023). Todos/as demonstram necessidade de formação e mais conhecimento, o que nos leva a concordar com Figueiró, quando a autora constata: "vejo que nosso sistema educacional tem muito a fazer em termos de sensibilizar os professores para a Educação Sexual" (Figueiró, 2014, p. 334).

É importante atentarmos para uma resposta em específico, de Ipê, ao afirmar que não se sente preparada "porque me sinto desconfortável" (Ipê, 2023). Esta resposta recai no que já discutimos anteriormente, que tem relação à Educação Sexual vivenciada ao longo da sua vida, de modo a reforçarmos que é preciso estarmos em constante reflexão sobre o nosso papel como professor/a, com o intuito de compreender se a educação que recebemos foi em moldes repressores e refletir se é isso que buscamos para as nossas práticas docentes, ou se desejamos uma transformação nessa relação social com o outro. Se defendemos uma educação baseada no cuidar e no educar a criança, considerando-a um sujeito de direitos, a nossa função, então, é propor ações que viabilizem humanizar, respeitar e contribuir para o desenvolvimento integral da criança, já que "nem sempre somos conscientes de nossa influência sobre a educação sexual

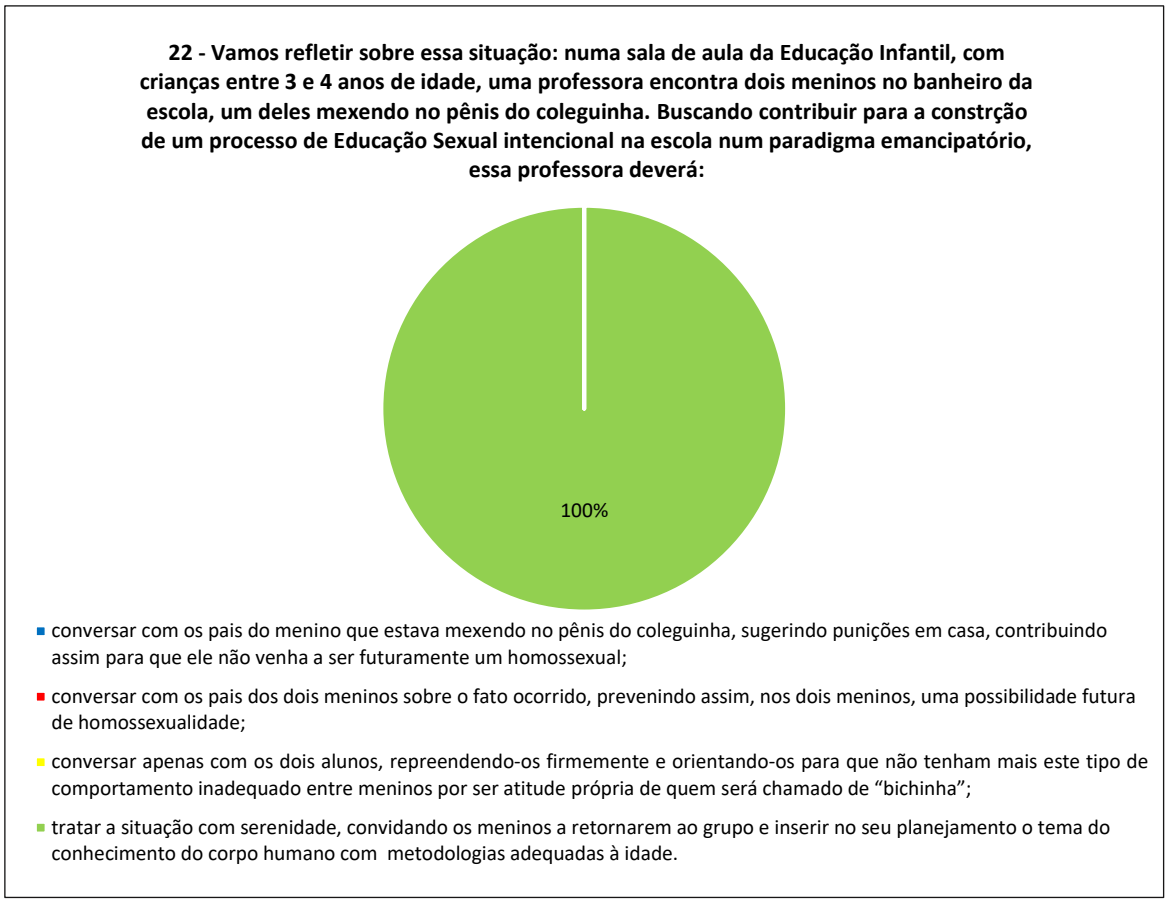
das pessoas, mas esse tipo de educação vai existir desde o nascimento até a morte" (Bortolozzi, 2022, p. 14).

Continuando com a análise e o diagnóstico dos/as docentes participantes em relação às suas necessidades diante de uma formação continuada em prol de uma Educação Sexual intencional e emancipatória, seguimos com o bloco que abrange um exercício de compreensão sobre um acontecimento hipotético no cotidiano educativo, trazendo as respostas de como cada professor/a reagiria pedagogicamente diante da situação.

5.9 BLOCO EXERCÍCIO DE COMPREENSÃO/ LEVANTAMENTO DE POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

A seguir, apresento o Gráfico 14, com as respostas dos/as 16 professores/as participantes da pesquisa, demonstrando como cada um/a agiria diante da situação hipotética apresentada no enunciado da questão de múltipla escolha abaixo:

Gráfico 14 – Reflexão sobre uma situação



Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Constatamos com profunda satisfação que, ao observar o gráfico, todos/as os/as docentes optaram pela mesma alternativa ao reagirem à situação apresentada, quando respondem à questão, somando um total de 100% dos/as profissionais pesquisados/as. A opção escolhida, “tratar a situação com serenidade, convidando os meninos a retornarem ao grupo e inserir no seu planejamento o tema do conhecimento do corpo humano com metodologias adequadas à idade”, demonstra que esse coletivo de professores/as agiria em consonância com a vertente emancipatória, ao pensar em planejar e ofertar conhecimento científico e esclarecedor para as crianças sobre a temática, considerando que

> os educadores que evitam abordar a discussão sobre a sexualidade infantil, que não buscam informações para seu aperfeiçoamento e que nada desenvolvem para adquirir uma habilidade didática para trabalhar o assunto estão radicados na omissão e na irresponsabilidade, pois o descurar da sexualidade significa abdicar da educação integral da criança, tão reclamada por todos os educadores tidos como progressistas e que possuam alguma dimensão de responsabilidade ética sobre sua função social e educacional. (Nunes; Silva, 2006, p. 118).

Entendo que o papel do professor de Educação Infantil tem como um dos pontos de partida a observação das necessidades demandadas pelas crianças, de modo que necessitamos buscar estratégias para ampliar os seus repertórios, com conhecimentos científicos, para então contribuir no desenvolvimento integral das crianças, incluindo a dimensão sexual.

Para melhor compreensão, apresento o Quadro 29, com as justificativas das participantes para a questão explicitada no gráfico:

Quadro 27 – Justifique a sua resposta da pergunta anterior

JUSTIFIQUE A SUA RESPOSTA DA PERGUNTA ANTERIOR:		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BEGÔNIA	Quando algo é identificado converso com a supervisora sobre possíveis abordagens e propostas.	2023
BROMÉLIA	A curiosidade das crianças é normal, e devemos ensinar da melhor maneira sem traumatizar as crianças.	2023
FLOR DE MAIO	Se levar o assunto para os pais de uma forma que seja imoral, aquele momento que, para essas crianças, foi prazeroso pode se transformar em tristeza. Esses pais podem reagirem de forma ignorante, assim não estarei contribuindo em nada na educação daquelas crianças.	2023
LANTANA	Acho que quando isso acontece deve ser tratado de forma tranquila, explicar que não devemos mexer no corpo do outro sem autorização, e que é normal ficar curioso.	2023
ESPONJINHA	Olharia e pediria para não mexer no amigo, pois cada criança mexe no seu corpo. Perguntaria o que o levou a mexer no amigo,	2023

	se o pinto dele não seria igual do amigo e ali mesmo já iria "pesquisar" o motivo que o levou a mexer no amigo. Depois realizaria um trabalho na turma com todas as crianças, caso se observasse maior interesse no grupo, pois poderia ser apenas uma questão naquele momento que a criança gostaria de saber.	
HELICÔNIA	Nesta situação, devemos trabalhar o que as crianças estão procurando, trazendo o tema e expondo a biologia.	2023
BOUGAINVILLE	É natural que as crianças, quando estão conhecendo seu corpo, tenha curiosidade.	2023
ALAMANDA	Creio que a professora fez muito bem, pois o autoconhecimento do corpo é a primeira etapa para uma boa educação sexual.	2023
MANACÁ	As crianças estão em processo de descoberta do corpo, então quando a criança apresenta essa curiosidade o melhor a fazer é apresentar respostas às suas questões.	
ONZE-HORAS	A sugestão do item acima nos exemplifica como iniciar a intervenção e a orientação, mas com a necessidade de um acompanhamento com a supervisão para novas ideias.	2023
ORQUÍDEA	Acho que a prefeitura deveria dar formações a respeito.	2023
CAMÉLIA	Acredito que nesta faixa etária as crianças estão se descobrindo, penso que nosso papel é falar sobre o assunto para torná-lo algo sútil. E também orientar a família para que não sejam severos e sim orientar as crianças nesse processo.	2023
JACARANDÁ	Faria pesquisa e um planejamento explicando as diferenças do corpo de meninos e meninas, contextualizado por livros, músicas e bonecos, reforçando que nosso corpo nos pertence, e a importância de cuidar dele através de higiene, também de somente adultos, como família, pai, mãe e outros de confiança poderem tocar.	2023
IPÊ	Acredito que o diálogo é a resposta para tudo.	2023
CALIANDRA	O toque nesse caso foi apenas um ato comum de entre crianças. Uma atitude curiosa e não maliciosa.	2023
LÍRIO	Seria a melhor forma pedagógica de inserir o assunto com as crianças.	2023

LEGENDA				
Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

De acordo com as respostas enunciadas acima, percebemos que todos/as os/as docentes trouxeram justificativas que caminham para o trilhar de uma Educação Sexual humanizada, crítica e esclarecedora, como prega a vertente emancipatória, sinalizada na cor roxa no quadro. Cada fala remete a uma tentativa de superação de paradigmas, de esforços para transformar o

contexto educacional marcado por vertentes repressoras e desumanizadas, dando lugar para uma educação que visa a emancipação do sujeito, logo "[...] uma educação emancipatória apreendida como verdadeira prática da liberdade ocorre por meio de processos educativos problematizadores e dialógicos com vistas à autonomia, emancipação e responsabilidade social e afetiva dos sujeitos" (Yared, 2016, p. 186).

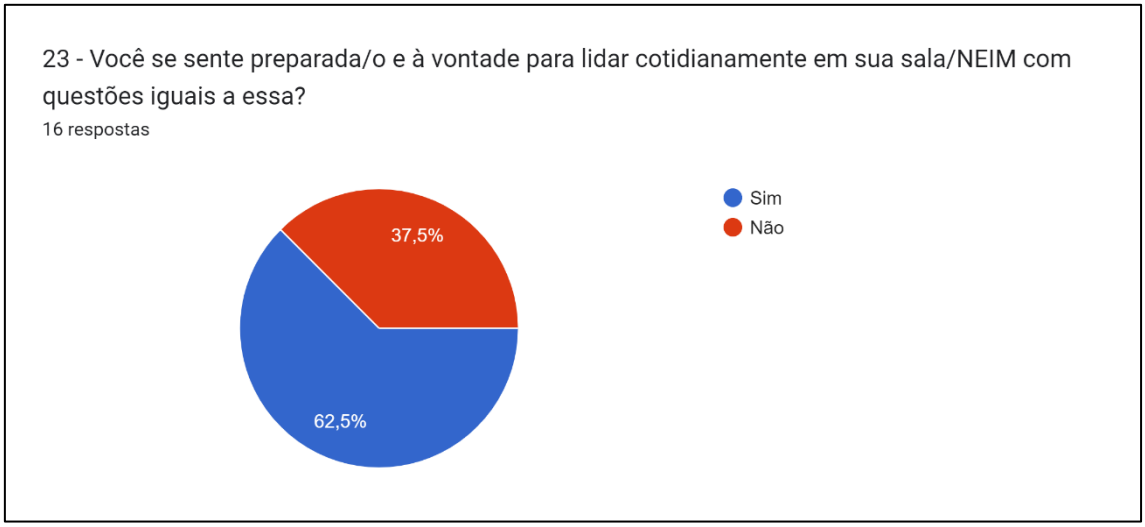
É nessa perspectiva que os relatos dos/as docentes se pautam nos indicadores da vertente emancipatória em que se propõe uma Educação Sexual crítica e reflexiva, que tenha como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro, que desenvolva a autonomia e a humanização dos saberes e fazeres pedagógicos no cotidiano escolar e que oportuniza o reconhecimento do seu corpo e da sua dimensão sexual. De modo a reafirmar e corroborar com a concepção da

> [...] sexualidade como dimensão inseparável do existir humano e a Educação Sexual como processo contínuo de diálogo intencional, numa perspectiva emancipatória, principalmente nas Escolas, valorizando o ser humano por inteiro, assim em um viés libertador de Educação. (Warken, 2018, p. 112).

Por conseguinte, evidenciamos que as respostas dos/as docentes refletem um compromisso com uma Educação Sexual que transcende práticas repressoras e desumanizadas, ao invés disso, buscando promover uma abordagem emancipatória e dialógica. Esse comprometimento com práticas pedagógicas intencionais é fundamental para o desenvolvimento de uma educação que valorize a autonomia, a humanização e a criticidade, reforçando a importância de reconhecer e valorizar a integralidade do sujeito, promovendo uma relação saudável e positiva com a sexualidade.

Levando adiante a compreensão dos/as participantes sobre suas práticas pedagógicas perante a temática, apresento o Gráfico 15 com as respostas para a questão que indaga se eles/as se sentem preparados/as para lidar cotidianamente com situações semelhantes à anteriormente exposta.

Gráfico 15 – Você se sente preparada/o e à vontade para lidar cotidianamente em sua sala/NEIM com questões iguais a essa?



Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Como vemos no Gráfico, ao questionar se os/as docentes se sentem preparados ou não para lidar com questões relacionadas à temática da sexualidade cotidianamente, a maioria respondeu que "sim". Eles sentem-se preparados/as para tais situações, totalizando 62,5%, equivalente a 10 professores/as; e um total de 37,5%, traduzindo-se em 6 professores/as que disseram "não" se sentir preparadas para tal acontecimento. Esse resultado nos faz refletir sobre como os/as docentes estão na tentativa de mudança, mas que ainda se sentem inseguras na prática, visto que, por vezes, nas análises anteriores aqui já discutidas, eles/as demonstram relatos e visões emancipatórios muito bem delineados, e em outros momentos, expressam insegurança, timidez e falta de acesso à formação continuada na área. Por isso, ainda existe um longo caminho a ser trilhado na trajetória de uma Educação Sexual intencional, sendo assim "[...] imprescindível os seres humanos romperem com os mitos e tabus que cercam a sexualidade humana e com os processos de educação sexual ainda envolvidos em preconceitos provenientes das mais diversas instâncias sociais". (Kornatzki, 2013, p. 194).

Em seguida, exponho o Quadro 30 com as justificativas dos/as docentes que afirmaram se sentir preparados/as:

Quadro 28 - Se a resposta for "sim", com qual abordagem você trabalha?

SE A RESPOSTA FOR "SIM", COM QUAL ABORDAGEM VOCÊ TRABALHA?		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**

BEGÔNIA	Minha abordagem pode ser transdisciplinar? Ou tem que ser específica e direta? Quando pesquisamos sobre os seres do mar, no texto falava sobre a sexualidade das espécies, então as crianças sabem, por exemplo, que o cavalo marinho macho é que engravida e gera o filhote, como também o peixe palhaço, que é hermafrodita... Menino e menina.	2023
BROMÉLIA	Trabalho de forma lúdica e com naturalidade.	2023
LANTANA	Uma abordagem de conversa, escuta e observação.	2023
ESPONJINHA	Baseada em algumas formações, agiria com tranquilidade e transparência com as crianças. Minha abordagem é natural, pois entendo que a curiosidade existe e a criança está querendo se descobrir e conhecer.	2023
HELICÔNIA	Estudos de gênero.	2023
BOUGAINVILLE	Conversando com o grupo, de uma forma a não constranger as crianças em questão, colocando no planejamento trabalhar os corpos humanos.	2023
ALAMANDA	Com livros lúdicos sobre sexualidade.	2023
MANACÁ	Trabalho acolhendo as demandas das crianças numa troca respeitosa baseada na empatia. Muitas vezes, tenho dúvidas, mas procuro pensar criticamente, principalmente durante o trabalho com as crianças.	2023
JACARANDÁ	Trabalharia inicialmente com pesquisas, buscando temática leve e adequada à idade, recorrendo a superiores para orientação.	2023
LÍRIO	Falaria que não é legal, ninguém pode mexer no corpo do outro amigo.	2023

LEGENDA

Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Podemos observar, no Quadro 30, que os relatos dos/as docentes seguem a perspectiva de uma Educação Sexual crítica e reflexiva baseada no diálogo respeitoso com as crianças, com vistas para o esclarecimento das suas dúvidas e curiosidades apresentadas, assim como afirma Manacá: “trabalho acolhendo as demandas das crianças numa troca respeitosa, baseada na empatia. Muitas vezes tenho dúvidas, mas procuro pensar criticamente principalmente durante o trabalho com as crianças” (Manacá, 2023), e Lantana, que traz “uma abordagem de conversa, escuta e observação” (Lantana, 2023). Ambas descrevem fazeres pedagógicos que corroboram com o indicador da vertente emancipatória, que defende uma Educação Sexual crítica e reflexiva, que tenha como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro.

Para que assim aconteça, esse trabalho pedagógico intencional e respeitoso com as crianças, necessitamos que haja um árduo e sistemático exercício de reflexão sobre nossas práticas docentes, pois [...] nosso fazer profissional depende em grande parte das construções de nossas próprias relações sociais serem livres de tabus, mitos e preconceitos, porém calcadas em atitudes responsáveis, éticas e socialmente justas (Pacheco, 2014, p. 52). O/a profissional da educação precisa, então, estar comprometido em buscar e propor mudanças em relação ao que prega o atual modo hegemônico e capitalista de viver em sociedade, permeado por desigualdades e desumanização, e trabalhar ativamente para concretizar essas transformações, ou seja, "a contribuição dos educadores e educadoras fundamentados/as numa proposta emancipatória de educação sexual poderá favorecer a busca da compreensão de que podem e devem construir relações humanas em prol do bem-estar individual e coletivo" (Kornatzki, 2013, p. 72).

Ao fazer a leitura de cada resposta dos/as participantes, nasce um sentimento de esperança de que projetos intencionais de Educação Sexual são possíveis de acontecer numa perspectiva emancipatória, pois grande parte dos/as docentes têm buscado uma prática permeada por diálogos críticos e amorosos, assim como demonstram refletir sobre suas práticas, procurando o aprimoramento profissional, por meio de formações continuadas e pesquisas.

A seguir, trago o Quadro 31, com as respostas dos/as participantes elencando os entraves existentes que atrapalham suas práticas pedagógicas relacionadas à temática.

Quadro 29 - Se a resposta for "não", descreva os entraves que atrapalharam suas práticas nesse sentido:

SE A RESPOSTA FOR "NÃO", DESCREVA OS ENTRAVES QUE ATRAPALHARAM SUAS PRÁTICAS NESSE SENTIDO:		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
FLOR DE MAIO	Como comentei ainda necessito de mais estudos para ter uma boa formação e me expressar corretamente, e levar em conta a complexidade de tratar o tema com as famílias.	2023
ONZE-HORAS	Procuraria orientação com supervisão e direção. Situações novas precisam de olhares e aconselhamentos, sempre buscando o respeito à infância.	2023
ORQUÍDEA	Falta conhecimento.	2023
CAMÉLIA	Preciso estudar mais sobre o tema.	2023
IPÊ	Desconforto.	2023
CALIANDRA	Falta de capacitação.	2023
LEGENDA		

Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Notamos nas respostas expostas acima que os/as docentes ainda trazem dificuldades e inseguranças, muitos/as delas/as justificam que sentem carência de conhecimento e formação continuada na área. Fato este constatado por pesquisas e estudos, como em Mary Neide Figueiró, que a partir de sua tese de doutorado (2001) e posteriores pesquisas, afirma que "a prática profissional do(a) educador(a) vem apontando a necessidade de que temas relacionados à sexualidade, mais especificamente, à educação sexual como um todo sejam inseridos na formação inicial, assim como na formação continuada (Figueiró, 2019, p. 74). A autora alerta sobre o pouco progresso nesse sentido de investimento em formações na área, e ainda arrisca dizer que, nos tempos atuais de movimentos conservadores, tem acontecido uma regressão nesse sentido. Tudo isso contribui para que cada vez menos a temática da Educação Sexual seja discutida e levada para o cotidiano educativo com leveza e clareza, favorecendo ainda mais práticas repressoras.

Percebemos a falta de formação e conhecimento nas seguintes falas: "como comentei, ainda necessito de mais estudos para ter uma boa formação e me expressar corretamente, e levar em conta a complexidade de tratar o tema com as famílias" (Flor de Maio, 2023); "falta conhecimento" (Orquídea, 2023); "preciso estudar mais sobre o tema" (Camélia, 2023); "falta de capacitação" (Caliandra, 2023). A partir dessas respostas, percebemos uma forte insegurança por parte dos/as respondentes em trabalhar com a Educação Sexual em seu cotidiano educativo. Levando-nos a compreender que realmente é urgente a formação continuada para professores de Educação Infantil, já que nessa etapa da educação existem ainda "[...] muitos mitos, tabus e preconceito que ainda impactam o cotidiano da Educação Infantil, fruto de muitas vertentes pedagógicas repressoras sobre a dimensão sexualidade que perpassaram e perpassam o ambiente escolar" (Antunes; Melo, 2023, p. 6).

Nessa linha de entendimento, vemos a resposta de Ipê, ao relatar que o seu maior entrave para trabalhar intencionalmente com Educação Sexual é o "desconforto" (Ipê, 2023), evidenciando os moldes repressores que possivelmente marcaram a sua educação ao longo da vida e frisando ser "[...] um equívoco, talvez insegurança, em acolher e trabalhar o tema por não ter clareza de que somos todos e todas sexuados, erotizados e sensualizados [...]" (Yared, 2016, p. 295).

Portanto, fazermos Educação Sexual nas escolas e, sobretudo, na Educação Infantil é algo desafiador, pois “muitos são os desafios a enfrentar, o que mostra que colocar em prática a educação sexual é tarefa bastante complexa, sobretudo nos tempos atuais” (Figueiró, 2019, p. 76). Como defende a autora, são tempos de retrocessos e conservadorismo. E para quebrarmos com essas práticas, além da necessidade do investimento em formações continuadas que discutam a temática na perspectiva emancipatória, precisamos de disposição dos/as docentes em refletir e repensar sua história de Educação Sexual e suas práticas educativas; necessitamos de uma reeducação sexual.

Para finalizar, dou continuidade nas análises do último bloco, que retrata as perspectivas dos/as participantes da pesquisa sobre as formações continuadas das quais já participaram e em relação às que almejam participar.

5.10 BLOCO FORMAÇÃO CONTINUADA: A REALIZADA E A DESEJADA

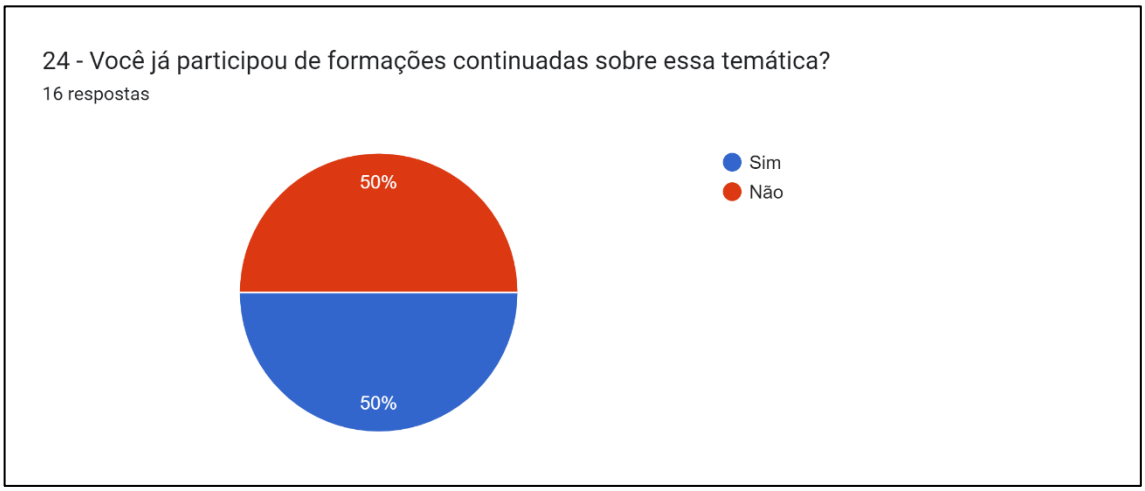
Sabemos que a formação continuada é um processo contínuo de desenvolvimento profissional, visando aperfeiçoamento e aprofundamento dos conhecimentos e práticas pedagógicas dos educadores ao longo de suas carreiras. De acordo com Figueiró (2014, p. 111, grifo da autora), “[...] formação continuada é a *reflexão* sobre a prática cotidiana, pelo professor [...]”. A autora ainda defende que, para além de ser uma ação que contribui para a constante formação do profissional de educação,

> a formação continuada dos professores deve ser encarada como uma prática social, assim como o ato de ensinar também o é. Deve ser desenvolvida dentro de uma perspectiva na qual o papel da escola seja concebido como o de formadora da pessoa para o exercício da cidadania (Figueiró, 2014, p. 109).

A formação continuada, então, é como um ato social, considerando que a partir desses processos formativos, professores e escolas, tomam consciência de sua responsabilidade em formar seres críticos, livres e reflexivos.

Em seguida, apresento o Gráfico 16, o qual traz o resultado dos/as respondentes, relatando se já participaram de formação continuada na temática da Educação Sexual.

Gráfico 16 – Você já participou de formações continuadas sobre essa temática?



Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Observando o gráfico, constatamos que dos/as 16 professores/as participantes, um total de 8 profissionais já participaram de formação continuada na temática, indicando um total de 50%; e 8 docentes ainda não participaram de formações com o tema aqui abordado, totalizando 50%. Notamos que o gráfico revelou um equilíbrio entre as respostas, apontando ainda a necessidade de ampliar a oferta de formação continuada sobre Educação Sexual.

Para melhor elucidar e compreender como essas formações aconteceram, propomos para os/as docentes que já participaram dessas formações detalhar como se deu, quem ofereceu, as temáticas abordadas e uma avaliação. Na sequência, no Quadro 32, explanamos os relatados.

Quadro 30 - Se a resposta for "sim", registre quais foram as formações? Quem as ofereceu? e quais as temáticas abordadas?

SE A RESPOSTA FOR "SIM", REGISTRE QUAIS FORAM AS FORMAÇÕES? QUEM AS OFERECEU? E QUAIS AS TEMÁTICAS ABORDADAS?		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BROMÉLIA	Educação sexual, a psicóloga da escola em que trabalhei.	2023
LANTANA	Formação no NEIM, não lembro o nome da formadora, mas era sobre educação sexual.	2023
ESPONJINHA	Não lembro exatamente! Mas em cursos extras e na pós-graduação.	2023
HELICÔNIA	Estudo de gênero, com Jimena Furlani.	2023
ALAMANDA	Formação feita pela supervisora Márcia, Doutora em educação sexual.	2023
MANACÁ	-Sensibilização para processos de Educação sexual emancipatória. - 2023 (FAED) Oficina de produção de estratégias metodológicas e pedagógicas no diálogo sobre Educação sexual emancipatória.	2023
ONZE-HORAS	ERER e gênero pela Rede Municipal de Florianópolis nesse ano.	2023

ORQUÍDEA	Marcia (NEIM Sueli Gadotti).			2023
LEGENDA				
Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

De acordo com o quadro acima, constatamos que algumas formações foram oferecidas e organizadas por profissionais da Rede Municipal de Florianópolis, na instituição educativa, com estudiosos da área, inclusive Doutores/as. Os professores apresentaram ter vivenciado também cursos realizados na FAED, em pós-graduação e em escolas, com profissional da área da psicologia.

Agora, passamos ao Quadro 33, que retrata a avaliação dos/as docentes em relação às formações das quais participaram.

Quadro 31 - Registre também qual sua avaliação sobre os cursos oferecidos: pontos positivos e pontos negativos e como poderiam ser melhores.

REGISTRE TAMBÉM QUAL SUA AVALIAÇÃO SOBRE OS CURSOS OFERECIDOS: PONTOS POSITIVOS E PONTOS NEGATIVOS E COMO PODERIAM SER MELHORES.		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BROMÉLIA	Acredito que sejam ótimos e necessários, mas os professores precisam estar com a mente aberta e não impor suas crenças às crianças.	2023
LANTANA	Não tenho opinião sobre isso.	2023
ESPONJINHA	Na época, foi o suficiente para puxar minha orelha sobre ser exagerada em algumas explicações e orientada a abordar com neutralidade.	2023
HELICÔNIA	Excelente formação.	2023
ALAMANDA	Muito positivo.	2023
MANACÁ	Os cursos foram muito esclarecedores e libertadores também. Positivos: ministrantes bem-preparados, informações acessíveis de linguagem fácil. Negativos: serem on-line. Melhoraria se fossem presenciais.	2023
ONZE-HORAS	Formação nas Unidades.	2023
ORQUÍDEA	Positivos: ter formadora na unidade; negativos: poucas formações sobre assunto.	2023
LEGENDA		

Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

A partir das avaliações descritas acima, percebemos a importância que a participação em cursos de formação continuada na temática da Educação Sexual tem na vida profissional docente. Tendo em vista que alguns/algumas professores/as relatam como o acesso a esse conhecimento os/as fez refletir e repensar suas práticas. Como vemos em Bromélia, quando afirma que "[...] os professores precisam estar com a mente aberta e não impor suas crenças às crianças" (Bromélia, 2023); em Esponjinha "na época, foi o suficiente para puxar minha orelha sobre ser exagerada em algumas explicações e orientada a abordar com neutralidade" (Esponjinha, 2023); e em Manacá, "os cursos foram muito esclarecedores e libertadores também" (Manacá, 2023). Estes/as professores/as demonstram que a sua participação nessas formações provocou mudanças e transformações em seus modos de pensar a temática, qualificando e trazendo compreensão em relação à importância da Educação Sexual, em suas práticas pedagógicas.

As declarações desses/as docentes enfatizam o quão essencial para o trabalho educativo é a oferta e o incentivo de formação continuada na temática da Educação Sexual, entendendo esse espaço como um momento de reflexão em relação às suas práticas e de compreensão da sua relação social com o outro no mundo, corroborando com Antunes e Melo (2023), quando afirmam que

> [...] as/os docentes envolvidos têm espaços vivos para refletirem sobre sua visão de mundo e nela, a sua compreensão sobre Educação Sexual, tanto aquela que receberam na família e nas escolas por onde passaram, bem como o processo pedagógico que vivenciam em seu cotidiano da Educação Infantil em relação à temática. (Antunes; Melo, 2023, p. 08).

Compreendo a relevância da formação continuada em Educação Sexual na perspectiva emancipatória, como um momento reflexivo fundamental para que os/as professores/as possam pensar e repensar suas práticas, garantindo que abordem uma Educação Sexual respeitosa e esclarecedora na busca de contribuir para que os/as educadores/as se sintam seguros e preparados para tratar sobre esses temas essenciais ao desenvolvimento integral das crianças.

Em seguida, apresento o Quadro 34, com as respostas dos/as docentes em relação aos conteúdos sobre Educação Sexual e como gostariam que fossem estruturados os cursos de formação continuada que desejam participar.

Quadro 32 - Quais conteúdos sobre o tema educação sexual e como gostaria que fossem estruturados os cursos que você gostaria de estudar em mais uma etapa de formação continuada?

QUAIS CONTEÚDOS SOBRE O TEMA EDUCAÇÃO SEXUAL E COMO GOSTARIA QUE FOSSEM ESTRUTURADOS OS CURSOS QUE VOCÊ GOSTARIA DE ESTUDAR EM MAIS UMA ETAPA DE FORMAÇÃO CONTINUADA?		
DOCENTES	**RESPOSTAS**	**ANO**
BEGÔNIA	Material e didática e abordagens.	2023
BROMÉLIA	Mais aprofundados para lidar com as crianças a partir dos 3 anos.	2023
FLOR DE MAIO	Gostaria que fossem abordados temas como a sexualidade está presente na infância, abordar as principais dificuldades em tratar do tema, dentro das unidades até chegar às famílias, trabalhar mais as políticas públicas voltadas para os direitos sexuais das crianças.	2023
LANTANA	Não tenho interesse nesse assunto.	
ESPONJINHA	Não saberia dizer. Mas todo ano deveria sim ser oferecido de uma forma interativa sobre as realidades enfrentadas no dia a dia. Para educação infantil, direcionada para eles. Para o fundamental, direcionado para esse público. Pois, entendo que são mediações diferentes, pois são épocas e amadurecimentos diferentes.	2023
HELICÔNIA	Abordagem nos anos iniciais.	2023
BOUGAINVILLE	Abordagem com as crianças pequenas!	2023
ALAMANDA	Gostaria de falar mais sobre essa abordagem com os pais que também precisam de orientação.	2023
MANACÁ	Forma de abordagem com as crianças e famílias sobre o tema.	2023
ONZE-HORAS	Abordagem e prática.	2023
ORQUÍDEA	Não saberia responder.	2023
CAMÉLIA	Cursos direcionados para professores de educação infantil, sobre como lidar com os assuntos e questionamentos relacionados ao tema.	2023
JACARANDÁ	Educação sexual na infância, forma de abordagem junto das famílias. Gostaria que trouxessem profissionais como psicólogos e outros.	2023
IPÊ	Educação sexual na educação infantil	2023
CALIANDRA	NÃO	
LÍRIO		

LEGENDA				
Vertente Pedagógica Biológica-Reprodutivista	Vertente Pedagógica Normativo-Institucional	Vertente Pedagógica Terapêutico-Descompressiva	Vertente Pedagógica Consumista Quantitativa Pós-Moderna	Vertente Pedagógica Emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS

Fonte: Elaborado pela autora, Machado (2024).

Nesse último quadro, finalizamos as análises com a riqueza de indicativos relacionados pelos/as docentes participantes desta pesquisa. Observando as respostas, podemos notar que

os/as docentes demonstram necessidade de conhecimento, vontade de aprimorar suas práticas pedagógicas e melhorar o seu trabalho educativo. Compreendo que a formação continuada é um momento fundamental de reflexão sobre o papel que exercem cotidianamente nas instituições educativas.

A maioria dos/as respondentes sinaliza o desejo de formações sobre Educação Sexual na Educação Infantil, assim reconhecendo que desde a mais tenra idade se educa sexualmente, tendo em vista que

> nem sempre somos conscientes de nossa influência sobre a educação sexual das pessoas, mas esse tipo de educação vai existir *desde o nascimento até a morte*. Aprendemos e ensinamos, por ações deliberadas ou não, sobre muitos conceitos relacionados à nossa sexualidade constantemente. (Bortolozzi, 2022, p. 14, grifos meus).

Portanto, esse coletivo de professores/as pesquisados/as ofertou pistas e demonstrou que desejam e necessitam de formação continuada na temática, indicando que compreendem a relevância de uma Educação Sexual que supere os moldes repressores, os quais muitos/as declararam ter recebido ao longo de suas vidas. Além de tudo, demonstram que estão comprometidos/as com a busca pelo conhecimento, logo, do aprimoramento e da qualificação do seu trabalho pedagógico, indo ao encontro do que defendem Melo e Pocovi.

> Se essa qualidade foi construída por um/a professor/a que, além de respeitar, aceitar e gostar de seus/suas alunos/as e do seu trabalho pedagógico, gosta de si mesmo/a e se conhece, tenta superar seus limites, medos e tabus, é aberto/a às mudanças, à revisão dos resquícios de uma educação sexual repressora e busca permanentemente compreender a complexidade da sexualidade humana, teremos, com certeza, um ambiente de educação sexual compreensiva. (Melo; Pocovi, 2002, p. 90).

Esse movimento de refletir e entender que o papel do professor tem uma função social de extrema importância na sociedade vigente, marcada por tantas desigualdades e extremamente desumanizadora. É mais do que nossa obrigação e nosso dever constantemente aprimorar e qualificar o nosso trabalho. Sendo assim, não é opção estagnar, nem parar no meio do caminho da nossa própria formação humana e docente.

Precisamos investir esforços e tempo na busca de conhecimento e de autoconhecimento. Para isso, planejar, observar, rever e replanejar nossas práticas, pois já nos dizia Paulo Freire, “sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e mobiliza. Sou professor a favor da boniteza da minha própria prática, boniteza que dela some se não cuido do saber que devo ensinar [...]” (2019, p. 100-101).

Ao findar essas etapas de investigação e seus movimentos, chego até esse momento com o sentimento paulofreireano de uma professora mobilizada pela esperança, na expectativa de

que podemos trabalhar uma educação na perspectiva emancipatória do ser, compreendendo-o em sua totalidade, nas diversas dimensões, incluída aí a sexual, que é do ser humano indissociável, de modo a educar para formar cidadãos livres e conscientes de seu papel no mundo. Nessa direção, parto agora para minhas considerações finais. Ou seriam indicadores de um recomeço?

6. VERDADES PROVISÓRIAS, BROTANDO NO FIM CAMINHADA

Ao finalizar esta pesquisa, sobretudo de trazer verdades que considero provisórias e não absolutas, pois todo estudo é passível de posteriores aprofundamentos e desdobramentos, trago então respostas para sanar as indagações iniciais, as quais me moveram e nortearam toda a minha trajetória nesta pesquisa.

Relembro que tratamos aqui de um estudo de caso com professores/as de Educação Infantil em uma unidade educativa pertencente à Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Para isso, utilizo como metodologia a análise documental – com documentos que regem a Educação Infantil, a Formação Continuada e a Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos Universais; faço o uso da ferramenta de um questionário para buscar a compreensão dos/as professores/as pesquisados/as na temática da Educação Sexual; e por fim, a análise de conteúdo, pautadas em Bardin (2016) e Triviños (2019), para analisar as respostas dos/as participantes.

O paradigma adotado para compreender e fundamentar este estudo foi o materialismo histórico-dialético, pois considera o conhecimento uma construção dialética entre os sujeitos e o mundo. Com base nesse princípio, emprego e o método dialético, entendendo que esse caminho é demarcado por um movimento dialético, compreendendo o mundo e os fenômenos sociais, a partir de suas transformações históricas, com a intenção de perceber e entender o movimento das coisas e suas contradições.

A **problemática** que impulsionou a pesquisa foi a seguinte: como professores/as de um NEIM compreendem a categoria da Educação Sexual e seus reflexos em suas práticas pedagógicas? Após toda a minuciosa análise dos 16 questionários respondidos, os quais resultaram em 10 blocos de análises, cabe a mim, enquanto pesquisadora, ao findar esta pesquisa, reafirmar que os/as docentes participantes trouxeram relatos corajosos, sinceros e repletos de particularidades, os quais tive o prazer e honra de analisar, e com isso, me possibilitou enxergar realidades únicas apresentadas, pelas quais se perceberam medos, anseios, movimentos de contradições e de evoluções, ao longo do tempo, e da vida de cada um/uma deles/as.

E, finalmente, a compreensão de Educação Sexual apresentada nas respostas dos/as participantes traz resquícios daquela educação familiar/escolar recebida no início de suas vidas, prevalecendo uma educação em moldes repressores, já que muitos/as apresentaram receios e incertezas, logo refletindo em suas práticas pedagógicas. Contudo, vislumbramos também

professores/as que estão na transição de paradigma, indicando que intencionalmente estão ofertando uma Educação Sexual na perspectiva emancipatória. Por último, constato que a grande maioria anseia por formação continuada na temática de modo a legitimar um trabalho educativo intencional e consciente da sua importância no desenvolvimento integral do educando.

Da problemática, emergiram os objetivos norteadores, relembrando o **objetivo geral** de contribuir com possibilidades de construção de processos de formação continuada de Educação Sexual Emancipatória, a partir da compreensão de professores/as de um NEIM sobre a categoria Educação Sexual e seus reflexos em suas práticas pedagógicas, e penso que foi alcançado, visto que o estudo resultou em inúmeras pistas e indicativos do que os/as docentes necessitam para realizar uma Educação Sexual emancipatória.

De igual modo, os três **objetivos específicos** da pesquisa foram contemplados. O primeiro deles foi o de fundamentar, com estudos teóricos-metodológicos, as categorias que norteiam a pesquisa, desvelando suas interfaces; a partir de uma minuciosa pesquisa pautada em diversos autores, as categorias Educação Sexual, Educação Sexual Emancipatória, Educação Infantil e Formação Continuada foram solidamente fundamentadas de maneira que vimos que todos estão interligados no âmbito educacional e na relevância da pesquisa. O segundo objetivo foi o de investigar como os/as professores/as de um NEIM compreendem a Educação Sexual e suas expressões em suas práticas pedagógicas. Com a aplicação dos questionários, podemos compreender os/as docentes, em relação ao que pensam e como atuam no cotidiano educativo em relação ao que tange à Educação Sexual. O terceiro e último objetivo foi o de realizar a análise do conteúdo do material obtido, buscando subsídios para processos e projetos emancipatórios de formação de professores/as; com base nas respostas ofertadas no preenchimento do questionário, realizei uma rigorosa análise, a qual resultou em indicativos para promoção de formações continuadas na área, partindo do que os/as docentes trouxeram como necessidades e anseios.

Para atingir os objetivos, tive que contextualizar minuciosamente a Educação Sexual, entendida em toda sua complexidade, como uma ação que acontece a todo momento, em espaços formais e/ou informais, sabendo ou não, querendo ou não. E para compreender como ela tem acontecido nos cotidianos educativos, reportei-me ao estudo de Nunes (1996), em que cunhou as vertentes pedagógicas de Educação Sexual, que são quatro vertentes repressoras e uma emancipatória, as quais serviram de indicadores para as análises dos questionários.

Cada bloco de análise resultou dos relatos dos/as professores/as, da beleza e da coragem desse jardim de flores, representando carinhosamente os/as docentes que se dispuseram a se

despir de suas inseguranças e medos, para corajosamente narrar fragmentos de suas histórias de vida, relatar vivências de seus cotidianos e destemidas. Mostraram o que pensam e como compreendem a Educação Sexual, sem se preocupar com os julgamentos. Enquanto pesquisadora e professora de Educação Infantil, coloco-me no mesmo lugar que as minhas colegas de profissão, de constante aprendente, nesse movimento dialético, de se construir nas relações com o outro no mundo e se reconstruir incessantemente. Somos seres inacabados, somos seres humanos, construindo-se dentro das contradições do que é viver, ensinando e aprendendo, errando e acertando. Ora tomados pelo medo, ora movidos pela coragem, mudando e transformando-se pelos dias afora.

E assim vejo toda essa trajetória da pesquisa, fez-me aprender, construir-me e me reconstruir a cada autor e autora lidos, a cada página escrita, a cada questionário recebido, a cada análise realizada. Vejo-me em muitas falas das minhas colegas, em muitas vivências de uma infância demarcada por moldes repressores de Educação Sexual, em inúmeras dúvidas, inseguranças e anseios relatados. Somos um coletivo e para isso precisamos unir forças e trabalhar para a superação de visões de mundo que desumanizam e segregam pessoas. Nosso papel é contribuir para a formação de cidadãos críticos e respeitosos, e isso precisa começar já na etapa inicial da Educação Básica, que é a Educação Infantil.

Como forma de rememorar cada gráfico e cada quadro que emergiram das respostas dos/as docentes pesquisadas, vemos o movimento de evolução ao longo dos blocos apresentados. Inicialmente, em especial, nos primeiros quadros, que tratavam da Educação Sexual recebida em suas famílias de origem e na escola em que frequentaram, classificamos com as cores que representavam as vertentes repressoras, como a vertente biológica-reprodutivista, que preponderou em muitas delas, demonstrando a visão fragmentada da sexualidade, entendida como força propulsora da reprodução.

O conservadorismo apresentado na vertente normativo-institucional também apareceu em muitos relatos. No entanto, no momento atual de suas vidas, tanto nas suas famílias quanto na instituição educativa, podemos notar uma tentativa de superação da repressão vivida. Isso indica que muitos/as docentes buscam fazer diferente daquilo que lhes foi ofertado, ultrapassando conservadorismos e inseguranças para proporcionar para seus filhos e educandos uma Educação Sexual baseada no diálogo crítico e reflexivo, no respeito e na humanização dos saberes.

Portanto, ao finalizar esta pesquisa, sinto uma profunda esperança como professora e pesquisadora. Ao longo desses dois anos de estudo, constatei que é possível superar a repressão que tem dominado e ainda domina a nossa educação brasileira.

> Há, contudo, um longo caminho a ser percorrido em busca da superação desses mitos e tabus e por isso é importante a mobilização dos professores e professoras da educação da infância, incluindo nessa trajetória seu comprometimento consciente e crítico com uma educação sexual emancipatória. Nesse processo, o conhecimento profundo dos Direitos Sexuais por esses/essas profissionais pode contribuir na construção de suas propostas pedagógicas intencionais de educação sexual na perspectiva da emancipação. (Kornatzki, 2013, p. 195).

Dessa forma, nossos professores e professoras precisam, e como evidenciado nestas páginas, anseiam por mais formações continuadas sobre a temática da Educação Sexual na Educação Infantil. Isso permitirá a sua reeducação sexual (Figueiró, 2018) e, concomitantemente, possibilitará a proposição de práticas pedagógicas intencionais de Educação Sexual, em uma perspectiva emancipatória, reconhecendo-a como um direito de todos/as.

Nesta compreensão, sinto que posso deixar aqui também algumas sugestões para os/as responsáveis pelas formações regulares e a continuada de professores/as tanto nos municípios, nos Estados e no nível federal. Primeiramente, a sugestão é uma verdade provisória que ficou bastante solidificada em minha caminhada e me fez, ao fim deste trabalho, me ver inclusive melhor como pessoa e professora. É o fato de que a dimensão sexualidade é inseparável do existir humano.

Então, parafraseando Paulo Feire (2022), quando afirma que ninguém educa ninguém, nós somos educados na relação, que é mediatizada pelo mundo, e complementando com a minha verdade provisória, acrescento que essas relações sociais entre as pessoas no mundo são inseparáveis de serem relações sexuadas. Por essa razão, portanto, sempre vemos Educação Sexual existindo entre as pessoas. O imprescindível é lutarmos para que seja em uma perspectiva de emancipação do ser, incluída aí a busca por construção de processos e projetos de Educação Sexual emancipatória, o mais coletivamente possível.

De acordo com Carvalho *et al* (2012), baseadas no conceito paulofreireano de uma “leitura crítica do mundo” para execução de projetos intencionais de Educação Sexual emancipatória, precisamos de um diagnóstico crítico da realidade, sendo este um exercício e uma contribuição reflexiva da realidade apresentada pela comunidade escolar. E nossa pesquisa aqui apresentada cumpriu essa missão de diagnosticar e contribuir com uma rica reflexão ofertada pelas minhas queridas colegas e companheiras de profissão, a quem agradeço sempre pela confiança, fraternidade e grandeza de dividir conosco os seus momentos vividos, inclusive com as suas contradições, que, assim como elas, também me coloquei e coloco no lugar e, como muitos/as de nós, queremos um mundo melhor, onde o ser humano seja respeitado, onde os

Direitos Humanos incluam também os Direitos Sexuais, porque não pode existir Direito Humano, se não for considerado assim também o Direito Sexual sendo sua parte.

Por fim, essa vontade de mudança que esses/as docentes nos deram de presente desafia os responsáveis por construir leis, currículos e formações regulares e continuadas para também ter essa coragem de avançar no caminho de tratar o ser humano com seus direitos, entendendo isso como uma visão de liberdade e democracia. Este é meu sonho, a minha esperança, como mãe e professora que sou. E que eu e todas as pessoas que se propõem a educar as nossas crianças, em vários lugares e níveis, possam fazê-lo, na direção de uma educação por um mundo mais livre, e que respeite o ser humano na sua inteireza.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Leandro. **Compreensão de docentes de Núcleos de Educação Infantil sobre Educação Sexual como subsídios a projetos de Formação Continuada.** Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, 2023.

ANTUNES, Leandro; MELO, Sonia Maria Martins de. Reflexões sobre a formação continuada de professoras/es e suas interfaces com a educação sexual no cotidiano da educação infantil. **Dialogia**, *[S. l.]*, n. 43, p. e23175, 2023. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/23175. Acesso em: 30 maio. 2024.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Grupo A, 2006. Disponível em: Minha Biblioteca.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BERNARDI, Marcello. **A Deseducação Sexual**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1985.

BORTOLOZZI, Ana Claudia. **Sexualidade na infância:** Manual para educadores/as, SP: Gradus Editora, 2022.

BORTOLOZZI, Ana Cláudia Maia; SPAZIANI, Raquel Baptista. Manifestações da sexualidade infantil: percepção de pais e professoras de crianças de 0 a 6 anos. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 01, p. 68–84, 2010. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2017. Acesso em: 20 maio. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: Resumo Técnico. Brasília, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação (PNE)** e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada)**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação,(2020.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 2009.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, 1996.

CARVALHO, Gabriela Maria Dutra de et al. **Educação sexual: interfaces curriculares:** caderno pedagógico / Gabriela Maria Dutra de Carvalho et al.; design instrucional Carla Peres Souza – Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2012.

CARVALHO, Gabriela Maria Dutra de. **"Tá ligado!?":** diálogo entre adolescentes e telenovelas da rede Globo. Interfaces na construção da compreensão da sexualidade. 2009. 174 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em Educação. Florianópolis, 2009.

CHAUÍ, Marilena, KEHL, Maria Rita; WEREBE, Maria José; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? **Cadernos De Pesquisa**, n. 36, 99–110, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1981.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal De Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.** Florianópolis, 2015.

_____. Prefeitura Municipal De Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes educacionais pedagógicas para educação infantil**. Florianópolis, 2010.

_____. Prefeitura Municipal De Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil Municipal**. Florianópolis, 2012.

FLORIANÓPOLIS. **Reedição das orientações curriculares para a educação infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis** [livro eletrônico] / Prefeitura do Município de Florianópolis. 2. ed. Florianópolis, SC: Secretaria Municipal de Educação, 2022.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de Educadores Sexuais:** Adiar Não é Mais Possível. Campinas: Mercado das Letras; Londrina: Eduel, 2014.

_____. **Educação Sexual:** saberes essenciais para quem educa. Curitiba: CRV, 2018.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Trad. de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** 53ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2022.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 62ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 81ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2022.

FREITAS, Marcia de. **Educação sexual em debate nas ondas da rádio UDESC FM 100.1 Florianópolis:** estudo de caso dos programas gravados de 2007 a 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016.

DE FREITAS, Marcia; MELO, Sonia Maria Martins de; ZILLI, Aline Silva; MIRANDA, Andréia Valéria de Souza. Curso de formação de professores (as) por meio do programa educação sexual em debate na Rádio UDESC FM 100.1 Florianópolis: algumas reflexões sobre os caminhos percorridos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. esp., p. 1130–1141, 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

JESUS, Josimar Gonçalves de; HOFFMANN, Rodolfo. De norte a sul, de leste a oeste: mudança na identificação racial no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.37, 1-25, e0132, 2020.

KORNATZKI, Luciana **Educação sexual intencional em livros para a infância:** um estudo de suas vertentes pedagógicas. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em Educação, Florianópolis, 2013.

MARTINS FILHO, Altino José; MARTINS FILHO, Lourival José. **Educação Infantil: especificidades da docência**. Florianópolis: UDESC, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELO, Sônia Maria Martins de; et al. **Educação e sexualidade**. Design instrucional Carmen Maria Cipriani Pandini – 2.ed. rev. – Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.

MELO, Sonia Maria Martins de; POCOVI, Rosi Maria de Souza. **Educação e Sexualidade.** (Caderno Pedagógico, v.1), Florianópolis: UDESC, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: **Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 5ª ed. Campinas: Ed. Papirus, 2003a.

_____. **Educar para Emancipação.** Florianópolis: Sophos, 2003b.

_____. **Filosofia, sexualidade e educação:** as relações entre pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre educação sexual escolar. 1996.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual. Campinas: UNICAMP, 1996.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança:** subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem de sexualidade para além da transversalidade**.** 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, Thaís Villa. **Todas somos Educadoras Sexuais:** a formação continuada na Educação Infantil pensa sobre isso? Dissertação (Mestrado). – Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

PACHECO, Raquel da Veiga. **Escola de Princesas:** um estudo da compreensão de professoras sobre a influência do filme da boneca Barbie na educação sexual de crianças. 2014. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PACHECO, Raquel da Veiga. **Consolidação da Educação Sexual como tema de pesquisa no Brasil:** mapeamento das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-graduação em Educação. 176 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2020.

PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro. (orgs) 2ª ed. **Pesquisa em educação:** possibilidades investigativas, formativas da pesquisa-ação, volume 1. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal**.** Desafios contemporâneos em Educação Sexual: a perda do ambiente mental, social e escolar**.** In: DESIDÉRIO, Ricardo; FIGUEIRÓ, Mary Neide. Damico; *et al.* **Interseccionalidade e transgressões em Educação Sexual**. Londrina: Syntagma Editores, 2019, p. 29-39.

SCIOTTI, Fernanda Ferrari Ruis; PEREZ, Marcia Cristina Argenti; BELLIDO, Luciana Ponce. Ser professor na educação infantil: gênero e docência. In: RIAEE – **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1569-1579, jul., 2019. E-ISSN: 1982-5587.

STAKE, Robert E. **A arte da investigação com estudos de caso.** 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2012.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2019.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira De Epidemiologia**, v. 23, e200033, São Paulo: Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2020.

WAS. World Association for Sexual Health. **Declaração dos Direitos Sexuais**. Valencia: 2014. Disponível em: https://spsc.pt/wp-content/uploads/2017/01/DIREITOS-SEXUAIS-WAS.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

WARKEN, Aline Diniz. **Estudo exploratório sobre Meio Ambiente, Sexualidade e suas interfaces à luz do pensamento paulofreireano** – 170 p. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em Educação, Florianópolis, 2018.

YARED, Yalin Brizola. **Do prescrito ao vivido:** a compreensão de docentes sobre o processo de educação sexual em uma experiência de currículo integrado de um curso de Medicina – 443p. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZANELA, Claudia Cristina; BARCELOS, Ana Regina Ferreira de; MACHADO, Rosângela. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis – 2016.** Florianópolis: Prefeitura de Florianópolis. Secretaria de Educação, 2016.

ZANI, Marina Rocha; MANSANO, Sonia Regina Vargas. Transformações institucionais: um estudo sobre os novos arranjos familiares. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, *[S. l.]*, v. 38, n. 1, p. 21–34, 2017. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/26598. Acesso em: 4 abr. 2024.

ANEXOS

ANEXO 1 - Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS

Reconhecendo que direitos sexuais são essenciais para o alcance do maior nível de saúde sexual possível, a Associação Mundial para a Saúde Sexual:

DECLARA que direitos sexuais são baseados nos direitos humanos universais que já são reconhecidos em documentos de direitos humanos domésticos e internacionais, em Constituições Nacionais e leis, em padrões e princípios de direitos humanos, e em conhecimento científico relacionados à sexualidade humana e saúde sexual.

REAFIRMA que a sexualidade é um aspecto central do ser humano em toda a vida e abrange sexo, identidade e papeis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A Sexualidade é experienciada e expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem todas elas são sempre expressadas ou sentidas. Sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais.

RECONHECE que a sexualidade é uma fonte de prazer e bem-estar e contribui para a satisfação e realização como um todo.

REAFIRMA que a saúde sexual é um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social relacionado à sexualidade; não é meramente a ausência de doença, disfunção ou enfermidade. Saúde sexual requer uma abordagem positiva e respeitosa para com a sexualidade e relacionamentos sexuais, bem como a possibilidade de ter experiências sexuais prazerosas e seguras, livres de coerção, discriminação ou violência.

REAFIRMA que a saúde sexual não pode ser definida, compreendida ou operacionalizada sem uma profunda compreensão da sexualidade.

REAFIRMA que para que a saúde sexual seja atingida e mantida, os direitos sexuais de todos devem ser respeitados, protegidos e efetivados.

RECONHECE que direitos sexuais são baseados na Liberdade, dignidade e igualdade inerente a todos os seres humanos e incluem o compromisso de proteção contra danos.

AFIRMA que a igualdade e não descriminação são fundamentais à proteção e promoção de todos os direitos humanos e incluem a proibição de quaisquer distinções, exclusões ou restrições com base em raça, etnia, cor, sexo, linguagem, religião, opinião política ou outra qualquer, origem social ou regional, características, status de nascimento ou outro qualquer, inclusive deficiências, idade, nacionalidade, estado civil ou familiar, orientação sexual e identidade de gênero, estado de saúde, local de residência e situação econômica ou social.

RECONHECE que a orientação sexual, identidade de gênero, expressões de gênero e características físicas de cada indivíduo requerem a proteção dos direitos humanos.

RECONHECE que todos os tipos de violência, perseguição, descriminação, exclusão e estigma, são violações dos direitos humanos e afetam o bem-estar do indivíduo, famílias e comunidades.

AFIRMA que as obrigações de respeitar, proteger, e consumar direitos humanos se aplicam a todos os direitos sexuais e liberdades.

AFIRMA que os direitos sexuais protegem os direitos de todas as pessoas na plena realização e expressão de sua sexualidade, usufruindo de sua saúde sexual, desde que respeitados os direitos do próximo.

Direitos sexuais são direitos humanos referentes à sexualidade

1. O Direito à igualdade e a não discriminação.

Todos têm o direito de usufruir dos direitos sexuais definidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer tipo, seja raça, etnia, cor, sexo, linguagem, religião, opinião política ou outra qualquer, origem social ou regional, local de residência, características, nascimento, deficiência, idade, nacionalidade, estado civil ou familiar, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, estado de saúde, situação econômica, social ou outra qualquer.

2. O Direito à vida, à Liberdade, e à segurança pessoal.

Todos têm o direito à vida, liberdade e segurança, que não podem ser ameaçadas, limitadas ou removidas arbitrariamente por motivos relacionados à sexualidade. Estes incluem: orientação sexual, comportamentos e práticas sexuais consensuais, identidade e expressões de gênero, bem como acessar ou ofertar serviços relacionados à saúde sexual e reprodutiva.

3. O direito à autonomia e integridade corporal.

Todos têm o direito de controlar e decidir livremente sobre questões relativas à sua sexualidade e seus corpos. Isto inclui a escolha de comportamentos sexuais, práticas, parceiros e relacionamentos, desde que respeitados os direitos do próximo. A tomada de decisões livre e informada, requer consentimento livre e informado antes de quaisquer testes, intervenções, terapias, cirurgias ou pesquisas de natureza sexual.

4. O direito de estar isento de tortura, tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante.

Todos devem estar isentos de tortura, tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante em razão de sua sexualidade, incluindo: práticas tradicionais nocivas; esterilização, contracepção ou aborto forçado; e outras formas de tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes praticados por razões relacionadas ao sexo, gênero, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, ou característica física de alguém.

5. O direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção.

Todos deverão estar isentos de violência e coerção relacionadas à sexualidade, incluindo: Estupro, abuso ou, perseguição sexual, “bullying”, exploração sexual e escravidão, tráfico com propósito de exploração sexual, teste de virgindade ou violência cometida devido à prática sexual real ou presumida, orientação sexual, identidade e expressão de gênero ou qualquer característica física.

6. O direito à privacidade.

Todos têm o direito à privacidade relacionada à sexualidade, vida sexual e escolhas inerentes ao seu próprio corpo, relações e práticas sexuais consensuais, sem interferência ou intrusão arbitrária. Isto inclui o direito de controlar a divulgação de informação relacionada à sua sexualidade pessoal a outrem.

7. O direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual; com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras.

Todos têm o direito ao mais alto padrão de saúde e bem-estar possíveis, relacionados à sexualidade, incluindo a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras. Isto requer a disponibilidade, acessibilidade e aceitação de serviços de saúde qualificados, bem como o acesso a condições que influenciem e determinem a saúde, incluindo a saúde sexual.

8. O direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e suas aplicações.

Todos têm o direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e suas aplicações em relação à sexualidade e saúde sexual.

9. O direito à informação.

Todos devem ter acesso à informação cientificamente precisa e esclarecedora sobre sexualidade, saúde sexual, e direitos sexuais através de diversas fontes. Tal informação não deve ser arbitrariamente censurada, retida ou intencionalmente deturpada.

10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora.

Todos têm o direito à educação e a uma educação sexual esclarecedora. Educação sexual esclarecedora deve ser adequada à idade, cientificamente acurada, culturalmente idônea, baseada nos direitos humanos, na equidade de gêneros e ter uma abordagem positiva quanto à sexualidade e ao prazer.

11. O direito de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto.

Todos têm o direito de escolher casar-se ou não, bem como adentrar livre e consensualmente em casamento, parceria ou outros relacionamentos similares. Todas as pessoas são titulares de direitos iguais na formação, durante e na dissolução de tais relacionamentos sem discriminações de qualquer espécie. Este direito inclui igualdade absoluta de direitos frente a seguros sociais, previdenciários e outros benefícios, independente da forma do relacionamento.

12. O direito a decidir sobre ter filhos, o número de filhos e o espaço de tempo entre eles, além de ter informações e meios para tal.

Todos têm o direito de decidir ter ou não ter filhos, a quantidade destes e o lapso de tempo entre cada criança. O exercício desse direito requer acesso a condições que influenciam e afetam a saúde e o bem-estar, incluindo serviços de saúde sexual e reprodutiva relacionados à gravidez, contracepção, fertilidade, interrupção da gravidez e adoção.

13. O direito à Liberdade de pensamento, opinião e expressão.

Todos têm o direito à Liberdade de pensamento, opinião e expressão relativos à sexualidade, bem como o direito à expressão plena de sua própria sexualidade, por exemplo, na aparência, comunicação e comportamento, desde que devidamente respeitados os direitos dos outros.

14. O direito à liberdade de associação e reunião pacífica.

Todos têm o direito de organizar-se, associar-se, reunir-se, manifestar-se pacificamente e advogar, inclusive sobre sexualidade, saúde sexual, e direitos sexuais.

15. O direito de participação em vida pública e política.

Todos têm o direito a um ambiente que possibilite a participação ativa, livre e significativa em contribuição a aspectos civis, econômicos, sociais, culturais e políticos da vida humana a nível local, regional, nacional ou internacional. Em especial, todos têm o direito de participar no desenvolvimento e implantação de políticas que determinem seu bem-estar, incluindo sua sexualidade e saúde sexual.

16. O direito de acesso à justiça, reparação e indenização.

Todos têm o direito ao acesso à justiça, reparação e indenização por violações de seus direitos sexuais. Isto requer medidas efetivas, adequadas e acessíveis, assim como devidamente educativas, legislativas, judiciais, entre outras. Reparação incluiu retratação, indenização, reabilitação, satisfação e a garantia de não repetição.

***

Esta é a tradução oficial da Declaração dos Direitos Sexuais. Para fins legais e técnicas, deve-se consultar a versão em inglês como o texto oficial: http://www.worldsexology.org/resources/declaration-of-sexual-rights/

A "World Association for Sexual Health" (WAS – Associação Mundial pela Saúde Sexual) é um grupo mundial multidisciplinar de sociedades científicas, ONGs e profissionais do campo da sexualidade humana que promove a saúde sexual por toda a vida e em todo o mundo através do desenvolvimento, promoção, e apoio à sexologia e a direitos sexuais para todos. "WAS" realiza tais objetivos, através de ações de defesa e integração, facilitando a troca de informações, ideias, experiências e avanços científicos baseados na pesquisa da sexualidade, educação e sexologia clínica, com uma abordagem multidisciplinar. A declaração de direitos sexuais da WAS foi originalmente proclamada no 13º. Congresso de Sexologia em Valência, Espanha em 1997 e então em 1999, uma revisão foi aprovada em Hong Kong pela Assembleia Geral da WAS e reafirmada na "Declaração WAS: Saúde Sexual para o Milênio (2008)". A presente declaração revisada foi aprovada pelo Conselho Consultor da WAS em março de 2014.

ANEXO 2 – Questionário a ser aplicado, modelo elaborado por Leandro Antunes (2023) com texto ajustado para a presente pesquisa

Florianópolis, ____/___/____

Olá, me chamo Aline Maria Machado, sou Professora Auxiliar de Educação Infantil efetiva na RME de Florianópolis. Estou realizando esta pesquisa de mestrado, cujo objetivo é desvelar a compreensão de docentes deste Núcleo de Educação Infantil Municipal (NEIM) Professora Sueli Gadotti Rodrigues sobre educação sexual. ***Para isso, conto com sua ajuda para responder ao questionário anexo, iniciando por escolher um pseudônimo que lhe garantirá o anonimato****.* ***Também solicito sua assinatura no Termo de autorização de uso dos dados, também anexo.***

Agradeço desde já sua participação, pois, a partir de suas valiosas contribuições, poderemos, juntos e juntas, colaborarmos com propostas de formação continuada que nos ajudarão a nos aperfeiçoarmos na direção de uma educação que contribua cada vez mais para que nossas crianças tenham uma caminhada escolar mais respeitosa e feliz, sendo atendidas em toda sua plenitude como pessoas de direitos que são.

Caso considere este questionário longo, sinta-se à vontade para respondê-lo por etapas, ou seja, em mais de um dia, se achar que será mais tranquilo assim. Caso o espaço não seja suficiente para responder alguma questão, você poderá respondê-la em outra folha e anexá-la junto ao questionário, apontando o número da pergunta e em seguida a resposta.

Grato por ser quem você é e por sua importante presença como educador-educadora cuidando e educando o futuro deste país.

Abraços fraternos com gratidão,

Prof.ª Mestranda Aline Maria Machado.

Deixo aqui meus contatos, caso necessário:

E-mail: ***aline.machado@prof.pmf.sc.gov.br*** *ou* ***Cel.: (48) 98819-3341.***

Data da entrega do material: *____/___/____ para direção.*

Perfil: Quem sou eu?
Favor escolher e registrar aqui seu pseudônimo que garantirá seu anonimato

---

1 - Sexo:
[ ] Masculino [ ] Feminino [ ] Intersexo
[ ] Outro, qual? _____

2 - Faixa Etária:
[ ] 18 a 24 anos [ ] 25 a 29 anos [ ] 30 a 39 anos [ ] 40 a 49 anos [ ] 50 anos ou mais

3 - Religião:
[ ] Católica [ ] Evangélica [ ] Espírita [ ] Umbanda [ ] Não tenho
[ ] Outra, qual? _____

4 - Cor/ Raça Segundo o IBGE:
[ ] Branca [ ] Preta [ ] Parda [ ] Amarela [ ] Indígena
[ ] Outra, qual? _____

5 - Estado civil:
[ ] Solteira/o [ ] Casada/o [ ] União estável [ ] Outra, qual? _____
6 - Orientação Sexual:
[ ] Heterossexual [ ] Homossexual [ ] Bissexual [ ] Outra, qual? _____

7 - Como é composta sua família atual?
_____
_____
_____
_____
_____
_____

8 - Para início de conversa, convido que você responda o que compreende por:
SEXO: _____
_____
_____
_____
_____
_____

SEXUALIDADE:
_____
_____
_____
_____
_____
_____

EDUCAÇÃO SEXUAL:
_____

_____
_____
_____
_____
_____

9 - A seguir, registre todo seu caminho escolar (Escolas onde estudou, ano, local/cidade) desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental até o ensino superior/ pós-graduação.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

10 - Agora registre todas as suas trajetórias nos empregos que você teve até chegar ao NEIM, destacando a função, o local e/ou instituição, o período/ano e a cidade onde trabalhou.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

11- Experiência em anos em docência:
[ ] 0 a 5 anos [ ] 6 a 10 anos [ ] 11 a 15 anos [ ] 16 a 20 anos [ ] 21 anos ou mais

12 - Você atua somente no NEIM Professora Sueli Gadotti Rodrigues?
[ ] SIM
[ ] NÃO. Onde? _____

13 - Você é:
( ) Professor/a de Educação Infantil ( ) 20 horas semanais ou ( ) 40 horas semanais
( ) Professor/a Auxiliar de Educação Infantil ( ) 20 horas semanais ou ( ) 40 horas semanais

14 - Atualmente você é:
[ ] Efetivo/a na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis - RME
[ ] Admitido/a como Professor/a em Caráter Temporário – ACT

16 - Como você compreende que foi sua Educação Sexual na sua família de origem (pai, mãe, avós etc.)? Descreva-a.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

16.1 - Desta época registre algum fato acontecido sobre a temática e como foi encaminhado.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

17- Como você compreende estar acontecendo a Educação Sexual na família que você estruturou atualmente? Descreva-a.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

17.1- Registre algum fato acontecido atual sobre a temática neste seu espaço familiar e como foi encaminhado.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

18 - Como você compreende que foi a Educação Sexual nas escolas onde estudou? Descreva-a.

_____
_____
_____

_____
_____
_____
_____
_____

18.1 - Registre algum fato acontecido sobre a temática naqueles espaços escolares e como foi encaminhado.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

19 - Como você compreende que é a Educação Sexual no seu NEIM? Descreva-a.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

19.1 - Registre algum fato acontecido sobre a temática neste seu espaço profissional (unidade educativa) e como foi encaminhado.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

20 - Como você compreende que é a educação sexual na sua sala referência/cotidiano? Descreva-a.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

20.1 - Registre algum fato acontecido sobre a temática no cotidiano de sua sala referência e como você lidou com a questão.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

21 - Você se sente capacitada para trabalhar projetos de Educação Sexual intencionais com suas crianças?

[ ] Sim. Dê exemplos de algumas práticas pedagógicas que você já utilizou:

_____
_____
_____
_____
_____
_____

[ ] Não. Explique o porquê.

_____
_____
_____
_____
_____
_____

22 - Vamos refletir sobre essa situação: numa sala de aula da Educação Infantil, com crianças entre 3 e 4 anos de idade, uma professora encontra dois meninos, no banheiro da escola, um deles mexendo no pênis do coleguinha. Buscando contribuir para a construção de um processo de educação sexual intencional na escola num paradigma emancipatório, essa professora deverá

[ ] conversar com os pais do menino que estava mexendo no pênis do coleguinha, sugerindo punições em casa, contribuindo assim para que ele não venha a ser futuramente um homossexual;

[ ] conversar com os pais dos dois meninos sobre o fato ocorrido prevenindo assim, nos dois meninos, uma possibilidade futura de homossexualidade;

[ ] conversar apenas com os dois alunos, repreendendo-os firmemente e orientando-os para que não tenham mais este tipo de comportamento inadequado entre meninos por ser atitude própria de quem será chamado de “bichinha”;

[ ] tratar a situação com serenidade, convidando os meninos a retornarem ao grupo e inserir no seu planejamento o tema do conhecimento do corpo humano, com metodologias adequadas à idade.

Justifique a sua resposta:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

23 - Você se sente preparada/o e à vontade para lidar cotidianamente em sua sala/NEIM com questões iguais a essas?

[ ] Sim. Com qual abordagem você trabalha?

_____
_____
_____
_____
_____

[ ] Não. Descreva os entraves que atrapalham suas práticas nesse sentido:

_____
_____
_____
_____
_____

24 - Você já participou de formações continuadas sobre essa temática?

[ ] Sim. Registre quais foram, quem as ofereceu, bem como as temáticas tratadas:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

[ ] Não.

24.1. Registre também qual sua avaliação sobre os cursos oferecidos: pontos positivos e pontos negativos e como poderiam ser melhores.

_____
_____
_____
_____
_____
_____

25- Quais conteúdos sobre o tema Educação Sexual e como gostaria que fossem estruturados os cursos que você gostaria de estudar em mais uma etapa de formação continuada?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Chegamos ao final do questionário, fico muito feliz que você tenha participado e respondido às questões. Agradeço seu carinho e seu tempo em me ajudar a ampliar os horizontes referentes ao tema pesquisado. Finalizo aqui deixando essa frase do nosso querido Paulo Freire (1989) *"Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre".*

Muito obrigada!

Link no Google Forms: https://forms.gle/xo9L3SY5ieTtPUGGA